

Os sindicatos das

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

EM TEMPOS
DE PANDEMIA:

memórias da
resistência



Organizadoras

Cleide Pereira Pinto

Louisa Acciari

Jurema Gorski Brites

Luiza Batista Pereira

Mary Garcia Castro

Thays Almeida Monticelli

FACOS-UFSM

Organizadoras

Cleide Pereira Pinto
Louisa Acciari
Jurema Gorski Brites
Luiza Batista Pereira
Mary Garcia Castro
Thays Almeida Monticelli

Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: memórias da resistência

FACOS – UFSM

Santa Maria – RS

2021

Coordenação	Cleide Pereira Pinto Louisa Acciari Jurema Gorski Brites Luiza Batista Pereira Mary Garcia Castro Thays Almeida Monticelli
Capa Projeto gráfico e diagramação Ilustração Revisão	Fernanda Redin Oliveira e Sandra Depexe Sofia Roratto da Silva Fernanda Redin Oliveira Linda Messias Guzman
Supervisores da edição	Alexandra Martins Vieira João Vitor da Silva Bitencourt Marina Judiele dos Santos Freitas Sandra Depexe
Apoio	Sindicato de Trabalhadoras Domésticas de Nova Iguaçu; Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas; Fundo Brasil de Direitos Humanos, edital "Resistência".
Financiamento Projeto Fundo Brasil	Fundo Brasil de Direitos Humanos "Trabalho doméstico, trabalho decente: resistindo ao trabalho escravo e ao desmonte da democracia", Coordenação: Cleide Pinto, integrantes: Chirlene Brito, Quitéria dos Santos, Lúcia Helena Conceição de Souza.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

ISBN: 978-65-5773-029-4

S616 Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia [recurso eletrônico] : memórias da resistência / organizadoras Cleide Pereira Pinto ... [et al]. – Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2021.
1 e-book : il.

1. Trabalhadoras domésticas – Sindicatos 2. Trabalhadoras domésticas – Pandemia – Memórias I. Pinto, Cleide Pereira

CDU 316.343.63-055.2
331.105.44-055.2
64.047-055.2

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte CRB-10/990
Biblioteca Central - UFSM

A publicação das imagens, fotografias e cards de ações, foram autorizadas pela Fenatrad.
Galeria de Imagens da Fenatrad: <https://fenatrad.org.br/2021/08/30/galeria-de-imagens-da-fenatrad/>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor	Paulo Afonso Burmann
Vice-reitor	Luciano Schuch
Diretor do CESH	Mauri Leodir Löbler
Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação	Cristina Marques Gomes

FACOS – UFSM

Diretora Editorial	Ada Cristina Machado Silveira
Editoria Executiva	Sandra Depexe

Conselho Editorial	Ada Cristina Machado Silveira (UFSM) Eduardo Andres Vizer (UBA) Eugenia Maria M. da Rocha Barrichelo (UFSM) Flavi Ferreira Lisboa Filho (UFSM) Gisela Cramer (UNAL) Maria Ivete Trevisan Fossá (UFSM) Marina Poggi (UNQ) Monica Marona (UDELAR) Paulo Cesar Castro (UFRJ) Sonia Rosa Tedeschi (UEL) Suzana Bleil de Souza (UFRGS) Valdir José Morigi (UFRGS) Valentina Ayrolo (UNMDP) Veneza Mayora Ronsini (UFSM)
---------------------------	---

Comitê técnico	Profa. Dra. Sandra Depexe (UFSM) Dda. Camila Hartmann (UFSM) Ddo. Mauricio Fanfa (UFSM) Mda. Alexandra Martins Vieira (UFSM) Mdo. Jean Silveira Rossi (UFSM) Mdo. João Vitor da Silva Bitencourt (UFSM) Mda. Marina Judiele dos Santos Freitas (UFSM)
-----------------------	---

PREFÁCIO

Cleide Pereira Pinto e Louisa Acciari



Este livro foi um sonho nosso. É fruto da nossa amizade, parceria e cumplicidade. Retrata um momento histórico particular, mas também reflete nosso modo de pensar e colaborar. Queríamos algo feito junto das trabalhadoras domésticas, que mostrasse a importância de suas lutas e conquistas.

Desde os primeiros meses da pandemia em 2020, ficou óbvio que alguma coisa estava acontecendo a nível militante. Depois da fase inicial de choque, abriu-se uma nova página na história do movimento das trabalhadoras domésticas. Com poucos recursos e

quase nenhuma experiência prévia no mundo on-line, as diretoras dos sindicatos estavam ocupando o espaço de uma forma inédita: *lives*, entrevistas, reuniões, cursos de formação... Cada semana se multiplicavam os *cards* nos grupos de *WhastApp* anunciando algum evento ou fala de uma das militantes. Abundavam fotos de ações, distribuições de cestas básicas, visitas às companheiras nos bairros periféricos. Aumentaram, também, editais e demandas de projetos. Alguém tinha que registrar esse processo, para que todos esses *cards*, essas *lives*, fotos, entrevistas e ações sindicais não desaparecessem depois da pandemia. E quem melhor do que as próprias sindicalistas para fazer esse registro?

Era um sonho também produzir e escrever de maneira diferente, quebrando os códigos e as regras do mundo universitário. Não seria possível contar essa história coletiva com textos clássicos, de autorias estritamente acadêmicas. Quantas vezes os movimentos sociais alertaram sobre o uso de suas vidas e suas falas como dados de pesquisa autorada por outros? Quantos textos feministas e decoloniais chamaram para uma transformação radical dessas práticas? Inclusive, a caminhada de Louisa Acciari com a FENATRAD começou com esse questionamento. Em 2015, depois de quase 2 horas de entrevista no sindicato da Bahia em Salvador, Creuza Maria de Oliveira lhe perguntou: "E agora, meu bem, o que você vai fazer com esses dados? Pesquisadoras quinem você vem um monte aqui no sindicato, mas depois elas desaparecem. E o que vai sobrar para nós?". Nunca esqueceria dessa pergunta.

Desde então, Louisa sempre apoiou os sindicatos e a FENATRAD com projetos, eventos e formações. Mas esse momento de crise exigia algo diferente, uma mudança de papéis. Afinal, eram as trabalhadoras domésticas que estavam na famosa "linha de frente" da pandemia, que estavam falando, filmando, escrevendo, mobilizando e negociando com os parceiros. Seu protagonismo na produção do livro tinha que estar evidente, esta história é delas, é das diretoras, é das trabalhadoras domésticas. A iniciativa deste livro se inscreve nessa dinâmica de reciprocidade, é uma tentativa de produzir *com* e não só *sobre*. É uma experimentação de um formato diferente. Aqui, as trabalhadoras domésticas são também autoras.

Chamamos Jurema Brites, Mary Garcia Castro e Thays Monticelli, companheiras de trabalho, de luta e de afeto, para apoiar nessa tarefa. Sabíamos que com elas o objetivo de botar a FENATRAD no centro do livro seria cumprido. Compartilham nossa preocupação em fazer de maneira solidária, feminista, que seja útil para o movimento. Elas deram uma nova dimensão ao projeto, trazendo seus conhecimentos, experiências e, no caso de Jurema, o valioso apoio institucional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A FENATRAD, representada por Luiza Batista, sua atual presidenta, foi envolvida não só como objeto de pesquisa, mas como coordenadora do livro. E o resultado está aqui, um livro co-escrito, co-produzido, pensado de maneira coletiva, que mostre toda a força da FENATRAD e seus sindicatos durante esse primeiro ano de

pandemia. Não é nem acadêmico nem militante, uma mistura de mundos que causou até debates e discussões entre nós no início. Mas era isso que queríamos: uma produção híbrida, que valorizasse diferentes formas de saber, conhecer e experimentar, e que pudesse captar diferentes públicos.

Este livro é uma memória preciosa para o movimento. Esperamos que ele seja acessível e de interesse não só para as sindicalistas, mas também para as milhões de trabalhadoras domésticas que estão lutando dia após dia para sobreviver. Que elas vejam nossa determinação e nossa força coletiva. Sabemos que a leitura não é algo fácil para todas, por isso o livro (ou *e-book*) fica disponível na internet e contém bastantes imagens e links de vídeos para além do texto escrito. É possível ver e escutar, sem ter que ler. Pensamos, também, que o livro pode constituir uma base de dados para futuras pesquisas: quem quiser saber mais sobre a atuação das trabalhadoras domésticas durante a pandemia da Covid-19 encontrará aqui um material inédito.

Por fim, queremos agradecer a todas e todos que tornaram esse trabalho possível. Ao Fundo Brasil de Direitos Humanos, que nos autorizou a remanejar o orçamento do projeto "Trabalho Doméstico, Trabalho Decente: Resistindo ao Trabalho Escravo e ao Desmonte da Democracia", do Edital *Resistência*, concedido ao sindicato de Nova Iguaçu em junho de 2020. Inicialmente previsto para curso de formação presencial no sindicato, foi possível utilizar uma parte do fundo para financiar a edição do livro. Aos alunos da UFSM que trabalharam sob orientação de Jurema Brites e Thays Monticelli para transcrever *lives* e mapear o site da FENATRAD: Bruna Luísa Vogt Siebeneichler, Emanuelle Bittencourt Jungblut, Guadalupe dos Santos Almeida, Mateus da Costa Luz e Viviana Thais Vargas Zorzi. Nosso agradecimento também a Sandra Depexe, docente do Departamento de Ciências da Comunicação e editora executiva da FACOS-UFSM editora, e às alunas bolsistas do curso de Comunicação Social - Produção Editorial, Sofia Roratto da Silva, Fernanda Redin Oliveira e Linda Messias Guzman, que fizeram a diagramação, ilustrações, revisão de texto e edição do livro. Obrigada às autoras de capítulos, Myllena Calasans de Matos, Denise Mantovani e Isabel Freitas, que confiaram na nossa ideia e nos presentearam com seus textos.

Um pensamento especial a nossas famílias, que acompanharam essa aventura ao nosso lado, muitas vezes confinados em casa conosco, que nos deram apoio emocional, ouviram nossas reclamações e alegrias no decorrer desse ano. Às diretoras da FENATRAD e dos sindicatos que deram seu tempo, suas ideias, suas fotos e filmagens para compor o conteúdo do livro. Cada uma delas está apresentada através de um retrato foto-textual na última parte do livro. E às mais importantes de todas, às trabalhadoras domésticas do Brasil, a quem esse livro é dedicado. Como sempre falamos, se o trabalho doméstico para, o Brasil para. Essas trabalhadoras precisam ter seus direitos respeitados, receber vacina e ter o devido reconhecimento do seu valor. Que esse livro seja uma contribuição a essa luta que nunca pode parar... a luta pela igualdade.

SUMÁRIO

12

Introdução

Mary Garcia Castro

30

Parte I: Os efeitos da crise no trabalho doméstico

31

Capítulo 1

Impactos da crise pandêmica no trabalho doméstico: velhas causas, novas consequências

Louisa Acciari e Chirlene dos Santos Brito

52

Capítulo 2

Luta jurídica contra a violação de direitos

Myllena Calasans de Matos

72

Capítulo 3

Trabalhadoras domésticas na pandemia: visibilidade na mídia e formas de resistência

Denise Mantovani e Isabel Freitas

104

**Parte 2: Lutar pela sobrevivência,
resistir ao desmonte dos direitos**

105

**Capítulo 4
Trabalhadoras domésticas e a mobilização digital
durante a pandemia da Covid-19**

Jurema Gorski Brites

122

**Capítulo 5
Parcerias e redes solidárias: as trabalhadoras
domésticas não estão sozinhas**

Thays Almeida Monticelli

142

**Capítulo 6
Organização sindical no "novo normal": informar,
mobilizar e empoderar as trabalhadoras domésticas**

Cleide Pereira Pinto

161

**Capítulo 7
Ser militante durante a pandemia: uma luta que
vem de longe**

Luiza Batista Pereira e Jurema Gorski Brites

176

Parte 3: Retratos

177

**Capítulo 8
Retratos de militância**

*Bruna Luísa Vogt Siebeneichler, Emanuelle Bittencourt Jungblut,
Guadalupe dos Santos Almeida, Mateus da Costa Luz
e Viviana Thais Vargas Zorzi.*

207

Anexo
Lives da Fenatrad

208

Live: Coronavírus e os direitos das trabalhadoras domésticas
realizada pelo Brasil 247

241

Live: Dia nacional da trabalhadora doméstica, 27 de Abril
realizada pela FENATRAD

272

Live: Saúde da trabalhadora doméstica durante a pandemia

302

Sobre as autoras e colaboradoras

INTRODUÇÃO

Mary Castro

O trabalho doméstico organizado. De objeto a sujeito, de foco no trabalho à defesa da vida: trajetória em curso e no caminho mais uma pedra, uma pandemia da Covid-19

É lugar comum de se frisar que, com a pandemia da Covid-19, as desigualdades sociais próprias do capitalismo/patriarcalismo/colonialismo-étnico racial não somente vieram à tona como se agravaram, sendo sacrificados os mais pobres, e entre esses ainda mais as mulheres, os não brancos, os povos originais e dos países tidos como periféricos. Hoje (24/05/2021), escuto do representante da Organização Mundial de Saúde (OMS) um apelo por ajuda humanitária, citando como ilustração o fato de que um terço da população do Reino Unido já tomou a segunda dose de vacina, e estariam na Inglaterra e nos EUA se começando a vacinar crianças e adolescentes, enquanto na Índia se registra 4.500 óbitos por dia e apenas 3% da população vacinada. Malhas tecidas pela colonização, que são reproduzidas hoje. Aliás, não seria melhor chamar a "ajuda humanitária" e solidariedade entre classes de devida "reparação", se a história das relações entre países e entre classes for considerada?

Focalizando Brasil, em tempos de pandemia, tem-se que o entrelace raça, classe e gênero se traduz tanto em termos de tristes estatísticas no campo da saúde, como no meio da economia e em outras dimensões do viver. Segundo estudos do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (DIEESE), a informalidade aumentou. No setor de serviços, uma em cada cinco vagas sem carteira assinada deixou de existir durante a pandemia. Além do desemprego, avançou a pobreza. Rosely Rocha, em página da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 18 de maio de 2021, observa:

A pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que já matou mais de 450 mil pessoas no Brasil e ainda está descontrolada, segue tirando

vidas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, enquanto as ações e o descaso do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) no enfrentamento à maior crise sanitária do século permanecem intactas. Sem medidas restritivas nacionais e sem vacinas, as mortes se multiplicam e, além do abalo emocional, deixam no seio das famílias brasileiras um rastro de destruição da renda, o aumento da miséria e o desamparo (ROCHA, 2021, n.p).

Pelo deslocamento casa-trabalho-casa associado às péssimas condições de transportes, pelas condições de pobreza que comumente caracteriza os lugares de moradia e por outros fatores relacionados às condições de vida e de saúde, é alto o risco de contaminação pela Covid-19 entre as trabalhadoras domésticas, que é agravado por vulnerabilizações sociais que atingem a população negra, o que bem justifica a importância dada pelos sindicatos ao direito à prioridade na vacinação e a preocupação com a saúde das trabalhadoras domésticas. Uma empregada doméstica foi a primeira vítima fatal da Covid-19 no Rio de Janeiro, em março. De lá para cá, os dados só fizeram confirmar: a doença causada pelo coronavírus no Brasil mata mais as pessoas negras e pobres. Com a evolução da epidemia no país, morreram pobres na linha de frente do tratamento à Covid-19, trabalhadores de serviços essenciais e informais, trabalhadores que não puderam deixar de trabalhar, além de pessoas pobres, idosas e com comorbidades, com acesso desigual ao sistema de saúde. O fenômeno reflete o que se vê também em outros países, como o Reino Unido e os Estados Unidos.

O que a pandemia tem evidenciado é o que vários estudos já mostravam em relação ao maior prejuízo da população pobre e negra ao acesso da saúde. A covid-19 encontra um terreno favorável porque essas pessoas estão em um cenário de desigualdade de saúde e de precarização da vida", afirma Emanuelle Góes, doutora em saúde pública pela Universidade Federal da Bahia e pesquisadora do Cidacs/Fiocruz sobre desigualdades raciais e acesso a serviços de saúde (GRAGNANI, 2020, n.p).

Como bem se registra no Livro, objeto desta peça¹, os sindicatos de trabalhadoras domésticas vêm ampliando sua agenda de reivindicações, focalizando a vida como prioridade. Assim, acesso à vacina, garantia da sobrevivência e o respeito à dignidade são tratados como direitos conjugados e de igual valor. A nível de Brasil, entre o início de 2019 e 2021, houve perda de cerca de 2 milhões de postos de trabalho entre as trabalhadoras domésticas; em 2020 seriam 1,1 milhão com carteira assinada e 3,4 milhões sem carteira assinada; e a porcentagem das que eram chefes de família aumentaram de 51,2% em 2019 para 52,4% em 2020². Acciari e Brito, no capítulo 1 do Livro, estendem-se mais nas consequências da epidemia entre as trabalhadoras domésticas.

Tendo como parâmetro algumas publicações que procederam o estado da arte dos estudos sobre a organização do trabalho doméstico (ver entre outros, CHANEY; 1989; CASTRO *et al.*, 2018; BERNARDINO-COSTA, 2015; RONCADOR, 2008), destaco como novos, cuja análise se focaliza e se amplia no Livro, alguns pontos.

A) Os sindicatos e a FENATRAD se fazem cada vez mais visíveis e articulados na vida pública, em campanhas para sacudir a insensibilidade da Casa Grande para com as chamadas “domésticas” e um Estado avesso aos trabalhadores, mobilizando-se por vacina, renda, auxílio emergencial digno e fiscalização trabalhista dos direitos pelos quais tanto lutaram, e reinvidicação de outros³. Para tanto, muitos avançaram em práticas que apelam para as tecnologias de informação. Em 1990, nos aproximamos do Sindoméstico de Bahia com uma aluna, Katia Alves Barreto, para uma pesquisa (ver CASTRO, 1992/2019). Creuza Oliveira, diretora do sindicato, nos pediu que déssemos

¹ Estamos nos referindo à publicação "Os sindicatos de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia - Memórias da resistência", como o Livro.

² Trabalho Doméstico no Brasil, dados da PNAD Continua do IBGE para o 4º trimestre de 2020 e 2021, divulgados pelo DIEESE em 27 de abril de 2021, dia da trabalhadora doméstica

³ A falta de fiscalização por parte do Estado de direitos adquiridos pelos trabalhadores, assim como o reconhecimento dos direitos das diaristas ao conquistado por lei para a categoria são comumente destacados pelos sindicatos. Por pressões do Sindoméstico BA, o lar da família da Casa Grande está sendo investigada como lugar de emprego, e conseguiu-se que a Inspeção do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho da Bahia (SRTb/BA) esteja realizando cerca de 150 notificações a empregadores domésticos para fazer com que eles comprovem a regularidade dos atributos trabalhistas de seus funcionários como registro, FGTS, salário família, marcação de ponto e 13º salário. O Estado por fim inicia, ainda que de forma tímida, o que está em lei: a fiscalização das condições de trabalho no emprego. Acesse <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/trabalhadores-domesticos-representam-62-dos-empregados-na-bahia/para-mais-informacoes>.

um curso de formação em datilografia. Hoje, as diretoras da FENATRAD e de seus sindicatos afiliados não apenas são chamadas para participarem de programas ao vivo (as ditas *lives*), como organizam sua própria comunicação por via remota e inserem em seus cursos de formação blocos sobre comunicação on-line, recorrem a aplicativos e contatos/atendimentos por *WhatsApp*.

Destaca-se que, com tal mobilização pública, as trabalhadoras domésticas estão afins a estes tempos de isolamento quando se vêem apelando para as TICs (tecnologias da informação). Movimentos sociais, em especial de mulheres, inclusive de cunho cultural e político, visibilizaram-se e afirmaram-se por bases territoriais. Sobre essa questão, sugerimos assistir aos programas coordenados por Heloisa Buarque de Holanda no *YouTube*, via o Fórum M, como a "Universidade das Quebradas" e o "Língua Solta", em que participam ativistas de várias áreas, e elaborações sobre o "feminismo das favelas⁴." Contudo, as organizações de trabalhadoras domésticas estão entre as mais inovadoras, combinando o tradicional, o formato sindical e o novo, um movimento social preocupado com as condições e locais de vida da categoria. Nestes termos, os sindicatos de trabalhadoras domésticas são "classistas-e-movimentistas⁵".

B) Aumenta o ativismo em tempos de pandemia e por via remota a nível local e nacional, como integrante da FENATRAD, mas também internacionalmente. Há muitas diretoras da FENATRAD que participam das atividades pela categoria junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à Confederação Latino-Americana de Trabalhadoras Domésticas (CONLACTRAHO), fundada em 1988 e hoje congregando sindicatos e associações em 25 países da América Latina e do Caribe, assim como

⁴ Ver <https://tinyurl.com/Universidade-das-Quebradas>. Feminismo da favela é uma expressão de Andreaza Jorge. Está no evento da Universidade das Quebradas antes anotado, assim como outros feminismos de base comunitária. Ver também no *YouTube* [Canal Fórum M](#), outros programas da Universidade das Quebradas e do Língua Solta (coord. Heloisa Buarque de Holanda).

⁵ Expressão cunhada por Goran Therborn (1995) para indicar a combinação entre formato sindical, mais institucionalizado, e dos movimentos sociais, mais relacionados a autonomia e abrangendo identidades, como de raça e gênero, entre outros.

participando da Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (FITH). Nota-se que o protagonismo das brasileiras ampliou-se nessas organizações. Por exemplo, como relata Cleide Pinto no capítulo 6 do Livro, a FENATRAD produziu uma cartilha de orientação para as trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia que hoje se adota em outros países também.

C) No ideário verbalizado pelas diretoras, dão elas corpo ao que se entende por raça e racismo estrutural. Afastam-se do vitimismo paralisante e determinista que pode sugerir a expressão de que o trabalho doméstico remunerado é uma "herança do escravismo", assim como do dualismo entre raça e classe, e raça e gênero. O artigo que escrevi em 1992 a partir da convivência com o Sindoméstico de Bahia intitula-se "A alquimia das categorias sociais. Classe, gênero, raça e geração na formação de sujeitos políticos: as sindicalistas do trabalho doméstico na Bahia" (CASTRO, 1992). Título que decolou de resposta de Creuza Oliveira, quando lhe perguntei então: "Qual sua raça?", e ela respondeu: "sou mulher, negra, trabalhadora doméstica". Acentuam em suas falas de resistências que a herança escravocrata é enfrentada com garra quilombola e do povo livre africano, pré-traffic. Como disse a presidente da FENATRAD, Luiza Batista:

"Não somos descendentes de escravos, mas de povos livres traficados que resistiram e resistem, lembrando que a organização do trabalho doméstico no Brasil tem 85 anos de luta. O nosso trabalho tem valor, se não fosse o trabalho doméstico como iriam tantas e tantos outros trabalhar?"⁶

⁶ Entrevista em 20.04.2021

No box 1, uma ilustração de que Creuza Oliveira⁷ tira o sentido determinista que pode sugerir a expressão “herança da escravidão” quando referida ao serviço doméstico.

**Trabalho doméstico, desafiando legado da escravidão,
a luta por dignidade que vem de longe**

Creuza Oliveira – Desafios sempre tivemos, desde que fomos traficadas, traficados da África para o Brasil e outras partes das Américas. Nossa luta não começou agora. São 80 anos de sindicalização. Aqui os e as escravizadas/os tentaram se organizar, se 'aquilombar'. Forçaram a Princesa Isabel assinar a Lei Aurea, mas nossa carteira não foi assinada e trouxeram imigrantes da Europa que tiveram condições de vida e trabalho que não tivemos. Nossa luta é por dignidade e direitos, é a do povo negro vem de lá traz, desde o período do trafico de escravos. E as instituições até hoje pensam como patrões, como 'sinhozinhos', são herdeiros da Casa Grande. Estamos em uma sociedade escravocrata. Os casos recentes de cárcere privado lembram os navios negreiros. A luta das trabalhadoras domésticas é a luta do povo negro. Veja o caso do marido da Ivete Sangalo acusando a trabalhadora de ter contaminado a patroa, quando ela ficava no trabalho a semana toda. Veja o caso da babá do menino que morreu, suspeita de mentir a favor dos patrões, e depois se sabe que ela tinha medo. O trabalho não é um lugar seguro para as trabalhadoras domésticas, e a opinião pública dá mais credito aos patrões. Brasil escravocrata sempre encontra um jeito de culpar as domésticas. Isso vem de longe, do tempo da escravidão mas a luta das trabalhadoras domésticas se enlaça com a do povo negro e também vem de longe. A Laudelina que fundou a primeira associação de trabalhadoras domésticas em 1936 participava juntamente com Abdias Nascimento da Frente Negra. Hoje muitas de nós como eu, somos do Movimento Negro Unificado, o MNU.

D) Insisto, hoje vem se ampliando o escopo de preocupação e ação do sindicalismo em se tratando de trabalhadoras domésticas, reivindicando um viver digno, preocupando-se com a **saúde mental das trabalhadoras**, visibilizando histórias da vida delas como mães, mulheres com vida própria, como donas de casa, com angústias e anseios, muita solidão por conta das relações de trabalho, mas também de gênero, e por aí se alinham às agendas feministas contra violências dessa ordem.

⁷ Creuza Oliveira, da diretoria da FENATRAD, presidenta do Sindoméstico de Bahia, em live promovida pelo Coletivo Creuza Oliveira, de Mata Escura-Salvador, em 24 abr 2021.

Muitas delas são chefes de família, mães solas, com vontades, uma humanidade comumente silenciada, mesmo em vários bem-intencionados trabalhos acadêmicos sobre o setor.

Ganha momento a luta por **vacina, renda mínima, auxílio emergencial decente**, fiscalização quanto a **direitos, respeito**, reconhecimento do **valor do trabalho doméstico remunerado** e **democracia**. Sim, **democracia**, outro ponto que vem se afirmando. No *WhatsApp* da FENATRAD, comentam-se questões trabalhistas; coisas que conversam amigas; discutem o acontecer político e o ideário por transformações; a importância de alianças com outros setores da sociedade contra o estado de coisas na nação; combinam participação em manifestações, são ativas, sublinho, na luta atual do povo brasileiro por democracia. As trabalhadoras domésticas viriam resistindo assujeitamentos e se fazendo cada vez mais protagonistas de sua história, o que de fato é um longo processo, já destacado por vários autores, mas que no Livro, como se comenta no ponto seguinte, registra-se como se deram os muitos avanços.

A construção da subjetividade das trabalhadoras domésticas é ainda um processo em aberto, mediante práticas peculiares. Já Bernardino-Costa (2015), recorrendo à modelagem teórica de perspectiva decolonial, pensa os sindicatos das trabalhadoras domésticas, desde o seu nascedouro como um **movimento social de resistência à colonialidade do poder** e de insistência das trabalhadoras domésticas. Desempenha, de um lado, a função de resistência à exploração econômica e à marginalização social e, de outro, constitui-se como uma organização político-trabalhista que, no plano individual, luta pela afirmação da existência de cada profissional e, no plano coletivo, propõe-se a refundar uma sociedade baseada nos princípios da igualdade e da justiça social (CASTRO, 2020).

E) Mudam-se também as práticas acadêmicas e a relação entre sindicatos de trabalhadoras domésticas e pesquisadoras. As sindicalistas exigem seu devido reconhecimento como protagonistas nas colaborações e projetos com parceiros. Seus saberes, modos de ação e expressão são centrais a qualquer produção sobre o trabalho doméstico. Não é mais possível realizar uma pesquisa com as trabalhadoras

domésticas organizadas sem fazer uma devolução, sem incluí-las nos processos e decisões, sem que elas sejam valorizadas não só enquanto "informantes", mas também enquanto pensadoras e professoras. Neste Livro, a maioria dos capítulos foram construídos por parcerias entre diretoras da FENATRAD e acadêmicas, sendo que aqueles em que assinam só pesquisadoras foram discutidos com as sindicalistas coorganizadoras do Livro. Vai além do que almejávamos, Chaney e Castro em 1989, com o livro "Muchachas no more", ou seja, que se viesse a registrar a memória do serviço doméstico na América Latina por material organizado, escrito por lideranças sindicais e parcerias de espaços/saberes entre pesquisadoras ativistas e sindicalistas autoras. Neste Livro, se ousa mais. As imagens e os escritos são amostras tanto de que as trabalhadoras domésticas são capazes de, em suas próprias palavras, contarem suas histórias públicas e privadas, como estão empenhadas em ser sujeitos de uma outra história, tanto para as trabalhadoras domésticas quanto, com muitos e muitas, para a nação.

Aliás, como costuma falar Chirlene dos Santos Brito sobre a propriedade das sindicalistas do trabalho doméstico remunerado serem autoras e se apresentarem com suas falas: "somos formadas na faculdade da vida". São sujeitos, não somente por acionarem subjetividades, mas sujeitos de uma história em construção, que parece se alinhar a princípios de culturas africanas, como a Yorubá, em que se combina aprendizagem e reverências a partir dos e das ancestrais, e projeto de futuros por um presente de luta.

Apresentando o Livro "Os sindicatos de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: memórias da resistência"

A seguir, apresenta-se o Livro por capítulos, com alguns comentários, lembrando o descrito no projeto original, o seu objetivo e que bem se cumpriu:

Objetivo: produzir um *e-book* sobre a atuação dos sindicatos de trabalhadoras domésticas na pandemia que seja um registro da resistência e modos de organização das trabalhadoras durante esse período de crise sanitária, econômica e política. O *e-book* deve estar num formato bastante acessível, que seja atraente

para as próprias trabalhadoras, além de resgatar a memória de suas lutas neste momento de pandemia e trazer dados que ajudem a entender o contexto no qual estamos. As trabalhadoras domésticas são as principais protagonistas e vozes desse projeto.⁸

Na primeira parte do livro, três capítulos dedicam-se a pensar nos efeitos da crise do Covid sobre o trabalho doméstico. No capítulo 1, "Impactos da crise pandêmica no trabalho doméstico: velhas causas, novas consequências", Louisa Acciari e Chirlene dos Santos Brito discutem os efeitos da pandemia da Covid-19 em conjunção com tempos de governo hostil aos trabalhadores e de pouca atenção as suas necessidades quanto à fiscalização das conquistas legais, assistência de saúde e em outras dimensões básicas à vida. Exploram-se diversas fontes recentes de pesquisas quantitativas, com especial destaque para uma que a FENATRAD realizou no início da pandemia junto à FITH sobre impactos da crise da pandemia de Covid-19 nas condições de vida das trabalhadoras domésticas. As autoras bem destacam que, se foram agravadas, há marcas estruturais da sociedade brasileira, por desigualdades sociais na combinação dos sistemas de gênero, raça e classe, que acompanham a realização do serviço doméstico.

O capítulo 2, nomeado "Luta jurídica contra a violação de direitos", organizado por Myllena Calasans de Matos, apresenta-se uma versão condensada do relatório intitulado: *Primeira Nota sobre a Implementação da Convenção 189 no Brasil, com foco nas denúncias de violações dos direitos das trabalhadoras domésticas brasileiras durante o contexto da pandemia da Covid-19*, que foi enviado à OIT em outubro de 2020 e assinado pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (FITH). O relatório, assim como os dados apresentados aqui, aponta para a urgência de adequar a LC 150/2015 ao texto da C 189, a qual garante direitos iguais entre trabalhadoras domésticas e as demais categorias, independente da trabalhadora doméstica laborar uma, duas ou mais vezes na semana. Discute a saga do recebimento do auxílio emergencial pelo governo e seu baixo valor frente às necessidades de

⁸ Projeto "Trabalho doméstico, trabalho decente: resistindo ao trabalho escravo e ao desmonte da democracia", Edital Resistência, Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH), julho de 2020 a julho de 2021.

sobrevivência dos trabalhadores e à violação de direitos, como a cobertura da quarentena remunerada. Documenta algo sobre a campanha lançada no início de maio de 2020, pela FENATRAD, em parceria com mais 40 organizações, denominada "*Cuida de Quem te Cuida! Trabalho doméstico não é atividade essencial!*" com o objetivo de alertar a sociedade brasileira sobre a edição de decretos assinados que abrangeriam direitos da categoria (<https://www.cuidadequemtecuida.bonde.org/>). Bem se documenta casos graves de violações que chegaram ao conhecimento público. Embora alguns dos casos sejam também referidos em distintos capítulos deste Livro, tal a indignação que causaram, e tenham alguns sido noticiados pela imprensa, é importante ressaltar o fato de ser trabalho da Assessora Jurídica da FENATRAD, baseado em relatório enviado à OIT, assim denunciando, na arena internacional, o descaso acentuado do governo brasileiro pela vulnerabilização e precariedade sofridas pelas trabalhadoras domésticas.

O capítulo 3, "Visibilidade na mídia e formas de resistência", de autoria de Denise Mantovani e Isabel Freitas, tem como objetivo refletir sobre como a grande mídia estaria acompanhando questões vividas por trabalhadoras domésticas, noticiando ou silenciando representações por sindicalistas durante a pandemia de 2020, defendendo que interesses de classe e raça podem provocar vieses, além de considerar a importância das chamadas mídias alternativas no campo virtual, "aquela que se orienta pelo ponto de vista dos trabalhadores, das lutas sociais, das lutas antirracistas e feministas" acionadas por ativistas, destacando "denúncias, mobilização e visibilidade". Assim, se procedem comparações entre alguns veículos da grande imprensa e de duas organizações mais afins ao registro da voz de trabalhadores e análises estruturais. No capítulo, são selecionados alguns autores de perspectiva decolonial, frisando como o serviço doméstico hoje se alinha à "colonialidade do poder", ou permanência de valores e práticas do Brasil escravocrata, como a desumanização do outro, da outra, por construções de raça e gênero afins à realização de uma sociedade de classe.

Jurema Brites assina o capítulo 4, "Trabalhadoras Domésticas e a Mobilização Digital Durante a Pandemia Covid-19", que reflete a importante nova configuração da militância da categoria organizada, não somente com o uso de distintas mídias para

divulgar o ideário, denúncias e direitos, mas também, como no caso do *WhatsApp*, para assistência individualizada. No capítulo, detalha-se como as sindicalistas de objeto passaram a ser sujeitos das comunicações, modelando agendas, organizando *lives* e campanhas, focalizando em uma forma de ampliar seu raio de contato com as trabalhadoras domésticas e serem mais efetivas na tão necessária assistência em tempos de ampliação dos casos de exploração e diversas vulnerabilizações. Pelo remoto, as sindicalistas são psicólogas, defensoras jurídicas, assistentes sociais, são iguais e estão pelas iguais. Jurema Brites bem adverte que o trabalho sindical via *home office* significa exaustão e dupla jornada, já que muitas das sindicalistas também são chefes de família, donas de casa, mulheres que comumente, como tantas outras, sofrem o encargo dos trabalhos domésticos, pouco reconhecido em termo de valor social. Através de um rigoroso trabalho de pesquisa, Brites documenta, utilizando como fonte a página da FENATRAD, tipos de mobilização e sua intensidade durante enfrentamento à pandemia no ano de 2020, e registra um reconhecimento às que se foram.

No capítulo 5, Thays Monticelli visita uma dimensão que tem sido básica na história da organização do trabalho doméstico remunerado, que são as parcerias com organizações de outros campos, e o intitula "Parcerias e redes solidárias: As trabalhadoras domésticas não estão sozinhas". Focaliza o período de 2020, destacando como a solidariedade de ONGs, empresas e pessoas físicas se acentuou em tempos de pandemia por uma diversidade de ações, como doações de cestas básicas, doações de kits de higiene e pressão ao governo por apoio às reivindicações sindicais. Várias pessoas colaboraram na composição de vídeos e textos relacionados a campanhas da FENATRAD, além de escreverem guias para as patroas e acionarem rodas de apoio psicológico durante a pandemia. Projetos em curso antes da pandemia e outros também ocorreram. A riqueza de tal ativismo solidário é documentada no capítulo, especificando-se créditos por tipo de ação. Textos e imagens se combinam, dando uma ideia da riqueza da mobilização no período. Um pouco da trajetória de alianças e redes, inclusive internacionais, é registrada no capítulo.

No capítulo 6, "Organização sindical no 'novo normal': informar, mobilizar e empoderar as trabalhadoras domésticas", temos um valioso e potente texto militante e reflexivo de uma destacada sindicalista, Cleide Pinto, com a colaboração da pesquisadora Louisa Acciari, em que se focaliza a memória do vivido, do sentido e do idealizado. Segundo a autora: "Neste capítulo, gostaria de focar nos modos que encontramos para nos organizar e fortalecer nossa base, e como tentamos transformar a pandemia em oportunidade para mobilizar as trabalhadoras domésticas." Destaca-se entre vários o dado de que, em 2020, segundo mapeamento interno feito com os sindicatos da FENATRAD, foram registradas 500 novas sócias filiadas aos sindicatos, o que é um grande feito, considerando que expandir o número de membros dos sindicatos é um dos objetivos básicos, mas de difícil consecução por parte dos sindicatos de trabalhadoras domésticas. Documentam-se feitos como distribuição de cestas básicas e informações sobre a Covid-19, entre outros, inclusive o combate a *fake news*, negacionismo e propaganda de remédios contra o vírus, como o fez o Governo Federal. De fato, o trabalho dos sindicatos se avolumou tanto por ter que lidar com o empobrecimento, o desemprego e as várias vulnerabilizações das trabalhadoras domésticas, como também para suprir o vazio do Estado em termo de assistência social e sua tônica por desinformação.

Outro ponto a destacar desse capítulo é a observação de que a cartilha elaborada pela FENATRAD para melhor informar sobre a pandemia foi muito bem avaliada internacionalmente, sendo reproduzida por outros sindicatos na América Latina. O capítulo traz a história da campanha "*Cuida de Quem te Cuida! Trabalho doméstico não é atividade essencial!*", seu simbolismo e intenção, e de outras mobilizações, inclusive de cunho legal, relatando os impressionantes esforços para lidar com os desafios da comunicação virtual para melhor atender às trabalhadoras, visibilizar a luta dos sindicatos e tentar sensibilizar a sociedade sobre o valor do trabalho doméstico e a necessária humanização do sujeito trabalhadora doméstica que, em uma sociedade como a brasileira, agarrada aos privilégios de uma colonialidade fundada em desigualdades sócio-raciais, pede muita mobilização por justiça. Observa Cleide Pinto:

"Para mim, isso [organizar *lives*] foi uma experiência muito importante, de ver que eu sou capaz de fazer meu próprio programa, e para poder mostrar às outras companheiras que elas também podem. Trabalhadora doméstica pode sim organizar *lives*, definir os temas, debater e ser protagonista."

Há que se destacar, também, a importância desse capítulo, por ser uma representação própria que relata em suas palavras uma singularidade dos sindicatos de trabalhadoras domésticas, documentada por diversos pesquisadores do tema: a combinação de serem órgãos de classe, de defesa e propulsão de direitos, e um lugar de acolhimento e amizade, idiossincrasia institucional tão necessária para mulheres cujos ambientes de trabalho (as casas dos patrões) comumente se pautam na distância e isolamento, chegando até a quarentenas forçadas em tempos de Covid-19. São trabalhadoras que costumam ter suas identidades de mulheres, mães e sua vida particular comumente silenciadas. Nos sindicatos de trabalhadoras domésticas, o comum é a mistura do afeto com militância por direitos e, cada vez mais, investimentos em formação acionadas pelas próprias sindicalistas. As palavras finais de Cleide Pinto no capítulo são por si eloquentes, sobre uma trajetória que se "esperança" em possíveis futuros:

"Para mim e para as outras diretoras, esse período foi um grande aprendizado e um momento de empoderamento, vimos o quanto somos capazes, tomamos mais responsabilidade e levamos em frente projetos liderados por nós mesmas. Quando for possível retornar ao presencial, o Brasil que se prepare, aguarde as domésticas!"

No mesmo diapasão dos capítulos anteriores, com chave de ouro, fecha-se a segunda parte deste livro, com o capítulo "Ser militante durante a pandemia: uma luta que vem de longe", elaborado por Luiza Batista e Jurema Brites. Decola o texto de comum refrão usado pelas sindicalistas e, segundo me contaram, pela primeira vez expresso por outra diretora da FENATRAD, Creuza Oliveira: "nossos passos vêm de longe", quando fala da trajetória reconhecendo os esforços das pioneiras. Interessante

notar que, com tal perspectiva, segue-se um princípio básico Yorubá e de outras etnias africanas: saudar os ancestrais e reconhecer como abriram caminho (ver, entre outros, OYÉWÙMI, 2021). Segundo Luiza Batista:

"Uma coisa que eu quero falar, é o seguinte: como você falou, 80 anos, um pouquinho mais né? Porque foi em 1936, foi a fundação da primeira Associação e a Dona Laudelina, naquela época, a resistência dela foi uma coisa impressionante!"

Daí, o capítulo aterrissa em tempos de pandemia e documenta mais sobre a ética de acolhimento, as lutas dos sindicatos nesses tempos, a composição sociodemográfica das diretoras e um fato comumente relatado nas pesquisas, a prevalência de pessoas mais velhas nos sindicatos e a recusa das mais jovens em se sindicalizar, que em muito sobrecarrega as sindicalistas, o que leva as autoras a questionar: "De onde tiram tanta força?".

Mencionam-se os empreendimentos em formação e o valor dado à educação para elas, seus filhos e para as trabalhadoras em geral, por cursos ministrados por elas nos sindicatos. Frisa-se que a alegria não se dá pela quantidade, mas com a qualidade das formandas, quando algumas se filiam ao sindicato e muitas saem dos cursos com consciência política sobre seus direitos e o valor do seu trabalho. As falas de Luiza Batista passam o sentido de ação coletiva e gratificação ao oferecer ajuda a outras iguais, com muitas histórias de sofrimentos passados e presentes nas relações de trabalho e de vida. Resgatam-se articulações com movimentos sociais ao longo da história da sindicalização, na tentativa de passar em letras frias, para o escrito, o vivido, ou seja, a comoção pelos casos contados, os sofrimentos de tantas que chegam nos sindicatos. O capítulo é pleno de testemunhos, combinando a saberes autoras.

Na terceira parte do livro a tradição encontra-se com o porvir. Jovens estudantes inauguram suas pesquisas/escritas acadêmicas apresentando os perfis da direção atual da FENATRAD - gestão 2016-2021. Ao retratarem a trajetória de cada militante, eles realizaram um movimento duplo. Por uma parte, homenageiam as militantes com as fotografias, nomes, caminhos percorridos até a entrada na militância e o que ela representa nas suas vidas e os modos como compreendem e vivem a luta sindical.

Por outra parte, destacam a força de uma geração e o sentido coletivo do movimento na construção conjunta e contínua de uma sociedade com mais justiça social. Bruna Vogt, Emanuelle Jungblut, Guadalupe Almeida, Mateus Luz e Viviana Zorzi, com a orientação das professoras Jurema Brites e Thays Monticelli, trabalharam de forma espelhada ao que conheceram nos relatos colhidos - construíram colaborativamente e com perseverança um capítulo sobre uma militância encarnada pelas histórias de desrespeitos e dores superados pela aguerrida de busca do bem comum.

Em anexo, tem-se as transcrições de algumas *lives*. O Livro é rico em fotografias, imagens que ilustram a rica vida nos sindicatos, mesmo em tempos de tantas perdas e tristezas.

Este Livro nos leva a revisitar um texto célebre do conhecimento feminista pós-colonial, qual seja “Pode o subalterno falar?” de Spivak (2010), em que a autora, segundo Almeida (2010), critica os intelectuais ocidentais, relativiza a autonomia do sujeito subalterno e defende que há limites nas representações, pois o sujeito é heterogêneo. Entende Spivak como subalterno “aquele cuja voz não pode ser ouvida” (SPIVAK, 2010 apud ALMEIDA, 2010, p. 12), afirmando que “a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela se o faça, possa ser ouvido(a)” (SPIVAK, 2010 apud ALMEIDA, 2010, p. 14).

Este Livro sobre a FENATRAD e os sindicatos de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia Covid-19 bem demonstra que as lideranças sindicais não são subalternas e que cada vez mais se rebelam contra subalternizações, elevando suas vozes por distinta mídia e forma, insistindo na autonomia, ainda que ao articularem raça, gênero e classe se enlacem com distintos movimentos sociais e reconheçam a importância de contar com colaborações de pesquisadoras. As intelectuais ativistas que colaboram com a Federação preocupam-se com espaços que identificam saberes, mesmo que colaborativos, e em grande medida apresentam perfis e tecem reflexões sobre as trabalhadoras, mas nem as sindicalistas nem as pesquisadoras se orientam por representações de uma categoria de fato tão heterogênea. A preocupação comum, bem cumprida, é um trabalho de memória sobre o realizado e idealizado em tempos tão difíceis, de pandemia e pandemônio, de governo hostil aos e às trabalhadoras.

Se "nossos passos vem de longe", como as diretoras afirmam, este Livro bem atesta que, a depender das sindicalistas, o caminho emancipatório por justiça e reconhecimento social do valor das trabalhadoras domésticas para as famílias e para a sociedade em geral vai longe com elas e por elas.

Referências

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio-Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno falar?*. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2010, p. 7-17.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

CASTRO, Mary Garcia; MARQUES DA SILVA, João Victor; SOUZA, Maria das Graças Neves das. Entre mudanças e persistências na história: trabalhadoras domésticas no Brasil contemporâneo. In: CALAZANS, Márcia Esteves de; CASTRO, Mary Garcia; PIÑEIRO, Emília (Orgs.). *América Latina: corpos, trânsitos e resistências*. Porto Alegre: Editora Fi, vol. 2, 2018, p. 153-184.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de Categorias Sociais na produção dos sujeitos políticos: gênero, raça e geração entre líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 0, n. 0, 1992, p. 57-73. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15801>. Acesso em 23 jul 2021.

CASTRO, Mary Garcia. Mulheres sindicalizadas: classe, gênero, raça e geração na produção de novos sujeitos políticos, um estudo de caso sobre o serviço doméstico. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. *Pensamento Feminista Brasileiro, formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p 213-236.

CASTRO, Mary Garcia. Trabalhadoras domésticas no Brasil: sujeitos ou sujeitadas na classe, no gênero e na raça?. *Revista Princípios* [on-line], v. 39, n. 159, 2020, p. 126-150. DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.159.006>. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/16>. Acesso em 26 jul 2021.

CHANEY, Elsa; CASTRO, Mary Garcia. *Muchacha cachifa criada empleada, empregadinha sirvienta y...más nada. Trabajadoras del hogar en América Latina y el Caribe*. Venezuela: Editora Nueva Sociedad, 1993.

CHANEY, Elsa; CASTRO, Mary Garcia. *Muchachas no more: Household Workers in Latin America and the Caribbean*. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

GRAGNANI, Juliana. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. *BBC News Brasil*, [S.l.], 12 julho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em 26 jul 2021.

OYÉWÙMI, Oyèronkè. *A Invenção das Mulheres. Construindo o sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ROCHA, Ruby. *Descaso com pandemia escancara perda na renda das famílias e mortes de trabalhadores*. Central Única dos Trabalhadores (CUT), [S.l.]. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/a-grande-crise/descaso-com-pandemia-escancara-perda-na-renda-das-familias-e-mortes-de-trabalhadores/>. Acesso em 26 jul 2021.

RONCADOR, Sônia. *A Doméstica Imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Ed UNB, 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno falar?*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

THERBORN, Goran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós Neo Liberalismo e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

1

Os efeitos da crise no trabalho doméstico

CAPÍTULO 1

*por Louisa Acciari
e Chirlene dos Santos Brito*

**Impactos da crise pandêmica
no trabalho doméstico: velhas
causas, novas consequências**

IMPACTOS DA CRISE PANDÊMICA NO TRABALHO DOMÉSTICO: VELHAS CAUSAS, NOVAS CONSEQUÊNCIAS

*Louisa Acciari
Chirlene dos Santos Brito*

Introdução

A primeira morte confirmada por Covid-19 no Rio de Janeiro, a segunda no Brasil, deu o tom para o resto da crise: Cleonice Gonçalves, mulher negra de 63 anos, trabalhadora doméstica, diabética e hipertensa, foi contaminada por sua patroa, que voltava de uma viagem à Itália e não tinha informado à trabalhadora doméstica que apresentava sintomas. Esse caso foi muito simbólico: enquanto a patroa teve acesso aos cuidados necessários, a trabalhadora doméstica morreu sem ter sequer a chance de se curar, pois nem sabia que poderia estar infectada.

Se o desprezo pela vida das trabalhadoras domésticas e das populações mais pobres não é novidade no Brasil, seus efeitos se revelaram com ainda mais força nesse período de crise pandêmica. No momento em que escrevemos essas linhas, passamos das mais de 300.000 mortes por Covid-19 no Brasil, há falta oxigênio nos hospitais do Amazonas, e a população negra está sendo mais exposta, tendo maior chance de falecer devido à doença. Sobrepõe-se a isso a falta de políticas públicas adequadas, o quase um quarto da população ativa que se encontra fora do mercado de trabalho no início de 2021, um governo negacionista que promove desinformação em relação ao vírus e à vacina, e pode-se entender porque os movimentos sociais estão falando de genocídio organizado.

Para evitar o contágio, existem orientações aparentemente simples: lavar as mãos com água e sabão com frequência, isolamento ou distanciamento social, uso de máscaras e trabalho remoto. Mas como seguir essas regras quando não há saneamento básico e água corrente para limpar suas mãos? Com que recursos compra álcool em gel, sabonete e máscaras a metade da população que ganha menos de um salário mínimo e carece do necessário para sobreviver? Como trabalhar remotamente quando o trabalho é informal e depende do contato físico com clientes ou patrões? Quem tem

acesso à internet e computador para fazer o trabalho remoto de casa? E quem cuida das crianças que não podem mais ir à escola?



A pandemia afetou a sociedade por completo, criando uma extrema polarização entre, por um lado, as pessoas que ficaram sem emprego e sem renda, e por outro, as que viram sua carga de trabalho aumentar, suas casas se transformando em escritórios e escolas improvisadas. Nesse cenário, as trabalhadoras domésticas foram um dos grupos mais atingidos pela crise. Mostraremos, neste capítulo, que isso se explica por uma situação de precariedade e exclusão que antecede a pandemia. A crise causada pela Covid-19 apenas ampliou desigualdades profundamente enraizadas na sociedade brasileira, acostumada ao genocídio do seu povo negro, à desvalorização das mulheres

que carregam nas costas o trabalho reprodutivo e à situação de extrema pobreza da maioria da população.

O trabalho doméstico no Brasil: uma crise permanente

O trabalho doméstico sempre foi um dos setores mais precarizados e desprotegidos no mercado de trabalho. Desde a adoção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, é considerado menos ou não "produtivo" e, portanto, não qualificaria como um trabalho "de verdade". Em consequência, as trabalhadoras domésticas permaneceram excluídas das leis trabalhistas por décadas. Como analisado por vários autores, essa concepção do trabalho está enraizada no passado colonial e nas desigualdades de gênero, raça e classe que estruturam a sociedade brasileira, permitindo que uma

minorias de famílias de classe média possa empregar, a custo muito baixo, mulheres pobres para fazerem suas tarefas domésticas (ACCIARI, 2020; BERNARDINO-COSTA, 2015; BRITES, 2013; MELO, 1998).

Antes da crise, a categoria contava com cerca 6.2 milhões de pessoas, fazendo do Brasil o maior empregador de trabalhadoras domésticas da América Latina. Desse contingente, 93% são mulheres, 61% são negras e 72% trabalham sem carteira assinada, ganhando uma renda média mensal inferior a um salário mínimo. Apenas 40% contribuem para a previdência social, uma proporção que cai para 10% dentre as que trabalham sem carteira assinada (GUEDES e MONÇORES, 2019; PINHEIRO *et al.*, 2019). Além disso, seu acesso aos direitos trabalhistas tardou muito em relação aos demais setores e segue, até hoje, incompleto.

A lei 150 de 2015, fruto de mais de 80 anos de luta do movimento das trabalhadoras domésticas, amplia de maneira substantiva os direitos da categoria. Garante, entre outros: o direito a ter sua carteira de trabalho assinada nas primeiras 48 horas de contratação, jornada de trabalho de 8 horas e semana de 44 horas, compensação por hora extra e adicional noturno, aviso prévio, FGTS, seguro desemprego, estabilidade à gestante, licença maternidade, férias e feriados nacionais e direito a organização sindical¹. Apesar de ser uma vitória significativa num país tão desigual, a lei contém disposições fortemente criticadas pela FENATRAD, seus sindicatos e Associações (ACCIARI, 2016).

¹ Lei Complementar 150 de 2015: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2015/leicomplementar-150-1-junho-2015-780907-publicacaooriginal-147120-pl.html>

Direitos garantidos pela lei 150 de 2015



Uma das críticas é a diferenciação entre a "empregada doméstica", que trabalha pelo menos 3 dias por semana para o mesmo empregador, e a "diarista", que trabalha até 2 dias por semana para a mesma casa. Se diaristas já existiam na prática antes de lei (FRAGA, 2016; MONTICELLI, 2013), essa nova modalidade oficializa uma distinção que tem consequências no acesso aos direitos. A diarista é considerada autônoma, não sendo obrigatória a assinatura de sua carteira. Portanto, ela não tem vínculo empregatício formal como a empregada doméstica mensalista, que tem vínculo comprovado através da carteira de trabalho assinada. A diarista se torna responsável por suas contribuições previdenciárias e não se beneficia de nenhuma proteção social em caso de perda de emprego ou demissão se não tiver contribuído do próprio bolso para o regime Geral de Previdência Social². Desde 2015, a proporção de diaristas vem crescendo, chegando a representar atualmente 44% da categoria (PINHEIRO *et*

² As contribuições ao RGPS do INSS garantem, em contrapartida, auxílios mensais como aposentadoria, auxílio-acidente, auxílio doença, auxílio maternidade.

al., 2019). Ou seja, quase metade da categoria se encontra excluída dos benefícios proporcionados pela lei 150.

Outra crítica importante de se considerar no contexto de crise pandêmica é o acesso ao seguro desemprego, que é garantido de forma muito restritiva em relação aos demais setores. Em caso de demissão sem justa causa que já é em si uma luta para comprovar – a trabalhadora doméstica tem direito a receber até 1 salário mínimo durante um período máximo de 3 meses, se ela teve sua carteira de trabalho assinada durante pelo menos 15 meses nos últimos 2 anos. Devido à alta taxa de informalidade, que além de tudo vem crescendo durante a pandemia (DIESSE, 2021), e às relações desiguais entre patrão e empregada, poucas são as que conseguem gozar desse direito.

Vemos que, em tempos "normais", o setor do trabalho doméstico já é extremamente precarizado e desprotegido. Não existe quase nenhum dispositivo de proteção trabalhista acessível em caso de perda de emprego, as condições para usufruir dos direitos são muito restritivas, os níveis de formalização e de contribuição à previdência permanecem fracos, apesar das regulamentações de 2015, e o salário médio das trabalhadoras domésticas segue muito baixo.

A seguir, detalhamos a metodologia da pesquisa apresentada aqui, antes de comentar seus principais resultados em torno das condições de trabalho e saúde das trabalhadoras domésticas durante esse período de crise.

Métodos e dados da pesquisa

Este capítulo traz dados de uma pesquisa que a FENATRAD realizou junto com a FITH (Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas, entidade à qual a FENATRAD é filiada) sobre o impacto da crise provocada pela pandemia da Covid-19 na América Latina. Ao todo, 14 países participaram, somando 2.650 respondentes³.

³ Relatório da FITH "Fortes e Unidas Enfrentando a Pandemia": <https://idwfed.org/en/resources/strong-and-united-facing-up-to-the-pandemic-the-impact-of-covid-19-on-domestic-workers-in-latin-america> ACCIARI; BRITEZ; MORALES. Right to health, right to live: domestic workers facing the Covid-19 crisis in Latin America. Gender and Development [on-line], 2021, v. 29, n. 1, p. 11-33. Disponível em: <https://www.tandfon-line.com/doi/full/10.1080/13552074.2021.1885213>.

O questionário foi feito on-line, usando a plataforma *Google Forms*, e divulgado via *WhatsApp* e redes sociais pelas organizações afiliadas à FITH entre abril e maio de 2020. Os dados foram analisados no programa de estatísticas SPSS. Analisamos, aqui, o recorte específico do Brasil e os dados coletados pela FENATRAD. As trabalhadoras domésticas que eram sócias e/ou estavam nas redes de contato dos sindicatos receberam o link do formulário diretamente por *WhatsApp*. Quando a própria trabalhadora não pôde completá-lo, por falta de acesso à internet ou dificuldade de leitura, elas receberam ajuda do sindicato ou de um parente. Muitas diretoras fizeram entrevistas por telefone, preenchendo o formulário junto à trabalhadora.

A pesquisa foi realizada no início da crise, quando as medidas de restrições de mobilidade – ou *lockdown* – estavam mais fortes, e os sindicatos fechados. Por isso, encontramos certa dificuldade para alcançar as trabalhadoras, impossibilitando entrevistas às que não tinham telefone ou não estavam nas redes mais imediatas dos sindicatos. Para as próprias diretoras foi um desafio migrar para o espaço on-line, sendo que algumas não tinham recursos para crédito de telefone nesse momento. Perdemos contato com muitas trabalhadoras, resultando em uma distribuição nas respostas por estado (ver tabela 1) que não reflete seu peso demográfico real, mas sim sua capacidade de divulgar o questionário ou fazer entrevistas telefônicas naquele momento. Quase metade da amostra (45%) era sindicalizada, enquanto em nível nacional essa proporção é de apenas 2%. Ainda que não se trate de uma pesquisa representativa do ponto de vista estatístico, esses dados nos dão uma indicação das condições de nossas companheiras durante a crise. Os dados da pesquisa quantitativa são complementados pelos dados da PNAD-Covid (2021) sobre o mercado de trabalho, entrevistas e conversas com diretoras da FENATRAD e reportagens publicadas na mídia.

Tabela 1: Distribuição da amostra por estado

Estado	Valor	%
Acre	2	0.5
Amapá	5	1.2
Bahia	50	12.1
Ceará	1	0.2
DF	8	1.9
Maranhão	68	16.5
Piauí	1	0.2
Paraíba	41	9.9
Paraná	1	0.2
Pernambuco	25	6.1
Rio de Janeiro	143	34.6
Rio Grande do Sul	8	1.9
Rondônia	1	0.2
São Paulo	43	10.4
Sergipe	16	3.9
Total	413	100

A amostra é composta por 97% de mulheres, com idade média de 45 anos (praticamente idêntico aos dados do IBGE), a maioria solteira ou separada, sendo que 87% têm filhos e 68% são as principais provedoras de suas famílias. Para 89% das respondentes, o trabalho doméstico é sua principal fonte de renda, com um salário mensal médio de R\$ 985. Esse valor é um pouco superior à média nacional (R\$ 850), provavelmente sendo elevado pela sobrerrepresentação do Sudeste e do Rio de Janeiro, em particular. Mesmo assim, permanece um salário baixo.

Para manter a comparabilidade com os outros países, não usamos o recorte geralmente escolhido pelo IBGE de 'mensalista com carteira assinada', 'mensalista sem carteira assinada' e 'diarista', mas fizemos perguntas que pudessem dar uma dimensão da taxa de informalidade. Das questionadas, 66.5% responderam não ter carteira assinada (vs. 72% nos dados nacionais), 42% contribuíam para o INSS (vs. 40% nos dados nacionais), e 54% se identificaram como diarista (vs. 45% nos dados nacionais).

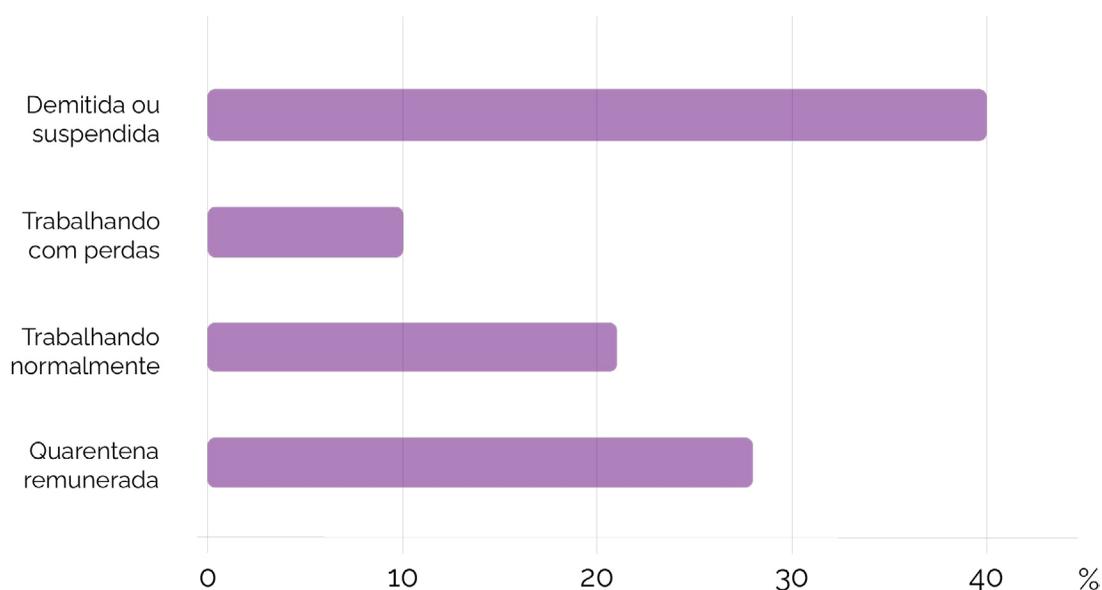
É interessante notar também que 2% responderam trabalhar por agência ou aplicativo e que 0.7% são registradas como Micro-Empreendedor Individual (MEI). Esses números pequenos não permitem fazer uma análise mais detalhada, mas indicam uma tendência que vale a pena considerar, já que essas modalidades são vistas pelos sindicatos como um desvio da lei 150/2015. Uma minoria respondeu dormir ocasionalmente na casa de seu empregador (2.5%), enquanto menos de 1% declarou morar no seu local de trabalho. Como veremos a seguir, esses números mudaram radicalmente sob o efeito da crise pandêmica.

De modo geral, o perfil das respondentes é um pouco menos precário em relação aos dados nacionais, o que pode ser explicado tanto pela distribuição regional como pela sobrerrepresentação de sindicalizadas. Contudo, semelhante aos dados disponíveis (PINHEIRO *et al.*, 2019), há uma predominância de trabalhadoras na informalidade, com salários baixos e acesso limitado à previdência.

Mercado de trabalho e riscos para a sobrevivência na pandemia

No momento da pesquisa, o distanciamento físico era a regra: 96% das respondentes declararam que havia medida de quarentena ou isolamento social no seu estado, o que representou um obstáculo significativo para trabalhar e gerar renda. Claro, essas medidas foram necessárias para conter a propagação do vírus, mas a ausência de apoio por parte dos empregadores e dos Governos Municipais, Estaduais e Federal teve por consequência o desemprego massivo e o maior empobrecimento das trabalhadoras domésticas, em sua maioria mulheres negras e com pouca escolaridade. O gráfico 1 resume a situação de emprego.

Gráfico 1: Situação de emprego



**Excluindo "outros" e "aposentadas", N = 321*

Uma parte significativa respondeu ter sido demitida ou suspensa (40%), dessas, apenas 5% tinham direito ao seguro desemprego. Esse recorte mostra quem estava fora do emprego, seja de maneira temporária ou permanente, e, portanto, sem renda (com a exceção das que conseguiram o seguro desemprego). Os sindicatos indicaram muitas situações de demissões abusivas ou de patrões se aproveitando do contexto para evitar o pagamento do salário. Alguns usaram o argumento do "abandono de emprego" porque a trabalhadora não podia ou não queria usar transporte público pelo alto risco de transmissão da Covid-19, outros demitiram por medo de ser contaminados, ou ainda alegaram não ter mais recurso para pagar salário, mesmo quando não tinham perdido seu emprego.

O segundo recorte, "trabalhando com perda", representa 10% das respostas e inclui antecipação de férias e 13° salário, redução de jornada e redução de salário. As medidas do governo facilitaram esse tipo de arranjo⁴, mas só poderiam se aplicar, em tese, nos casos de trabalhadoras com contrato ou carteira assinada. O recorte

⁴ Medida Provisória 936: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm

"trabalhando normalmente", que conta com 22% das respostas, é preocupante, visto que o contexto não era de normalidade. Essas trabalhadoras não sofreram perdas financeiras, mas estavam se deslocando ao trabalho como se não houvesse pandemia.

Por fim, apenas 28% se encontravam em quarentena remunerada na sua casa, um número acima da média dos outros países da pesquisa (14%). Isso pode ser explicado pelo fato da amostra ser mais sindicalizada e melhor informada, assim como pelo efeito positivo das campanhas da FENATRAD, que serão detalhadas no resto do livro. Nossa pesquisa tem também uma proporção superior de trabalhadoras com carteira assinada em relação aos dados nacionais, o que dificulta um pouco sua demissão. Mesmo assim, é chocante ver que apenas um quarto estava de quarentena remunerada enquanto 50% perdeu seu emprego ou uma parte de sua renda.

Quando analisamos de maneira mais detalhada as respostas, vemos diferenças expressivas entre mensalistas, diaristas e trabalhadoras com ou sem carteira. Dentre as diaristas, uma maioria absoluta (58%) foi demitida ou suspensa, dessas, somente 2% tinham direito ao seguro desemprego. Isso significa que a demissão em massa se traduziu em uma perda total de renda, afetando as trabalhadoras e suas famílias. As mensalistas parecem ter se mantido no emprego em maior proporção (34% trabalhando normalmente), com cerca de um terço gozando de uma quarentena remunerada.

A diferença mais notável está no fato de ter sua carteira assinada, mostrando a importância da formalização como forma de proteção social. As trabalhadoras com carteira assinada têm mais chances de permanecer empregadas e de estar em quarentena remunerada. Enquanto mais da metade das trabalhadoras domésticas sem carteira foram demitidas ou suspensas (56%), apenas 11% das trabalhadoras com carteira perdeu seu emprego. **Ou seja, as trabalhadoras domésticas sem carteira assinada têm 5 vezes mais chances de terem sido demitidas ou suspensas.**

Em suma, a maioria absoluta das trabalhadoras com carteira assinada manteve alguma renda. **No lado contrário, a maioria absoluta das trabalhadoras sem carteira assinada perdeu emprego e/ou renda.** A situação das diaristas e trabalhadoras sem carteira assinada confirma que **a informalidade é um fator de alto risco diante das variações do mercado.** Em caso de crise como a que estamos vivendo, elas são mais fáceis de demitir e não têm quase nenhum amparo legal.

Tabela 2: Situação de emprego por tipo de vínculo empregatício

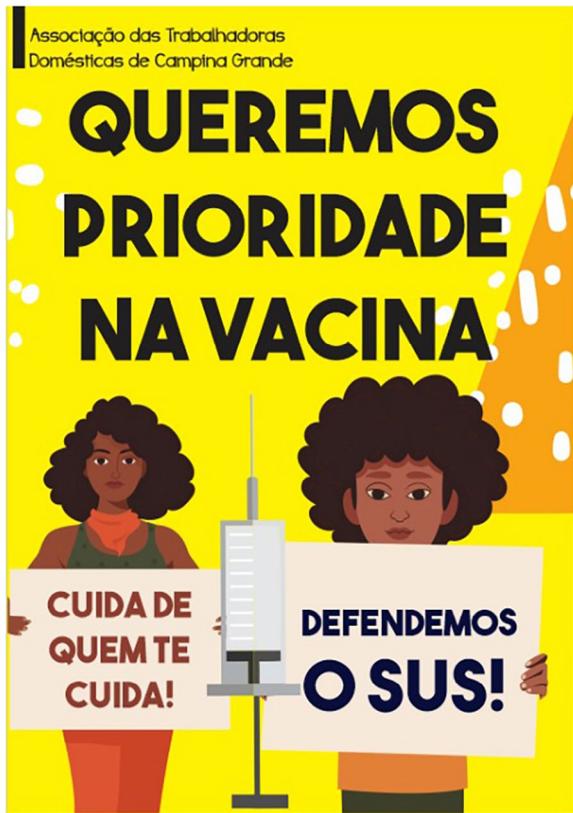
Modalidade de trabalho	Demitida ou suspendida	Trabalhando com perdas	Trabalhando normalmente	Quarentena remunerada
Diarista	58%	7%	9%	26%
Mensalista	23%	12%	34%	31%
Sem carteira assinada	56%	7%	12%	25%
Carteira assinada	11%	16%	38%	35%
Total	40%	10%	21%	28%

Segundo os dados da PNAD-Covid (DIEESE, 2021; IBGE, 2020), cerca de 1,5 milhões de empregos foram perdidos no setor do trabalho doméstico, deixando um quarto da categoria desempregada. A pesquisa ainda revela que a proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada contribuidoras do INSS diminuiu entre 2019 e 2020, caindo para 25% de trabalhadoras com carteiras assinadas e 35,6% de trabalhadoras com acesso à previdência social. Se as taxas de formalidade já eram baixas antes da crise, a crescente precarização da categoria preocupa.

Na nossa pesquisa, 40% das respondentes estavam fora do emprego em maio de 2020. Se considerarmos somente as que escolheram a opção 'demitida', são 31%, o que está acima dos dados da PNAD-Covid, mas razoavelmente próximo. Com a temporalidade, método e capacidade de alcance do IBGE sendo mais ampla do que a de nossa pesquisa, consideramos seus resultados mais representativos. Outro elemento influente pode ter sido a introdução das medidas provisórias pelo governo no decorrer da crise, que permitiram aos empregadores usar mais a suspensão de contrato, tendo como efeito uma perda de renda para a trabalhadora doméstica, mas sem que ela seja contabilizada como demitida ou desempregada.

De toda forma, 25% de empregos destruídos é uma proporção muito significativa: **uma em cada quatro trabalhadoras domésticas perdeu seu emprego**, tornando-se a segunda categoria mais atingida pela crise, depois do setor de alojamento e alimentação. A facilidade de demitir sem custo para quem emprega faz das trabalhadoras domésticas uma mão de obra particularmente vulnerável.

Saúde e segurança ocupacional



As condições das trabalhadoras domésticas que permaneceram empregadas pioraram, representando riscos para sua saúde e até para suas vidas, como vimos nos casos trágicos de Cleonice Gonçalves e do menino Miguel, filho de uma trabalhadora doméstica que teve de permanecer trabalhando em pleno período de *lockdown* (ver mais detalhes nos outros capítulos). Na nossa amostra, 9% declararam ter sofrido um aumento da carga de trabalho, e 5% foram forçadas a passar a quarentena na casa do empregador. Levando em conta que menos de 1% declarou viver no seu local de trabalho em tempos "normais", isso representa um aumento significativo.

Dentre as cuidadoras, 6% foram obrigadas a ficar na casa do empregador e 11% declarou um aumento da carga de trabalho, enquanto para as que trabalham como faxineiras essa proporção é de 11% em ambos casos (ficar na casa do empregador e aumento da carga de trabalho). O Sindicato da Bahia teve um caso de trabalhadora que ficou presa 4 meses na casa do patrão, provocando o abandono de seus familiares, e relatos de trabalhadoras coagidas a ficarem no local de trabalho foram se multiplicando com o passar dos meses⁵.

Essas duas dimensões (ficar na casa do empregador e aumento da carga de trabalho) estão intimamente conectadas, pois o aumento de trabalho é em parte provocado pela estadia na casa do empregador, o que muitas vezes tem por consequência o desrespeito da jornada de trabalho e dos repousos regulamentares. Outro fator é a presença de mais membros da família no local de trabalho, por causa

⁵ Ver por exemplo: <https://apublica.org/2020/06/trabalhadoras-domesticas-enfrentam-coacao-de-patroes-durante-pandemia/?fbclid=IwAR2uGsra6aT6Do7tiLxDwaRpHlaFRoNLRAd-CNDldPzcvzmSLVAKShnt6Dk>.

das suspensão de atividades escolares e de trabalho presencial. Os empregadores têm mais chances de estar em trabalho remoto e com suas crianças em casa, gerando mais demanda de limpeza, cozinha e cuidados.

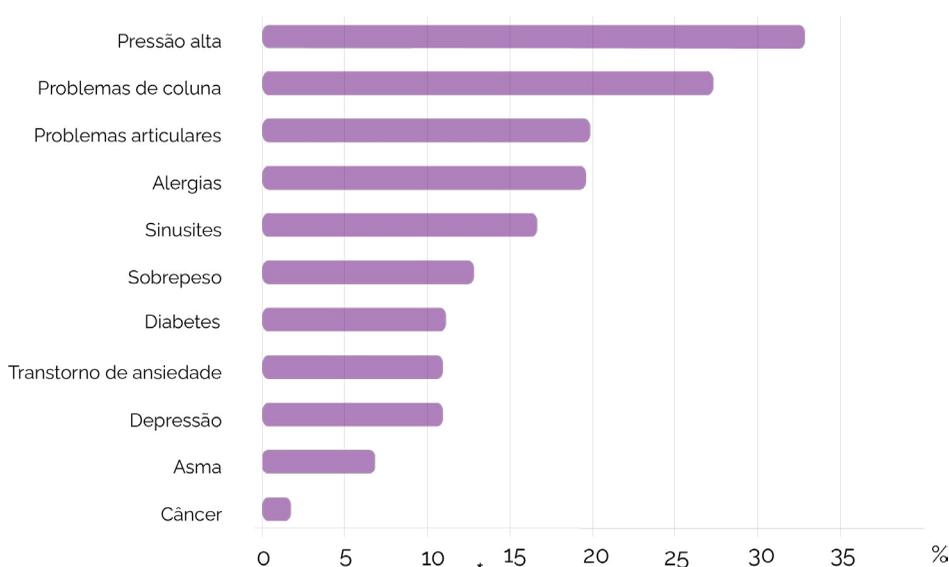
Um número que interpela é 11% das faxineiras terem sido obrigadas a ficar de quarentena na casa do empregador: **será nossa classe média tão escravocrata que não pode fazer sua própria limpeza em contexto de pandemia?** Se alguns casos como cuidado de crianças (com as escolas estando fechadas) ou cuidados especializados para idosos podem justificar a manutenção da trabalhadora doméstica ativa, particularmente para os empregadores que trabalham em áreas essenciais, como saúde e alimentação, as quarentenas forçadas no local de trabalho são profundamente chocantes. Ninguém acharia normal manter um vendedor de loja em quarentena na sua empresa para evitar o contágio.

De fato, continuar no trabalho envolve vários fatores de risco para as trabalhadoras domésticas. A maioria das respondentes (57%) levam mais de 1 hora para chegar no local de trabalho, sendo o transporte público lotado e com pouca ou nenhuma possibilidade de distanciamento social. Sua renda baixa ainda dificulta a compra de máscaras e álcool em gel, itens que podem se tornar caros quando é preciso comprar comida e pagar aluguel. Ademais, a pesquisa demonstra a falta de proteção no próprio local de trabalho ou, dito em outros termos, o desprezo dos empregadores pela saúde e segurança das trabalhadoras: 62% afirmaram que o empregador não lhes proporcionou os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), e 63% que o empregador não tomou medidas para garantir sua segurança durante o trajeto de casa ao trabalho.

Uma proporção expressiva, 12%, diz ter sentido os sintomas da Covid-19, mas não foi testada. Não se pode inferir que elas foram efetivamente contaminadas, porém isso reflete a falta de acesso a testes e serviços de saúde, assim como uma percepção marcante dos riscos de contrair a doença. A taxa de infecção em nível nacional é de 5%, portanto 12% de suspeita é um número elevado. A própria natureza do trabalho doméstico, que envolve cuidado, limpeza e contato direto com outras pessoas em ambientes mais restritos, representa em si um risco para essas mulheres (PINHEIRO *et al.*, 2020).

Outro fator de risco é a existência de pré-condições de saúde. **Quase metade das respondentes seguia um tratamento médico no momento da pesquisa e muitas declararam condições que são consideradas comorbidades da Covid-19:** 33% tinham pressão alta, 13% sobrepeso e 11% diabetes (ver gráfico 2). No total, cerca de um terço sofre de pelo menos uma das condições de comorbidade. Também se nota a existência de problemas respiratórios (asma, sinusites) que podem agravar os efeitos do coronavírus, assim como problemas característicos da categoria (dor na coluna, problemas articulares). Mesmo que esses últimos não sejam fatores de risco com a Covid-19, eles refletem um estado geral de saúde mais fragilizado.

Gráfico 2: Condições de saúde das trabalhadoras domésticas



Múltipla escolha, total acima de 100%

Algumas respondentes mencionaram também problemas de saúde mental, como transtorno de ansiedade e depressão. Um estudo de Sales e Santana (2003) mostra que as trabalhadoras domésticas são mais suscetíveis à depressão e à ansiedade do que mulheres empregadas em outros setores. Os autores afirmam que a falta de formalização, a constante humilhação e desvalorização, assim como o excesso de trabalho e a falta de controle sobre seu tempo são fatores que levam a uma pior

saúde mental e menor autoestima. Devido à falta de informação e educação sobre esses temas, podemos pressupor que nossos dados sejam subdeclarados. É muito provável que a maioria das trabalhadoras domésticas não tenha sido diagnosticada e nem tenha acesso a serviços de saúde mental. Contudo, a demanda existe, tanto que um dos projetos desenvolvidos pela FENATRAD foi a criação de rodas de conversa on-line com psicólogas profissionais, para acompanhar as trabalhadoras domésticas durante esse período de pandemia (ver capítulo 6).

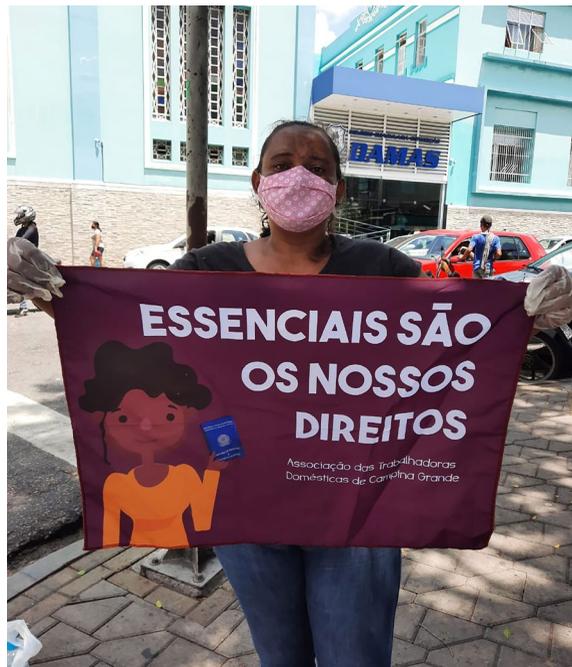
Conclusão

Vemos assim que, para as trabalhadoras domésticas, as consequências da pandemia são devastadoras: ampliaram vulnerabilidades e sistemas de desigualdades de gênero, raça e classe pré-existentes, enquanto a natureza do trabalho e a falta de amparo legal expuseram essa categoria aos riscos de contaminação ou até de morte. As próprias disposições da lei 150/2015, que veio ampliar os direitos das trabalhadoras domésticas, cria as condições para desproteção, pois, em 2021, 75% da categoria permanece sem carteira assinada, as exigências para ter acesso ao seguro desemprego são difíceis de cumprir e apenas uma minoria contribui para o INSS. Para as trabalhadoras domésticas, o direito à saúde e ao trabalho decente se tornou uma luta para se manterem vivas.

Para piorar, as trabalhadoras domésticas se encontraram pouco contempladas pelas políticas públicas e respostas emergenciais do governo. Foram consideradas trabalhadoras essenciais em alguns estados para manter sua obrigação de trabalhar, mas sem medidas protetivas adequadas (ver capítulo 2). Em contrapartida, quando não foram consideradas essenciais, o governo não garantiu apoio ou meios alternativos para sua sobrevivência. A medida que mais contemplou a categoria foi o auxílio emergencial, introduzido em abril de 2020 sob pressão dos movimentos e do Congresso, que garantia uma renda de R\$ 600 mensais aos trabalhadores informais, beneficiários do bolsa família e mães que cuidam dos filhos sozinhas (nesse caso, o auxílio foi de R\$1.200). Apesar de ser uma medida necessária, o acesso não foi tão fácil como se poderia esperar: o sistema de cadastro on-line se revelou complexo e sofreu atrasos devido à grande demanda.

Ademais, se as diaristas podiam se inscrever no auxílio, para as outras trabalhadoras domésticas houve certa ambiguidade. As mensalistas que foram demitidas nem sempre conseguiam o auxílio, mas tampouco tinham acesso ao seguro desemprego ou outros benefícios. Vale lembrar, também, que R\$ 600 por mês é abaixo do salário médio das trabalhadoras domésticas, ou seja, um valor com o qual é impossível manter uma família. Além disso, a manutenção do auxílio foi estendida somente até dezembro de 2020. Mesmo como o agravamento da pandemia e seus efeitos devastadores no país, até meados de março de 2021 ainda não havia definições sobre a continuidade do auxílio ou seu valor.

Imagem 1: Essenciais são os nossos direitos



Fonte: Acervo pessoal Chirlene dos Santos Brito.

A escolha por parte do governo de quem pode se beneficiar do trabalho remoto ou quarentena remunerada e quem deve se expor aos riscos da doença e da fome pode ser entendida como uma forma de organizar a morte dos mais pobres. Na ausência de benefícios sociais ou garantia de renda em nível suficiente, os informais, as trabalhadoras

domésticas e os mais precarizados não têm outra opção a não ser sair de casa para buscar trabalho. **Mas se esses trabalhos de cuidado, limpeza, reciclagem e venda de comida são tão essenciais, ao ponto que a classe média não pode sobreviver sem esses serviços, por que então não garantir um nível de proteção adequado a essas categorias?** O que justifica manter uma diarista ou uma babá em atividade sem fornecer material de proteção individual ou meio de transporte alternativo e adequado? Se é claro que o desprezo pela vida das mulheres negras e trabalhadoras domésticas não é nada novo no Brasil, no contexto de pandemia suas consequências são ainda mais visíveis e mais graves. Veremos nos próximos capítulos como sindicatos de trabalhadoras domésticas se organizaram para denunciar essa contradição, defender seus direitos e oferecer um mínimo de apoio às suas trabalhadoras.

Referências

- ACCIARI, Louisa. A Interseccionalidade como Estratégia de Mobilização: a imbricação das relações sociais de gênero, raça e classe na luta das trabalhadoras domésticas no Brasil In: SILVEIRA, Zuleide S.; DUARTE, Luiz Cláudio (orgs). *200 anos de Karl Marx e os movimentos da classe trabalhadora do lado de cá*. São Paulo: Editora Lutas anticapital, 2020, p. 181-211. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1iHhB8ekp_YWDoakyMdzxw57jHkcY9sig/view
- ACCIARI; BRITTEZ; MORALES. Right to health, right to live: domestic workers facing the Covid-19 crisis in Latin America. *Gender and Development* [on-line], 2021, v. 29, n. 1, p. 11-33. DOI: <https://doi.org/10.1080/13552074.2021.1885213>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13552074.2021.1885213>. Acesso em 22 jun 2021.
- ACCIARI, Louisa. "Foi difícil, mas sempre falo que nós somos guerreiras": o movimento das trabalhadoras domésticas entre a marginalidade e o empoderamento. *Mosaico*, Rio de Janeiro, 2016, v. 7, n. 11, p. 125-147. DOI: <https://doi.org/10.12660/rm.v7n11.2016.64780>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/64780>. Acesso em 22 jun 2021.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Saberes Subalternos e Decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília: UnB, 2015.
- BRASIL. Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm. Acesso em 19 jul 2021.
- BRITES, Jurema. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. *Caderno de Pesquisa*, [S.l.], 2013, v. 43, n. 149, p. 422 - 450. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PFkgXcQfLkjkns9TKBny8sb/?lang=pt#>. Acesso em 26 jun 2021.
- FRAGA, Alexandre Barbosa. *O serviço doméstico sob os holofotes públicos: alterações na articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo no Brasil (Estado, mercado e família)*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Trabalho Doméstico no Brasil, [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.pdf>. Acesso em 22 jun 2021.
- GUEDES Graciele Pereira; MONÇORES, Elisa. Empregadas domésticas e cuidadoras profissionais: compartilhando as fronteiras da precariedade. *Revista Brasileira de Estudos de População*, [S. l.], v. 36, p. 1-24. DOI: 10.20947/S0102-3098a0083. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/1382>. Acesso em 22 jun 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. *PNAD Covid-19: Trabalho*. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em 22 jun 2021.

MELO, Hildete Pereira de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. *Texto para discussão*, n. 565. Rio de Janeiro: Ipea, 1998. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2423/1/td_0565.pdf. Acesso em 26 jun 2021.

MONTICELLI, Thays Almeida. *Diaristas, afeto e escolhas: ressignificações no trabalho doméstico remunerado*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013, p. 170.

PINHEIRO, Luana; LIRA, Fernanda; REZENDE, Marcela Torres; FONTOURA, Natália de Oliveira. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. *Texto para discussão*, n. 2528. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9538>. Acesso em: 22 jun de 2021.

PINHEIRO, Luana; TOKAROSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, *Nota Técnica*, n. 75. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10077>. Acesso em 22 jun 2021.

SALES, Eliane Cardoso; SANTANA, Vilma Sousa . Depressive and Anxiety Symptoms Among Housemaids. *American Journal of Industrial Medicine*, [S.l.], v. 44p. 685-691, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1002/ajim.10280>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ajim.10280>. Acesso em 22 jun. 2021.

“O que mudou nesses 8 anos desde a Emenda Constitucional para as Trabalhadoras Domésticas Remuneradas no Brasil?”(*)

Benedita da Silva – Não muito pois com a Reforma Trabalhista de Temer houve retrocessos. Convive-se com patrões que não pagam o estabelecido por lei. Estamos batalhando por auxílio emergencial decente e prioridade das trabalhadoras domésticas na vacinação.

Cleide Pinto – Como diz a Creuza, e repetimos, 'nossos passos vem de longe'. Em 1936, Laudelina Campos Melo fundou a primeira associação de trabalhadoras domésticas. Mudou muita coisa, mas está se perdendo direitos, e se voltando para trás. Hoje querem impor às diaristas que se associem ao MEI, serviço de previdência para microempreendedoras. Elas nem sabem o que é MEI. Aí quando ficam desempregadas, o Sindicato tem que provar que elas não são empreendedoras sociais. Com a Quarentena até casos de cárcere privado estão sendo descobertos. Conquistamos a PEC, mas como é o patrão que preenche o E. Social, eles botam o que querem. Tem que haver fiscalização.

Maria Isabel Monteiro – Mudou e não mudou. Sem o E. Social estaríamos piores e a Lei 150 foi importante mas tem que esclarecer o patrão sobre ela. A trabalhadora tem que conhecer. Patrão faz para a trabalhadora MEI sem falar o que é. Isso é assédio moral. Mudou o aumento da resistência, inclusive nas redes. Nós sindicalistas muito usamos o Whats Up e até aula sobre direitos tem se dado. Muito muito tem que mudar. Muitas trabalhadoras domésticas criam laços com os patrões, e dizem lá no Sindicato: "Não quero botar meu patrão na justiça. Ele é bom." Nós dizemos: "Se não cumpre a lei, não é bom." A maioria das trabalhadoras domésticas têm problemas psicológicos. Vai se perdendo a identidade. A pobreza é preta e tem cara de mulher. Nós somos maioria entre as trabalhadoras. Ela sai de casa, deixa seu filho preso para trabalhar em casa dos outros porque não tem creche e ainda é tachada de abandono de incapaz. Parece que estamos voltando para trás.

Mônica Francisco – As trabalhadoras domésticas remuneradas fazem parte da categoria que na Pandemia mais solicitou auxílio emergencial.

Benedita da Silva – Alguns estados têm tomado alguma medida para dar um auxílio digno. Temos que garantir que um maior auxílio emergencial para a trabalhadora doméstica e aumentar a fiscalização. Sem fiscalização, sem transporte seguro e só com R\$ 150,00 não tem como a trabalhadora doméstica ficar em casa.

Palavras finais:

Maria Isabel – Peço que os empregadores tenham respeito por quem cuida de seu lar. Trabalhadora doméstica não aceite desrespeito. A Lei 150 exige 48 horas para que sua carteira seja assinada. Diarista peça diária justa. As vezes nem nossa família sabe o que passamos na casa do patrão.

Cleide – Trabalhadora não aceite qualquer coisa. Cuidado com o tempo de trabalho. Quando não souber seus direitos, procure o Sindicato. Temos que cuidar do nosso corpo. Trabalhadora doméstica se cuide, você não é máquina. Você gera lucro, seu trabalho tem valor.

(*)Pergunta da vereadora Mônica Francisco em "Live" com Benedita da Silva, Cleide Pinto e Maria Isabel Monteiro, em 9.04.2021.

CAPÍTULO 2

por Myllena Calasans de Matos

**Luta jurídica contra a
violação de direitos**

LUTA JURÍDICA CONTRA A VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Myllena Calasans de Matos

Introdução

Exatamente um ano separa a escrita deste texto do início da pandemia mundial decorrente da Covid-19. No final de fevereiro de 2020, trabalhadoras domésticas dirigentes sindicais de 14 estados se reuniram em Brasília para começar os preparativos do 12º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas e definir uma série de atividades presenciais e de incidência política a serem realizadas em prol da categoria naquele ano. As notícias dos casos de contaminação e mortes que chegavam da China e da Itália pareciam muito distantes. Poucos dias se passaram entre os risos e abraços de despedida na reunião de Brasília até o compartilhamento no grupo de *WhatsApp* da notícia sobre uma trabalhadora doméstica que tinha sido contaminada por seus empregadores recém chegados da Itália.

A notícia estarreceu todas as dirigentes e revelou uma face da pandemia até então desconhecida: no Brasil, o vírus teria raça, gênero e classe, e dada a herança escravagista que marca o trabalho doméstico, teria um impacto maior na vida dessas trabalhadoras. O crescente número de pessoas contaminadas, junto à notícia de que Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica e idosa, foi uma das primeiras brasileiras vítimas fatais da Covid-19, veio acompanhada de indignação e rápida ação das trabalhadoras, que denunciaram e exerceram seu direito de existir em meio aos tantos casos de violação de direitos que chegavam aos sindicatos. Após 1 ano de pandemia, sem perspectiva para seu fim ou para se alcançar a meta de todos brasileiros vacinados em 2021, as trabalhadoras domésticas vivenciaram momentos dilacerantes como a morte de Cleonice, a dor de Mirtes diante da morte de seu filho Miguel e o resgate de Madalena Gordiano, em Pato de Minas - MG, após 38 anos em condições de trabalho análogo à escravidão, representativo do pacto social racista brasileiro¹.

¹ <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html>

Uma das ações adotada pela FENATRAD diante desse contexto devastador foi o envio de um relatório de denúncia à Organização Internacional do Trabalho (OIT), aproveitando a abertura do ciclo de relatório de seguimento da Convenção 189 sobre trabalho decente para as trabalhadoras domésticas, adotada em 2011 pela OIT e ratificada pelo Brasil em 2018. A convenção garante direitos iguais entre trabalhadoras domésticas e demais categorias, exigindo uma adequação das legislações nacionais à normativa, assim como ações do governo para garantir sua implementação. A OIT também requer o envio de relatórios regulares por parte dos governos que assinam suas convenções, seja a C 189 ou outras normas, demonstrando quais esforços estão sendo feitos em nível nacional pela efetivação dos direitos. A organização internacional permite às entidades representativas dos empregadores e trabalhadores enviarem suas próprias memórias, em resposta ao relatório do governo nacional, mostrando muitas vezes uma perspectiva diferente sobre a realidade da categoria.

No caso da C 189, o governo brasileiro ainda não tinha enviado sua memória como exigido pela OIT, portanto a FENATRAD não poderia apresentar uma resposta formal. Decidiu-se, então, escrever um relatório de denúncias que demonstrasse como as ações do governo durante a pandemia estavam violando os direitos garantidos às trabalhadoras domésticas na C 189 e até na própria lei nacional. Este capítulo apresenta uma versão condensada do relatório intitulado: *Primeira Nota sobre a Implementação da Convenção 189 no Brasil com foco nas denúncias de violações dos direitos das trabalhadoras domésticas brasileiras durante o contexto da pandemia da Covid-19*², enviada à OIT em outubro de 2020. O documento foi assinado pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (FITH).

Este relatório, assim como os dados apresentados aqui, apontam para a urgência de adequar a LC 150/2015 ao texto da C 189, a qual garante direitos iguais aos demais trabalhadores independente da trabalhadora doméstica laborar uma, duas ou mais vezes na semana.

² Documento elaborado pela assessoria jurídica da Fenatrad, com sugestões e comentários da direção da Fenatrad, de Fábio Bon (advogado da CUT) e Louisa Acciari (então Oficial de Programa da FITH).

A resposta do Governo Federal: insuficiência e perda dos direitos conquistados

Retrocessos dos direitos

Ao invés de adotar as medidas necessárias para conter o avanço da pandemia, o aumento do índice de desemprego, que configura 14% atualmente (13,4 milhões de desempregados), e a reinserção do país no mapa da fome³, o Governo Federal aproveita a crise social, econômica e sanitária para aprofundar a retirada de direitos trabalhistas e sindicais (iniciada com a reforma trabalhista de 2017, Lei 13.467/2017), atendendo, assim, às demandas do mercado. Sem ouvir os trabalhadores, o governo apresentou várias medidas provisórias (MP), que já nascem com força de lei, para o Congresso Nacional analisar e aprovar a toque de caixa, sem participação da classe trabalhadora.

Uma das primeiras propostas do governo, a MP 927/2020, retirava tantos direitos que foi chamada de "MP da morte" pelos movimentos sociais. Previa a possibilidade de celebrar acordos individuais escritos que teriam preponderância sobre as leis trabalhistas, suspensão do contrato de trabalho por até 4 meses, deferimento do recolhimento do FGTS, regras mais flexíveis para a realização do trabalho remoto, negociação do período de férias e junção de feriados e banco de horas para facilitar o afastamento dos trabalhadores do serviço, além de estabelecer que os casos de contaminação pela Covid-19 não seriam considerados ocupacionais, exceto mediante comprovação do nexo causal. As reações contrárias forçaram o governo a revogar logo em seguida as medidas mais drásticas, como a suspensão do contrato de trabalho por até 4 meses sem remuneração. A MP só veio perder a validade total em 19 de julho de 2020.

Mesmo suas regras menos prejudiciais pouco atendiam às trabalhadoras domésticas. Não há como adotar o trabalho remoto para o serviço doméstico, e o banco de horas implicava em jornadas de até 10 horas, prejudicando o exercício da jornada de 8 horas, que já foi conquistada tardiamente, em 2015.

³ <https://www.oxfam.org.br/noticias/mais-pessoas-morrerao-de-fome-no-mundo-do-que-de-covid-19-em-2020/>

Já a MP 936 de 1º de abril virou a Lei 14.020/2020 e permitiu aos empregadores suspender o contrato ou reduzir a jornada de trabalho e o salário em 25% a 70% por até 8 meses⁴, mediante acordo escrito direto entre empregador e empregado, sem o crivo dos sindicatos. Ofereceu um teto de compensação na forma de subsídio de desemprego, porém, durante a vigência do acordo, o trabalhador ficava sem as contribuições para o INSS, com redução salarial sempre que ganhasse acima de 1 salário mínimo e sujeito a não receber o 13º salário integral, dentre outras limitações. Essa medida se aplicaria às trabalhadoras domésticas de carteira assinada ou com contrato de trabalho.

O período de estabilidade garantido foi insuficiente, uma vez que só valia na vigência do acordo, pelo mesmo período acordado e por no máximo 8 meses. Por exemplo: se o acordo de suspensão é de 60 dias, a estabilidade é de 120 dias. Além disso, o tempo de estabilidade era diferente de trabalhador para trabalhador, poderia não alcançar todo o período do estado de calamidade pública (até 31/12/2020) e menos ainda garantir remuneração aos trabalhadores até a economia retomar seu crescimento.

Portanto, as novas regras não consideravam os direitos trabalhistas e sindicais previstos nos artigos 7º e 8º da Constituição de 1988. Não observavam as especificidades da categoria das trabalhadoras domésticas, protegiam apenas as trabalhadoras com carteira assinada, deixando desamparadas as diaristas e as trabalhadoras mensalistas sem carteira. Não atinavam para os direitos garantidos na Convenção 189, na LC 150/2015 e nas Recomendações da ONU para Igualdade de Gênero durante a Covid-19, reforçando o quadro de violações dos direitos individuais e coletivos da categoria.

Na prática, muitas trabalhadoras domésticas viram a medida governamental ser descumprida e fraudada. Muitos empregadores exigiam que elas continuassem realizando o serviço normalmente, ou não respeitavam a redução da jornada acordada. Por receio de demissão, as trabalhadoras não denunciavam nem autorizavam os sindicatos a acionar o Ministério Público do Trabalho para adotar as medidas cabíveis.

⁴ Isso após decretos de prorrogação das medidas, demonstrando a falta de planejamento do governo e a política de negar a pandemia e seus impactos negativos na vida dos trabalhadores.

Medidas provisórias propostas pelo Governo Federal em 2020

Propostas do Governo Federal	O que diziam	Resultado
MP 927/2020 "MP da morte"	<ul style="list-style-type: none"> . Possibilidade de celebrar acordos individuais escritos que teriam preponderância sobre as leis trabalhistas; . A suspensão do contrato de trabalho por até 4 meses; . Deferimento do recolhimento do FGTS; . Regras mais flexíveis para a realização do trabalho remoto; . Negociação do período de férias; . Junção de feriados e banco de horas para facilitar o afastamento dos trabalhadores do serviço; . Estabelecia que os casos de contaminação pela Covid-19 não seriam considerados como ocupacionais exceto mediante comprovação do nexo causal. 	Perdeu a validade total em 19 de julho de 2020
MP 936	<ul style="list-style-type: none"> . Permitiu aos empregadores suspender o contrato ou reduzir a jornada de trabalho e o salário em 25% a 70% por até 8 meses, mediante acordo escrito direto entre empregador e empregado, sem o crivo dos sindicatos; . Ofereceu um teto de compensação na forma de subsídio de desemprego, porém, durante a vigência do acordo, o trabalhador ficava, sem as contribuições para o INSS, com redução salarial sempre que ganhasse acima de 1 salário mínimo e sujeito a não receber o 13º salário integral, dentre outras limitações; . Essa medida se aplicaria às trabalhadoras domésticas de carteira assinada ou com contrato de trabalho. 	Virou lei (Lei 14.020/2020)

O auxílio emergencial

A garantia de renda básica durante a pandemia no valor de R\$ 600 para os trabalhadores informais, desempregados e pessoas com baixa renda foi garantida pela Lei 13.982 de 2 de abril de 2020 só após muita mobilização social para mudar a primeira proposta do Governo Federal, que queria conceder míseros R\$ 200 por apenas três meses. Estima-se que cerca de 40% da população brasileira recebeu o auxílio de R\$ 600, revelando a situação de extrema pobreza e precariedade na qual o país se encontra desde o início da crise (IBGE; PNAD-COVID, 2020). Se R\$ 600 já não eram suficientes para amenizar a situação de vulnerabilidade, mesmo garantindo cota

dupla (R\$ 1.200) para as mulheres chefes de família com dependentes (realidade de milhares de trabalhadoras domésticas), a situação piorou ainda mais quando o benefício foi prorrogado de setembro até dezembro de 2020 com uma parcela mensal no valor de R\$ 300, sem incluir novos beneficiários.

Entretanto, a previsão legal não garantiu a transferência imediata do valor na conta dos cerca de 70 milhões de brasileiros que pleitearam o auxílio. Milhões de pessoas não tiveram o cadastro aprovado, houve inúmeras denúncias de fraudes e atraso no pagamento das parcelas. Filas quilométricas se formaram, colocando pessoas para pernoitar nas portas dos bancos, em total situação de risco de contaminação, de humilhação e de violação da dignidade humana.

Desde janeiro de 2021, as trabalhadoras domésticas e todos os outros beneficiários não contam com o auxílio emergencial ou medidas de proteção de seus postos de trabalho, ficando sujeitos, a partir de abril, a receberem uma mísera quantia que varia de R\$ 150 a R\$ 350 como auxílio emergencial, perdendo mais direitos trabalhistas e liberdade sindical com o novo pacote que o governo apresenta para enfrentar a segunda onda da pandemia⁵. **Considerando a altíssima taxa de desemprego no Brasil, principalmente para as trabalhadoras domésticas (cerca de 25% perderam seu trabalho), o acesso impossível à proteção social para quem trabalha sem carteira assinada e o aumento significativo do preço dos alimentos, 3 meses de auxílio no valor de R\$ 150 equivale a deixar morrer os mais pobres.**

O direito de quarentena, o *lockdown* e o trabalho doméstico como atividade não essencial

Outra grave violação dos direitos das trabalhadoras domésticas durante a pandemia ocorreu quando elas foram privadas do direito à quarentena remunerada, confirmando as hierarquias sociais e raciais herdadas do passado colonial brasileiro. A Lei Federal 13.979/2020 não incluiu o trabalho doméstico no rol de atividades essenciais. O MPT recomendou, em 17 de março de março de 2020, por meio da

⁵ Em 18 de março de 2021, o Presidente Bolsonaro apresentou a MP 1.039 para instituir o auxílio emergencial 2021 e estabelecer que nem todas as pessoas cadastradas receberão o benefício, estão proibidas novas inscrições e que será pago a partir do mês de abril.

Nota Técnica Conjunta nº 04, que o trabalho doméstico não deveria ser considerado trabalho essencial, com exceção dos cuidadores de crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Em maio de 2020, medidas mais restritivas de mobilidade, como o *lockdown*, foram adotadas por vários estados e municípios diante dos altos índices de contaminação e número de óbitos. No entanto, governadores e prefeitos legislaram em sentido contrário ao estabelecido pela lei federal e pelo MPT, violando o direito de quarentena das trabalhadoras – traduzido no direito de ficar em casa com sua família e com remuneração, para assim existir e viver com saúde e dignidade⁶.

As palavras de Luiza Batista, presidenta da FENATRAD, resumem bem a complexidade de se instituir o trabalho doméstico como atividade essencial na pandemia, no contexto histórico de desigualdade social e discriminações raciais e de gênero que acometem a categoria:

"Nós sempre lutamos por valorização e a sociedade nunca quis reconhecer a importância do serviço doméstico. Aí neste momento de pandemia, a casa grande que está em quarentena, não quer se dar ao trabalho de fazer as próprias tarefas domésticas. Colocar o serviço doméstico como essencial de forma generalizada é uma crueldade. As trabalhadoras domésticas também têm famílias."

No Pará, o governador instituiu o *lockdown* na cidade de Belém e em outros 9 municípios do estado, determinando expressamente que os serviços domésticos eram atividades essenciais. No Maranhão, o governador ordenou o *lockdown* na Ilha do Maranhão (São Luís, São José do Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) e estabeleceu que eram serviços essenciais "Segurança privada, bem como serviços de manutenção, segurança, conservação, **cuidado e limpeza em ambientes privados** de qualquer natureza, abrangendo empresas, **residências, condomínios**, entidades associativas e similares". A redação confusa acabou facilitando o entendimento pelos empregadores de que toda e qualquer função do serviço doméstico era permitida no período do

⁶ Decretos de nº 33.574, de 05 de maio de 2020 do Estado do Ceará. Decreto nº 14.663, de 05 de maio de 2020, da prefeitura de Fortaleza. O Rio Grande Sul foi responsável pelo Decreto 55240, de 10 de maio de 2020, o Maranhão pelo Decreto nº 35.784, de 03 de maio de 2020 e, o Pará pelo Decreto nº 729, de 05 de maio.

como a tramitação é mais lenta e a duração dos decretos foi curta, o órgão não conseguiu dar resposta satisfatória para reverter os decretos e garantir o direito de quarentena durante o *lockdown*⁷.

Na Câmara dos Deputados, parlamentares sensibilizadas com o tema apresentaram o Projeto de Lei 2477/2020, de modo a alterar a Lei geral da pandemia (Lei 13.979/2020) e deixar evidente que serviços domésticos não são uma atividade essencial, além de terem promovido audiência pública sobre o problema⁸. Todavia, a pressão das trabalhadoras e organizações feministas e sindicais parceiras não foi suficiente para que o Presidente da Câmara pautasse a proposta, de forma que mais uma vez as trabalhadoras sobreviveram ao primeiro período mais crítico da pandemia sem o devido apoio governamental.

No caso do Estado do Pará, os diversos pedidos de mudança sensibilizaram o governador a rever de imediato o decreto e a estabelecer como essenciais apenas as atividades dos cuidadores de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência, seguindo a Norma Técnica do MPT. No Ceará, a demanda não chegou a modificar o primeiro decreto, mas influenciou, em razão da pressão social, o Ministério Público da região a rever o entendimento do que abrangia todas as funções do trabalho doméstico. Os novos decretos de abertura gradual consideraram apenas as atividades de cuidado com idosos e pessoas com deficiência.

Mesmo nos estados e municípios nos quais as orientações legais eram de que o trabalho doméstico não configurava uma atividade essencial, constatou-se falha na fiscalização, e as trabalhadoras continuaram exercendo suas funções normalmente, colocando suas vidas em risco nos períodos mais críticos da pandemia em 2020, como no caso de Pernambuco, palco da tragédia que foi a morte do menino Miguel, filho da trabalhadora doméstica Mirtes Santana. Tais situações demonstram o profundo desrespeito do Estado pela vida das trabalhadoras domésticas,

⁷ Foi instaurado o procedimento nº 20.02.0001.0004430/2020-97 e no Maranhão a NF 000460.2020.16.000/2, que chegou a promover audiência em julho para ouvir o Governo Estadual, as trabalhadoras e PSTU (também peticionário), porém o MPT decidiu por arquivar a notícia do fato.

⁸ Conferir <https://vogue.globo.com/atualidades/noticia/2020/05/depurada-samia-bonfim-protocola-pl-para-que-trabalho-domestico-nao-seja-considerado-essencial-na-quarentena.html>. Ver também <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2251970>

expondo-as a altos riscos de contaminação apenas para que a classe média continue a desfrutar da terceirização das atividades de cuidado, em nome de uma suposta manutenção da economia local.

Casos Graves de Violação de Direitos



Caso I – Cleonice Gonçalves, trabalhadora idosa contaminada pelos patrões e uma das primeiras vítimas da Covid-19 no Brasil

No início da pandemia, diariamente jornais locais de referência divulgavam casos de trabalhadoras domésticas contaminadas em circunstâncias diversas. Em Feira de Santana - BA, uma trabalhadora doméstica de 43 anos foi o segundo caso confirmado no estado, **contaminada por sua empregadora, que contraiu a doença em viagem ao exterior**, tendo o vírus se alastrado para a mãe e o esposo da trabalhadora. Em Porto Seguro - BA, um empresário, também contaminado no exterior, desobedeceu o protocolo da Covid-19 e contaminou o caseiro quando foi passar o final de semana em sua casa de praia em Porto Seguro, perfazendo mais um caso de exposição banal representativa da negação do outro e da dignidade humana no trabalho doméstico⁹.

⁹ Conferir <https://apublica.org/2020/03/primeira-morte-do-rio-por-coronavirus-domestica-nao-foi-informada-de-risco-de-contagio-pela-patroa/>; <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/03/20/mp-analisa-morte-de-domestica-no-rj-apos-patroa-contrair-coronavirus.htm>; <https://g1.globo.com/ba/>

A conversão disso em tragédia foi constatada em 17 de março de 2020, quando o Brasil teve conhecimento da primeira vítima de Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro. Cleonice Gonçalves, 63 anos, era trabalhadora doméstica, diabética e hipertensa, moradora da cidade de Miguel Pereira, região metropolitana, e trabalhava a duas horas do serviço no centro do Rio de Janeiro. Cleonice foi contaminada por empregadores, que contraíram o vírus na Itália e não avisaram a trabalhadora sobre o risco de pegar o coronavírus, muito menos a dispensaram.

De segunda a sexta-feira, Cleonice passava os dias no apartamento da família empregadora. Aos fins de semana, retornava para Miguel Pereira. Em 13 de março, sexta-feira, começou a se sentir mal. No domingo (15), a situação piorou, mas na segunda-feira (16) ela foi trabalhar como sempre fazia. Mesmo passando mal, trabalhou até um parente ir buscá-la de táxi e levá-la para o Hospital Municipal Luiz Gonzaga, em Miguel Pereira, por volta das 18h. Com sintomas de pressão alta e problemas cardíacos, o primeiro diagnóstico apontou para infecção urinária. No dia seguinte (17) pela manhã, apresentou quadro de intensa dificuldade respiratória, levando os médicos a suspeitarem de Covid-19, o que se confirmou quando a família contou a notícia, que haviam acabado de receber, de que a patroa de Cleonice estava com a Covid-19. Cleonice não resistiu e morreu no dia 17 de março.

O caso chocou o Brasil, alertando para a necessidade de dispensar com remuneração as trabalhadoras domésticas, porém não houve qualquer sinal de sensibilidade ou de tomada de ações por parte do poder público em prol da saúde e proteção da categoria.

Caso II – Morte da criança Miguel após queda do 9º andar do edifício de morada dos patrões enquanto a mãe, trabalhadora doméstica, cumpria a função de passear com os cachorros

No dia 3 de junho de 2020, a morte de Miguel Otávio Santana da Silva causou outro choque no Brasil e nas trabalhadoras domésticas. Filho da trabalhadora Mirtes

Santana, Miguel caiu do 9º andar de um prédio de luxo na cidade de Recife - PE enquanto estava sob a guarda e cuidados da empregadora de sua mãe, Sari Corte¹⁰.

Forçada não só a trabalhar durante o *lockdown* para manter sua família, mas também a levar seu filho consigo porque as escolas estavam fechadas, Mirtes estava na casa de sua patroa quando lhe foi exigido que saísse para passear com os cachorros dos patrões – tarefa que não faz parte do rol legal de atividades da categoria e dificilmente é reconhecível como essencial durante a pandemia da Covid-19.

Enquanto ela passeava com os cães, Miguel ficou com Sari Corte. Assim que a mãe saiu, a criança começou a pedir pela mãe e saiu do apartamento em direção ao elevador. Sari, "irritada", deixou a criança sozinha no elevador e apertou o botão para a cobertura (31º andar). Miguel desceu no 9º andar e após avistar sua mãe na avenida passou a chamá-la, dirigiu-se para a parte de janelas do prédio e se aproximou das grades, que não suportaram o peso, provocando sua queda do 9º andar e a sua morte logo após.

Quando a tragédia ocorreu, a cidade de Recife estava sob medidas restritivas de isolamento, devido ao Decreto Estadual de *lockdown* de Pernambuco (Decreto 49017, de 11/05/2020), que classificou o serviço doméstico em todas as suas funções como atividade não essencial. **No entanto, Mirtes e sua mãe, que também era empregada da família, trabalharam durante todo o período da pandemia na residência em Recife e na casa de praia**, utilizada como refúgio da família empregadora durante a pandemia. Nesse período, Mirtes e sua mãe foram contaminadas por seus patrões pela Covid-19, trabalharam doentes, e Miguel as acompanhou durante a estadia obrigatória na casa de praia. A tragédia revelou ainda que as duas mulheres eram registradas como servidoras públicas da Prefeitura de Tamandaré - PE, cidade onde o patrão de Mirtes era prefeito.

A morte de Miguel ilustra o desprezo total que os empregadores têm pelas trabalhadoras, atitude profundamente enraizada no legado do regime escravagista brasileiro, que busca justificar a atribuição de menor valor da vida dos negros em

¹⁰ Ver <https://www.metropoles.com/brasil/mae-de-miguel-responde-sari-nao-faria-isso-com-o-filho-de-uma-amiga>.

relação aos brancos¹¹. Sinaliza a ausência do Estado para garantir o devido cumprimento do direito à quarentena das trabalhadoras. E concretiza o relato das trabalhadoras de que, com ou sem decreto de *lockdown*, instituindo o serviço doméstico como atividade essencial ou não, a grande maioria continuou laborando como se não houvesse pandemia e como se todos os empregadores realmente precisassem dos serviços das trabalhadoras domésticas.

Caso III – Trabalho em condições análogas à escravidão

No final do mês de junho de 2020, a executiva da empresa multinacional de cosméticos Avon, Mariah Corazza Üstündag, de 29 anos, foi denunciada por violação dos direitos humanos contra uma trabalhadora doméstica de 61 anos. A executiva mantinha a senhora em sua casa no Alto de Pinheiros, bairro nobre da zona oeste da capital do estado de São Paulo, em condições análogas à escravidão. A idosa atuava como trabalhadora doméstica para a família havia 20 anos, sem registro em carteira por 13 anos, sem gozo de férias e sem pagamento de 13º salário¹².

O quarto em que a trabalhadora vivia era o depósito da casa, guarnecido com muitos móveis amontoados. A senhora usava um sofá velho como cama, não havia banheiro disponível no local e muitas vezes ela pedia aos vizinhos para usar o banheiro. O caso foi descoberto a partir de denúncia feita no **Disque 100, canal reservado para receber denúncias de violações de direitos humanos**. Ao final, a senhora foi resgatada pela equipe de Auditores Fiscais do Trabalho, teve acesso ao benefício do seguro desemprego e aos procedimentos para o pagamento dos salários, verbas e indenização trabalhista. A Executiva foi presa em flagrante, mas liberada após pagar fiança no valor de R\$ 2.100, e seu esposo também foi indiciado.

¹¹ Sari Corte foi denunciada por abandono de incapaz com resultado morte e responde ao processo criminal em liberdade. O patrão, prefeito da cidade, responde à ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público de Pernambuco e em março de 2021 foi condenado a pagar R\$ 386.000,00 por danos morais coletivos. Ver <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/07/14/caso-miguel-mppe-denuncia-sari-corte-real-a-justica-por-abandono-de-incapaz-com-resultado-de-morte.ghtml>

¹² <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/26/avon-afasta-executiva-que-mantinha-idosa-em-situacao-analoga-a-escravidao.htm>

Caso IV – Cárcere privado, assédio, jornadas exaustivas e prestação do trabalho mesmo com membro da família empregadora contaminado

Desde o início da pandemia, os sindicatos de trabalhadoras domésticas receberam e tomaram conhecimento de violações generalizadas de direitos no local de trabalho, incluindo:

1) Permanência forçada na casa dos empregadores, desrespeito à saúde e segurança das trabalhadoras e aumento nos casos de violência e assédio moral e sexual.

Na cidade de São Paulo - SP, no início da pandemia, o sindicato acompanhou um caso em que uma família empregadora foi contaminada por Covid-19 e dispensou a trabalhadora para cumprir o período dos 14 dias de isolamento em sua casa. Porém, a trabalhadora acabou sendo contaminada e os empregadores não se responsabilizaram pelos gastos com medicamentos, nem com o teste de Covid-19. O teste foi pago pelo sindicato, que acabou por notificar a família empregadora para a trabalhadora reaver os valores gastos.

Em Nova Iguaçu, região metropolitana do Rio de Janeiro, o sindicato foi acionado por uma trabalhadora que prestava serviço como folguista aos sábados e domingos para uma família. **Com a pandemia, a empregadora exigiu que a trabalhadora permanecesse por três meses ininterruptos em sua casa para não contaminar sua família.** A trabalhadora, após orientação do sindicato de que ela não era obrigada a aceitar tal proposta, informou à empregadora que não podia atender porque tinha uma família para cuidar. Com a resposta negativa, acabou dispensada sem direito a seguro desemprego e a verbas indenizatórias, pois não possuía carteira assinada, e a obtenção de tais benefícios só é possível através de via judicial provando a relação de trabalho.

Em Aracaju - SE, diretoras do sindicato tomaram conhecimento de uma trabalhadora que, em uma sexta-feira, foi trancada no apartamento de seus patrões por horas, situação que poderia configurar cárcere privado. A empregadora não admitia ter que cuidar da casa e dos filhos sozinha durante o final de semana. Infelizmente, por receio de ser demitida ou sofrer alguma retaliação, a trabalhadora não quis registrar denúncia à época do fato.

Outra grave situação de violação de direito diz respeito às recorrentes denúncias de violências e assédio sexual relatadas pelas trabalhadoras, também noticiadas pela imprensa brasileira, ao anunciarem os seus serviços por redes sociais ou em aplicativos de mensagens. Foi o caso de uma diarista que foi estuprada após acertar uma faxina com um cliente que se identificava como mulher no aplicativo de mensagem, mas quando a trabalhadora chegou na casa para fazer o serviço, percebeu que se tratava de um homem que a contratou na intenção de cometer o estupro¹³.

2) Ausência de equipamentos de proteção (EPI) e acesso aos testes de Covid-19

A pesquisa realizada pela FITH e FENATRAD revela que 62% das trabalhadoras domésticas que trabalharam normalmente não tinham recebido EPIs adequados, enquanto 63% relataram que seus empregadores não tomaram nenhuma medida para garantir sua segurança no cumprimento da jornada de trabalho (ver capítulo 1).

A dificuldade na realização dos testes de Covid-19 é outro problema, pois no início da pandemia a oferta da rede pública era muito limitada, e a rede privada chegava a cobrar cerca de R\$ 500 por um simples teste. No entanto, a comprovação mediante teste era exigida para que o INSS pagasse os dias de afastamento das trabalhadoras adoecidas que tivessem direito à proteção previdenciária.

Além disso, não existe regulação que obrigue os empregadores a custear os testes quando as trabalhadoras são contaminadas em decorrência do contato com os próprios empregadores, no local de trabalho. Somente em 08 de julho de 2020 é que foi editada a Lei nº 14.023, que regula o fornecimento de EPI e garante prioridade na testagem do vírus, entretanto, por regular matéria para os profissionais considerados essenciais no combate à pandemia, a norma só alcança as trabalhadoras que atuam como cuidadoras de pessoas com deficiência, idosas ou com doenças raras.

3) Submissão a longos e penosos trajetos e a transportes públicos lotados

Como a maioria das trabalhadoras usa transportes públicos superlotados, elas estão sob risco constante de contaminação, visto que são poucos os empregadores

¹³ Conferir <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/05/08/trabalhadoras-domesticas-denunciam-propostas-indecentes-em-meio-a-pandemia.htm>.

que seguem as recomendações do MPT de oferecerem transporte individual pago para reduzir os riscos de contágios. Além disso, o protocolo sanitário para o sistema de transporte público não é cumprido. Constantes são as denúncias de que os veículos não são higienizados adequadamente, a frota está reduzida em razão das escolas continuarem fechadas e estão superlotadas¹⁴.

Notas conclusivas

O Brasil passa desde 2017 por uma ação estratégica de retiradas de direitos e retrocessos no âmbito das relações trabalhistas e previdenciárias, dificultando o acesso à justiça para os trabalhadores em geral e limitando a liberdade sindical. Mesmo a ratificação da C 189 pelo Brasil, em janeiro de 2018, não significou proteção trabalhista, proteção previdenciária e melhoria na vida das trabalhadoras domésticas.

A pandemia instalada no Brasil desde o mês de fevereiro de 2020, sem previsão de término até hoje, agravou de forma exponencial as vulnerabilidades e as violações de direitos que já atingiam as trabalhadoras domésticas e são cometidas tanto por particulares quanto pelo Estado brasileiro, perpetuando as discriminações de classe, raça e gênero que circundam o trabalho doméstico. Em um ano de pandemia, o Brasil acumula a triste marca de 300 mil mortes pela Covid-19 e mais de 12 milhões de pessoas contaminadas – ficando atrás somente dos Estados Unidos, que registram cerca de 540 mil vidas perdidas. Quase um terço das trabalhadoras domésticas (com ou sem carteira) estão desempregadas, sem renda e à espera de respostas estatais que garantam seu direito de existir, de viver com dignidade e de ter trabalho decente.

A resposta do Governo Federal em 2021 reforça os malefícios e prorroga por tempo indeterminado a pandemia da Covid-19, marcada em sua segunda onda por variantes mais letais (dentre elas a variante brasileira que colapsou em dezembro de 2020 o sistema de saúde em Manaus). Deixa o país sem um plano nacional de vacinação para atender toda população até o final de 2021. Reforça a política de austeridade econômica a cada dia e se guia por negacionismos e ataques ao Estado Democrático

¹⁴ <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/08/13/passageiros-denunciam-lotacao-em-onibus-durante-pandemia-em-teresina-video.ghtml>; <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-09-10/covid-populacao-sofre-com-onibus-lotado-e-risco-contagio-cresce.html>

de Direito, que já conformam uma política de genocídio da população mais vulnerável: da população negra, pobre e periférica. Até o momento, o mesmo Estado que alçou o trabalho doméstico como atividade essencial durante a primeira onda da pandemia tem deixado a categoria no final da fila da vacina contra a Covid-19, podendo chegar ao final de 2021 sem que todas as trabalhadoras estejam vacinadas, com saúde física e mental debilitadas por estarem expostas ao vírus, à perda de entes queridos e às condições extremas de vulnerabilidade econômica.

Em um quadro de tantas dificuldades, exercer a profissão de trabalhadora doméstica com reconhecimento e valorização numa sociedade discriminatória e racista, em pé de igualdade com os demais trabalhadores, é um desafio gigantesco. As marcas dessa sociedade se revelaram com força neste período, mostrando o desprezo das elites pela vida das trabalhadoras domésticas. Atravessar tais desafios perpassa por conjugar o verbo esperar, por fortalecer a organização sindical da categoria e continuar somando forças com os movimentos negro e feminista, de forma a conseguir que os direitos inscritos na Constituição Federal e na Convenção 189 da OIT se tornem realidade na vida de cada trabalhadora.

Referências

CAMPANHA RENDA BÁSICA QUE QUEREMOS. *Nota Técnica da campanha Renda Básica que Queremos*: Principais obstáculos e propostas de solução para a devida implementação da Renda Básica Emergencial. [S.l.]: Rede Brasileira de Renda Básica, 2020. Disponível em: <http://rendabasica.com.br/notas-tecnicas/>. Acesso em 2 jul 2021.

CONSÓRCIO LEI MARIA DA PENHA. *Nota Técnica*: referente aos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional sobre medidas para o enfrentamento à violência doméstica e familiar, no contexto do distanciamento social, decorrente da vigência do Estado de Calamidade Pública instituído pelo Decreto nº 6/2020. [S.l.]: CEPIA, 2020. Disponível em: <https://cepia.org.br/publicacao/nota-tecnica-referente-aos-projetos-de-lei-em-tramitacao-no-congresso-nacional-sobre-medidas-para-o-enfrentamento-a-violencia-domestica-e-familiar-no-contexto-do-distanciamento-social-decorrente-da/>. Acesso em 2 jul 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda diante dos impactos da Covid-19. *Nota Técnica*, n. 232. [S.l.]: DIEESE, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec232ProgramaEmergencialGoverno.html>. Acesso em 2 jul 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus. *Estudos e Pesquisas*, n. 96. [S.l.]: DIEESE, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.pdf>. Acesso em 2 jul 2021.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS (FENATRAD). *Fenatrad emite nota para esclarecer trabalhadoras domésticas sobre a MP 936*. [S.l.]: FENATRAD, 2020. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2020/04/13/fenatrad-emite-nota-para-esclarecer-trabalhadoras-domesticas-sobre-a-mp-936/>. Acesso em 2 jul 2021.

MYRRHA, Luana Junqueira Dias; QUEIROS, Silvana Nunes de; SILVA, Priscila de Souza; DAMASCENO, Luana. *Risco e incerteza para o emprego doméstico diante da pandemia da Covid-19*. [S.l.]: Observatório do Nordeste para Análise Sociodemográfica da Covid-19 (ONAS-COVID19), 2020. Disponível em: <https://demografiaufrn.net/2020/04/29/risco-emprego-domestico-covid19/>. Acesso em 2 jul 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT). *Nota Técnica Conjunta 04/2020, PGT/COORDIGUALDADE/CODEMAT/CONAETE/CONAFRET/CONAP*: Nota Técnica para a atuação do Ministério Público do Trabalho em face das medidas governamentais de contenção da pandemia da doença infecciosa (COVID 19) para trabalhadoras e trabalhadores domésticos, cuidadores ou vinculados a empresas ou plataformas digitais de serviços de limpeza ou de cuidado. [S.l.]: MPT, 2020. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-4-coronavirus-vale-essa.pdf>. Acesso em 3 jul 2021.

NUGENT, Ciara. "We can't take it anymore". How the death of a 5-year-old boy has spurred Brazil's black domestic workers to fight for better treatment, *Time*, [S.L.], 17 jul 2020. Disponível em: <https://time.com/5867784/black-domestic-workers-treatment-brazil/>. Acesso em 3 jul 2021.

PINHEIRO, Luana; TOKAROSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. *Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil*. Nota Técnica, n. 75. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10077>. Acesso em 3 jul 2021.

PINHEIRO, Luana; LIRA, Fernanda; REZENDE, Marcela; FONTOURA, Natália. Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. *Texto para discussão*, n. 2528. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35231&Itemid=444. Acesso em 3 jul 2021.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. *Primeiros Sinais do Conteúdo da Reforma Sindical*. [S.L.]: DIAP, 19 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/89416-primeiros-sinais-do-conteudo-da-reforma-sindical>. Acesso em 3 jul 2021.

CAPÍTULO 3

*por Denise Mantovani
e Isabel Freitas*

**Trabalhadoras domésticas na pandemia:
visibilidade na mídia e formas de
resistência**

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA PANDEMIA: VISIBILIDADE NA MÍDIA E FORMAS DE RESISTÊNCIA

*Denise Mantovani
Isabel Freitas*

Ainda assim eu me levanto

"[...] saindo das cabanas da vergonha da história

Eu me levanto

De um passado enraizado na dor

Eu me levanto

Sou um oceano negro, vasto e pulsante,

Crescendo e jorrando eu carrego a maré[...]"

(Maya Angelou)¹

O ano de 2020 marcará a história da humanidade pela eclosão da Covid-19. Declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro, foi somente em março de 2020 que a compreensão de que se tratava de um vírus letal e com rápida propagação fez o mundo parar sua acelerada atividade econômica. O noticiário mostrava cidades europeias vazias, algumas delas com cenas de animais silvestres circulando em ruas e praças antes frequentadas por seres humanos. Rapidamente, no entanto, as imagens e as notícias transformaram-se em cenas de horror e desespero, com corpos empilhados em caminhões frigoríficos por todo o mundo e centenas de valas sendo abertas às pressas nos cemitérios.

No caso brasileiro, a maioria das pessoas que apareciam nas imagens da televisão eram pessoas simples, muitas delas moradoras de periferias das cidades. Estavam

¹ Trecho de poesia de Maya Angelou, Poesia Completa. Poetisa e escritora negra que nasceu nos EUA em 1928 e faleceu em 2014. Ganhadora de vários prêmios de literatura por sua obra, foi ativista dos direitos civis nos anos 1960, atriz, jornalista e professora. Publicado originalmente em 1969, foi traduzido para a língua portuguesa por Lubi Prates e publicado no Brasil por Astral Cultural, em 2020.

em filas enormes diante de postos de saúde e hospitais sucateados, despreparados para atender a quantidade de pessoas que chegavam em busca por socorro a seus familiares. Em seguida, testemunhamos as imagens terríveis de milhares de covas sendo abertas às pressas em várias localidades brasileiras. As cenas mostravam a face violenta da realidade terrivelmente desigual do Brasil, que vem sendo agravada por um governo que despreza a vida do povo.

Desde o princípio, o presidente da República Jair Bolsonaro desdenhou da pandemia e nunca tomou as providências que caberiam a um chefe de Estado para garantir vacinas para todas as brasileiras e brasileiros. A omissão, o desprezo pelas vidas alheias, sobretudo das famílias em situação de pobreza, e o despreparo para agir numa situação de tamanha gravidade tornou o Brasil um dos países com maiores recordes de morte pela Covid-19, chegando ao patamar de quase meio milhão de fatalidades no primeiro semestre de 2021. Essas perdas se cruzaram com o desemprego que, de acordo com o IBGE, no 1º trimestre de 2021 já atingia cerca de 15 milhões de pessoas, com outros 33 milhões precisando sobreviver de empregos precários.

A pandemia chegou ao Brasil por meio de pessoas com maior poder aquisitivo que estavam em viagem pelo exterior. Ao voltarem, trouxeram consigo o vírus contagioso. As primeiras mortes registradas no Brasil foram de trabalhadoras e trabalhadores que prestavam serviços gerais, domésticos e de cuidado nas residências das classes mais abastadas. Ainda em março de 2020, os primeiros registros relatam os óbitos de um homem que trabalhava como porteiro em São Paulo, no Rio de Janeiro, de uma trabalhadora doméstica, 63 anos, que contraiu o vírus da patroa quando esta chegou de uma viagem de férias à Itália (PINHEIRO *et al.*, 2020, p. 7). As trabalhadoras domésticas sofreram imediatamente o impacto da crise econômica associada à pandemia: vieram as demissões, a grande maioria sem receber Fundo de Garantia, sem horas extras, sem 1/3 de férias, sem auxílio desemprego ou qualquer suporte social e governamental, vivenciando situações de extrema vulnerabilidade.

O apoio com que contaram desde o início veio por meio dos sindicatos das trabalhadoras domésticas, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e das organizações parceiras. Essas redes de apoio, de solidariedade e de

lutas mobilizaram campanhas em favor da manutenção da renda e do distanciamento social para as trabalhadoras domésticas. Tais campanhas se disseminaram entre grupos e redes sociais, tendo sido importantes para dar visibilidade à dramática situação em que foram colocadas as trabalhadoras. As crises sanitária, econômica, social, política e ambiental no Brasil do presente aprofundaram as desigualdades estruturais de classe, raça, gênero e território que marcam a sociedade brasileira desde a colonização escravocrata e patriarcal do século XVI.

Todos os dias, em diversos lugares do mundo, assim como no Brasil, milhares de mulheres negras e não negras, indígenas e migrantes, “abrem” as cidades. São elas que estão expostas porque saem diariamente para limpar, cozinhar, cuidar de crianças, idosos e idosas nas casas daqueles que as empregam. Viajam durante longas horas pela manhã e pela noite em transporte público de má qualidade lotado para ir e voltar do trabalho. Exauridas, cochilam assim que sentam. A grande maioria está em empregos precários, sem carteira de trabalho. Esse relato acontece no Brasil, mas também é uma realidade para milhões de mulheres ao redor do mundo. São fatos do cotidiano concreto que mostram como o patriarcado, o capitalismo e o racismo estão entrelaçados para explorar, extrair, dividir e decidir quais vidas importam e quais não importam (VERGES, 2020, p. 18). E revela como a sociedade capitalista funciona há séculos sendo sustentada pela exploração racista, misógina e lgbtfóbica dos corpos das mulheres, da população negra e indígena. Com a pandemia, essa realidade foi maximizada.

A desigualdade brasileira também se expressou na definição de prioridades para a vacinação, que desde o começo não atingiu as pessoas socialmente mais vulneráveis ou expostas à contaminação. Somente em 17/06/21, um ano e meio depois de oficialmente estarmos na pandemia, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 1011/2020 com a inclusão da Emenda nº 12, de autoria da deputada Benedita da Silva (PT/RJ), que incorporou as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos na lista de categorias prioritárias para a vacinação dentro do Plano Nacional de Operacionalização

da Vacinação contra a Covid-19. A FENATRAD realizou uma campanha por meio das redes sociais dirigindo-se aos deputados reforçando o pedido aos parlamentares² (imagens mais adiante).

Além da desigualdade no acesso à vacina, a vulnerabilidade social das populações pobres e periféricas se amplia pelo racismo estrutural. O Centro Brasileiro de Análise e Pesquisas (CEBRAP) realizou um estudo que aponta haver um impacto diferenciado da Covid-19 nas populações negras a partir da comparação entre um menor registro de pretos e pardos com a doença, mas um maior número de óbitos (LIMA; MILANEZI, 2020, p. 4). Entre os brasileiros hospitalizados no Brasil, negros têm maior taxa de mortalidade (42%) que brancos (37%), o que mostra ser necessário proteger a população que está mais vulnerável para proteger toda a sociedade (AZEVEDO, 2021). Esses dados nos ajudam a compreender que a pandemia afetou a todos, mas de forma diferente em relação a quem teve acesso a recursos para ficar em casa mantendo o distanciamento social e quem precisou sair para trabalhar.

No caso das trabalhadoras domésticas, a mobilização sindical, que vem de muito tempo, tem provocado maior visibilidade para a realidade desta categoria durante a pandemia. É por meio da mobilização das trabalhadoras domésticas que a voz subalterna vem ocupando o centro da narrativa pública. Graças à luta da FENATRAD e dos sindicatos regionais com organizações parceiras, vêm sendo denunciados o desamparo, as ilegalidades trabalhistas, o confinamento compulsório, a falta de trabalho e a situação de extrema vulnerabilidade de milhares de famílias. A mobilização continua pressionando veículos de comunicação e redes sociais a dar visibilidade àquelas que, historicamente, são invisibilizadas.

É nesse contexto que pretendemos refletir sobre a pandemia e o papel das trabalhadoras domésticas sindicalizadas e suas mobilizações pela FENATRAD e sindicatos regionais. Pretendemos argumentar em favor da ideia de que a atuação coletiva das trabalhadoras domésticas enquanto agentes protagonistas de sua luta tem permitido ampliar diálogos e dar visibilidade para práticas discursivas que invertem a lógica dominante, no sentido “de baixo para cima”. A luta pelo reconhecimento de

² Ver nota publicada no site da FENATRAD aqui: <https://fenatrad.org.br/2021/06/17/4652/>.

seus direitos, por respeito e por visibilidade sobre seus saberes e demandas mostra a realidade de uma parte expressiva da sociedade que costuma ser “esquecida” nos discursos hegemônicos. Tendo como ponto de partida a vivência das trabalhadoras e trabalhadores domésticos e de sua organização sindical (a FENATRAD e sindicatos), sustentamos que mesmo que o campo hegemônico da mídia e da política tente relativizar, apagar ou silenciar questões relevantes para as trabalhadoras domésticas, são elas que oferecem um olhar transgressor da ordem dominante. E nos permitem pensar as relações de classe, raça e gênero a partir de lugares considerados “inexistentes” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 247). É por meio do debate provocado pela FENATRAD e pelos sindicatos que podemos visualizar aquilo que é ocultado em nome do universal.

O objetivo desse artigo é refletir sobre essas questões, trazidas a público pelo impacto da pandemia na vida das trabalhadoras domésticas sindicalizadas. Além desta Introdução, o artigo também apresenta uma breve discussão sobre a divisão do trabalho doméstico e a trajetória de construção da luta sindical para compreender como estão entrelaçados racismo, machismo e exploração capitalista na sociedade brasileira. No terceiro bloco, apresentaremos uma breve abordagem sobre os meios de comunicação na prática discursiva e seus novos arranjos na internet. Neste ponto, apresentamos alguns exemplos visuais que reforçam o argumento da importância da presença ativa das trabalhadoras domésticas nas redes e na mídia, bem como em espaços parceiros de divulgação. Suas presenças e vozes ampliam a visibilidade, empurrando os sistemas hegemônicos de comunicação para a agenda das trabalhadoras domésticas. Por fim, a título de conclusão, pretendemos argumentar sobre essa visibilidade no espaço do debate público e midiático como forma de afirmar discursos contra-hegemônicos e de resistência feminista, antirracista e pluralista. Uma presença transgressora e transformadora, sobretudo diante de um Brasil cada vez mais arcaico, racista, machista e lgbtfóbico que vem tentando apagar a brutal realidade da grande maioria do povo brasileiro.

A divisão do trabalho doméstico: desigualdades de gênero, raça e classe e a luta por reconhecimento

A sociedade ocidental capitalista foi construída por uma ideia que separava dois mundos desde seus primórdios. De um lado, aquilo que se chamava "trabalho", que era basicamente exercido pelos homens, fora do âmbito doméstico e pelo qual eram remunerados. De outro lado, estava todo o serviço de cuidado e manutenção da vida, como atividades reprodutivas, que não eram remuneradas e tampouco reconhecidas como trabalho a ser remunerado. As lutas feministas ao longo do século XIX e XX reposicionaram o trabalho doméstico como uma questão política. Ou seja, está ligado a relações de poder e de hierarquia que são construídas na trajetória social e controladas pelo poder hegemônico branco, colonialista e patriarcal. "O pensamento feminista das últimas décadas operou uma verdadeira mudança [...] ao argumenta[r] que o trabalho e família não só estão intrinsecamente ligados, mas a forma como se relacionam produz e reproduz hierarquias, diferenças e desigualdades de gênero" (HIRATA; KERGOUAT, 2007, *apud* SORJ, 2013, p. 481).

Sorj (2013, p. 482) explica que, ao longo do século XX, houve uma transformação no modelo de família e maternidade, colocando um novo padrão desigual de divisão do trabalho, no qual as mulheres combinam trabalho não remunerado com trabalho pago, aprofundando a dupla jornada para elas. Esse novo cenário de interação entre trabalho e família deu origem ao termo *care* (cuidado, em inglês), que se refere ao atendimento de pessoas dependentes e os afazeres domésticos. A desfamíliação do cuidado, como define Sorj (p. 482), transformou posições tradicionais e ampliou as lutas por creches como uma demanda para as mulheres que trabalham fora, provedoras e chefes de família, principalmente as periféricas. São milhões de mulheres que dependem dessa política pública para poder trabalhar diariamente, porque não ganham o suficiente para pagar uma creche na qual deixar seus filhos em segurança. É na esteira desse debate que se entrelaçam o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho doméstico remunerado, assim como as conexões entre classe social e

raça no interior do grupo das “mulheres³” e a histórica relação entre o patriarcado, o sistema colonialista escravocrata e o desenvolvimento de uma economia baseada na exploração dos corpos femininos em diferentes escalas e níveis de violência e dominação.

Desde os anos 1970-1980, estudos vêm revelando a realidade das trabalhadoras domésticas, que são semelhantes no Brasil e na América Latina até os dias de hoje: a força de trabalho massivamente feminina, atividade desvalorizada, atividade profissional desempenhada geralmente por mulheres mais pobres, com baixa escolaridade, grande parte delas migrante, que se intersecciona com a racialização das trabalhadoras e pelo estigma da origem étnica e racial, de classe social e geográfica (BRITES, 2013, p. 427-428). No final de 2020, as mulheres representavam 92% da população ocupada no trabalho doméstico remunerado, sendo que mais de 65% delas são negras. Dos 4,9 milhões de trabalhadoras domésticas que estavam ocupadas no final de 2020, 75% trabalhavam sem carteira assinada (3,4 milhões⁴).

A pandemia aprofundou essa realidade com situações de trabalho sem carteira assinada, baixa remuneração e exigências fora da legislação, como o confinamento obrigatório na casa dos patrões. No entanto, é preciso dizer que essa precarização vem ocorrendo desde antes, com a sanção da Lei 13.467 em 2017, pelo então presidente Michel Temer. “A (de)forma trabalhista melhorou muito o lado patronal. Mas o lado dos trabalhadores, precarizou”, destaca Luiza Batista, presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Doméstica (BATISTA, 2021, vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=MCGHSLx5XIM>). Durante o painel com intelectuais e acadêmicas, a líder das trabalhadoras domésticas lembra que o avanço do neoliberalismo e a pandemia aprofundaram essa realidade de exploração, uma vez que as pessoas passaram a trabalhar em casa, por muito mais tempo e, em muitos casos, com salários menores. Mesmo diante da revolução tecnológica que estamos vivendo e o impacto da pandemia

³ Colocamos entre aspas para destacar nosso entendimento de que a categoria “mulher” representa uma heterogeneidade de identidades de gênero e sexualidades com um feminino não binário e não hegemônico. Para nós a categoria mulher se define muito mais como uma identidade socialmente compartilhada e que existem, portanto, experiências diversas de mulheres marcadas em suas próprias vivências pela raça, gênero, sexualidade, classe social e territorialidade (Cf. BUTLER, 2020, p. 226-229)

⁴ Conforme gráfico da PNAD Continua do Trabalho Doméstico no Brasil, do IBGE, 4º trimestre de 2020, disponíveis: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.pdf>

no mundo do trabalho, com a incorporação da atividade remota para diversos segmentos profissionais, algumas questões permanecem. Luiza questiona “como será possível garantir os direitos das trabalhadoras domésticas, dos trabalhadores uberizados para garantir a aposentadoria?” (BATISTA, 2021, vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=MCGHSlx5XIM>).

O contexto de profunda precarização e exploração do trabalho torna-se mais desafiador para a mobilização sindical das trabalhadoras domésticas. A categoria nunca teve seus direitos reconhecidos com facilidade. Somente em 2015 conquistaram alguns direitos do regime CLT, não todos. Com toda a transformação que o mundo do trabalho tem vivenciado, com o teletrabalho se impondo, a presidente da FENATRAD questiona: com toda essa revolução, como será que uma trabalhadora doméstica realizará suas atividades sem ser de forma presencial? Quem fará a limpeza da casa? Quem vai limpar o banheiro, preparar o alimento, varrer a casa, passar o pano no chão? “A revolução que está aí posto pela sociedade capitalista esqueceu que tem algumas atividades que não dá pra fazer sem ser presencial”, lembra Luiza, expondo as preocupações das sindicalistas durante o painel com intelectuais, advogados e professores (BATISTA, 2021, vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=MCGHSlx5XIM>). O que vai acontecer com as trabalhadoras domésticas após a pandemia? Qual proteção social que as trabalhadoras terão?

A desigualdade social aumentou, com a pobreza e a insegurança alimentar atingindo cerca de 125 milhões de brasileiros. Estima-se que aproximadamente 5,7 milhões de brasileiras desempenham a profissão de trabalho doméstico. Em 2019, representava a terceira categoria profissional que mais empregava mulheres, atrás de serviços sociais e do comércio (PINHEIRO *et al*, 2019, *apud* TOKARSKI; PINHEIRO, 2021, p. 56). Dados da Pnad Contínua, do IBGE, mostram que no 4º trimestre de 2020 (de outubro-dezembro), somente 25% delas possuíam carteira de trabalho assinada (1,1 milhão de trabalhadoras). As trabalhadoras domésticas estão mais vulneráveis à crise econômica provocada pela pandemia: 45% delas são chefes de domicílios (DIEESE, 2020, p. 10). Desse universo de mulheres chefes de família, 46% são mulheres negras. Entre as domésticas negras em situação de extrema pobreza, 59,3% são chefes de domicílio.

Ou seja, além da pandemia aumentar os riscos de contaminação para as trabalhadoras que precisam sair todos os dias, muitas delas são chefes de família e estão vivendo em extremo risco alimentar, dependendo de doações e cestas básicas para alimentar a família. Para se ter uma ideia, de cada dez mulheres que têm a profissão de trabalhadora doméstica, sete não possuem carteira de trabalho assinada, ou seja, não têm seguro-desemprego caso sejam demitidas e nem auxílio doença caso fiquem doentes (TOKARSKI; PINHEIRO, 2021, p. 58).

A trajetória de lutas e de resistência

A longa história de exclusão e precariedade nos direitos das trabalhadoras domésticas em toda a América Latina tem suas raízes em dois sistemas que não são visíveis, mas atuam na naturalização do preconceito e da exploração dessa mão de obra: o racismo e o machismo. O modelo econômico capitalista que se desenvolveu no Ocidente, especialmente no Brasil, foi sustentado pela exploração e escravização dos povos africanos, trazidos contra sua vontade para o trabalho forçado nas colônias das Américas. Associado ao modelo patriarcal de opressão e às violências contra as mulheres, moldou-se um sistema no qual as negras e as indígenas são as mulheres que sofrem as maiores explorações e violências. É Lélia Gonzalez quem nos aponta que

“o racismo latino americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas graças à ideologia do branqueamento [...] transmitidas pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais [...] [perpetuando a crença] e os valores da cultura ocidental branca como os únicos verdadeiros e universais” (GONZALEZ, 2020, p. 43-44)

A desvalorização e precarização do trabalho, o preconceito racial e o machismo são formas atuais dessas velhas estruturas de dominação e violência que ainda estão presentes na sociedade brasileira. E se expressam desde a desigualdade salarial entre homens e mulheres (aprofundada entre brancos e negros) até o emprego precário,

que atinge principalmente à população negra brasileira, provocados pelo racismo e pela falta de reparação da escravização.

Como dito anteriormente, Jurema Brites chama a atenção para o fato de que os estudos sobre o trabalho doméstico na América Latina mostram que o serviço doméstico é uma atividade marcadamente feminina, geralmente desempenhada por mulheres de origem pobre, muitas migrantes e em geral sofrendo estigmas pela origem étnica e racial. A racialização compõe um aspecto relevante para pensar o trabalho doméstico remunerado. No caso brasileiro, o peso da sociedade escravista continua a acentuar as desigualdades entre negros e brancos. Em outras nações, são as etnias indígenas que são atraídas para desempenhar o trabalho doméstico, como no caso mexicano (BRITES, 2013, p. 429).

A trajetória de lutas pela afirmação dos direitos das trabalhadoras domésticas vem de longe. Está relacionada à capacidade de resistência, de lutas e de enfrentamento à opressão racista e machista. Além disso, o isolamento e a fragilidade das trabalhadoras convivendo nos lares patronais, muitas vezes sem informações, sofrendo pressões dos patrões contra a sindicalização, além de relações pessoalizadas e clientelistas e uma grande heterogeneidade de situações laborais, dificultavam o processo de organização sindical (BRITES, 2013, p. 431). “A luta sindical dessa categoria [é] extremamente árdua frente às difíceis relações de trabalho que, a despeito de serem protegidas pela lei, são burladas dia a dia pela classe patronal” (BONEZ; BRITES, 2019, p. 872). Essa realidade vivenciada no sindicato das trabalhadoras de Pelotas (RS) se repete em diversos estados da federação.

Ao analisar a realidade cotidiana do sindicato das trabalhadoras domésticas de Pelotas, as autoras também ressaltam que, além do aspecto jurídico, os atendimentos são permeados pela necessidade do cuidado, afeto e sensibilidade, pois quando as trabalhadoras chegam até o sindicato, muitas vezes estão emocionalmente fragilizadas. Essa relação de cuidado e solidariedade advém das próprias práticas das sindicalistas enquanto mulheres de grupos populares, que trilharam o caminho da emancipação e do empoderamento político a partir de diálogos com movimentos sociais de esquerda, religiosos católicos da Teoria da Libertação, do movimento negro e quilombola e das

organizações feministas. "Mas, sobretudo, da própria luta sindical das trabalhadoras se contrapondo ao colonialismo branco, machista e servil" (BONEZ; BRITES, 2019, p. 873).

Em seu importante estudo sobre os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil, o pesquisador Joaze Bernardino-Costa conta que é a partir da realidade de exclusão racial que os sindicatos das trabalhadoras domésticas ocupam um espaço de resistência à exploração econômica e à marginalização social. Também ocupam o espaço de reexistência.

"Essa reexistência se afirma, no plano individual, pela afirmação de cada trabalhadora doméstica e, no plano coletivo, propõe-se a reinventar uma sociedade baseada nos princípios da igualdade, justiça social, respeito a todos os seres humanos, dignidade, etc" (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 58).

É o que mostra o estudo de referência de Mary Garcia de Casto (1992) ao ouvir as trabalhadoras sindicalizadas no sindicato de Salvador. Embora ainda existam trabalhadoras domésticas que escondem sua ocupação devido ao desprezo social que pesa sobre a atividade em função da herança colonialista/racista e patriarcal/machista sobre o trabalho doméstico, as sindicalistas entrevistadas transformaram essa ideia colonizadora de si. E romperam com esse estigma. Suas análises mostram que a rebelião pessoal contra o destino está emoldurada por um projeto coletivo: "As mulheres trabalhadoras em suas organizações constroem uma agenda feminista própria [...], demarcada por sua prática social e suas experiências como empregadas domésticas" (CASTRO, 1992, p.7 71).

O movimento das trabalhadoras domésticas tem início em 1936, por meio da atuação de Laudelina Campos Melo, com a fundação da Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos. Desde essa época, a luta era por reconhecimento da categoria, para que tivesse igualdade jurídica como outras categorias trabalhistas. As trabalhadoras domésticas recebiam um tratamento diferenciado que as colocava em situação inferior, pois não podiam ser sindicalizadas, tampouco ter acesso aos direitos trabalhistas que a regulamentação da profissão permitiria com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943 (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 60).

A falta de reconhecimento jurídico-trabalhista está relacionada à associação do trabalho doméstico remunerado ao estigma oriundo do sistema escravocrata colonialista brasileiro e das relações patriarcais, em que tarefas domésticas foram construídas como sendo atribuição das mulheres, principalmente das mulheres negras, inferiorizando a atividade tanto pela questão de gênero quanto pela racialidade e a classe social. Por um lado, esses mecanismos se relacionam produzindo formas de controle, dominação e discriminações vivenciadas por todas as mulheres racializadas (mulheres negras, indígenas, latinas, mulheres pertencentes a grupos étnicos minoritários, em geral das classes mais empobrecidas). Mas, por outro, essas desigualdades também geram mobilizações e ativismo. É o que percebemos ao conhecer a história de sindicalização das trabalhadoras domésticas. "A combinação desses fatores – movimento negro, sindicalismo e Igreja Católica – permite o surgimento de um movimento nacional das trabalhadoras domésticas" (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 65).

Essa organização nacional ocorre da relação entre o movimento negro, movimento sindical e Juventude Operária Católica nos anos 1960 – 1980. Nesse período, a luta pela regulamentação profissional e conquista de direitos adquire uma compreensão sobre as desigualdades de classe (divisão entre patrões e trabalhadores), sem perder a questão racial ao chamar a atenção para o lugar simbólico do "quarto de empregada" como a senzala, a casa da patroa/patrão como a casa-grande, e a relação entre o trabalho doméstico remunerado com o negro e o mundo patronal com os brancos. A interação com os movimentos feministas acontece a partir dos anos 1980, sobretudo nas lutas pela inclusão de direitos na Constituição de 1988, algo que ocorre somente com algumas demandas históricas (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 64-67).

Joaze Bernardino-Costa aponta o ano de 1997 como o momento que marca o início da criação da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD. Atualmente, a FENATRAD reúne 25 sindicatos em todo o Brasil. É graças a essa articulação nacional que as lutas das trabalhadoras domésticas permanecem sendo fortalecidas, junto às redes de alianças históricas com os movimentos sindicais, o movimento negro, os movimentos feministas e de mulheres negras (BERNARDINO, 2015, p. 69). No entanto, somente em 2015 as trabalhadoras domésticas avançam na

conquista de direitos, com a Lei Complementar nº 150 regulamentando o contrato de trabalho doméstico, entre eles: a idade mínima, 8 horas diárias, 44 horas semanais, horas extras, férias, recolhimento de previdência, Fundo de Garantia, aviso prévio, licença gestante, entre outros benefícios trabalhistas⁵.

Infelizmente, com a pandemia, diversas dessas conquistas vêm sendo revertidas. Em muitos estados, o trabalho doméstico remunerado foi considerado um serviço essencial durante a pandemia. A FENATRAD posicionou-se contra esses decretos, mobilizando a categoria e a sociedade civil com a campanha: "Essenciais são nossos direitos", que chamou atenção para a perda de postos de trabalho (mais de um milhão), para as mortes das trabalhadoras que não puderam fazer isolamento e para a informalidade. A campanha contou com o apoio do Ministério Público do Trabalho/RJ, do *Care International* e da Associação Francesa de Desenvolvimento (AFD)⁶. Jornadas de trabalho mais longas, e até mesmo quarentena compulsória, que obrigavam muitas trabalhadoras a ficar na casa dos patrões, também foram denunciadas pela FENATRAD⁷ e sindicatos regionais, com repercussão em diversos veículos de imprensa nacionais (NEDER; AMORIM, 2021).

A categoria das trabalhadoras domésticas foi uma das mais atingidas pela crise econômica e pela pandemia. No entanto, esses retrocessos encontraram uma categoria unida e fortalecida pela articulação sindical nacional. É graças a essa trajetória de lutas pelo reconhecimento dos direitos que muitas trabalhadoras vêm tomando consciência sobre os estigmas que estão ligados à cultura escravocrata e machista que pesam sobre o trabalho doméstico. É também graças ao trabalho sindical que tem sido possível identificar as relações de exploração e denunciar por meio de redes de comunicação próprias e parceiras. Cada vez mais mobilizadas e articuladas pela Federação e os sindicatos regionais, essas trabalhadoras vêm rompendo as barreiras do silenciamento. O papel da organização sindical é relevante, seja do ponto

⁵ Para maiores detalhes da Lei Complementar, conferir no link: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2015/leicomplementar-150-1-junho-2015-780907-publicacaooriginal-147120-pl.html>.

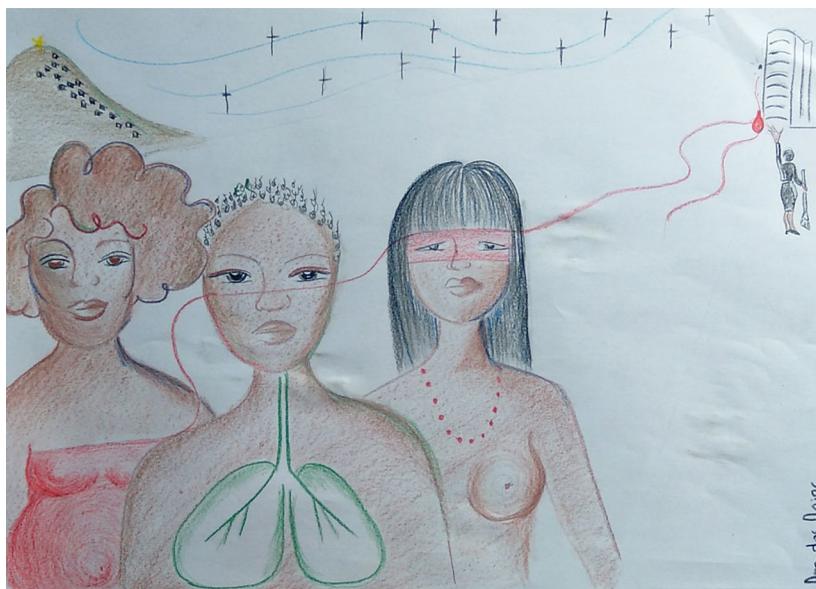
⁶ Maiores detalhes, aqui: <http://abet-trabalho.org.br/campanha-essenciais-sao-nossos-direitos-mais-de-12-milhoes-de-trabalhadoras-domesticas-perderam-seus-empregos-durante-a-pandemia/>.

⁷ Conferir nota da FENATRAD: <https://fenatrad.org.br/2020/10/26/pandemia-piora-as-condicoes-de-trabalho-na-economia-informal-do-cuidado-no-brasil/>.

de vista individual, com assistência direta às trabalhadoras em busca de justiça, seja pela organização coletiva.

Aos poucos, essa agenda vem ocupando um espaço importante na esfera pública ampliada (internet, redes sociais, sites e blogs de notícias progressistas). Com isso, suas vozes vêm ocupando espaços públicos nas redes sociais e na mídia internacional, o que tem proporcionado uma paulatina presença em espaços da chamada grande mídia empresarial, onde tradicionalmente as vozes das trabalhadoras sindicalizadas são silenciadas ou não costumam ser registradas com o devido equilíbrio em relação aos posicionamentos patronais. É como afirma a presidente do sindicato das trabalhadoras domésticas do Rio de Janeiro, Maria Izabel Monteiro Lourenço: **“O silêncio de muitos empregadores e a falta de compreensão deixam as trabalhadoras inseguras e adoecidas. Umas relatam que receberam folgas, mas criticam a falta de diálogo por parte dos empregadores sobre a remuneração”**. Mesmo diante dessas dificuldades, ela completa: **“Mas a nossa resistência toma muitas formas. O sindicato pressiona o Estado por proteção trabalhista, dialoga com as patroas e patrões, tentando apelar para o sentido de justiça”** (LOURENÇO E CASTRO, 2020, n.p).

Imagem 1: Ilustrações por Ana dos Anjos



Mídia e visibilidade do trabalho doméstico remunerado na pandemia: formas de resistências e lutas

O noticiário é sempre uma seleção sobre os acontecimentos. Observar esses acontecimentos a partir da realidade das trabalhadoras domésticas expõe a naturalização e o silenciamento de parcela importante da sociedade brasileira que não é sujeita de seu próprio discurso, uma vez que "outros falam por elas", pois são "colocadas como ausentes apesar de sua presença" (GONZALEZ, 2020, p. 41). Esse registro de Lélia Gonzalez nos dá a dimensão sobre as formas de controle que se originam nos discursos hegemônicos, que tendem a tratar como universal o pensamento e as hierarquias raciais e patriarcais na sociedade brasileira até os dias de hoje.

No mundo globalizado em que vivemos, costumamos utilizar os meios de comunicação (principalmente os grandes grupos econômicos de comunicação), como a televisão, o rádio e os jornais para saber o que está acontecendo no mundo ao nosso redor. Muitas vezes nem percebemos, mas estamos absorvendo o conteúdo da forma como está sendo dito, com seus estereótipos de gênero e raça. Ao interpretar o mundo a partir dos "lugares" e hierarquias em que as pessoas são colocadas, os meios de comunicação de massa colaboram para definir determinadas visões de mundo como universais, que muitas vezes acolhemos sem questionar. Dito de outra forma, o noticiário da chamada "grande imprensa" tende a acomodar os conflitos sociais relacionados ao racismo, machismo e às desigualdades de classe de forma a não provocar desordem ao *status quo*.

Episódios da vida cotidiana podem ocupar as primeiras páginas dos noticiários, mas eles tendem a não ultrapassar os limites da ordem social e econômica. A desigualdade entre ricos e pobres no Brasil, a desigualdade no acesso à saúde de qualidade, as causas do desemprego estrutural no Brasil, a violência contra as mulheres em casa e no trabalho, os assassinatos diários cometidos pela polícia contra a população negra em todo o país, a realidade das trabalhadoras domésticas, a desigualdade entre pessoas negras e brancas no acesso a oportunidades de trabalho e a relação do racismo estrutural com a exploração do trabalho, por exemplo, costumam ser retratados em alguns casos. Mas a abordagem do noticiário da grande imprensa "tende a acomodar

esses conflitos ao longo da cobertura, reforçando enquadramentos que não questionam aspectos estruturais dessas violentas desigualdades sociais" (BIROLI, 2017, p. 108-9).

Quando lemos ou ouvimos uma notícia, seu conteúdo já passou por filtros nas redações dos jornais, blogs, tevês e rádios e veículos on-line. O jornalismo pode ser considerado "como um regulador da pluralidade política e social" (BIROLI, 2017, p. 91). Seu papel seria não o de expor questões e conflitos que possam inverter a ordem dominante, mas sim "excluir da agenda pública aqueles que violam ou desafiam os consensos, demarcando os limites do conflito político aceitável" (HALLIN, 1989 *apud* BIROLI, 2017, p. 91). Por isso é importante verificar "quem fala", sobre "o que fala" e "em nome de quem". Ou seja, observar como opiniões podem ser naturalizadas, a partir de um ponto de vista que reproduz visões de mundo dominantes, ao retratar "lugares" pré-definidos para as mulheres e homens, brancos e negros, ricos e pobres na sociedade.

Seria como reforçar a ideia de que é "natural" que parlamentares sejam homens ao ouvir, sem questionar a ausência, somente os homens brancos quando se trata de política parlamentar. Ou então, não discutir os motivos que levam à baixa presença de mulheres negras, homens negros e mulheres trans no parlamento, por exemplo. Ou ainda ao retratar as mulheres negras sempre no lugar da trabalhadora doméstica, ou em posições subalternizadas e definir as patroas sempre como mulheres brancas. Ou vincular o serviço doméstico a tarefas "de mulher" e, portanto, defini-lo como um assunto somente relacionado a elas. Essas construções estavam presentes na forma como a regulamentação do trabalho doméstico remunerado apareceu no noticiário dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal Nacional* no período de 2013 a 2015. Mesmo sendo enaltecido como uma notícia importante pelo reconhecimento de direitos tardios à categoria, a ênfase econômica e suas consequências em termos de impacto financeiro para os patrões e o risco de aumento do desemprego pela obrigatoriedade da regulamentação foram constantes naquele noticiário (MANTOVANI; ALMEIDA, 2019, p. 136). A deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ), autora da proposta, sequer foi presença no noticiário. Também não houve espaço relevante para os sindicatos ou a Federação Nacional tratar da regulamentação no noticiário daquele período (MANTOVANI; ALMEIDA, 2019, p. 138). Esse exemplo mostra o quanto os interesses das classes dominantes mobilizam narrativas no noticiário empresarial e de massas.

Com a pandemia, no entanto, vivemos uma realidade que pode oferecer novos contornos para esse debate público. É verdade que as condições estruturais de desigualdade de classe, raça e gênero se aprofundaram no Brasil de 2020, ano de início da pandemia. A realidade brutal da desigualdade que atinge as trabalhadoras domésticas vem mobilizando o ambiente da comunicação social, o que pode ampliar os espaços de visibilidade e de presença das trabalhadoras domésticas como protagonistas de sua trajetória política. O avanço da internet possibilitou novas formas de comunicação em redes ao vivo e tem permitido ampliar os espaços de fala, de afirmação das lutas e de denúncias sobre a grave realidade brasileira. Por meio dessas redes, é possível articular novos espaços para expressão de múltiplas vozes na sociedade. Isso produz efeitos benéficos, sobretudo quando é preciso denunciar as violências e as diversas tentativas de censura e silenciamento que o Brasil vem vivenciando em plena pandemia. Não podemos deixar de lembrar, também, que essa pluralidade de vozes na internet e nas redes sociais pode produzir efeitos muito negativos e violentos. Discursos de ódio, de racismo e de machismo têm sido frequentes, também circulam nas redes e produzem muitos malefícios, como as chamadas "*fake news*".

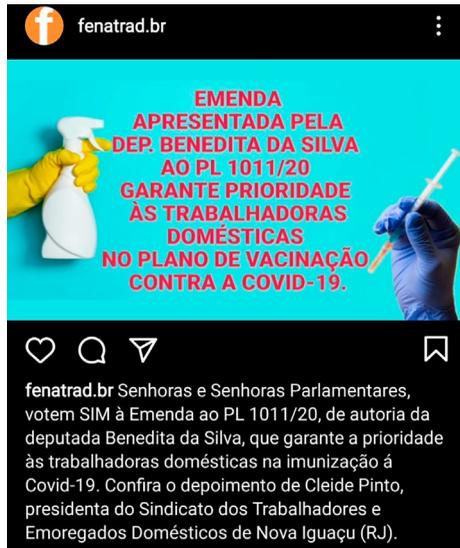
Não é objetivo desse artigo apresentar um estudo quantitativo sobre como as trabalhadoras domésticas ocuparam os meios de comunicação tradicionais e na internet. Oferecemos uma reflexão crítica com exemplos sobre os argumentos que desenvolvemos aqui: apesar das profundas violências e dificuldades que vivenciamos no Brasil, a atuação protagonista da FENATRAD proporcionou e continua a proporcionar maior visibilidade à agenda de lutas das trabalhadoras domésticas sindicalizadas. As sindicalistas têm sido protagonistas, com suas vozes e agendas ocupando espaços do ativismo feminista, antirracista e em espaços acadêmicos, por exemplo. Nossa hipótese de reflexão aqui indica que esse espaço discursivo construído a partir dos sindicatos e da Federação das Trabalhadoras vem rompendo com um "vazio narrativo do subalterno" (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 248). Ao ocupar esses espaços, as trabalhadoras domésticas se tornam protagonistas de sua própria história, fazendo com que suas vivências, lutas e temas relevantes venham a público e também sejam ouvidas e reconhecidas na esfera política.

Há, em nossa opinião, uma possibilidade de um deslocamento provocativo, que parte das posições das trabalhadoras domésticas na sociedade, o que contrapõe uma narrativa hegemônica de nação, como aponta Joaze Bernardino-Costa (p. 248). A luta de resistência e reexistência individual e coletiva protagonizada pelo movimento das trabalhadoras domésticas sindicalizadas oferecem novos contornos para a luta feminista e antirracista.

A seguir, sugerimos alguns exemplos que dialogam com esses argumentos, reforçando o papel transgressor e de(s)colonizador que a FENATRAD e a luta sindical das trabalhadoras domésticas exercem na articulação de estratégias de formação de novas redes comunicacionais, contribuindo para enegrecer, aprofundar e expandir as lutas e as formas de resistência no Brasil atual.

A) A FENATRAD e a luta sindical: visibilidade nas redes e na mídia – Nesse ponto, gostaríamos de oferecer alguns exemplos que reforçam a importância das vozes das trabalhadoras domésticas organizadas na luta sindical ocuparem seus espaços de fala. Como reforça Joaze Bernardino-Costa (2015) em seu estudo sobre a trajetória de lutas pelo reconhecimento de direitos, quando as trabalhadoras domésticas ocupam a cena pública, seja na mídia tradicional ou pela internet e redes sociais, o que se vê é a realidade brasileira.

Quando as trabalhadoras domésticas sindicalizadas ocupam os espaços públicos, ampliam as fronteiras do debate sindical, das lutas feministas, dos movimentos negro e social. Porque são elas que expõem as dinâmicas cruzadas do racismo, do machismo e do preconceito de classe que costumam ser invisibilizadas nos discursos dominantes. São elas que trazem um conteúdo novo para as lutas feminista, antirracista, decolonial e sindical porque reivindicam o direito à existência e tornam visível amplos grupos da sociedade que, historicamente, são invisibilizadas.



fenatrad.br Senhoras e Senhores Parlamentares, votem SIM à Emenda ao PL 1011/20, de autoria da deputada Benedita da Silva, que garante a prioridade às trabalhadoras domésticas na imunização à Covid-19. Confira o depoimento de Cleide Pinto, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Emregados Domésticos de Nova Iguaçu (RJ).



Themis · Seguir

20 de mar de 2020 ·

Luiza Batista, presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), faz apel... Ver mais



Início / Institucional / Papel e estrutura / Secretarias / Secretaria da Mulher / Notícias / Esta página

SECRETARIA DA MULHER

Atribuições

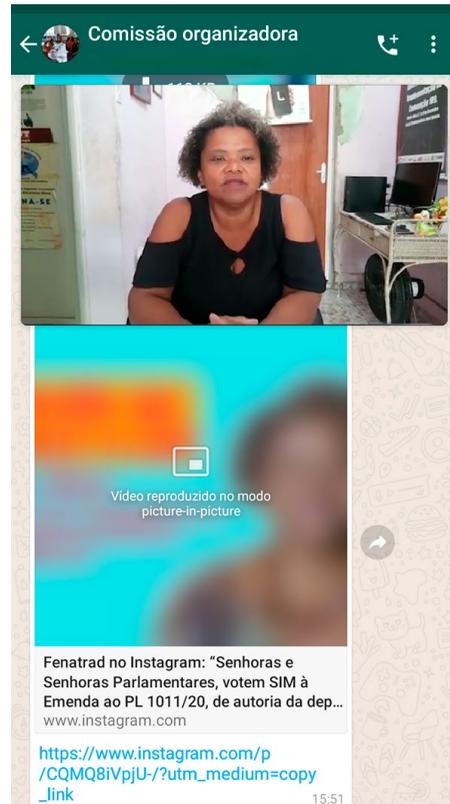
- Procuradoria da Mulher
- o que é a Procuradoria da Mulher
- Procuradora da Mulher
- Procuradores Adjuntas
- Como criar Procuradoria da Mulher nos estados
- Coordenadoria da bancada feminina
- Coordenadora-Geral
- Coordenadoras Adjuntas
- Deputadas federais
- Arquivos e

SITUAÇÃO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS PIORA DURANTE PANDEMIA

Em audiência promovida nesta segunda-feira (10/5) pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, palestrantes, representantes de entidades de trabalhadores e deputadas destacaram uma constatação unânime e comprovada por diversos indicadores: a situação de trabalhadoras domésticas, principalmente as mulheres, agravou muito durante a pandemia. O painel sobre o tema "A Situação das Trabalhadoras Domésticas em Meio à Pandemia" foi solicitado pela Fenatrad.

Em audiência promovida nesta segunda-feira (10/5) pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, palestrantes, representantes de entidades de trabalhadores e deputadas destacaram uma constatação unânime e comprovada por diversos indicadores: a situação de trabalhadoras domésticas, principalmente as mulheres, agravou muito durante a pandemia.

Com o tema "A Situação das Trabalhadoras Domésticas em Meio à Pandemia", o painel reuniu representantes de entidades de trabalhadores e organismos públicos. No início do evento, a Coordenadora Geral da Bancada Feminina, Deputada Celina Leão (PP-DF), fez uma breve fala e justificou não participar de todo o debate por se encontrar no município baiano de Cachoeira, em deslocamento para a reunião Plena Conjunta na este recebendo amáveis de morar.



Fenatrad no Instagram: "Senhoras e Senhoras Parlamentares, votem SIM à Emenda ao PL 1011/20, de autoria da dep... www.instagram.com

https://www.instagram.com/p/CQM8iVpJU-?utm_medium=copy_link



Nesta terça-feira, dia 27 de abril - Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica, a FENATRAD realiza o último debate do ciclo que marca as ações da Federação no mês que se celebra a luta das trabalhadoras domésticas no país. O debate será transmitido ao vivo pela página da FENATRAD no facebook a partir das 19h.



Uma das categorias que tem mostrado a sua capacidade de resistência e a sua contribuição na luta democrática, mesmo diante de um período de tantas perdas, as trabalhadoras domésticas seguem na luta para denunciar a destruição de direitos que tem sido realizada pelas últimas gestões do governo federal, especialmente agravada pelo governo genocida de Bolsonaro/Mourão. Fazendo frente a todos os ataques que essa categoria de trabalhadoras têm sofrido de maneira específica, mas também de violação dos direitos humanos, as trabalhadoras domésticas têm dado a prova de luta e sua

Notícias Gerais

NOTÍCIAS GERAIS
NÃO ao Trabalho Doméstico Infantil- Por Luiza Batista
 Hoje, 12 de junho, é o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. Temos na Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e nos sindicatos afiliados [...]

NOTÍCIAS GERAIS
Edital de Convocação do XII Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas

12 de junho
NA RINGUE COSTA O TRABALHO INFANTIL
 11 milhões de crianças e adolescentes são vítimas de trabalho infantil no Brasil. Saiba mais sobre o assunto.

NOTÍCIAS GERAIS
FENATRAD diz NÃO ao Trabalho Doméstico Infantil
 Publicado no dia 11 de junho de 2021 Este sábado (12) é o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Infelizmente, esta prática ainda ocorre no [...]

NOTÍCIAS GERAIS
Série Essenciais são os nossos direitos: É permitido suspender ou reduzir o salário durante a pandemia?
 Publicado no dia 10 de junho de 2021 As trabalhadoras domésticas foram uma das categorias que mais perderam postos de trabalho devido à pandemia da [...]

NOTÍCIAS GERAIS
Série Essenciais são os nossos direitos: E se a diarista não acabar o trabalho até o fim do expediente?
 Publicada no dia 9 de junho de 2021 Por ser uma atividade realizada dentro de residências, há empregadores que exigem que a trabalhadora doméstica

FIQUE POR DENTRO

LEI MARIA DA PENHA
 Saiba quais são os direitos garantidos pela legislação.

MEGAFONE
 Reconheça cada tipo de violência e saiba o que fazer.

NOSSOS DIREITOS
 Saiba se defender. Para isso você precisa saber seus direitos.

SAÚDE NO TRABALHO DOMÉSTICO
 Evite problemas incômodos com cuidados básicos na sua saúde.

TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL
 Estudo sobre o trabalho doméstico e igualdade de gênero e raça.

CATEGORIAS

ENTREVISTAS

EVENTOS

GALERIA DE LUTADORAS

GENTE COMO A GENTE

NOTÍCIAS GERAIS

B) A agenda das trabalhadoras domésticas: a mobilização sindical expõe a desigualdade de classe, raça e gênero – A modernização do capitalismo aumentou a exploração das mulheres, sobretudo das mulheres pobres e negras que acumulam a sobrecarga de tarefas no trabalho doméstico dentro e fora de sua casa. No contexto da pandemia, toda essa realidade se agravou. O racismo estrutural afeta o trabalho doméstico remunerado e ajuda a entender por que governos estaduais e algumas prefeituras declararam essa atividade como “serviço essencial”. É como se dissessem: A “casa-grande” não pode abrir mão da “senzala”. A exclusão das trabalhadoras domésticas ao direito à quarentena remunerada é o reflexo de uma sociedade racista, como destacou a presidenta da FENATRAD, Luiza Batista. A FENATRAD posicionou-se sobre os decretos que vinculavam o trabalho doméstico como serviço essencial, criando a campanha “Essenciais são nossos direitos”. Apesar de o tema ser tratado de forma a acomodar essas tensões, como dissemos acima, a realidade das trabalhadoras domésticas veio à tona em sites, blogs e espaços tradicionais da mídia e alternativos. O recorte de classe se expressa no silenciamento da organização sindical das trabalhadoras domésticas.



Motoristas, domésticas e pedreiros estão entre os que mais morrem de Covid-19 em SP

Estudo indica que 37,8% das pessoas que morreram por causa da doença na capital paulista tinham emprego remunerado

Clayton Freitas

SÃO PAULO Entre as atividades ocupacionais que mais registram mortes por Covid-19 na cidade de São Paulo entre março de 2020 e março deste ano estão as empregadas domésticas, pedreiros e motoristas de táxi e aplicativo, segundo uma pesquisa feita pelo Instituto Pólis com base em dados da Secretaria Municipal de Saúde.

Individualmente, os aposentados respondem pelo maior grupo vítima da doença. Foram 9.925 mortes nesse período, o que corresponde a 32,2% do total. Outras 4.832 pessoas eram donas de casa (15,7%), e outros 3.591 (12,6%) morreram sem que sua atividade ocupacional fosse registrada.

Por fim, os dados indicam que 37,8% das pessoas que morreram estavam empregadas no mercado de trabalho.



EPOCA

SP, RJ e BA: mais de 100 domésticas relataram trabalho sem folga na pandemia

Em três dos estados com mais pedidos de ajuda, trabalhadoras recorreram a sindicatos por terem de ficar no caso dos empregadores sem poder retornar ao trabalho em razão do risco de contaminação

Rodrigo Castro
17/04/2021 - 08:10

Facebook, Twitter, WhatsApp, Newsletter



Domésticas recebem a entrega de uma máscara em São Paulo durante a pandemia. Foto: Getty Images

Em uma residência de São Paulo, uma babá passou a morar em seu local de trabalho em meio à pandemia. Ela precisou entregar o imóvel onde vivia para ficar direto na casa dos patrões, que condicionaram a manutenção de seu emprego à estadia direta para evitar riscos de contágio. Mas enquanto a criança da qual cuidava não dormia, não havia horário para o fim de sua jornada.



Apresentado por Natanador
Al Gore: "Seremos capazes de criar um futuro sustentável"



Patrões, empregadas e coronavírus

Nós, mulheres de elite, lamentamos a difícil rotina jornada de trabalho com filhos na casa. Muitas já vivem essa cruel realidade há tempos

DEBORAH DINIZ | GISELE CARMO
20 MAR 2020 - 21:58 BRT



AGÊNCIA BRASIL (GUSTAVO DAMAZ)

A primeira vítima fatal de coronavírus no Rio de Janeiro foi uma mulher, trabalhadora doméstica. Foi infectada "pela pessoa" que não se informou que estava doente. Empregada e patroa foram assim descritas pelas notícias, sem nome. Os espaços de vida dos privilegiados resumiram suas existências: empregado dormiu no emprego, patroa viajou para Itália de onde retornou doente. Empregada morreu em um hospital público, foi enterrada em cemitério vizinho a casa de rua sem asfalto. A patroa mora no metro quadrado mais caro do Rio de Janeiro. Nem morta, a empregada teve o privilégio de ser nomeada para ser humanizada no luto, como mostrou [Dania Ribeiro](#).

Pandemia já fechou 1,4 milhão de vagas de trabalho doméstico

Entre os trabalhadores em atividade, situação é de vulnerabilidade devido à exposição ao vírus em deslocamentos e locais de trabalho

ECONOMIA | Angélica Sales, Do R7
01/04/2021 - 02:00

COMPARTILHE: Facebook, Twitter, WhatsApp, Newsletter

00:00 / 00:00

Play button, volume icon, and other video controls.

RESUMINDO A NOTÍCIA

- Número de domésticas no país caiu de 6,3 milhões para 4,9 milhões em um ano, diz IBGE
- Sete em cada dez trabalhadoras que seguem em atividade no país não têm carteira assinada
- Entre as informais, cerca de 2,5 milhões tiveram acesso ao auxílio emergencial em 2020
- Especialistas citam condição vulnerável e alertam para risco de contaminação por covid na categoria



Capacitação online e gratuita para empregadas domésticas está com inscrições abertas no RS

Formação tem o objetivo de capacitar faxineiras, cozinheiras, diaristas, cuidadoras e babás sobre diferentes temas. Inscrições vão até as 23h59 desta segunda (22).

Por G1 RS

22/03/2021 09:15 - Atualizado há 3 meses



Capacitação online para empregadas domésticas está com inscrições abertas no RS.

A Themis em parceria com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) lançaram um curso online e gratuito de capacitação para empregadas domésticas no RS. Interessadas podem se **inscrever pela internet** até as 23h59min desta segunda-feira (22).



O objetivo do curso é **capacitar faxineiras, cozinheiras, diaristas, cuidadoras e babás sobre trabalho docente, cozinha sustentável, cuidado**



Início Quem Somos Publicações Categorias Política de privacidade

Home > 27 de abril, dia de luta das trabalhadoras domésticas

Destaque: notas

SOSCorpo 2 meses ago

27 de abril, dia de luta das trabalhadoras domésticas

"As trabalhadoras domésticas são sujeitos fundamentais da luta por Democracia e a defesa de seus direitos humanos, especialmente os trabalhistas, é uma causa da justiça social antirracista, anticapitalista e antipatriarcal.



Nas feministas do coletivo SOS Corpo reafirmamos nossa solidariedade e apoio à luta e organização das trabalhadoras domésticas."

Compartilhe

Setre promove 11ª Semana de Valorização do Trabalho Doméstico nesta terça-feira; confira

Exibição do evento acontece de forma gratuita e é transmitido através das redes sociais.

Por G1 BA

27/03/2021 10:48 - Atualizado há 3 meses



Nota: o governo do Estado de Bahia promove a 11ª Semana de Valorização do Trabalho Doméstico nesta terça-feira (27).

A Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), promove a 11ª Semana de Valorização do Trabalho Doméstico, que acontece nesta terça e quarta-feira (27 e 28 de abril), de forma virtual. A programação pode ser acessada gratuitamente, na **página da Setre no Facebook**.



A programação do evento conta com um painel temático, roda de conversa e apresentações de estudos e projetos.

Nesta terça, o evento começa às 14h com uma mesa de abertura para discussão de cenário, mitos e perspectivas do trabalho doméstico no Brasil e na Bahia, com ênfase nos impactos da pandemia na atividade profissional.

Os participantes serão o titular da Setre, Davidson Magalhães, a secretária estadual de Políticas para as Mulheres, Julieta Palmeira, a deputada estadual Olívia Santana, a presidenta do Sindicato Bahia e secretária Geral do Fenatrad, Creusa Oliveira, o representante da Organização Internacional do Trabalho José Ribeiro, o procurador chefe do Ministério Público do Trabalho na Bahia, Luis Carneiro, e o representante do INES Joan Abreu.

Em seguida, será realizada a roda de conversa "Retos de Trabalhadoras domésticas a partir das escutas de diretoras e diretores do jurídico do Sindicato". O objetivo é analisar e oferecer orientações legais sobre casos de assédio moral, violência doméstica, preconceito racial e intolerância religiosa, entre outros, nas relações de trabalho.

PORTAL GELEDÉS.

HOME | CATEGORIAS | GESTÃO DE SERVIÇOS | QUESTÃO RACIAL | INFÂNCIA | URBANIZAÇÃO E PROBLEMAS | SAÚDE E SUA ORIENTAÇÃO

Trabalhadoras domésticas devem ser prioritárias na fila da vacina contra a Covid-19

20/03/2021 em Saúde Tempo de leitura: 3 min read

tema: TRABALHO



Facebook, WhatsApp, Telegram, Email, Print, Share

Com satisfação que vemos o programa de vacinação de prevenção à Covid-19 começar no Brasil, nós sabemos que o caminho ainda está longo até superarmos o desafio social, econômico e humano que estamos vivendo. Depois de quase um ano de crise, já estamos com mais de 210 mil mortos relacionados à Covid-19, a maior taxa de desemprego alcançada nas últimas décadas (cerca de 14 milhões de desempregados) e um sistema de saúde saturado ao ponto de fazer sangrar no estado do Amazonas.

As trabalhadoras domésticas foram uma das categorias mais atingidas pela crise. Cerca de 1,5 milhões de empregos foram perdidos no ano de 2020, enquanto as que permaneceram no trabalho se encontram expostas aos altos riscos de contaminação, a falta de acesso aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) como máscaras e luvas, às quarentenas forçadas no local de trabalho, ao assédio, violência, e maus tratos, chegando às vezes à situação em condições análogas à escravidão, além de sofrer aumento da carga de trabalho e redução de salário por parte dos empregadores.

Últimas Postagens



- Atividade no primeiro sábado e a respeito dele
- Como fugi da Coreia do Sul de volta para o Brasil
- Como lidar com o medo de pegar o coronavírus
- A importância da prevenção: como evitar a transmissão do vírus
- Como lidar com o medo de pegar o coronavírus
- A importância da prevenção: como evitar a transmissão do vírus
- Como lidar com o medo de pegar o coronavírus



PORTAL GELEDÉS.

HOME | SELECÇÃO | QUÊS SÃO OS SÍMBOLOS? | QUÊS SÃO ÍCONES? | SE FICAR | CONTEMPORANEIDADE E TRANSCENDÊNCIA | AFÍLIAS E SUAS ORIENTAÇÕES

Isadora Brandão: A luta das trabalhadoras domésticas e o legado de Dona Laudelina

13/05/2021 em Artigos e Reflexões Tempo de leitura: 6 min read

Fonte: [2021] Escrito por Isadora Brandão



Isadora Brandão é professora assistente do Estado de São Paulo (org. própria)

Últimas Postagens

- 1. A luta das trabalhadoras domésticas
- 2. A luta das trabalhadoras domésticas
- 3. A luta das trabalhadoras domésticas
- 4. A luta das trabalhadoras domésticas
- 5. A luta das trabalhadoras domésticas
- 6. A luta das trabalhadoras domésticas

0 dia 27 de abril marcou o Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica. Quero agradecer a marca para relembrar a vida e militância de Dona Laudelina de Campos Melo (1901-1991), bem como saudar a luta das trabalhadoras domésticas no Brasil.

Embora a data tenha transcorrido sem grande alarde, nosso país possui o maior contingente de trabalhadoras domésticas do mundo e o emprego doméstico segue sendo a principal fonte de emprego para a força de trabalho

CUT
CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES

Bolsonaro condena trabalhador doméstico a ficar sem aposentadoria

Número de trabalhadores e trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada já diminuiu 14,8%, caindo de 2,016 milhões em 2015 para 1,756 milhão em 2019

Publicado: 26 janeiro 2021 - 12:02 | Última modificação: 26 janeiro 2021 - 12:02

Notícia por: FBA



A pandemia do novo coronavírus (covid-19) mostrou uma faceta ainda mais cruel do abismo e da desigualdade social do Brasil. Enquanto os ricos têm aumento de renda e os índices de inflação são menores para a classe mais alta da população, os pobres estão cada vez mais pobres, sem direitos e vendo cada vez mais longe a possibilidade de melhorar de vida, seja com a ajuda de políticas públicas, seja pela melhora da economia do país como um todo.

Uma das categorias mais prejudicadas com o descaiso do atual governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) é dos trabalhadores e trabalhadoras domésticos. A

Conclusão: A potencialidade da luta das trabalhadoras domésticas na sociedade atual

A pandemia chegou ao Brasil mostrando as marcas da desigualdade social e as hierarquias de classe e raça que fazem desse país um dos lugares mais desiguais do mundo. No entanto, é na tradição de lutas e resistências da maior parte da população negra e pobre que surge a potência em uma forma de agir e pensar a sociedade que confronta e expõe as mais diversas formas de opressão cruzadas pelo racismo, pelo machismo e pela exploração capitalista. O Brasil é o país com a maior população negra das Américas. Não há como refletir sobre as opressões, violências e relações de poder sem considerar o problema do racismo. Lélia Gonzalez chamava a atenção para essas opressões cruzadas, partindo da dimensão racial para discutir a situação das mulheres no continente americano. Ela mostrava que mulheres negras e indígenas são as “testemunhas vivas dessa exclusão” (GONZALEZ, 2020, p. 40).

No entanto, é muito relevante perceber a força da organização das trabalhadoras domésticas. Basta dar uma busca na página da FENATRAD (www.fenatrad.org.br) para perceber que mesmo uma estrutura sindical diferenciada (uma organização sindical

que nunca recolheu o imposto sindical) e sem recursos angariou solidariedade o suficiente para dar visibilidade à problemática que a categoria estava enfrentando. Durante o ano de 2020, a FENATRAD produziu campanhas de conscientização de cuidado e de solidariedade comunicadas pelas dezenas de *lives* com os setores mais diversos da sociedade brasileira: movimento sindical, judiciário, intelectuais do Brasil e do exterior, parlamentares, *youtubers*, operadores do direito, acadêmicas, formadores de opinião, artistas, organizações internacionais e o movimento feminista e antirracista, principalmente das mulheres negras.

O ato de tomar a palavra e falar por si e por sua representatividade é fundamental. Isso não significa abandonar os espaços nos grandes meios de comunicação, e sim sinalizar qual a mensagem que interessa às mulheres trabalhadoras domésticas, assim como para o solapamento dessa sociedade alicerçada no racismo, no patriarcado e na exploração desumana do trabalho. As experiências de vida e de lutas das trabalhadoras domésticas colocam em xeque formas de controle que impõe uma subalternidade diretamente relacionada ao racismo e ao machismo. Joaze Bernardino-Costa recupera o conceito do *quilombismo* para pensar os sindicatos das trabalhadoras domésticas como espaços de lutas e de resistência à exploração econômica, à marginalização social e ao preconceito racial:

[...] o que está em questão não é simplesmente a inclusão das trabalhadoras por meio da conquista de direitos e equiparação aos outros trabalhadores no marco da sociedade brasileira. Está em questão também a discussão da sociedade brasileira enquanto uma sociedade que ao privilegiar a representação e o interesse somente de uma parte da sociedade – sintetizada pelo mundo dos patrões – exclui, oprime e marginaliza outra parte (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 59)

Em seu livro “Um feminismo decolonial”, Françoise Vergès (2020, p. 18) chama atenção para as milhares de mulheres racializadas⁸ no mundo que “abrem” as cidades

⁸ Conforme explica a profa Dra Flavia Rios, no prefácio do livro, na França, o termo mulheres racializadas é empregado para designar todas as mulheres que a colonialidade branca fabrica como “as outras”, para discriminar, explorar, excluir, desprezar (FLAVIA RIOS *apud* VERGÈS, 2020, p.18).

todas as manhãs com o trabalho de limpar, cuidar, muitas vezes manuseando materiais tóxicos e sem equipamentos de proteção:

Todos os dias, em todo o lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, abrem a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas desempenham um papel perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde delas (VERGÈS, 2020, p. 18).

Embora ela se refira às pessoas subalternizadas que vivem em sociedades do Norte global (sobretudo a França), a realidade desigual das pessoas racializadas, negras, migrantes africanas e latinas é comum na maioria das nações ocidentais. É uma cultura colonizadora que impõe para a população brasileira em geral uma condição de vida desumana: viajam por longas horas cedo da manhã ou tarde da noite, em sistemas de transportes lotados, como fazia dona Cleonice, a trabalhadora de 63 anos, uma das primeiras vítimas da Covid-19 no Brasil, que saía de Miguel Pereira e viajava 120 km de ida e volta até o Leblon. São mulheres pobres, negras, indígenas, brancas, não negras, latinas, africanas, asiáticas, migrantes, sem terra, que são discriminadas, excluídas de direitos, exploradas e desvalorizadas em suas atividades profissionais com baixos salários ou sem carteira assinada.

Por isso Vergès defende a importância de mulheres racializadas compreenderem e desenvolverem ferramentas próprias de difusão de conhecimento. Seja por meio de blogs, site de notícias, teatro, dança, cantos, músicas, de forma que suas narrativas e seus discursos sejam aqueles que valorizem suas vivências, seu trabalho e a ancestralidade cultural que trazem consigo. Em outras palavras, é o que Joaze Bernardino-Costa definiu como o “pensamento de fronteira”, que emerge do confronto entre o conhecimento produzido nas regiões colonizadas (Ásia, África, Américas, onde está o Brasil, e Caribe) e a imposição da cultura do colonizador branco. Esse pensamento de resistência e afirmação de sua história é o que move os “subalternos” para lutar e se colocar em primeiro plano. “É uma máquina para a descolonização

colonial e, portanto, para a descolonização política e econômica" (MIGNOLO *apud* BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 47).

Essa forma de pensar a partir das vivências das mulheres negras e das mulheres racializadas, a partir de suas culturas e ancestralidades, coloca-nos o desafio de transgredir as formas tradicionais de pensamento, controle e comunicação. Nos apresenta o desafio de pensarmos e vermos o mundo de outra maneira, uma maneira que rompe com o modelo que pensa nossa sociedade a partir do outro, que não se refere às origens de onde viemos, nem das nossas memórias e ancestralidades, impondo subordinação às pessoas que não vivenciam as mesmas experiências.

Para encerrar, vem a pergunta: qual é mesmo a ponte que podemos erguer para caminhar pela desconstrução desse modelo segregatório que se esconde atrás da modernidade? As trabalhadoras domésticas, com sua trajetória de luta e resistência, têm muito a inspirar nas mulheres com suas vivências, lutas e conquistas, assim como em todas e todos que buscam a transformação social.

Referências

- AZEVEDO, Ana Lucia. Cientistas criticam ausência de prioridade a pobres e negros na vacinação contra Covid-19. *O Globo*, Rio de Janeiro, publicado em 24 jan 2021, manchete principal. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/vacina/cientistas-criticam-ausencia-de-prioridade-pobres-negros-na-vacinacao-contracovid-19-1-24851931>. Acesso em 6 jul 2021.
- BATISTA, Luiza. *Trabalho pós-pandemia: perspectivas, prognósticos e direções*. Debate promovido pela TVT-Canal do Conde, [S.l.], 7 jun 2021. Publicado no YouTube, trecho entre 00:32:11 a 00:48:52. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MCGHSlx5XIM>. Acesso em 6 jul 2021.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.
- BIROLI, Flávia. A reprodução de estereótipos no discurso jornalístico. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (orgs). *Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017.
- BONEZ, Mateus Cordenonsi; BRITES, Jurema Gorski. O trabalho de cuidado no sindicato das trabalhadoras domésticas de Pelotas, RS. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, Santa Maria, v.9 , n.3 , Ed.E special, 2019 p.8 54-875. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672537558>. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/37558>. Acesso em 6 jul 2021.
- BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. *Revista Cadernos de Pesquisa* [on-line], v.4 3, n. 149, p. 422-451, maio/ago, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PFk9XcQfLkjksn9TKBny8sb/?lang=pt>. Acesso em 6 jul 2021.
- BUTLER, Judith. Atos Performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e a teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 213-230.
- CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos: gênero, raça e geração entre líderes do sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n.o, 1992, p. 57-63.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus. *Estudos e Pesquisas*, n. 96. [S.L.]: DIEESE, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.html>. Acesso em 6 jul 2021.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p. 38-51.

IBGE. *Desigualdade Social por Cor ou Raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em 6 jul 2021.

LOURENÇO, Maria Izabel; CASTRO, Mary Garcia. Trabalhadoras domésticas e a Covid-19 no Brasil: Encenando resistências, apresentando cenários e desafios. *FLACSO Brasil* [on-line], 2020. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=trabalhadoras-domesticas-e-a-covid-19-no-brasil-encenando-resistencias-apresentando-cenarios-e-desafios>. Acesso em 6 jul 2021.

MANTOVANI, Denise Maria; ALMEIDA, Renan da Silva Rodrigues. Mídia e democracia: relações de poder na narrativa jornalística sobre o trabalho doméstico. In: SOUZA, Karoline de Andrade (org). *Utopias e distopias da Ciência Política*. Ponta Grossa/PR: Atena Editora, 2019, p.129-140. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/22846>. Acesso em 6 jul 2021.

MENEZES, Ana Paula de Rego; MORETTI, Bruno; REIS, Ademar Arthur Chioro dos. O futuro do SUS: Impacto das reformas neoliberais na saúde pública: austeridade – versus universalidade. *Saúde em Debate* [on-line], v. 43, n. spe5, 2019, p. 58-70. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S505>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/JLN5qfhCmLh4ZwY4sm4KWpt/?lang=pt#>. Acesso em 6 jul 2021.

NEDER, Vinicius; AMORIM, Daniela. Domésticas estão no grupo das mais atingidos pela crise econômica da pandemia. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, publicado em 20 de março de 2021. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,domesticas-estao-no-grupo-dos-mais-atingidos-pela-crise-economica-da-pandemia,70003654505>. Acesso em 6 jul 2021.

ONU MULHERES. *Trabalhadoras remuneradas do lar na América Latina e no Caribe frente à crise do COVID-19*. [S.l.]: CEPAL, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/45725-trabalhadoras-remuneradas-lar-america-latina-caribe-crise-covid-19>. Acesso em 6 jul 2021.

PINHEIRO, Luana; TOKAROSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. *Nota Técnica*, n. 75. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10077>. Acesso em 2 jul 2021.

VERGÈS, Françoise. *Um Feminismo decolonial*. Tradução de Jamile Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

"E as trabalhadoras domésticas migrantes? (*)

Cristina Viecelli ()** - Faltam dados e estudos sobre a trabalhadora doméstica migrante, tanto a que vem de outros países, quanto as brasileiras de outros lugares, como das áreas rurais e outros municípios. A migração rural-urbana aumentou entre 1980-2000, sendo que a maioria das migrantes brasileiras fizeram o trajeto Nordeste-Sudeste/Sul. Maioria jovens, muitas trabalhando por casa e comida. A partir de 2000, há um aumento de mulheres que vieram de outros países, como da Bolívia, Colômbia, Venezuela e Filipinas - essas por agências de viagem patrocinadas pelo governo desse país. Vivem em condições precárias, muitas em condição de servidão por dívida, dependentes dos patrões porque não falam a língua, pouco conhecem do país e da cultura. Se não há fiscalização sobre as condições de trabalho das trabalhadoras domésticas nacionais, pior é o caso das migrantes.

Diana Solliz Soria de Garcia (*)** - Estudos da OIT indicam que no mundo todo as trabalhadoras domésticas migrantes sofrem muita exploração. No caso das que vêm do interior do Brasil, também tem muito problema, pois muitas são semianalfabetas, não sabem seus direitos e têm até medo de andar pela cidade. Quando eu cheguei em São Paulo, não sabia que existia salário-mínimo, quando fui a um sindicato, fiquei admirada, pois estava sendo paga muito abaixo do legal. Nós no sindicato olhamos muito para elas, por sua formação. Existem convenções específicas da OIT sobre direitos da família migrante. A C 97 também protege a migrante, mas sua implementação neste governo está difícil. Infelizmente, a imigrante, a que vem de outro país, não pode votar. Nós pagamos impostos, ajudamos a economia do Brasil, mas ninguém liga para nossos direitos, não podemos votar. Meu telefone não para, são consultas sobre direitos das migrantes, pedidos de cestas básicas. As trabalhadoras domésticas que chegam das Filipinas sofrem muito, pois vêm em um programa desse governo que as torna quase como propriedade dos patrões. Lembra do escândalo, do vídeo da diplomata das Filipinas maltratando a trabalhadora? Essa estava tão apavorada que o governo dela pudesse maltratar sua família lá na terra dela, que ficou calada, não deu queixa e voltou logo, ou o governo da Filipinas mandou ela logo de volta. É situação de escravidão. Fazemos campanha em São Paulo para que as trabalhadoras imigrantes procurem o sindicato. A OIT produz muito relatório sobre direitos das imigrantes e no sindicato buscamos que elas conheçam esse material.

Maria Noeli para Carmem Cruz (**)** – Fale sobre as trabalhadoras domésticas imigrantes na América Latina.

Carmem Cruz - Levo 20 anos em Costa Rica, sou nicaraguense. Para a trabalhadora doméstica migrante, em qualquer parte da América Latina e do Caribe, é tudo muito complicado. Tem uma tripla discriminação por serem migrantes, trabalhadoras domésticas e mulheres. Seus direitos são desrespeitados, muitas não têm seguro social, trabalham muitas horas e ganham abaixo do salário mínimo. Na associação, tem imigrante com diploma de curso superior que está no serviço doméstico, pois seu diploma não é reconhecido aqui, e a burocracia torna tal processo de reconhecimento muito caro. A Convenção 189 da OIT protege trabalhadoras nacionais e imigrantes, mas muitas vezes as leis não são aplicadas. Como promotora legal dos direitos das trabalhadoras domésticas, insistimos que não basta um país ratificar aquela Convenção, mas também promover sua aplicação. Para exigir, temos que nos capacitar, conhecer mais as convenções 189 e 190. Esta é nova, contra o assédio sexual e casos de violação no local de trabalho. Temos que conhecer os trabalhos da OIT sobre direitos dos/das imigrantes. Muitas vezes o mesmo país que recebe imigrantes exporta emigrantes. É o caso, por exemplo, da Colômbia e Venezuela; muitas pessoas da Venezuela vão para a Colômbia, e em torno, as Colombianas vão para outros países mais desenvolvidos. Tem muitas trabalhadoras desses países na Costa Rica. Costa Rica é minha segunda casa. Conquistamos muito, mas temos muito por que lutar. Não podemos ter um sindicato para trabalhadoras imigrantes. Imigrante por lei na Costa Rica não pode se sindicalizar, por isso temos uma associação (ASTRADOMES), que é um lugar de acolhida, de proteção e luta por direitos.

(*) Questão apresentada por Luiza Batista Pereira, presidenta da FENATRAD.

(**) Economista do DIEESE, com trabalhos sobre a categoria das trabalhadoras domésticas.

(***) Diretora Sindicato de Trabalhadoras Domésticas em São Paulo; diretora área de Trabalhadoras Migrantes; boliviana; há 25 anos no Brasil. Primeira trabalhadora doméstica imigrante diretora de um sindicato.

(****) Maria Noeli - diretora da FENATRAD, representante da FENATRAD como diretora de direitos humanos na CONLACTRAHO, Carmen Cruz - secretária geral da CONLACTRAHO.

Nota - transcrição livre - fonte: *Live* da FENATRAD, em 20.04.2021 - ver na íntegra original no *Facebook* da FENATRAD.

Link: <https://www.facebook.com/luiza.acciari/videos/1015832556144506/>

2

**Lutar pela sobrevivência,
resistir ao desmonte dos
direitos**

CAPÍTULO 4

por Jurema Gorski Brites

Trabalhadoras domésticas e a mobilização digital durante a pandemia da Covid-19

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E A MOBILIZAÇÃO DIGITAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Jurema Gorski Brites

Mobilizadas desde o início

A pandemia se espalhou pelo país de forma muito rápida. Dia 8 de março, uma semana antes do primeiro *lockdown*, as militantes estavam em inúmeras manifestações de rua e eventos comemorativos, discutindo as lutas e as conquistas das mulheres. Apenas quatro dias após o anúncio da primeira morte por Covid-19 no Brasil, a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) publicou nas redes sociais orientações de proteção à Covid-19. **“As Trabalhadoras Domésticas têm o direito de se proteger do coronavírus¹”**, matéria conjunta com a Themis, ONG parceira de muitos projetos, que ressaltava as condições de vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas, sobretudo em relação ao uso diário do transporte público para ir de suas casas às dos empregadores. A matéria alertava sobre a importância das trabalhadoras domésticas se manterem em quarentena e **remarcava a responsabilidade dos empregadores** de proteger suas funcionárias com dispensa remunerada ou fornecimento de EPIs, em casos de dispensa impossibilitada. A adaptação das lideranças foi gigante! Acostumadas ao uso do celular e aos atendimentos presenciais, em pouco tempo tiveram que aprender coisas novas: se reunir on-line, fazer campanhas virtuais, mediar *lives*, entre outras coisas.

Imagem 1: Matéria conjunta com a Themis publicada no site da FENATRAD



Fonte: [Site da FENATRAD.](https://fenatrad.org.br/2020/03/16/trabalhadoras-domesticas-tem-o-direito-de-se-proteger-do-coronavirus/)

¹ Confira em: <https://fenatrad.org.br/2020/03/16/trabalhadoras-domesticas-tem-o-direito-de-se-proteger-do-coronavirus/>

Este capítulo se debruça sobre as práticas e desafios de mobilização das trabalhadoras domésticas organizadas nas situações impostas pela pandemia (as ações sindicais, as mobilizações e a comunicação com a categoria). Buscará também refletir brevemente sobre os paradoxos da visibilidade/invisibilidade das condições do trabalho doméstico no Brasil neste momento de experiência societária extrema e única – a pandemia da Covid-19. Assim, um dos objetivos deste texto é mostrar a magnitude que a presença da militância do trabalho doméstico assumiu, sobretudo nos espaços de web ativismo.

A comunicação com a categoria – uma questão de proximidade e tecnologia

“O que mais divulga é o boca a boca”, afirma Silvia Maria, do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de São Paulo. Um dos maiores desafios do movimento sindical das trabalhadoras domésticas sempre foi a comunicação com sua própria categoria. As dificuldades de contatar as trabalhadoras não sindicalizadas são conhecidas: o trabalho em um ambiente familiar que limita o sentimento de apoio da classe, as condições de trabalho extenuantes, de longos percursos, as jornadas de trabalho não respeitadas e a sobreposição do trabalho doméstico remunerado com as tarefas de cuidar de sua própria família são algumas delas (CHANEY; CASTRO, 1993; MONTICELLI, 2015; BERNARDINO-COSTA, 2015).

Creuza de Oliveira, ao relatar como se aproximou do movimento sindical, conta que ouviu num “radinho” que, em uma paróquia “X”, havia uma reunião para discutir os direitos das “empregadas”. Este é um dos exemplos de como é difícil para as organizações sindicais encontrarem canais nos quais se comunicar com colegas não sindicalizadas. Inúmeras estratégias são usadas para contatar as trabalhadoras: conversas no ônibus, organização de rodas de bate papo nos bairros, distribuição de panfletos. Uma parte do meu diário de campo ilustra que essa preocupação não é novidade:

Ernestina e Leda parecem ter quase uma obsessão por papezinhos, panfletos, mosquitinhos. A mesa do sindicato tem um monte deles. Toda pessoa abordada recebe algum material impresso (com telefone do sindicato impresso, óbvio!). Ontem à tarde, enquanto

Ernestina atendia um casal, que nem sequer sentou-se para ouvir a explicação, Leda, sem dizer uma palavra, de forma muito discreta, **entregou um papel bem pequeno, com o telefone e endereço do sindicato de Pelotas e o cálculo percentual sobre 1 salário-mínimo do que deve ser pago e descontado do salário da trabalhadora.** Eu queria ter filmado! Não perdem uma oportunidade para divulgarem os direitos trabalhistas. Só não entendo, como naquela quantidade de papéis, que para mim parece uma bagunça, elas puxam aquele **“certinho” para a ocasião?!** (BRITES, Volta de Pelotas, março 2014)

Hoje, as novas tecnologias de comunicação apresentam tanto uma possibilidade quanto um desafio: as redes sociais, via internet, são espaços de interação que são estranhos à grande parte da geração atual de trabalhadoras domésticas em que as militantes se inserem. A Federação mantém um site (<https://fenatrad.org.br/>); páginas no *Facebook* (<https://www.facebook.com/fenatrad/>), uma com 630 e outra com 407 seguidores; e contas no *Instagram* ([@fenatrad](https://www.instagram.com/fenatrad/)), uma com 508 e outra com 202 seguidores; além das páginas próprias de algumas Presidentas e Diretoras nestes espaços.

Quando se analisam as curtidas e os comentários, é possível perceber que esses sítios na internet têm servido sobretudo para comunicação entre pessoas próximas ao movimento, sejam elas sindicalistas, ativistas ou intelectuais identificadas com a causa. **No decorrer da pandemia, entretanto, a presença do movimento de trabalhadoras domésticas nas redes sociais teve um crescimento vertiginoso.** Este texto busca compreender a dinâmica dessas mudanças rápidas e muito próximas em termos de tempo.

Os usos do celular

O celular é um dispositivo mais amigável para a população geral, e entre as militantes abriu uma possibilidade versátil de atingir um número muito maior de pessoas. Enquanto o *Facebook* e o *Instagram* exigem uma rede estabelecida, o celular aponta outra dimensão. Pesquisadores referem-se à possibilidade de **conectividade permanente** que este dispositivo propicia, assentada no baixo custo e nos usos criativos

de aplicativos que economizam dados, por exemplo (SILVA, 2010). **Assim, mensagens via WhatsApp tornaram-se uma potente ferramenta para comunicação** – interna e externamente à categoria.

Entrar em contato diretamente com as pessoas, de maneira rápida, barata (mensagens e chamadas pelo *WhatsApp* costumam ser gratuitas) e de fácil manuseio (áudio e/ou vídeo), evitando a digitação, possibilita discutir questões rapidamente, falar com pessoas que estão distantes e abrir novas redes de relacionamento. Além disso, essa prática de uso dos celulares permite que o estilo de proximidade, tão característico dessa militância, seja preservado, como veremos mais tarde.

Nesta época pandêmica, conversar com as mulheres que se aproximaram pela primeira vez dos sindicatos por necessidade urgente de sobrevivência ou pela violência patronal intensificada foi uma das tarefas principais das dirigentes. Estando perto de quem está vulnerável, a ajuda se tornou mais fácil. As vantagens de **baixo custo** e a performance de **proximidade** tornou o “zap” um modo mais rápido para as trabalhadoras acessarem o sindicato e vice-versa. Nesse caminho, algumas agências parceiras, compreendendo a importância vital da ferramenta, incluíram pacotes de dados entre seus auxílios. Outros exemplos importantes do uso dos celulares é o aplicativo Laudelina e o curso de qualificação profissional, via *WhatsApp*, desenvolvidos em projetos junto com a Themis – Gênero Justiça e Direitos Humanos. No capítulo 5, encontram-se mais informações sobre essas formas de apoio.

O aplicativo Laudelina (<http://themis.org.br/laudelina/>) é uma ação colaborativa entre a Themis e a FENATRAD (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas). Foi desenvolvido com apoio do Prêmio Desafio de Impacto Social Google de 2016. Nele, é possível acessar os direitos das trabalhadoras domésticas, calculadoras de salário, benefícios e rescisão contratual, lista de instituições de proteção de diferentes cidades do Brasil, assim como os contatos de trabalhadoras de uma mesma região. Outra ação que demonstra a potência desses usos foi o curso #DomesticasComDireitos, que recebeu 400 inscritas na primeira edição, que ocorreu durante a pandemia, já se articulando uma segunda edição na qual estão previstas 1200 trabalhadoras participantes.

A proximidade é uma forma tradicional da comunicação entre as mulheres do movimento que possibilita um acolhimento diferenciado: ele é qualificado e afetivo. As militantes são muito hábeis na entrega do conhecimento dos direitos que podem estar sendo negados. Falam a língua do povo, ou seja, traduzem o juridiquês para uma linguagem que qualquer pessoa entende. Mas, sobretudo, há escuta de alguém que sabe, por experiência própria, pelo que a outra está passando. Além de esclarecer sobre os direitos, muitas vezes têm que sustentar mulheres que desabam emocionalmente na frente delas. Perguntei à Cleide, do Sindicato de Nova Iguaçu-RJ, qual o protocolo usado para contatar as novas pessoas: “Protocolo nenhum! Ir conversando, perguntando da necessidade de uma, de outra. Teve até marido de trabalhadora que depois da família ser ajudada com cestas básicas apareceu para arrumar um relógio no sindicato que estava estragado. Muita proximidade. A gente trabalha com a proximidade.”

Além do contato pessoa a pessoa, **o celular tem sido utilizado para gravar vídeos curtos**. Neste período, várias lideranças e apoiadoras do movimento gravaram vídeos para sensibilizar a classe patronal a liberar as trabalhadoras domésticas, contribuindo, assim, para diminuir os riscos de transmissão do coronavírus, tanto para a família da trabalhadora como para a família que a contrata. Nesse sentido, vídeos foram gravados para pedir aos empregadores apoio, proteção e respeito aos direitos das trabalhadoras. O endereço para acessar alguns deles se encontram a seguir: Luiza Batista (<https://youtu.be/heWUV7bMw74>), Creuza Oliveira (<https://youtu.be/wLhja1ePZ5U>), Maria Izabel (<https://youtu.be/lx9lMKw-cxQ>) e Cleide Pinto (<https://youtu.be/pVzPZklgYCK>).

Não menos importantes são **as fotografias**, que servem como registro dos encontros, atos e momentos. As fotografias cumprem uma dupla função: servem para rememorar afetivamente momentos importantes da trajetória de militância de cada uma, bem como podem ser um material importante para compor a história do movimento.

“O sindicato se mudou para minha casa”

As militantes se adaptaram muito rapidamente às contingências impostas pelo distanciamento social. Não podendo abrir os sindicatos, os levaram para dentro de suas casas. E a mudança não foi só de espaço físico: a militância se fez em *home office*, com os sindicatos funcionando virtualmente. Mesmo com falta de recursos humanos, os sindicatos fizeram um mapeamento das companheiras que estavam desempregadas, e com elas começaram a distribuição de cestas básicas.

Muitas relatam o sentimento de exaustão. Os eventos e encontros que costumavam ser ocasionais tornaram-se mais frequentes. As reuniões da diretoria com os sindicatos, com os parceiros e apoiadores foram facilitadas pelo uso das plataformas virtuais de reuniões. Todos estes incrementos tecnológicos intensificaram o trabalho enormemente: atender as trabalhadoras por telefone, usar o *WhatsApp* o tempo inteiro, divulgar as ações nas redes sociais, entrevistas para imprensa nacional e internacional, os inúmeros convites para as *lives*. A urgência para atender as necessidades exigiu uma aceleração das tarefas: “Não dá tempo nem de comer entre um compromisso e outro”. Na frente das telas de computador ou de celular, elas trabalharam arduamente e com muita habilidade para enfrentar o novo desafio.

E se o cansaço vem, o reconhecimento de que deram muitos passos à frente e abriram espaços de diálogo e divulgação da causa também está incorporado.

A luta não cessa, continua on-line

Com a intenção de ter uma ideia, ainda que breve, da mobilização das trabalhadoras domésticas nestes tempos de pandemia, foi realizado um levantamento de março a dezembro de 2020 das postagens da FENATRAD no site da Federação e no *Facebook*². Tomamos as páginas da FENATRAD nessas duas redes sociais como um exemplo geral do que provavelmente acontece diariamente nos sindicatos. Completamos esses dados com entrevistas a algumas presidentas dos sindicatos. De qualquer forma, esses dados não consideram todas as ações desenvolvidas. São rastros que seguimos

¹ O levantamento foi realizado pelos estudantes Bruna Luisa Vogt Siebeneichler, Emanuelle Bittencourt Jungblut, Guadalupe dos Santos Almeida, Mateus da Costa Luz e Viviana Thais Vargas Zorzi, do Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas da Intimidade, da UFSM, com orientação das Professoras Thays Monticelli e Jurema Brites.

para entender ações muito mais amplas. Buscamos aqui dar visibilidade ao tipo de mobilização, dividindo as postagens em ações sindicais, notícias, *lives* e parcerias.

Entre os meses de março e dezembro de 2020, contamos nas páginas do *Facebook* 93 ações sindicais, 70 notícias replicadas para informar a categoria, 17 *lives*, e 49 ações de parceria. Já no site da FENATRAD encontramos 63 ações sindicais, 35 notícias, 6 *lives* e 18 ações de parceria³.

Gráfico 1: postagens do site da FENATRAD

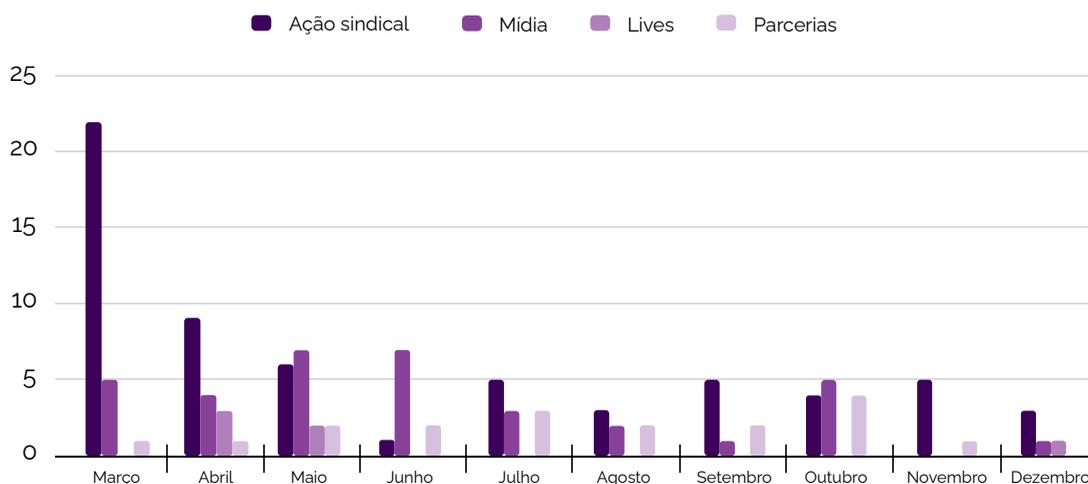
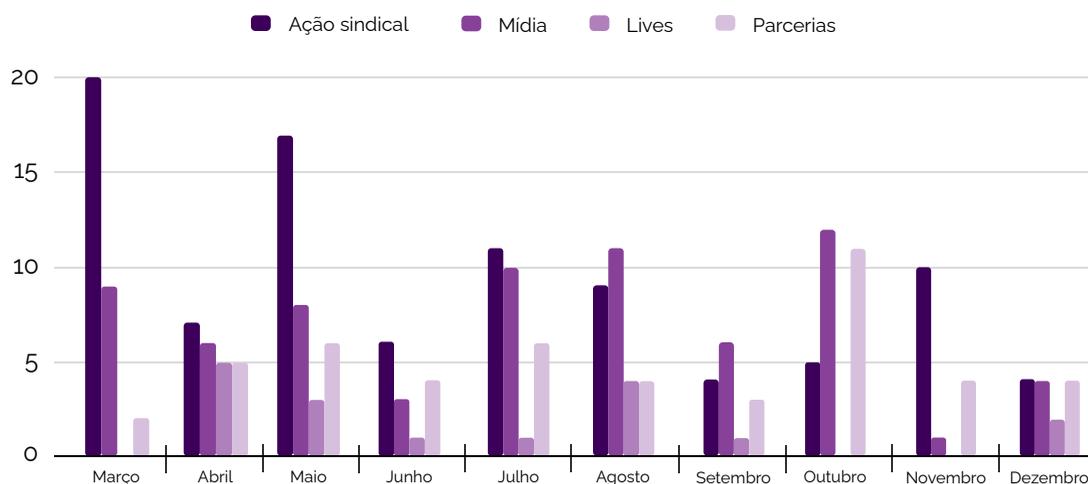


Gráfico 2: postagens da página da FENATRAD no *Facebook*



³ Na sessão sobre as *lives*, retomo aspectos que as páginas do *Facebook* e do *Instagram* não mediram.

A partir dos dados levantados, foi possível observar que durante o enfrentamento à pandemia no ano de 2020, a categoria se manteve muito mobilizada, mesmo com distanciamento social. As ações sindicais costumeiras não cessaram: notas de repúdio, protestos e pressão política nas autoridades continuaram como prática cotidiana de luta. Proteger os direitos das trabalhadoras, apostar na qualificação profissional e na formação político-sindical são exemplos de ações sindicais que já eram realizadas pela categoria organizada. O que mudou foi o foco dos problemas a serem enfrentados. A maioria dos enfrentamentos diziam respeito à desproteção e vulnerabilidade das trabalhadoras durante a pandemia.

Segundo dados do IBGE, em 2020, 1,5 milhão de trabalhadoras perderam seus empregos (PNAD, 2021). Participar e organizar campanhas de arrecadação de fundos, cestas básicas e material de limpeza tornaram-se atividades essenciais para amenizar as desproteções das trabalhadoras domésticas. Intensificaram-se a divulgação de direitos, protestos, negociação com as autoridades. Essas informações podem ser conferidas em outros capítulos deste livro.

Exemplos dessas ações foram as notas emitidas aos governadores Flávio Dino (PCdoB), do Maranhão, e Helder Barbalho (MDB), do Pará, para revisarem os decretos que colocavam o trabalho doméstico como atividade essencial, sem restrição alguma. Outra ação importante aconteceu em junho, quando uma comissão da FENATRAD fez uma reunião virtual com Rodrigo Maia, o então presidente da Câmara dos Deputados. Além de levar atenção para a situação de vulnerabilidade e exploração em que vivem as trabalhadoras, a comissão solicitou apoio ao Projeto de Lei 2477/20 da deputada Sâmia Bonfim (PSOL), que propõe que o trabalho doméstico não seja caracterizado como essencial durante a pandemia. Os membros da FENATRAD que estiveram presentes para pressionar a presidência da Câmara de Deputados: Luiza Batista (presidenta), Creuza de Oliveira (secretária geral), Francisco Xavier (tesoureiro), apoiados pelas deputadas Benedita da Silva (PT), Áurea Carolina e Fernanda Melchionna (ambas do PSOL).

As militantes dos sindicatos estiveram presentes em inúmeros atos, como o "Fora Bolsonaro" e o "Vidas Negras Importam", além de participarem de campanhas solidárias, como "Cuida de Quem te Cuida". Também receberam apoio da comunidade,

por exemplo, através da Carta Manifesto feita por 70 filhos e filhas de trabalhadoras domésticas de todo o Brasil, apelando aos empregadores pela dispensa remunerada e o direito ao distanciamento social para as trabalhadoras domésticas.

O trabalho ágil e incessante das companheiras foi a mão estendida que chegou a muitas trabalhadoras desempregadas/dispensadas e em situação de desespero, com contas para pagar e panelas vazias.

O trabalho doméstico virou notícia

Em outra ocasião, escrevi que a valorização de algo nem sempre vem da abundância, mas da escassez. Quantos quilos de feijão se pode comprar com o valor de um anel de diamantes? O trabalho doméstico pode ser pensado nessa mesma lógica. Todo dia os empregadores têm a roupa lavada, comida fresquinha, casa limpa. Raramente se reconhece o valor dessa atividade e das pessoas que realizam estas tarefas. Mas quando a pia enche de louça, o tanque transborda de roupa para lavar e a casa vira um caos, essa atividade começa a ser percebida como fundamental (BRITES, 2013).

Nesta crise planetária, as trabalhadoras domésticas brasileiras viraram notícia na imprensa nacional e internacional (MONTEIRO; CASTRO, 2020). Talvez não tenha havido outro momento na história da organização em que as lideranças sindicais foram mais entrevistadas, mais convidadas para *lives* e programas em todas as mídias (rádio, TV, jornal, revistas etc.). O capítulo 3 traz uma análise da representação do trabalho doméstico nas mídias tradicionais e alternativas por ocasião da pandemia do coronavírus. Aqui, a ideia é ressaltar outra dimensão: as solicitações de entrevistas, os convites para participar de *lives*, que também viraram tarefas das militantes.

A possibilidade de não contar com profissionais do trabalho doméstico para realização das tarefas de manutenção e cuidado nos lares causou um tremendo alvoroço entre a classe patronal. No Acre, por exemplo, o trabalho doméstico foi definido como essencial (ou seja, uma das atividades que não podem parar durante a pandemia). Entretanto, as profissionais domésticas não entraram na lista de prioridades para a vacinação. A necessidade declarada das famílias brasileiras de organizar seu cotidiano

sustentando-se nos trabalhos domésticos remunerados, a falta de consideração com a segurança econômica e de saúde das trabalhadoras e os acontecimentos trágicos da morte de Cleonice Gonçalves e Miguel Otávio dos Santos da Silva chamaram a atenção internacionalmente. Lideranças políticas e pesquisadoras do campo foram intensamente chamadas para tentar explicar os porquês de tamanha hierarquia, necessidade de servilismo, indiferença e descumprimento das leis trabalhistas (NUGENT, 2020; MCCOY; SHERIDAN, 2020; LEPRINCE, 2020). Nesta conjuntura tão extrema, as trabalhadoras domésticas marcaram grande presença na mídia tradicional: praticamente toda semana há uma pauta de jornal impresso ou televisivo sobre o trabalho doméstico. Mas também houve uma repercussão enorme da voz das trabalhadoras organizadas na rede alternativa congregada pela internet.

O boom das lives

Se o *Facebook* e o *Instagram* parecem não ter tanto alcance comunicativo fora da rede, as *lives* foram a grande inovação na militância durante a pandemia. Tornaram-se uma das atividades de maior envolvimento das militantes, junto à participação em **webinários, fóruns, programas, debates**. Foi difícil até mesmo contabilizar a atuação das lideranças sindicais nestes espaços. Consultadas sobre o número de *lives* que participaram, elas foram unânimes: “Foram tantas. Chegou uma hora que parei de contar”. Louisa Acciari reuniu cards de pelo menos 155 *lives* realizadas entre março e dezembro de 2020. Esse foi um dos saldos positivos dentro de uma situação tão dramática.

As *lives* como espaços de fala permitiram que setores mais amplos da sociedade tivessem contato com militantes e sua história de organização. Atualizadas, bem preparadas, conhecedoras dos meandros das conquistas de sua categoria e dos conflitos resistentes às mudanças, as sindicalistas colocaram o trabalho doméstico na pauta das discussões sobre justiça social no país.

“As *lives*, menina? Tem domingo que eu entro em reunião às 9h e saio às 4 horas da tarde! E a gente percebeu que aprendemos rápido. Não sei mexer nisso? Aprendemos a entrar numa sala

de reunião. Nós também percebemos que sabemos muito, que temos muita informação. Informação, ninguém tira de você.”
(Ana Maria dos Santos).

Quando a situação é muito dramática, fica mais difícil manter as aparências. O trabalho doméstico é o retrato do país que ninguém quer ver. No entanto, as mulheres que há quase um século trilham o caminho de conquista dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil têm muito a ensinar a um país que tem muito a aprender sobre **resistência, persistência, dedicação e solidariedade**.

As *lives* não foram apenas momentos de descortinar a invisibilidade do trabalho doméstico e suas organizações. Foram momentos de aprendizagem, de apropriação de novas mídias e novas formas de comunicação. A pandemia também foi uma oportunidade de aprendizagem.

As mulheres que ficaram surpresas na primeira reunião virtual apropriaram-se de forma firme e rápida dos espaços virtuais: participaram de webinários, *lives* e reuniões on-line, aprenderam “a domar o bicho”. Logo estavam coordenando *lives* e reuniões, abrindo salas no *Google Meet*, fazendo vídeos de alerta. Para isso, contaram com o auxílio de filhas e filhos ou de pessoas próximas para superar as dificuldades no acesso à tecnologia virtual. Mateus Cordenonsi Bonez descreveu em sua dissertação o papel fundamental que membros das famílias das sindicalistas, sobretudo as filhas, têm no suporte a determinadas dinâmicas que exigem domínio da tecnologia de informação (BONEZ, 2018). O Manifesto das Filhas e dos Filhos de Empregadas(os) Domésticas(os) e Diaristas que foi lançado logo no início da pandemia indica essa relação entre gerações. Mais de 70 jovens universitários se mobilizaram pela dispensa remunerada, adiantamento de férias em prol da segurança das trabalhadoras domésticas, em reconhecimento ao papel fundamental das trabalhadoras-mães/avós para suas conquistas educacionais.

Algumas *lives* tiveram um público recorde de visualizações, como a **“Coronavírus e os direitos das trabalhadoras domésticas”**, que obteve 2,3 mil curtidas e 16.154 visualizações (confira abaixo). Nos anexos deste livro, estão algumas *lives* transcritas. Algumas daquelas que mais reverberaram em 2020 são documentos históricos das lutas pela justiça social no Brasil.



“Coronavírus e os direitos das trabalhadoras domésticas”, realizada pelo Brasil 247, 23 de abril de 2020. Mediadora: Gisele Federicce. Participantes: Deputada Federal Benedita da Silva, ex-Presidenta Dilma Rousseff, Preta Rara e Luiza Batista. **2,3 mil curtidas. 16.154 visualizações.** Disponível em: <https://youtu.be/5KNevOcWvwY>. Acesso em 07 abril 2021.



“27 de Abril - Dia nacional da trabalhadora doméstica”, realizada pela FENATRAD, 27 de abril de 2020. Mediador: Pedro Castro (Assessor de Comunicação da FENATRAD). Participantes: Myllena Calasans (Assessora Jurídica da FENATRAD), Creuza de Oliveira (Secretária Geral da FENATRAD), Luiza Batista (Presidenta da FENATRAD), José Ribeiro (Representante da OIT) e Julimar Roberto (Diretor da Contracs/CUT). **75 curtidas. 1 mil visualizações.** Disponível em: <https://fb.watch/5dl-XCr9Ee/>. Acesso em 07 abril 2021.



“Relatos do trabalho doméstico em meio à pandemia”, realizada pela FENATRAD, 22 de dezembro de 2020. Mediador: Pedro Castro (Assessor de Comunicação da FENATRAD). Participantes: Cíntia Barreto (Antropóloga), Milca Evangelista (Secretária-geral do Sindoméstico-BA e Diretora da FENATRAD), Maria do Carmo (Diretora do Sindoméstico-BA), Valdirene Boaventura (Diretora Jurídica do Sindoméstico-BA), Luiza Batista (Presidenta da FENATRAD), Hildásio Pitanga (Coordenador da Agenda Bahia do Trabalho Decente) e Kadine Bárbara (Coordenadora de Intermediação para o Trabalho da Setre). **28 curtidas. 294 visualizações.** Disponível em: <https://fb.watch/5dlZbkX-tR/>. Acesso em 07 abril 2021.

Falecimentos

Queremos encerrar este texto, que relata as conquistas das trabalhadoras organizadas, com o reconhecimento de quem percorreu esse caminho e fez parte dessa história, mas infelizmente não está mais aqui. Triste, mas cabe mencionar que as redes sociais noticiaram o falecimento de militantes, e isso é importante de se guardar na memória e no lado esquerdo do peito. A seguir, listamos companheiros de longa jornada que partiram deste mundo vítimas do Covid-19 no período de realização deste livro. No nome deles, o carinho e o reconhecimento a todas as trabalhadoras domésticas e seus familiares que nos deixaram.

Nome	Cargo	Data de falecimento
Angela Maria Anselmo Leopoldino	Vice-presidente do Sindoméstico de Volta Redonda	8 de abril de 2020
Jair de Jesus Rodrigues	Funcionário do Sindoméstico-BA	26 de agosto de 2020
Francisca Gonçalves dos Santos (Chiquinha)	Diretora do Sindoméstico-BA	18 de março de 2021

Para fechar esta conversa

Quem acompanha o movimento das trabalhadoras domésticas de perto sabe do trabalho contínuo de mulheres incansáveis, movidas pela indignação das desigualdades e pelo desejo de justiça social. Durante o primeiro ano de pandemia, muitas delas contraíram a Covid-19. Grande parte das militantes está em idade avançada e carrega várias doenças associadas, fruto de uma vida de pouco descanso, muito trabalho e remuneração pequena.

Enquanto auxiliam nas necessidades urgentes de quem as procura, as militantes não deixam de tentar que estas mulheres compreendam o valor e a importância da

luta sindical. Guiadas pela esperança, uma característica desse movimento, muitas diretoras expressaram o desejo de que essas mulheres se engajem na luta e que possam vir a ser uma nova geração de lideranças do movimento.

A partir de então, nos sindicatos e na Federação, multiplicaram-se os trabalhos diários: divulgação de direitos, protestos, negociação com as autoridades, participação de campanhas e até mesmo distribuição de cestas básicas e kits de limpeza.

Cabe ressaltar que, nesta pandemia, a problemática do trabalho doméstico ganhou enorme espaço nas redes sociais, para além do espaço da militância da categoria e apoiadoras de outros movimentos. Foi um momento intenso de aprendizado e empoderamento para as militantes. A sensação é de que ao menos uma parte da sociedade brasileira finalmente conseguiu ouvir, diretamente das protagonistas, o que a permanência do trabalho doméstico em condições de tanta invisibilidade e desrespeito tem a contar sobre as hierarquias de classe, de gênero e de cor neste país.

Referências

- APP LAUDELINA. Themis, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://themis.org.br/laudelina/>.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 147-163, jan/abr 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100147. Acesso em 17 abr 2018.
- BONEZ, Mateus Cordenonsi. *Cotidiano e práticas de resistência: um estudo etnográfico com trabalhadoras domésticas militantes*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/15784>. Acesso em 14 jun 2021.
- BRITES, Jurema Gorski. Trabalho Doméstico: Questões, leituras e políticas. *Cadernos de Pesquisa*, [on-line] v. 43, n. 149, p. 422-451, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PFk9XcQfLkjkns9TKBny8sb/?lang=pt#>. Acesso em 14 jun 2021.
- CHANEY, Elsa M.; CASTRO, Mary García. *Muchacha, cachifa, criada, empleada, empregadinha, sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y el Caribe*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.
- FENATRAD. FENATRAD solicita apoio para Carta Manifesto solicitando dispensa remunerada para a categoria. FENATRAD, [S.l.], 20 mar 2020. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2020/03/20/fentrad-solicita-apoio-para-carta-manifesto-solicitando-dispensa-remunerada-para-a-categoria/>. Acesso em 14 jun 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em 01 mai 2021.
- LEPRINCE, Chloé. Travail domestique: le jour où on s'est mis à regarder ces chiffres qui font mal. *France Culture*, Paris, 13 mai 2020. Disponível em: <https://www.franceculture.fr/societe/travail-domestique-soudain-regarder-ces-chiffres-qui-font-mal-et-passer-laspirateur>. Acesso em 14 jun 2021.
- MCCOY, Terrence; SHERIDAN, Mary Beth. Coronavirus collides with Latin America's maid culture: with sometimes deadly results. *Washington Post*, Washington, 29 mar 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/coronavirus-collides-with-latin-americas-culture-of-domestic-help--with-sometimes-deadly-results/2020/03/29/c987d2f6-6f7a-11ea-a156-0048b62cdb51_story.html. Acesso em 14 jun 2021.

MONTEIRO, Maria Izabel; CASTRO, Mary Garcia. *Trabalhadores Domésticos e COVID-19 no Brasil*. [S.l.]: FENATRAD, Brasília, 20 mai, 2020. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2020/05/20/maria-izabel-monteira-e-mary-garcia-escrevem-sobre-trabalhadores-domesticos-e-covid-19-no-brasil/>. Acesso em 14 jun 2021.

MONTICELLI, Thays Almeida. Novos sujeitos, novas políticas e antigas questões: as alianças feministas transnacionais. *Sociologias Plurais: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia*, Curitiba, v. 3, p. 118-122, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/sclplr.v3i1.64737>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64737>. Acesso em 9 jul 2021.

NUGENT, Ciara. "We can't take it anymore". How the death of a 5-year-old boy has spurred Brazil's black domestic workers to fight for better treatment, *Time*, [S.l.], 17 jul 2020. Disponível em <https://time.com/5867784/black-domestic-workers-treatment-brazil/>. Acesso em 14 jun 2021.

SILVA, Sandra Rubia. *Estar no tempo, estar no mundo: a vida social dos telefones celulares em um grupo popular*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93615>. Acesso em 9 jul 2021.

THEMIS E FENATRAD lançam curso por WhatsApp para trabalhadoras domésticas. *Themis*. [S.l.], 9 fev, 2021. Disponível em: <http://themis.org.br/themis-e-fenatrad-lancam-curso-por-whatsapp-para-trabalhadoras-domesticas/>. Acesso em 14 jun 2021.

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS têm o direito de se proteger do coronavírus. *FENATRAD*. [S.l.], 16 mar, 2020. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2020/03/16/trabalhadoras-domesticas-tem-o-direito-de-se-proteger-do-coronavirus/>. Acesso em 14 jun 2021.

CAPÍTULO 5

por Thays Almeida Monticelli

**Parcerias e redes solidárias:
as trabalhadoras domésticas
não estão sozinhas**

PARCERIAS E REDES SOLIDÁRIAS: AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NÃO ESTÃO SOZINHAS

Thays Almeida Monticelli

Durante todo o ano de 2020, os sindicatos e a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) puderam contar com a parceria de diversas pessoas, instituições, ONGs (Organizações Não Governamentais) e empresas.

Essas parcerias são históricas, acompanham o movimento sindical por toda sua trajetória e se fortaleceram durante a pandemia através de doações de cestas básicas e kits de higiene, apoio quando o sindicato estava precisando pressionar o governo, vídeos para as campanhas da FENATRAD, professoras da universidade que escreveram textos junto com sindicalistas, publicação de guias para as patroas e rodas de apoio psicológico durante a pandemia.

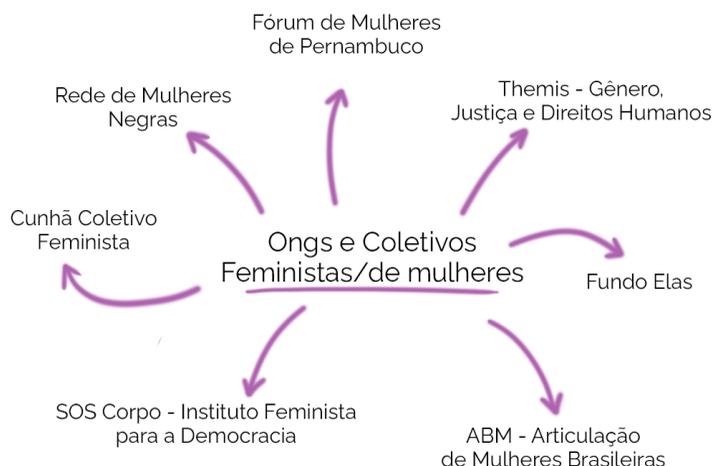
Além disso, alguns projetos que a FENATRAD já estava desenvolvendo em parceria também foram colocados em prática, alcançando um número maior de trabalhadoras domésticas. A seguir, algumas dessas parcerias:

“Cuida de Quem te Cuida”: doações de cestas básicas e kits de higiene

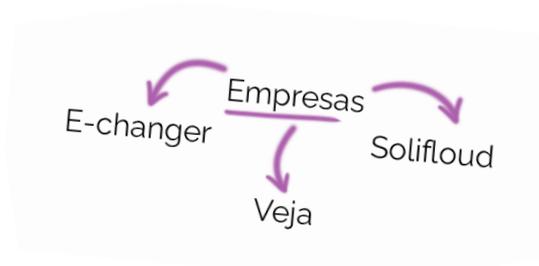
A FENATRAD e os sindicatos fizeram um trabalho duro para distribuir as cestas básicas. Elas receberam doações de algumas ONGs, empresas, instituições e até de algumas pessoas individualmente, e depois repassaram para as trabalhadoras que estavam necessitadas naquele momento. Elas distribuíram mais de 6.000 cestas básicas nos estados do Rio de Janeiro, Maranhão, Sergipe, Pernambuco, Bahia, Acre, São Paulo e Rio Grande do Sul, Paraíba, Espírito Santo e Piauí.

Algumas imagens com essas empresas e instituições que apoiaram as trabalhadoras domésticas a seguir¹:

¹ Dados levantados entre março de 2020 dezembro de 2020, através do site da FENATRAD e de um mapeamento interno com os sindicatos afiliados. Esta lista não é exaustiva e pode haver outras parcerias que não conseguimos mapear no momento de finalizar o livro.



Coletivos da sociedade civil e governos



- Secretaria Estadual da Mulher (PE)
- Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro
- Solidarity Center
- Arquidiocese de Olinda e Recife
- Deputada Benedita da Silva
- Ministério Público do Trabalho (RS e RJ)
- Sindipetro Caxias
- CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços
- Deputada Teresa Leitão (PT)
- Governo da Paraíba (SEMDH)
- Fundação Margarida Maria Alves
- Governo da Bahia (SETRI/SEPROMI)
- FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- Sindicato dos Aposentados e Pensionistas da CUT
- Tricolores de Esquerda
- Casa Pequeno Davi
- SINDSEFAZ
- Centro de Estudos Bíblicos do Rio de Janeiro
- Muca - Movimento Unidos dos Camelôs
- Cufa - Central Única das Favelas
- Campanha Umbutu
- Igreja Católica



Veja algumas fotos:

Imagem 1: Distribuição de cestas básicas no Sindoméstico da Bahia



Fonte: acervo FENATRAD

Imagem 2: Distribuição de cestas básicas do Sindoméstico de Volta Redonda - RJ



Fonte: acervo FENATRAD

Imagem 3: Distribuição de cestas básicas no Sindoméstico de Sergipe



Fonte: acervo FENATRAD

Imagem 4: Distribuição de cestas básicas no Sindoméstico do Rio de Janeiro - RJ



Fonte: arquivo FENATRAD

Imagem 5: Distribuição de cestas básicas no Sindomésticas de Pernambuco



Fonte: acervo FENATRAD

Imagem 6: Distribuição de cestas básicas no Sindomésticas de Piracicaba - SP



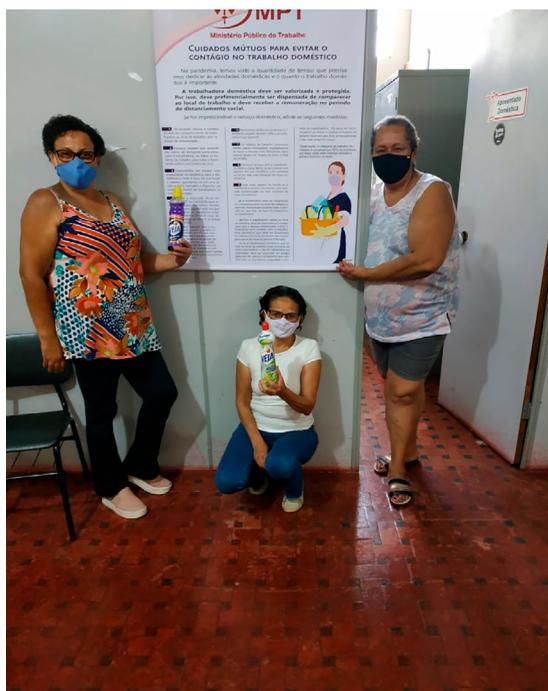
Fonte: acervo FENATRAD

Imagem 7: Distribuição de cestas básicas no Sindomésticas de Pelotas - RS



Fonte: acervo FENATRAD

Imagem 8: Distribuição de kits de limpeza da Veja no Sindoméstico de Franca - SP



Fonte: acervo FENATRAD

Imagem 9: Doação de cestas básicas no Sindoméstico de Campina Grande - PB



Fonte: acervo FENATRAD

Imagem 10: Distribuição de cestas básicas no Sindomésticas do Espírito Santo - ES



Fonte: acervo FENATRAD

Imagem 11: Distribuição de cestas básicas no Sindoméstico de Nova Iguaçu - RJ



Fonte: acervo FENATRAD

“Essenciais são nossos direitos”: capacitação de trabalhadoras domésticas

Durante a pandemia, a FENATRAD deu seguimento ao projeto “Mulheres, Dignidade e Trabalho”, desenvolvido em parceria com a Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, com financiamento da CARE e AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento). O andamento desse projeto foi muito importante, porque pôde capacitar trabalhadoras domésticas em um momento muito difícil, em que muitas delas estavam perdendo seus empregos ou tendo que negociar condições de trabalho com seus patrões durante a pandemia. O projeto foi redefinido a partir dessas dificuldades.

O curso “Domésticas com Direitos” capacitou 400 trabalhadoras domésticas no ano de 2020 através de uma ferramenta inovadora: tudo foi feito pelo *WhatsApp*. Essa forma de fazer capacitação foi pensada porque o *WhatsApp* é muito usado pelas trabalhadoras domésticas, sendo a forma mais acessível de se comunicar com elas, principalmente durante a pandemia.

Nesse mesmo projeto, também foi desenvolvida outra campanha, chamada “Essenciais são nossos direitos”, que tem por objetivo ampliar a comunicação sobre os direitos das trabalhadoras domésticas (Lei Complementar 150/2015) e pressionar o governo sobre o que é considerado “serviço essencial”. Como afirma o site da campanha:

A pandemia de Covid-19 provocou ampla discussão nacional sobre quais serviços são essenciais ao funcionamento básico do País. Na prática isso significou disputar quais categorias trabalhistas teriam direito ao isolamento social, e quais deveriam continuar indo ao serviço durante o estado de calamidade pública. [...]

O que a sociedade brasileira considera essencial quando o assunto é trabalho doméstico? A saúde e a dignidades das trabalhadoras ou a disponibilidade do serviço a qualquer custo? (THEMIS, 2020)”

Veja algumas imagens do curso² e do site “Essenciais são nossos direitos”³:

CURSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO

#DomésticasComDireitos

O QUÊ?
Capacitação sobre trabalho decente, cozinha sustentável, cuidado básico de idosos, limpeza e muito mais.

POR QUÊ?
Para qualificar a sua vida profissional.

COMO?
Por meio de grupo no Whatsapp. Haverá uma “sala de aula” para sua turma, no grupo de zap. Neste ambiente, você receberá os conteúdos por meio de pequenos textos, em cards, áudios e vídeos curtos. Serão entrevistas, depoimentos, músicas, poesias e dicas para você refletir e conhecer um pouco mais sobre esses temas.

Para você, trabalhadora doméstica remunerada (faxineira, cozinheira, diarista, cuidadora, etc.)

É DE GRAÇA!

VAGAS LIMITADAS!

Logos at the bottom: THEMIS GÊNERO JUSTIÇA DIREITOS HUMANOS, fenatrad, igualdade IGUALES derechos, MPT, care, mulheres dignidade e trabalho, Bien Humano, AFD AGENCIA FRANCESA DE DESARROLLO

² Lá no Youtube tem um vídeo bem legal com o depoimento das alunas: <https://www.youtube.com/watch?v=aKnwZhec7A8>

³ <http:// essenciaissaonossosdireitos.themis.org.br/>

Imagem 12: vídeo mostrando o depoimento das alunas do curso “Domésticas com Direitos”



Fonte: Captura de tela do Youtube; disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=aKnwZhec7A8>

Imagem 13: Depoimento de Dinorá da Silva Nunes publicado no site
“Essenciais são nossos direitos”



Fonte: imagem retirada do site <http:// essenciaissaonossosdireitos.themis.org.br>

Imagem 14: Maria Izabel Monteiro segurando a carteira de trabalho para a campanha
“Essenciais são nossos direitos”



Fonte: acervo FENATRAD

Imagem 15: Creuza Maria de Oliveira segurando a carteira de trabalho para a campanha
“Essenciais são nossos direitos”



Fonte: acervo FENATRAD

Escrevendo juntas: sindicalistas e pesquisadoras

A situação das trabalhadoras domésticas durante o primeiro ano de pandemia foi muito difícil. As sindicalistas, a todo tempo, comentavam sobre os casos que chegavam nos sindicatos de direitos violados, trabalhadoras que perderam seus empregos e ficaram sem renda, trabalhadoras que não tiveram acesso ao auxílio emergencial. Algumas trabalhadoras ficaram na casa de seus empregadores sem poder retornar para as suas, outras tinham que trabalhar sem ter acesso aos equipamentos de proteção individual (máscara, luvas, álcool em gel), outras, inclusive, precisaram cuidar de seus empregadores contaminados pela Covid-19.

Essas situações não são novas, mas foram agravadas durante a pandemia. Muitas pesquisadoras têm dedicado seus estudos para compreender as desigualdades de classe, gênero e raça que estruturam o trabalho doméstico no Brasil. Durante a pandemia, algumas pesquisadoras engajadas na luta das trabalhadoras domésticas publicaram textos e fizeram vídeos e guias junto com as sindicalistas.

Podemos ver quatro exemplos:

- Luiza Batista (Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas) e Liana Cirne Lins (professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco) publicaram o “Guia para a Patroa Feminista”, na plataforma virtual do Mídia Ninja, no dia 26 de maio de 2020.

Nesse texto, elas escrevem sobre as desigualdades de raça e classe que existem entre patroas e trabalhadoras domésticas, mostrando que a melhor forma de diminuir essas desigualdades é assinando a carteira da trabalhadora e estabelecendo uma relação de respeito com a ela. Esses seriam os passos para uma mulher de classe média, feminista e branca poder exercer seus princípios políticos de igualdade. Além disso, elas questionam:

Mas tem mais: você já se indagou se o salário que você pode pagar é o mínimo? Antes de encher os armários de roupas de grife e novos pares de sapatos desnecessários, refaça essa pergunta: o que é possível pagar é o mínimo e nada além do mínimo? Se

you have financial conditions, value the professional who takes care of your home.

It does not cost to remember that not valuing the salary of the domestic worker is a way of devaluing an issue of ours, relative to the sexual division of labor and exploitation of women's work. (BATISTA; LINS, 2020, sp)

The text can be accessed through these two links:

- <https://fenatrad.org.br/2020/05/26/confira-o-artigo-de-luiza-batista-e-liana-cirne-lins-guia-para-patroa-feminista/>
- <https://midianinja.org/lianacirne/guia-para-patroa-feminista/>

Imagem 16: Foto da coluna escrita por Luiza Batista e Liane Cirne Lins



Fonte: acervo FENATRAD.

- Maria Izabel Monteiro Lourenço (Presidenta do Sindicato de Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro) e Mary Garcia Castro (professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro) publicaram o texto "Trabalhadoras domésticas e a Covid-19: encenando resistências, apresentando cenários e desafios", que compôs a coletânea "Insights Feministas, Resiliência e Resistência em Tempos de Covid-19: Perspectivas do Sul Global", editado por Kristina Hinz e Izadora Zubek. O texto originalmente foi publicado na Alemanha pela Fundação Rosa Luxemburgo.

Nesse texto, Maria Izabel conta o seu dia a dia, suas impressões e suas angústias com as notícias sobre a pandemia, e Mary Garcia Castro analisa dados estatísticos sobre informalidade, sindicalismo e a importância do trabalho doméstico como o trabalho reprodutivo:

O silêncio de muitos empregadores e a falta de compreensão deixam as trabalhadoras inseguras e adoecidas. Umam relatam que receberam folgas, mas criticam a falta de diálogo por parte dos empregadores sobre a remuneração.

Quando nos identificamos como trabalhadoras domésticas, o preconceito é levado conosco. Os olhares mudam, as falas mudam, o tratamento é outro. Diferente se nos apresentarmos como outra profissional.

Para nós, trabalhadoras domésticas, tudo muda. Até mesmo diante de um vírus contaminador que veio da Casa Grande, nos negam proteção. E se fosse o contrário? (LOURENÇO; CASTRO, 2020)

O texto pode ser lido no site da FENATRAD:

- <https://fenatrad.org.br/2020/08/21/02902/>

- A FENATRAD lançou a campanha “Cuida de Quem te Cuida”, e pode contar com a Profa. Jurema Brites da Universidade Federal de Santa Maria – RS e sua família. Essa campanha teve um vídeo muito bonito, que contava a história de muitas trabalhadoras durante a pandemia, suas dificuldades e sua luta. Ao final do vídeo, era possível escutar o recado de Luiza Batista e ter acesso aos dados bancários da FENATRAD para fazer uma doação. O vídeo circulou no *WhastApp*, no *Facebook* e até na televisão.

Para assistir o vídeo, basta acessar esse link:

- https://www.youtube.com/watch?v=_x-srQdrJuA

Imagem 17: Parte do vídeo produzido pela FENATRAD e pela Prof^a. Jurema Brites



Fonte: arquivo FENATRAD

- Além do texto e do vídeo, também houve como se escutar pelo que as trabalhadoras domésticas estavam passando durante a pandemia. Cleide Pinto (Presidenta do Sindicato de Trabalhadores e Empregadores Domésticos de Nova Iguaçu), participou de um podcast da Rádio da Cidadania, da Universidade da Cidadania (UFRJ), junto com Louisa Acciari (pesquisadora), Dulce Pandolfi (UFRJ) e Paulo Fontes (UFRJ). Luiza Batista participou de outro podcast chamado “Cuidar: verbo coletivo”, organizado por Bruna Angotti e Regina Vieira da USP (Universidade de São Paulo), *podcast* que contou também com a participação de Louisa Acciari. Ernestina Pereira (vice-presidenta do Sindicato de Pelotas - RS) participou do Programa Contratempo da Rádio Com Pelotas.

Os links para escutar esses episódios são:

- <http://cidadania.forum.ufrj.br/index.php/contatos/205-ra-dio-cidadania-oitavo-episodio>
- <https://open.spotify.com/show/1Jo6rtVvwsoxvecZzw7Wol>
- https://www.facebook.com/watch/live/?v=1200242786982923&ref=watch_permalink

Alianças políticas e o protagonismo das trabalhadoras domésticas

As alianças e as parcerias são estratégias políticas usadas há anos pelo movimento sindical de trabalhadoras domésticas no Brasil, que se forma no entrecruzamento dos movimentos sociais, sindicais, organizações de bairro e a Igreja Católica, ainda nas décadas de 70 e 80 no país, durante a Ditadura Militar (BERNARDINO-COSTA 2015; MONTICELLI, 2020). Essa estratégia política se fortaleceu e se institucionalizou no sindicato ao longo dos anos, trazendo financiamentos, apoios e concretizando ações conjuntas. Não podemos nos esquecer do diálogo intenso que o movimento sindical teve durante os anos de governo PT (2003-2016), com secretarias especiais (SPM e SEPPIR) e com o Ministério do Trabalho, que possibilitou a consolidação do Projeto Trabalho Doméstico Cidadão, deu suporte para as delegações na discussão sobre a Convenção 189 da OIT (2010 e 2011) e para a própria ampliação legislativa da Lei Complementar

150/2015. Esse período trouxe um estreitamento entre o movimento sindical, a CUT (Central Única dos Trabalhadores), algumas ONGs feministas e federações internacionais (OLIVEIRA 2008; GOLDSMITH 2013; OLIVEIRA *et al.*, 2020)

Nesse sentido, é importante observar as parcerias e alianças em sua historicidade, compreendendo a habilidade política das trabalhadoras domésticas sindicalizadas de estabelecer suas pontes e alianças, sem perder o protagonismo de suas próprias lutas.

Durante a pandemia do novo coronavírus, os sindicatos acionaram essas redes e conseguiram estabelecer ações para sua categoria, como a doação de cestas básicas, kits de higiene e de limpeza, abrir os sindicatos quando necessário para dar suporte às trabalhadoras domésticas e pressionar o poder público para que o trabalho doméstico não fosse considerado "serviço essencial", sempre atentas e lutando pelo auxílio emergencial. Além disso, capacitaram as próprias trabalhadoras domésticas através de cursos e campanhas, o que ocasionou no próprio fortalecimento de seus sindicatos, apontando-nos as contraposições dos efeitos da pandemia.

Ao mesmo tempo, observamos como determinadas instituições acompanharam de forma intensa, alocando as demandas das trabalhadoras domésticas remuneradas em um espaço privilegiado em suas ações e estratégias neste período de pandemia. Podemos citar, por exemplo, as campanhas e incentivos feitos pelas ONGs Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, e SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia e Criola, nas quais *lives*, manuais, posts e acesso à direitos foram estabelecidos como centrais em suas atuações, demonstrando como essa agenda política se torna fundamental para luta feminista brasileira na pandemia.

Para além dessas ações, também ressaltamos que as próprias sindicalistas foram assistidas por suas redes. A Federação Internacional de Trabalhadoras Domésticas (FITH) disponibilizou recursos de um de seus projetos para que a FENATRAD organizasse uma rede de suporte psicológico, compreendendo que a "linha de frente" dessa luta exigia muito de suas militantes. Da mesma forma, rodas de conversa, apoio na interação das redes sociais e suporte tecnológico foram ações da CONLACTRAHO (Confederação

Latino-Americana e do Caribe de Trabalhadoras Domésticas), junto com a CARE. E a própria rede de pesquisadoras da universidade possibilitou que essas mulheres pudessem ser ouvidas e lidas em um momento tão dramático.

Assim, percebemos que, durante a pandemia causada pela Covid-19, as trabalhadoras domésticas não ficaram sem apoio. Puderam contar com seus sindicatos e com toda rede de parcerias e alianças que suas militantes constroem e fortalecem há anos, possibilitando, entre ações e emancipações políticas, a própria sobrevivência de sua categoria.

Referências

- BATISTA, Luiza; LINS, Liana Cirne. Guia para a patroa feminista. *Mídia Ninja* [on-line], 24 mai 2020. Disponível em: <https://midianinja.org/lianacirne/guia-para-patroa-feminista/>. Acesso em 19 jul 2021.
- BERNADINO-COSTA, Joaze. *Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.
- BRASIL. *Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015*. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm. Acesso em 19 jul 2021.
- GOLDSMITH, Mary. Los espacios internacionales de la participación política de las trabajadoras remuneradas del hogar. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 45, p. 233-246, jan 2013. DOI: <https://doi.org/10.7440/res45.2013.20>. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/10.7440/res45.2013.20>. Acesso em 19 jul 2021.
- OLIVEIRA, Creuza Maria. A organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. In: Ávila; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica. (orgs.). *Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2008.
- OLIVEIRA, Creuza Maria; PEREIRA, Luiza Batista; TEODORO, Maria Regina; MATOS, Myllena Calasans de; JOSÉ, Thaynara Saiane da Silva; KAHWAGE, Tharuell Lima. "Não foi fácil a gente conquistar esses direitos, não": a produção de direitos e justiça social pelas e para as trabalhadoras domésticas. In: SEVERINI, Fabiana Cristina; CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer; MATOS, Myllena Calasans (orgs). *Tecendo fios das críticas feministas ao direito no Brasil*. Volume II. Ribeirão Preto: FDRP/USP, 2020.
- LOURENÇO, Maria Izabel Monteiro; CASTRO, Mary Garcia. Trabalhadoras domésticas e a covid-19: Encenando resistências, apresentando cenários e desafios. In: HINZ, Kristina; ZUBEK, Izadora (orgs). *Insights Feministas, Resiliência e Resistência em Tempos de COVID-19: Perspectivas do Sul Global*. Fundação Rosa Luxemburgo, [S.l.], 2020.
- MONTICELLI, Thays. Um encontro possível? A imprensa feminista das décadas de 1970 e 1980 e as pautas políticas sobre o trabalho doméstico remunerado. In: MORAES, Aparecida; ARAUJO, Anna Bárbara; GAMA, Maria Clara. *Diálogos feministas: gerações, identidades, trabalho e direitos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

CAPÍTULO 6

por Cleide Pereira Pinto

**Organização sindical no "novo normal":
informar, mobilizar e empoderar as
trabalhadoras domésticas**

ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO "NOVO NORMAL": INFORMAR, MOBILIZAR E EMPODERAR AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Cleide Pereira Pinto¹

Introdução

Sempre foi muito difícil organizar nossa categoria. Ela é dispersa, as relações de trabalho são pessoais e individualizadas, muitas trabalhadoras nem se identificam como domésticas e têm vergonha de sua profissão. Nos últimos anos, todos os sindicatos e categorias vêm enfrentando dificuldades para se organizar. Estamos vivendo um período de retrocessos no Brasil desde o golpe de 2016, com o desmonte dos direitos, a reforma trabalhista, a reforma da previdência e a perseguição à militância. A pandemia agravou esse cenário. De repente, tivemos que fechar os sindicatos e parar nossas atividades, perdemos nossos empregos, adoecemos, algumas até morreram. **Quando mais se precisava dos sindicatos, estávamos debilitados e lutando para simplesmente sobreviver.**

À medida que os dias passavam, muitos relatos chegavam aos nossos ouvidos sobre as dificuldades de nossas companheiras para se alimentar, cuidar de seus filhos e manter suas famílias com dignidade. Rapidamente, tivemos que negociar com nossos parceiros e financiadores para rever totalmente os projetos que estavam em andamento, pois tinha ficado evidente que não seria mais possível realizar as atividades previstas e que a urgência era colocar comida na mesa das trabalhadoras. **Como a vida nunca foi fácil, não nos desesperamos e buscamos nos organizar do jeito que podíamos,** tentando proteger as trabalhadoras domésticas, mantendo alguma forma de ação coletiva e a presença do sindicato on-line. **Sabíamos que os efeitos da crise pandêmica seriam piores para nossa categoria e que nossa ação era mais do que nunca uma necessidade.**

¹ As ideias originais contidas neste texto são de Cleide Pinto, que recebeu apoio de Louisa Acciari para transformá-las em capítulo escrito.

Distribuímos cestas básicas, organizamos *lives*, fizemos atendimento presencial e on-line, chamamos a atenção dos empregadores e dos parceiros com campanhas nacionais. Fizemos tudo que era possível para nos mantermos visíveis e defender nossos direitos. Neste capítulo, gostaria de focar nos modos que encontramos para nos organizar e fortalecer nossa base, e como tentamos transformar a pandemia em oportunidade para mobilizar as trabalhadoras domésticas.

Este texto é meu relato de militante sindicalista, escrito com o apoio das parceiras universitárias (Louisa Acciari, Jurema Brites, Thays Monticelli, Mary Castro), que fizeram o mapeamento das ações da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), e Louisa, que me ajudou a escrever essas linhas. Espero que nossa experiência de luta possa servir como fonte de inspiração e esperança para todas as categorias, e que seja a prova de que unidas podemos vencer, mesmo na pandemia!

Tabela 1: Ações sindicais em 2020

Números	Resultados do movimento (entre Março e Dezembro de 2020)
+6.000	Cestas básicas distribuídas
29	Projetos locais, liderados pelos sindicatos, ligado à crise pandêmica
24.000	Trabalhadoras domésticas atendidas pelos sindicatos, on-line ou nas sedes quando foi possível recebê-las presencialmente
500	Novas sócias filiadas aos sindicatos
155	<i>Lives</i> das quais participaram as diretoras da FENATRAD

Orientar e informar para sobreviver

Informar a base

Nosso primeiro dever como sindicato é orientar as trabalhadoras, ainda mais na ausência de protocolos oficiais e de ação do Estado para nos proteger. O Ministério Público do Trabalho (MPT) publicou uma nota técnica logo no início da pandemia que

se alinhava ao que queríamos, afirmando que a trabalhadora doméstica deveria ficar em casa recebendo remuneração e só poderia ser chamada para trabalhar em alguns casos excepcionais, como cuidadoras de idosos. Mas essa nota não tem força de lei e não cria obrigação efetiva para os empregadores. Junto com a Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, produzimos uma cartilha de orientação² para as trabalhadoras domésticas, apoiando-nos na nota do MPT, para explicar o que era a pandemia e quais eram seus direitos como trabalhadoras. **Sabíamos que muitas delas deveriam permanecer no seu trabalho para sobreviver e, claro, não é possível o *home office* para nós. Teríamos que enfrentar a Covid-19 no nosso dia a dia.** Além de tudo, com a circulação de *fake news* sobre o vírus e os incentivos do governo a falsos tratamentos ditos "preventivos", era extremamente importante produzir informação de qualidade que chegasse até as trabalhadoras domésticas de modo a minimizar o grau de risco e exposição.

Capa da cartilha de orientação para as trabalhadoras domésticas durante a pandemia



² Ver a cartilha completa: <http://themis.org.br/wp-content/uploads/2020/07/GUIA-DAS-TRABALHADORAS-DOMÉSTICAS-REMUNERADAS-CORONAVÍRUS.pdf>

A cartilha orienta a tomar medidas possíveis, que poderiam ser implementadas no cotidiano da trabalhadora: explica o que é uma pandemia, isolamento social e quarentena; orienta a pedir ao empregador equipamentos de proteção individual (EPIs), lembrando que é obrigação dele arcar com esse custo; recomenda negociar horário e transporte alternativo para ir e voltar do trabalho e evitar aglomerações nos transportes; e lembra também o passo a passo básico e os direitos da trabalhadora doméstica em caso de adoecimento ou de demissão, por exemplo. Nossa cartilha se tornou uma referência, companheiras da América Latina pediram para traduzi-la. Em julho de 2020, a Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (FITH) começou a organizar formações e capacitações em protocolos de saúde e segurança no trabalho.

Sensibilizar a sociedade

“Cuida de Quem te Cuida”

Além da base, foi também extremamente importante sensibilizar a sociedade toda; afinal, **é o nosso trabalho que sustenta a economia e produz bem-estar, até mesmo, ou principalmente, em contexto de pandemia.** Por isso, logo no início da crise, lançamos a campanha “Cuida de Quem te Cuida”, para pedir o direito à quarentena remunerada e medidas protetivas no local de trabalho nos casos onde era imprescindível a trabalhadora doméstica se deslocar.

Mais do que um slogan, nossa campanha chama a atenção para a contradição profunda entre a demanda pelos nossos serviços e o modo com o qual somos tratadas. As tarefas domésticas, chamadas também de “trabalho de cuidado” ou “reprodutivo” pelas feministas (ÁVILA; FERREIRA, 2021; HIRATA; GUIMARÃES, 2012; SORJ, 2014), são essenciais para o funcionamento da sociedade e o bem-estar das famílias. Carregando a marca do passado colonial, somos nós, mulheres negras, que cuidamos das casas, das crianças e dos idosos para que a classe média branca possa trabalhar fora de suas casas. No momento em que a classe média se viu trancada em casa, acumulando o trabalho remoto, a educação de seus filhos e as tarefas domésticas, ela se deu conta do tamanho do nosso trabalho cotidiano, tanto que muitos empregadores nos mantiveram ativas.

Mas se somos tão importantes, então porque somos tão pouco protegidas, tão pouco remuneradas e tão pouco consideradas? Todas nossas campanhas durante a pandemia chamaram a atenção para esse fato, pedindo que sejamos tratadas e valorizadas de maneira justa. Pedimos o direito oferecido a várias outras categorias: poder ficar em casa recebendo salário e, algo que deveria ser tão óbvio, o direito a ter um ambiente de trabalho seguro nos casos em que era necessário nos manter ativas. Lançamos 2 petições em março de 2020, buscando apoio e visibilidade para nossas demandas: uma feita pela FENATRAD (5,000 assinaturas³) e uma organizada pelos filhos de trabalhadoras domésticas, que defendiam também nosso direito à quarentena remunerada (131,000 assinaturas⁴). Além das petições, postamos vídeos e depoimentos nas redes sociais, demos entrevistas em jornais e rádios e fizemos um apelo a todos os empregadores para que respeitassem nossas vidas.

É difícil medir os efeitos práticos dessas campanhas, mas a pesquisa interna que fizemos com a FITH (*ver capítulo 1*), mostra que cerca de 28% das trabalhadoras domésticas entrevistadas entre abril e maio de 2020 estavam em quarentena remunerada. É uma minoria, mas é um número superior aos demais países da América Latina e, considerando as desigualdades históricas nas relações de trabalho, já é uma vitória.

"Justiça para Miguel"

Em junho de 2020, como relatado em outros capítulos desse livro, aconteceu a morte trágica do filho de uma trabalhadora doméstica, Miguel, que tinha 5 anos e caiu do 9º andar do prédio da patroa que, "irritada" com os choros do menino, o deixou sozinho no elevador. Isso foi um choque muito grande para todas nós, como mulheres, mães, negras e trabalhadoras domésticas, pois sabemos das dificuldades que levam uma mãe a ir trabalhar com sua criança em pleno *lockdown* e o nível de necessidade que ela está passando para ser obrigada a expor sua família. E, na maior das injustiças, ela ainda tem que sofrer esse tipo de tratamento da patroa, **o maior desprezo pela**

³ Petição FENATRAD: <https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-da-economia-cuida-de-quem-te-cuida-proteja-sua-trabalhadora-dom%C3%A9stica>

⁴ Petição filhos de domésticas: <https://www.change.org/p/ao-poder-p%C3%BAblico-empregadores-e-empregadoras-de-dom%C3%A9sticas-e-diaristas-e-toda-sociedade-civil-quarentena-remunerada-imediata-para-domesticas-e-diaristas>

sua vida e a de seu menino. Houve mobilizações presenciais no Recife, cidade onde ocorreu a tragédia, e na FENATRAD acionamos novamente as ferramentas on-line: publicamos uma nota no site e uma petição conjunta com os movimentos sociais que recebeu 3 milhões de assinaturas.⁵

"Essenciais são nossos direitos!"

O caso do menino Miguel se deu no contexto mais geral de um debate jurídico sobre a caracterização do trabalho doméstico como sendo essencial ou não (ver capítulos 2 e 3). Alguns estados incluíram nossa profissão na lista de atividades essenciais de maneira indiscriminada, contrariando as orientações do MPT e decretando, assim, que não poderíamos nos beneficiar de quarentena remunerada. Na mesma linha das nossas campanhas anteriores, lançamos com o apoio da Themis a campanha "Essenciais são nossos direitos"⁶. **Se somos essenciais, então devemos ser protegidas e ter nossos direitos respeitados.**

Nessa campanha, já tínhamos alguns dados disponíveis sobre os efeitos da pandemia em nossa categoria, em particular o crescente desemprego e empobrecimento das trabalhadoras que se encontravam sem nenhuma fonte de renda. Por isso, pedimos também a manutenção do auxílio emergencial, ao qual muitas trabalhadoras domésticas, em particular as diaristas, tinham direito, lembrando da importância de assinar a carteira de trabalho. Montamos uma galeria de fotos de companheiras segurando sua CTPS, afirmando que a formalização é a melhor proteção, pois é isso que garante direitos e benefícios sociais, coisas que em tempos de crise são fundamentais.

Mobilização legal e jurídica pela defesa dos nossos direitos

Em tempos de pandemia, é complicado fazer o trabalho militante de falar com os parceiros e lutar pela implementação das leis que garantem nossos direitos. Normalmente, temos atendimentos quotidianos nos sindicatos com orientação jurídica,

⁵ Petição justiça para Miguel: <https://www.change.org/p/pol%C3%ADcia-civil-de-pernambuco-minist%C3%A9rio-p%C3%BAblico-justi%C3%A7a-por-miguel?recruiter=901918806>

⁶ Site da campanha "Essenciais são nossos direitos": <http://essenciaissaonossosdireitos.themis.org.br>

podemos participar de audiências nas câmaras de vereadores e deputados, e nos acostumamos a viajar com frequência a Brasília para dialogar com o Congresso Nacional. De repente, tivemos que fazer tudo isso de casa e pela internet.

Atendimento jurídico

A maioria dos sindicatos ficaram fechados até meados de junho de 2020, oferecendo um atendimento improvisado via telefone e *WhatsApp*. Uma das coisas centrais, a partir de abril de 2020, foi **ajudar as trabalhadoras domésticas a se inscrever no auxílio emergencial**, visto que muitas não entendiam as regras, não sabiam, não tinham internet ou não conseguiam usar o aplicativo do governo. Nos primeiros meses, vimos também um surto grande de demissões, muitas sem compensação rescisória, fazendo-se necessário atender as trabalhadoras e orientá-las, com o apoio de nossos advogados, a entrar na justiça. Houve, ainda, casos de adoecimento em que os empregadores não queriam pagar os custos dos testes e tratamento, demissões sem justa causa por adoecimento, casos de cárcere privado ou trabalhadoras obrigadas a aguentar situações de trabalho totalmente indignas.

Em seguida, **enfrentamos uma onda de suspensões de contratos** depois da aprovação da MP 936 ([ver capítulo 2](#)). Muitos empregadores usaram desse instrumento para cortar seus gastos, mesmo que mantivessem a trabalhadora com sua carga normal de trabalho. Se essa medida já era ruim para os demais trabalhadores, para as trabalhadoras domésticas significava ganhar menos que um salário mínimo e perder o pouco de contribuições previdenciárias às quais elas têm direito quando sua carteira de trabalho está assinada. Por isso, a primeira orientação que demos foi evitar assinar tal acordo, pedindo quarentena remunerada ou pelo menos antecipação de férias e feriados ao invés da redução da jornada.

No caso de ter que assinar acordo dentro da MP 936, pedimos para que os empregadores continuassem pagando o INSS e dessem uma gratificação salarial, de modo que não houvesse diminuição para a trabalhadora abaixo do salário mínimo. Assim, o empregador pagaria menos, mas asseguraria o mínimo para a trabalhadora doméstica. Por fim, **disponibilizamos modelos de acordo** e orientamos às trabalhadoras

domésticas que busquem seu sindicato antes de assinar qualquer documento. O único aspecto positivo é que, tendo um contrato assinado, torna-se mais fácil levar o empregador à justiça em caso de não cumprimento do acordo.

Também **começamos a participar de audiências on-line**, não sendo possível ir presencialmente aos fóruns e tribunais. Usando máscaras, álcool em gel e mantendo o distanciamento social, foi possível receber as trabalhadoras nos sindicatos e providenciar auxílio jurídico para as audiências on-line.

Projetos de Lei

Por fim, tivemos uma atuação importante no âmbito legislativo. A deputada federal Benedita da Silva, nossa parceira desde sempre e relatora da PEC das domésticas em 2013, nos procurou no início da pandemia para saber quais eram nossas demandas. Em linha com as reivindicações da FENATRAD, a deputada apresentou o PL 993/20 na Câmara, pedindo que seja garantido às trabalhadoras domésticas:

- Estabilidade no emprego;
- Quarentena remunerada para as trabalhadoras nos grupos de risco;
- Nos casos em que a presença da trabalhadora é imprescindível, que haja fornecimento de EPIs e medidas adequadas de saúde e segurança;
- Retomada do desconto no imposto de renda para os empregadores para incentivar nossa formalização.

Em janeiro de 2021, a vereadora de Niterói Benny Briolly entrou em contato comigo para saber a posição dos sindicatos sobre a questão da vacina. Seu gabinete compartilhou um texto de base para receber nossos comentários, que viraria a PL 00014/21 sobre inclusão das trabalhadoras domésticas na lista de pessoas prioritárias para receber a vacina. Isso teve uma boa repercussão, incentivando os outros parceiros a fazerem textos similares, e hoje nossa inclusão na fila da vacina está sendo debatida na câmara dos deputados.

Por fim, batalhamos em cada estado que publicou decreto sobre trabalho doméstico como essencial, o que teve muita repercussão na mídia (ver capítulo 3). Lançamos um site e uma petição com parceiros e movimentos, retomando nosso slogan “Cuida de Quem te Cuida” para pressionar os governos estaduais a rever seus decretos.⁷

Fortalecendo a base, empoderando as lideranças

Se já era difícil mobilizar a base antes da pandemia, com os sindicatos abertos e a possibilidade de organizar atividades, a partir do isolamento social ficou muito mais complicado. Nossa categoria tem pouco acesso ao mundo on-line, seja pelo custo de se ter um celular e internet ou pelo nível de escolaridade mais baixo, que torna o uso de tecnologias mais difícil. Mesmo assim, abraçamos esse desafio e tentamos achar caminhos para manter as trabalhadoras mobilizadas.

Os grupos de WhatsApp

Minha sorte foi que Annyeli Nascimento, uma companheira da CUT (Central Única dos Trabalhadores), tinha digitalizado todas as listas de contato do sindicato algumas semanas antes da pandemia, deixando pronta uma base de mais ou menos 200 números. **Com isso, montei grupos de *WhatsApp*, que foram um instrumento essencial para poder manter o contato com essa base.** Depois de algumas trocas de mensagens, a primeira necessidade que apareceu foi a questão das cestas básicas. Muitas trabalhadoras domésticas tinham perdido seu emprego, as diaristas estavam em casa sem poder trabalhar, e muitas não conseguiam mais alimentar suas famílias. Através dos grupos de *WhatsApp*, fiz um mapeamento de quem precisava de ajuda e montei listas de trabalhadoras para receber cestas básicas. Respeitando as medidas sanitárias, agendei com elas horários no sindicato para que pudessem buscar sua cesta.

E assim começou uma longa série de distribuições, com a ajuda financeira dos parceiros e doações individuais de quem podia. Alguns projetos davam as

⁷ Ver site da campanha: <https://www.cuidadequemtecuida.bonde.org>

cestas já montadas, outros mandavam o dinheiro e eu mesmo montava a cesta para as trabalhadoras. O projeto da Themis, com o apoio do MPT, mandava *vouchers* para as beneficiárias fazerem suas compras no supermercado. Como as minhas companheiras dos outros sindicatos, passei meses montando listas, contando cestas, assinando planilhas e mandando comprovantes para os financiadores. **O que parecia ser emergencial e de necessidade imediata continua ainda hoje, depois de um ano de pandemia, com a crise que só vai se aprofundando, virando rotina da ação sindical.**

Os grupos de *WhatsApp* permitiram também manter contato com as trabalhadoras, trocando notícias e compartilhando experiências. Se tornaram grupos de apoio virtual, nos quais elas podem falar do seu mal-estar, suas perdas, casos de adoecimentos nas suas famílias, seus medos e angústias. Em Nova Iguaçu, através desses grupos, ainda consegui novas sócias, e algumas delas se envolveram nas tarefas do sindicato, como faxina, almoço e participação nos cursos. Os grupos são um lugar onde elas podem receber um carinho e uma palavra amiga, o que pode parecer pouco frente à fome e à pobreza, mas a criação de laço social e apoio mútuo é algo essencial nesse momento tão duro.

Reuniões on-line e lives

Para nós da diretoria nacional, ter presença no ambiente on-line também foi essencial para estar juntas, se ver, conversar e organizar as ações da FENATRAD. Começamos a organizar reuniões e assembleias on-line, sendo que estamos, inclusive, nos reunindo com maior frequência agora. Participamos de centenas de *lives* e até organizamos nossas próprias. **O sindicato de Nova Iguaçu organizou 5 *lives* em que sugeri uma inversão de papéis: as trabalhadoras domésticas seriam quem convidam e moderam as conversas, ao invés de ser sempre as entrevistadas ou pesquisadas.** Nessas 5 *lives*, eu atuei como âncora, chamando a cada vez outra diretora para ser a jornalista junto comigo. Preparamos os temas e as perguntas antes das *lives*, selecionando convidadas que contribuem com nossa luta. Os temas das *lives* foram:

- 01/08: Saúde da trabalhadora doméstica na quarentena

f BATE PAPO VIA FACEBOOK • 01 DE AGOSTO ÀS 19H
PARA PARTICIPAR ACESSE O FACEBOOK DE CLEIDE.SLIVAPEREIRAPINTO

SAÚDE DA TRABALHADORA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA

PARTICIPAM

CONVIDADAS

CHIRLENE DOS SANTOS
SECRETÁRIA-GERAL DA ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE CAMPINA GRANDE E DIRETORA DO SINTRAD-PB

CLEIDE PINTO
PRESIDENTA DO SINDOMÉSTICA DE NOVA IGUAÇU-RJ E DIRETORA DA FENATRAD

JÔ OLIVEIRA
ASSISTENTE SOCIAL, MESTRA EM SERVIÇO SOCIAL, FEMINISTA ANTIRRACISTA

GLEICY SOUZA
MÃE NEGRA, PSICÓLOGA CLÍNICA JUNGUIANA, PESQUISADORA DA PSICOLOGIA PRETA E DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

REALIZAÇÃO
SINDOMÉSTICAS Nova Iguaçu

Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande

APOIO
FASE

fenatrad
Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

link: <https://www.facebook.com/louisa.acciari/videos/10157731438729506>

- 20/08: Violência e assédio durante o período de pandemia do Covid-19:

Sindoméstica Nova Iguaçu - RJ convida para um BATE - PAPO!

Violência e Assédio durante o período de Pandemia do COVID - 19.

LIVE CANAL DE TRANSMISSÃO: Facebook da Cleide Pinto.

Cleide Pinto - Presidenta do Sindicato das Domésticas de Nova Iguaçu - RJ e Diretora da Fenatrad.

Eliete Ferreira - Militante, Diretora da Federação das Trabalhadoras Domésticas e Formadora no Sindicato das Domésticas de Piracicaba-SP.

Maria Regina Teodoro - Trabalhadora doméstica, Militante de movimentos populares, Feconezu-coletivo de combate ao racismo, Coordenadora da Associação Promotoras Legais Populares Cida da Terra de Campinas e Região.

Jéssica Miranda Pinheiro - Advogada Antidiscriminatória. Atua como Assessora de Projetos na Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos. É ativista feminista e de direitos humanos, com experiência em assessoria a movimentos sociais.

quinta-feira
20.08
às 19:30 hs

fenatrad
Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

APOIO
FASE

link: <https://www.facebook.com/louisa.acciari/videos/10157775231854506>

- 27/08: Trabalhadoras Domésticas resistindo a Pandemia no Brasil e na América Latina:

Sindoméstica Nova Iguaçu - RJ convida para um BATE - PAPO!

Trabalhadoras Domésticas resistindo à Pandemia no Brasil e na América Latina.

LIVE CANAL DE TRANSMISSÃO: Facebook da Cleide Pinto.

.Moderadora
Cleide Pinto - Trabalhadora Doméstica, Presidenta do Sindicato das Domésticas de Nova Iguaçu - RJ e Diretora da Fenatrad.

.Convidada
Carmen Cruz Martinez - Presidenta de ASTRADOMES na Costa Rica e Secretária geral de CONLACTRAHO.
Tradução: Loisa Acciare

.Moderadora
Maria Noeli dos Santos - Trabalhadora Doméstica, Diretora do Sindoméstica do RJ, Diretora da Fenatrad/CNTD e Representante da Fenatrad na Conlactraho.

.Convidada
Carmen Brites - Secretária de Organização da UPACP, Diretora de Prestações Médicas de OSPACP e Vice Presidenta da FITH.

.Convidada Especial
Nair Jane de Castro Lima - Vice Presidenta do Sindicato das Domésticas de Nova Iguaçu.

quinta-feira
**27.
08**
às 19 hs



link: <https://www.facebook.com/louisa.acciari/videos/10157790674024506>

- 09/09: Pesquisadoras do Trabalho Doméstico na Pandemia:

Sindoméstica Nova Iguaçu - RJ convida para um BATE - PAPO!

Pesquisadoras do Trabalho Doméstico na Pandemia do Covid-19.

LIVE CANAL DE TRANSMISSÃO: Facebook da Cleide Pinto.

Moderadora
Cleide Pinto - Trabalhadora Doméstica, Presidenta do Sindicato das Domésticas de Nova Iguaçu - RJ e Diretora da Fenatrad.

Convidada
Mary Garcia Castro - Professora visitante da UFRJ e Pesquisadora da Flacso-Brasil. Autora entre outros trabalhos do livro "Muchachas No More! Trabalhadoras domésticas na América Latina", dentre outros trabalhos e colaborou com a criação da CONLACTRAHO em 1988.

Convidada
Jurema Britys - Professora associada do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria.

Moderadora
Luiza Batista - Trabalhadora Doméstica aposentada, Presidenta da Fenatrad, Diretora administrativa do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco e Diretora da CUT-Pe.

quarta-feira
09
 de Setembro
 às 19 hs

fenatrad
 FEDERAÇÃO NACIONAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

link: <https://www.facebook.com/louisa.acciari/videos/10157820671044506>

- 22/09: Trabalhadoras Domésticas Imigrantes na Pandemia do Covid-19:

Sindoméstica Nova Iguaçu - RJ convida para um BATE - PAPO!

Trabalhadoras Domésticas Imigrantes na Pandemia do Covid-19.

LIVE CANAL DE TRANSMISSÃO: Facebook da Cleide Pinto.

Moderadora
Cleide Pinto
 Trabalhadora Doméstica, Presidenta do Sindicato das Domésticas de Nova Iguaçu - RJ e Diretora da Fenatrad.

Convidada
Diana Soliz Soria
 Diretora do sindicato das Empregadas Domésticas do Município de São Paulo e Representante da América Latina:PAI

Convidada
Jana Silverman
 Doutora em Desenvolvimento Econômico formada pela Unicamp, Sindicalista e participou do Movimento Sindical e dos Direitos Humanos na Colômbia e no Brasil.

Moderadora
Silvia Maria da Silva
 Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo e Diretora da FENATRAD.

22 de Setembro • às 19 hs
 terça-feira

fenatrad
 FEDERAÇÃO NACIONAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

link: <https://www.facebook.com/louisa.acciari/videos/10157849709749506>

Para mim, isso foi uma experiência muito importante: ver que eu sou capaz de fazer meu próprio programa e mostrar a outras companheiras que elas também podem. Trabalhadora doméstica pode, sim, organizar *lives*, definir os temas, debater e ser protagonista.

Cursos organizados pelos sindicatos

Por fim, durante esse período on-line, foi possível organizar diversos cursos. Houve várias iniciativas nos estados e em nível nacional, mas vou detalhar aqui só duas, nas quais estive mais diretamente envolvida. A primeira foi um remanejamento do projeto da FITH, financiado pela organização holandesa FNV, inicialmente prevendo atividades pela implementação da C 189 no Brasil. A partir de março de 2020, foi necessário rever totalmente as atividades e linhas de despesa. Dentro do remanejamento, foi permitido organizar rodas de conversa sobre a saúde e bem-estar da trabalhadora, algo que era um sonho para mim desde antes da pandemia. Sempre achei fundamental aprender

a se cuidar, se ouvir, se valorizar. Fiquei à frente desse curso junto com Milca Martins (Bahia) e Chirlene Brito (Paraíba). **Eu queria tocar na questão da saúde mental, que muitas vezes é esquecida ou não priorizada**, vista como algo que seria menos urgente ou menos importante. Para muitas trabalhadoras domésticas, é uma coisa de gente rica. Contudo, com a pandemia, logo notamos que muitas precisavam desse apoio, estavam sofrendo estresse, angústia, depressão ou outras doenças mentais, sentindo a pressão da pandemia, de se manter viva e alimentar sua família, com o medo de adoecer da Covid-19,

Realização Fenatrad:

Roda de conversa:

A SAÚDE DA TRABALHADORA DOMÉSTICA.

Inscrições até amanhã!
15/10

Online por uma plataforma virtual.

• **Inscrição e informações pelo número:**
📞 **21 9 8459 9705** Cleide Pinto

Realização: **fenatrad**
FEDERAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS
FUNDAÇÃO EM 1977

Apoio: **FITH - IDWE - FITH** + **SINDICATOS FILIADOS**

a incerteza da renda e de ter ou não emprego. Contratamos 3 psicólogas, mulheres negras, para animar essas rodas de conversa. Cada uma teria entre 3 e 4 salas de até 15 participantes, do Brasil todo. Inicialmente, tivemos 100 inscritas, mas por causa dos problemas de conexão, da dificuldade do horário entre trabalho e tarefas de casa, perdemos uma parte delas. As reuniões eram quinzenais para cada grupo, de outubro de 2020 até março de 2021, oferecendo um meio termo entre um curso com dicas e orientações das profissionais, uma roda de conversa e um atendimento psicológico. **O centro das nossas preocupações era ter um espaço onde as trabalhadoras pudessem desabafar e aprender algumas ferramentas de autocuidado.** Para quase todas, essa foi a primeira experiência de atendimento psicológico, e foi um tal sucesso que todas estão querendo continuar.

O segundo projeto foi realizado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, ao qual o Sindicato de Nova Iguaçu concorreu antes da pandemia, mas, quando chegou o resultado, já estávamos em junho de 2020 e no meio da crise. O foco do projeto era uma formação de liderança presencial no meu sindicato com participantes de Volta Redonda, Aracajú e Campina Grande, assim como rodas de conversa nos bairros para alcançar as trabalhadoras não sindicalizadas. Não sendo possível, usei então os grupos de *WhatsApp* para recrutar participantes, e fizemos tudo on-line. **Lúcia Helena, Chirlene, Quitéria e eu organizamos o curso do início ao fim.** Ao invés de ter uma formação de 4 dias presencial, montamos um plano de aula para ter um módulo por mês, de novembro de 2020 até maio de 2021. Usamos os módulos produzidos junto com a OIT e Solidarity Centre em 2018, "Fortalecendo os Sindicatos de Trabalhadoras Domésticas⁸", **e nós mesmas ministramos cada aula.**

O objetivo dos módulos da OIT sempre foi que pudéssemos atuar como formadoras, e essa foi a oportunidade para implementar a formação que tínhamos recebido. Abrimos as inscrições para 10 pessoas de cada sindicato, que deveriam se comprometer a tomar responsabilidades depois do curso e formar parte da diretoria nas próximas eleições. Cada mês, nos reunimos uma semana antes do dia do curso para preparar o conteúdo e as atividades, dividindo entre nós os pontos de fala. Louisa Acciari nos auxiliou na preparação e com a parte técnica, mas no final já sabíamos como

⁸ Ver os módulos completos: https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_738431/lang--pt/index.htm

abrir uma sala no *Google Meet* e conseguimos fazer tudo sozinhas, até compartilhar a tela e mostrar vídeos. O orçamento previa também uma ajuda de custo de 20 reais, para cada participante poder comprar crédito de celular nos dias da formação. Mesmo assim, das 40 inscritas, perdemos umas 10 por problemas de conexão e dificuldades diversas, e uma companheira faleceu de Covid-19 em março de 2021. Mas, no geral, foi um curso muito satisfatório e as participantes nos deram um retorno positivo. Na avaliação que fizemos, ressaltaram os seguintes pontos:

“Aprender umas com a outras. A cada dia mais.”

“Aprender sobre os direitos das trabalhadoras e como se impor diante de cada situação com os patrões, e também como agir ou falar numa palestra.”

“É estarmos juntas, mesmo com todas as dificuldades.”

“Nos reunirmos com outras companheiras, trocas de experiências.”

Planos do curso

Datas das aulas	Módulos
22 de Novembro de 2020	Relações de opressão de gênero, raça e classe no trabalho doméstico
13 de Dezembro de 2020	História do movimento e suas conquistas
24 de Janeiro de 2021	Leis nacionais e normas internacionais protegendo as trabalhadoras domésticas
14 de Fevereiro de 2021	Função e papel de um sindicato de trabalhadoras domésticas
21 de Março de 2021	Saúde e bem-estar da mulher trabalhadora
18 de Abril de 2021	Violência e assédio no local de trabalho
16 de Maio de 2021	Planejamento e encerramento, formatura on-line

Além do aspecto formador para as participantes e da esperança de que elas possam contribuir com a luta e fortalecer os sindicatos, esse curso também foi empoderador para nós diretoras. **Foi a primeira vez que estávamos totalmente à frente**

de um curso, sem formadora externa, com módulos organizados e liderados por nós mesmas. Aprendemos a lidar com as tecnologias, montar um plano de aula, adaptar-nos ao ambiente virtual. Foi uma imensa satisfação ver as companheiras aprenderem e quererem saber mais, questionando os conceitos, entendendo melhor seus direitos e participando mais da vida do sindicato. Foi uma experiência muito gratificante.

Conclusão

A pandemia trouxe grandes desafios para nossa sobrevivência como pessoas e como sindicatos. É muito complicado se organizar quando tudo está fechado, as trabalhadoras isoladas nas suas casas e com a obrigação de manter o distanciamento social. Isso significou, também, uma queda drástica de renda para os sindicatos, devido à impossibilidade de fazer o atendimento cotidiano e de organizar eventos de arrecadação de fundos como feijoadas e bingos. Como sempre, a sociedade e o Estado desprezaram o trabalho doméstico: ao mesmo tempo em que somos consideradas essenciais, sofremos mais violação de direitos, mais descumprimento da lei e mais desemprego. **Mas não desistimos, como todos os trabalhadores e movimentos sociais do Brasil e do mundo, tivemos que repensar nossas formas de ação e nos adaptar ao "novo normal", transferindo parte de nossas atividades ao meio on-line.**

Com certa dificuldade, mas com muita determinação, transformamos nossa ação sindical. Conseguimos produzir e divulgar material de informação para nossa base, para os empregadores e para a sociedade como um todo. Mantivemos algumas atividades tradicionais de um sindicato, só que on-line, como atendimento jurídico, batalhas legais e negociação com os aliados nas instâncias municipais, estaduais e nacionais. Montamos cursos e grupos de *WhatsApp*, que se tornaram não só um espaço de formação, mas também uma forma de cuidado e sociabilidade, que não substituem nossos encontros presenciais, mas abrem um espaço neste momento difícil para receber apoio e carinho. **Para mim e para as outras diretoras, esse período foi um grande aprendizado e um momento de empoderamento, vimos o quanto somos capazes, tomamos mais responsabilidade e levamos em frente projetos liderados por nós mesmas.** Quando for possível retornar ao presencial, o Brasil que se prepare, aguarde as domésticas!

Referências

ÁVILA, Maria; FERREIRA, Verônica. Feminismo e Marxismo: uma relação dialética, *In*: MARXISMO21 (org.) *Os Desafios do Feminismo Marxista na Atualidade*, [S.l.]: Marxismo21, 2020, p. 111-129. Disponível em: <https://soscopo.org/wp-content/uploads/Os-desafios-do-feminismo-marxista-na-atualidade-2020-marxismo21-2.pdf>. Acesso em 16 jul 2021.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Cuidado e Cuidadoras, as Várias Faces do Trabalho do Care*. São Paulo: Atlas, 2012.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social*, [on-line], v. 26, n. 1, 2014, p. 123-128. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/x3QD6kvmf3thbpsPBCBrh8C/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 16 jul 2021. 26(1), 123-128.

CAPÍTULO 7

*por Luiza Batista Pereira e
Jurema Gorski Brites*

**Ser militante durante a pandemia:
uma luta que vem de longe**

SER MILITANTE DURANTE A PANDEMIA: UMA LUTA QUE VEM DE LONGE

*Luiza Batista Pereira
Jurema Gorski Brites*

Nossa intenção inicial era escrever sobre as experiências da militância durante a pandemia. Mas, entre as militantes do movimento de trabalhadoras organizadas no Brasil, a história nunca é contada a partir do presente. Para situar o presente, refaz-se narrativamente a trajetória de outras companheiras, sobretudo das que vieram antes. Este texto foi construído a partir de diálogos entre as autoras sobre a resistência das militantes, durante a pandemia da Covid-19. Entretanto, aos poucos fomos nos dando conta de que não se tratava apenas do relato das experiências de **Luiza Batista**, Presidenta da FENATRAD desde 2016. Era possível reconhecer em sua fala a recorrência de passos, de histórias, de exemplos, de maneiras de lutar, de estabelecer parcerias e de trilhar a formação política, nos quais um perfil coletivo de trajetórias políticas das militantes poderia ser reconhecido. Assim, tomamos os relatos de Luiza como um fio condutor de outras histórias de mulheres militantes do Movimento de Trabalhadoras Domésticas no Brasil.

Este capítulo foi elaborado por Luiza Batista e Jurema Brites. Assumimos, aqui, uma quebra de etiqueta na linguagem culta. Vamos misturar as nossas análises: as palavras pessoais de Luiza e os encadeamentos que eu, Jurema, encontro nas nossas conversas. Assim, vocês lerão um texto que usa “Eu” e “Nós”, ao mesmo tempo. Aprendemos com o feminismo negro e mestiço a importância de assumir a língua falada, pois não é incomum que a erudição muitas vezes afaste os movimentos de mulheres, quando as palavras restringem o acesso do público leitor mais amplo (hooks, 2008; ANZALDÚA, 2009). Tentamos **falar nós duas**, entremeando nossas compreensões sobre a militância das trabalhadoras domésticas organizadas e os enfrentamentos durante a pandemia.

Nossos passos vêm de longe: memória, legado e resistência

A pandemia veio coroar de espinhos um momento de desmonte que já estava em curso no país. *Se olharmos para as condições sanitárias, de direitos, as condições de desrespeito, a precariedade da sobrevivência que se agrava, observamos uma tragédia em curso, uma política da morte.* Nos colocamos a pensar sobre os desafios da militância das trabalhadoras domésticas no período da pandemia e quais seriam as diferenças, os agravamentos em relação a outros momentos enfrentados pela categoria. Seria um paradoxo, no momento crítico que estamos vivendo, as militantes terem ganhado tanto destaque não apenas na grande mídia, mas nos circuitos alternativos mediados pela internet?

Luiza fez uma pausa... *uma coisa que eu quero falar é o seguinte: como você falou, 80 anos, um pouquinho mais, né? Porque foi em 1936, foi a fundação da primeira Associação e a Dona Laudelina, naquela época, a resistência dela foi uma coisa impressionante!*

Essas foram as primeiras frases de reflexão de Luiza sobre o presente: falar da trajetória de uma jornada que não começou ontem. As dificuldades das pioneiras e, sobretudo, suas conquistas, persistências e ensinamentos são energias inspiradoras, fonte da confiança de que "é possível!". Mulheres que lutaram em condições sempre muito árduas, mas que não desistiram. Não se omitiram ante as injustiças sociais. *Dona Laudelina era uma mulher múltipla. Fundou a primeira associação lá em 1936, se alistou na Cruz Vermelha, mais de 20 anos depois, em Campinas em 1958, ela dá um tapa na cara da sociedade quando promove um baile de debutantes só com jovens negras. Isso é muita resistência!*

O legado das pioneiras é como um espelho, como um farol, não apenas coragem e resistência, mas também transmissão de conhecimento de um saber como fazer política.

O pouco que eu sei, foi Nila Cordeiro que me ensinou. Até hoje eu me emociono quando falo dela, porque ela conversava muito comigo. A gente encerrava o atendimento e, quando fechava, a gente passava a tarde todinha sentada, conversando. Nila falou isso pra mim: olha só, quando você tiver que falar alguma coisa, para qualquer uma de nós, se acontece algo que lhe desagradou, conversa com essa pessoa, explique, diga

que isso lhe desagradou, procure conversar, procure resolver sem envolver mais ninguém, porque esse disse me disse, fofoca, é uma bola de neve. E uma fofoca pode destruir uma entidade, pode destruir uma relação, pode até destruir uma vida.

Box 1: Nossos passos vêm de longe



Nair Jane, veio aos 9 anos do Maranhão para o Rio de Janeiro, para ser babá de 2 meninas. Hoje, perto dos 90 anos de idade, uma das "veteranas" respeitada e admirada pelas novas gerações de militantes. Participa do Movimento desde 1970, fundadora do Sindicato de Nova Iguaçu.

Nas imagens, Nair Jane é fotografada no evento Três Gerações de estudos sobre trabalho doméstico no Brasil, em 2019, na UFRJ, que contou com participação das pesquisadoras Mary Castro Garcia, Jurema Brites e Thays Monticelli (que aparecem ao fundo).

Fotos: Acervo Pessoal Elisa Brites.

Importante também é a segurança de sustentação que as companheiras mais antigas passam para as que estão chegando. E os ensinamentos de que o sindicato não luta apenas pelos direitos das trabalhadoras, ele também é um lugar de acolhimento e ética.

Cleusa Santos, do Sindicato da Bahia, me puxou num canto, aí veio Creuza e Lenira, depois chegou Eunice e falaram comigo, que não era uma brincadeira, que estavam

falando sério e me convidaram pra ser presidenta do sindicato. "Olha, eu acho que eu não consigo dar conta, é muita responsabilidade." "Mas você não vai estar sozinha", porque aqui a gente tem um cuidado de nunca renovar a direção completamente, sempre botar pessoas mais novas na luta, ou na idade, e deixar as mais antigas, porque elas são nosso suporte na questão da experiência, de nos ensinar, demonstrar para a gente a postura que tem que ter nesses espaços.

A postura é o seguinte: é você entender que aquela trabalhadora, quando ela vai no sindicato, ela está fragilizada porque alguém desrespeitou ela, alguém desrespeitou os direitos que ela tem. Então ela chega fragilizada e a sua postura como dirigente sindical é acolher aquela trabalhadora. A ética é a questão de respeitar o sofrimento.

"São tão poucas", mas fazem muito barulho: as dificuldades, a coragem e as formações.

Os sindicatos de trabalhadoras domésticas não têm um número massivo de sindicalizadas. Esses sindicatos também nunca contaram com imposto sindical. E as militantes em geral são mulheres já maduras, muitas estão velhas e adoecidas e ainda precisam dividir a dedicação ao sindicato com trabalho para manter a sobrevivência; muitas delas ainda mantêm seus empregos no trabalho doméstico, algumas são diaristas ou cuidadoras. Muitas lançam mão da própria aposentadoria para bancar gastos da militância. Outras acumulam a aposentadoria com o trabalho de diaristas para aumentar um pouco a renda miúda.

E nós, as dirigentes, a maioria ou trabalha como diarista ou do contrário, já são mulheres que estão aposentadas, como é o meu caso, o caso da Creuzinha, da Ernestina, da Noeli, né? São mulheres que já estão com mais de 60 anos, que estão aposentadas, que têm os filhos já crescidos, então têm mais tempo de estar nos sindicatos.

Muitas diretoras, presidentas de sindicato, contraíram Covid-19 ou cuidaram de alguma pessoa com a doença. Mas a maior dificuldade que relataram foi a dor de ter alguém na sua porta, pedindo ajuda, e não ter como ajudar. Ana Maria, diretora de FENATRAD e presidenta do sindicato do Acre, relata com a voz embargada a situação vivida nestes meses de pandemia.

*Tive que aprender ver pessoas batendo no portão de casa pedindo sacolão, perguntando se eu tenho da onde tirar alguma ajuda. Quando a **FENATRAD** começou a fazer projetos de socorro, pedindo sacolões, cestas básicas, veio três projetos. E a gente via a alegria e a gratidão daquelas mulheres, sabe? E a gente se sentia importante porque a gente podia ajudar a matar a fome daquelas pessoas, pelo menos uma semana. Mas isso foi no começo, agora os projetos minguaram.*

Não tem jeito, a gente vai existir, mas agora quem parou para pensar viu que não adianta você achar que você tem tudo. Porque que "cê" não tem nada. A vida acaba em qualquer minuto. E tu já imaginou que a gente tá enterrando nossos entes queridos sem poder despedir? A gente tá enterrando nossa família, nosso pai, nossos irmãos, sem poder se despedir deles, sem poder dar um abraço, sem poder dizer adeus, sabe? A gente não pode ir no velório, a gente não pode dar um abraço, sabe? Isso deixa a gente muito triste, e a gente acha que a gente tem condições financeiras, que vai mudar nossa vida, não vai nada! E a pandemia ensinou também que tudo começa e tudo termina, né.

Sem esmorecer, elas continuam enfrentando as dificuldades, algumas já características desse movimento. Uma dessas dificuldades é a de atrair as mais jovens para a luta sindical. Há uma resistência de mulheres jovens a assumirem o sindicalismo, até mesmo porque é uma forma de conformar-se com uma profissão tão desvalorizada, de escassa formalização, com mínimas perspectivas de plano de carreira, no sentido de promoção. Dessa forma, um panorama comum dessa categoria conta com poucas militantes. Tal qual a população que representam, há uma maioria de negras e de baixa renda, mulheres que tiveram poucas oportunidades de escolaridade e estão em idade avançada, muitas com comorbidades. "Mas de onde tiram tanta força?" Sabemos da capacidade dessas mulheres de superar os estigmas e serem as responsáveis pelos avanços legais que, mesmo com falta de fiscalização do Ministério do Trabalho, são os instrumentos de defesa e proteção disponíveis. O enfrentamento dos problemas do presente é construído, também, pela constante referência às conquistas das companheiras que as precederam.

Imagine você, não tinha aquele direito, nada, e aí teve todo um conjunto de pessoas, né, e não só daquela categoria, mas aquelas que vieram na retaguarda apoiando, e, de

repente, você diz: pode até não ser cumprido, como não é até hoje, mas é lei. Você sabe que você pode pleitear através de uma ação judicial. Então, tudo isso é gratificante. É você saber que uma ação sua pode mudar pra melhor a vida dela, da própria pessoa e de milhares de outras pessoas. Eu acho que é isso que me motiva, me estimula, e às outras companheiras também.

A caminhada de lutas das companheiras são experiências palpáveis de que a luta é árdua, difícil, uma construção de grão em grão, mas também produzem resultados. **A força é gerada por uma absoluta inconformidade com a injustiça que parece ser um molde de onde as militantes são buscadas.** A resistência está ligada com a condição de **interseccionalidades destas mulheres.** Como mulheres negras e pobres, elas foram constituídas em contextos em que a sobrevivência é garantida dia a dia. **Não lutam pelo que perderam, mas pelo que nunca tiveram.**

*Eu acredito que isso também fica na mente das companheiras, sabe, o modo como a gente foi tratada, a indignação, a falta de respeito, a falta de direitos. **E aí, quando você vê que consegue estar no espaço que vai garantir que outras pessoas possam chegar e dizer: você tem o meu aval para falar por mim, falar da minha indignação, falar da minha tristeza, da minha revolta. Aí você se sente estimulada.***

Rememorar a trajetória de suas companheiras é um testemunho de que podem sair do lugar de invisibilidade que a sociedade as coloca.

É a luta que nos motiva e que nos move a continuar, sabe? Saber que é a nossa luta que vai diminuir injustiças sociais, injustiças mesmo de outras formas, que vai diminuir a desigualdade. Mas, como diz a companheira Creuza Oliveira, né, que foi presidente da FENATRAD por três mandatos e na qual eu me espelho muito: **Se você faz um curso de formação e você consegue pelo menos uma companheira que vai entrar e vai se somar na luta, você já se sente realizada.**

A caminhada nas formações: muitos encontros

A trajetória de formação é um fator muito importante. Não apenas porque as instrumentaliza para debater, discutir, planejar maneiras de pressionar e influenciar as mudanças, mas porque possibilita habilidades que jamais serão tiradas delas: o empoderamento, o conhecimento.

*Era véspera de feriado e eu disse para minha patroa: que bom! Amanhã vamos feriar. Ela olhou para mim e disse: eu vou feriar. Você não tem direito. Aquilo me deu uma raiva, sabe? Me senti humilhada. Tempos depois, no meu primeiro curso de formação, que foi em Belém, quando disseram que feriado era direito da trabalhadora doméstica desde 2006, eu dei um berro. Dei um berro e fui pro centro da roda. Olha, eu chorei tanto! Um direito que estava na lei e eu não sabia. **A informação ninguém vai tirar de mim.*** (Ana Maria Nascimento da Silva, Sindicato do Acre).

Na rota das formações, elas também se descobrem ultrapassando limites inimagináveis. As viagens são experiências que significam muito mais do que deslocamento de um lugar para o outro. Muitas das companheiras contam sobre desafios, como implicam em ultrapassar barreiras. As viagens trazem muito conhecimento, expansão de visão de mundo, de possibilidades e coragem.

Imagem 1: Foto de Creuza com o cartão de Trabalho Doméstico Decente



Fonte: Canção Nova

Eu estava indo para Alemanha para uma formação preparatória da Conferência do Direito das Mulheres em Beijing. A organização que estava nos ajudando naquela época era o CFEMEA. Mandaram as passagens e disseram que um homem de calça jeans e camisa azul me encontraria no aeroporto com o dinheiro para eu comer, pagar hotel, essas coisas, e com o endereço que eu devia ir, quando chegasse lá. Menina! Eu chego no aeroporto e cadê o homem? Não vi, nem apareceu homem nenhum. Já estavam fazendo a última chamada para embarcar e ele não aparecia. Eu tinha 50 reais na bolsa. Quê que faço, meu Deus? Eu vim até aqui, não vou voltar. Entrei no avião e fui com a cara e a coragem e com 50 reais. Não é que, depois que o avião decola, aparece o tal moço com o dinheiro num envelope e os endereços e nomes das pessoas certinho! (Brites, conversa com Creuza Oliveira, 2012).

Minha primeira incursão, vamos dizer assim, no mundo de enxergar, aquele tratamentozinho de choque de enxergar injustiças, foi através do movimento feminista. Todos os dias, quando a gente ia trabalhar, a gente utilizava uma Kombi como transporte alternativo, e aí, um dia, Neide propôs criar o bloco das kombeiras. Eu questionei, eu disse: Olha, nós somos trabalhadoras domésticas, faxineiras, né? Então não faz sentido a gente colocar o nome do nosso grupo bloco das kombeiras. E aí Ediclêia disse: eu sugiro Grupo Espaço Mulher. Na mesma hora, quando ela terminou de dizer, eu já fui gritando: apoiado! Aí, todas também. Éramos 12, todas concordaram.

No Trabalho Doméstico Cidadão foi quando voltei a estudar. E eu tinha parado na 4ª série primária, aí voltei a estudar através da modalidade EJA. Concluí o ensino fundamental, aí eu fui pra rede pública fazer o ensino médio seriado. Então, eu já tinha feito o TDC (Trabalho Doméstico Cidadão), a escolaridade, qualificação profissional que eram técnicas de congelamento, ergonomia, cuidadora de crianças, de idosos, tudo isso a gente fez aulas práticas, inclusive. Então veio a parte da formação sindical, em 2008.

Imagem 2: A máscara não irá nos calar¹



Fonte: [Themis \(Facebook\)](#)

Nenhum movimento anda sozinho. **Nós precisamos costurar muitos apoios. De um bocado de retalhos pequenos você consegue costurar uma colcha enorme que vai lhe aquecer do frio, que vai forrar uma cama, que vai, inclusive, dar mais vida, formar colorido bonito. Articulação é um quesito importante na política. Tem que saber fazer articulação e construir alianças. Então isso também é uma costura. É isso que a gente faz no movimento sindical, principalmente.**

As sindicalistas do trabalho doméstico não têm recursos. Não têm direito ao imposto sindical, não recebem nenhuma remuneração para se dedicar ao trabalho de defesa dos direitos das trabalhadoras. São os apoios das entidades não governamentais, de outros movimentos organizados, instituições progressistas e até mesmo de parlamentares que podem ajudar a realizar um Congresso, proporcionar formações.

Essas parcerias produzem impacto não apenas material ao movimento. Há troca e, quando necessário, disputa de saberes. Na história sindical do trabalho doméstico, alguns outros movimentos foram e são importantes. A teologia da libertação, nos anos 80, ajudaram na formação de muitas entidades. Depois de 1990, houve maior aproximação do movimento feminista. O movimento negro esteve na perspectiva ideológica das

¹ Frase inspirada na original em espanhol "Tengo un cubrebocas, ipero no me van a callar!" que deu nome ao webnário organizado pela RITHAL e Otros Saberes/LASA, no ano de 2020, em que se discutiu a importância da sindicalização do trabalho doméstico em tempos de crise.

militantes desde Dona Laudelina. Hoje, há uma multiplicidade de costuras e retalhos, pois todos estes movimentos são pensados agora no plural. No breve tempo do governo petista, conquistou-se um programa de formação como política pública. *Foi o auge do reconhecimento, pois os programas eram feitos em conjunto com a categoria.*

A militância na pandemia

Na pandemia, o trabalho triplicou, porque não foi possível manter os sindicatos abertos. Muitas diretoras transferiram o sindicato para dentro de casa, continuando a atuação a partir daí. ***Nunca se para a luta.*** *Tivemos muitos enfrentamentos em relação ao trabalho essencial, os patrões ligando por conta da MP 369, as denúncias de trabalhadoras que os patrões não deixavam voltar para casa.*

E as denúncias não pararam. A companheira lá do Sindicato de Sergipe recebeu a denúncia de uma trabalhadora que a patroa exigia – Ave-Maria, eu não sei nem como nominar isso aí – o uso de máscara: “Tá aqui, você vai usar essa máscara”. Mas era máscara que ela, a patroa, já tinha usado! Uma máscara descartável.

Houve muita mobilização em torno das cestas básicas. Muitas pessoas bateram na porta do sindicato para recebê-las. *Os cursos de qualificação que já vinham sendo desenvolvidos on-line com a parceria da Themis e do Ministério foram de suma importância, pois a qualificação profissional também é uma função do sindicato.* Neste momento de tanta dificuldade, foi possível avançar, aproximar mais mulheres do sindicato. Trazer um pouco de esperança.

Tudo isso se fez com muita negociação, com muita costura. *Esse curso mesmo #DomésticasComDireitos não tinha sido pensando para ser on-line. Mas com o distanciamento social, o dinheiro previsto para lanches e deslocamentos reverteram em compra de pacotes de dados. Essa articulação possibilitou que um número muito maior de mulheres pudesse fazer, serem contempladas.*

A segunda edição desse curso é um indicativo da maturidade política das sindicalistas. Quando a empresa se apresentou à Federação, proporcionada pelo contato da Preta Rara, propôs que a FENATRAD recebesse apoio vinculado à divulgação de um aplicativo de contratação de trabalhadoras. Quando ela falou pra mim, eu disse:

Olha só, Preta Rara, a FENATRAD para entrar nessa junto com os aplicativos, não entra. Porque a gente sabe, os aplicativos precarizam a relação de trabalho, retira direitos, e a gente luta por direitos. Assim, começou toda uma negociação que reverteu em centenas de kits de limpeza distribuídos para todos os sindicatos e o apoio à segunda edição do curso de qualificação, que poderá ser estendida a 1.100 mulheres.

A luta da gente nunca vai parar

De forma paradoxal, a categoria cresceu em visibilidade durante a pandemia. As *lives* foram instrumentos importantes para projetar a causa das trabalhadoras. Muitas diretoras foram entrevistadas por jornais, rádios, revistas e programas de televisão, inclusive do exterior. Essas notícias eram motivadas pelo modo absurdo como as trabalhadoras são tratadas no país. Observamos que a mídia tradicional deu destaque para as condições precárias nas quais o trabalho doméstico é realizado, mostrando a permanência do conservadorismo hierárquico do Brasil. Porém, houve uma repercussão mais expressiva onde as militantes receberam espaço, talvez nunca antes alcançada.

Nesta pandemia, não foram apenas as trabalhadoras domésticas que apareceram densamente na cena da internet. Houve uma enorme conversação entre os novos ativismos que há algum tempo utilizavam a internet como espaço de mobilização. Pode-se dizer que, no distanciamento social, o computador e o celular foram colocados no lugar onde antes ficava a televisão nas nossas casas. É possível que neste momento tão trágico os novos movimentos políticos, além de articularem setores que lutam contra a subalternidade, colocaram uma corneta nos ouvidos tão acostumados às narrativas hegemônicas. Como explica Heloísa Buarque Hollanda:

Tenho certeza de que não foi de repente. Se hoje fomos pegos, aparentemente de surpresa, por uma torrente de discursos, experiências, ativismos interseccionais, radicais, LGBTQIs, binários, cis e outros: se apenas hoje se desdobram em cena aberta subjetividades, corpos, vozes, foi certamente porque a escuta dos movimentos sociais e culturais foi fraca. Fraquíssima. (HOLLANDA, 2018, p. 241).

Nesse sentido, as *lives* foram momentos fundamentais para criar tais espaços de reflexão e repercussão. As presidentas dos sindicatos foram chamadas, convidadas e também organizaram dezenas de *lives*.

Teve duas lives que eu fiz com pessoas nos Estados Unidos. Agora, teve uma live que me marcou imensamente, né, me deixou emocionada, que marcou a importância da luta, que foi no dia 24 de abril de 2020, antecedendo o Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Foi uma live com a Preta Rara. Estavam presentes no evento a Presidenta Dilma, a Deputada Benedita da Silva e Luiza Batista (coautora deste texto), mediadas por Sandra Federicce, da Rede Brasil 247.

Em um momento de máxima insegurança, não apenas da categoria das trabalhadoras domésticas, mas da sobrevivência da espécie e do planeta, que lições as demais resistências podem tirar da militância dessa categoria?

Muitas vezes nos sentimos desestimuladas ante os retrocessos políticos do país. Mas esse não é um sentimento que encontramos comumente entre as militantes do trabalho doméstico. A militância aguerrida não é de hoje.

O melhor período pra nossa luta foi nos governos do PT. O projeto de formação Trabalho Doméstico Cidadão, a promulgação da EC/2013 e a Lei Complementar 150/2015 pela Presidenta Dilma. Depois desse golpe a gente voltou a intensificar a luta pra não voltar a um período anterior da carteira assinada, por conta da "deforma" previdenciária. O único momento menos duro foi no governo do PT, muito humano, nós criamos as políticas, ele simplesmente deu aval.

Uma das singularidades da luta da categoria das trabalhadoras domésticas é sua forma de resistência. **Joaze Bernardino-Costa (2018) a nomeia de re-existência**, pois não se trata apenas de enfrentar politicamente as desigualdades. As militantes se reconstróem, se reinventam na própria trajetória de lutas.

A história das suas batalhas é um atestado de quem jamais esmorece diante das dificuldades. Já falamos, acima, dos exemplos ancestrais da categoria. Agora, queremos registrar que estas mulheres experienciam dificuldades extremas durante a pandemia. Luiza enfrentou a Covid-19 dentro de sua família, e ela própria contraiu a doença.

Então, nesse momento de pandemia, creio eu que, tirando o período do governo do PT, a gente tá tendo as dificuldades muito mais ampliadas. Porque, primeiro que você não pode nem fazer um ato público pra mostrar à população que você está em luta, pra mostrar ao Governo o que tá errado e que ele sabe, mas finge que não vê! Depois, muitas de nós tivemos Covid, né? Depois da Covid eu fiquei, não digo uma sequela, mas eu estou percebendo que tem dias que eu esqueço coisas importantes e minhas pernas, eu não tenho mais a mesma firmeza nas pernas. Tem hora que as minhas pernas ficam trêmulas. E aí eu não me arrisco a fazer aquelas caminhadas que eu fazia antes no ato público, como foi feito lá em Brasília, que a gente ia naquela esplanada dos ministérios em atos públicos e ia a pé, tranquila. Se eu for fazer isso hoje eu sei que minhas pernas não me levam. Porque tem uma hora que ela fica fraquejando.

Mas a luta jamais vai acabar. Porque dentro das militantes foi despertado um sentimento, uma convicção de que não há outras formas de existir, afinal, os passos de coragem e solidariedade vem de longe.

*Quando você consegue se indignar e imaginar aquilo que você passou, né? Quando criança, eu mesma fui espancada. Então tudo isso ficou na minha mente. **Eu acredito que isso também que fica na mente das companheiras: o modo como a gente foi tratada, a indignação, a falta de respeito, a falta de direitos. Porque injustiça social, gente, dói. Fome, preconceito, racismo, sabe? Femicídio. Isso tudo pra quem tem um mínimo de consciência... A luta nunca vai parar!***

Referências

ANZALDÚA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, Niterói, n. 39, p. 297-309, 2009.

BERNADINO-COSTA, Joaze. Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: um movimento de resistência e re-existência. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo* [on-line], v. 13, n. 20, p. 69-90, 2008. Disponível em: <http://alast.info/relet/index.php/relet/article/view/215>. Acesso em 20 jul 2021.

BRITES, Jurema. *Diários de Campo*, Goiânia, Seminário Trabalho e Gênero, 2012.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão Feminista*. 2ª Edição. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

hooks, bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 857-864, set/dez de 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300007>. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300007>. Acesso em 20 jul 2021.

3

Retratos

CAPÍTULO 8

*por Bruna Luísa Vogt Siebeneichler,
Emanoelle Bittencourt Jungblut,
Guadalupe dos Santos
Almeida, Mateus da Costa Luz
e Viviana Thais Vargas Zorzi*

Retratos de militância

RETRATOS DE MILITÂNCIA

*Bruna Luísa Vogt Siebeneichler, Emanoelle Bittencourt Jungblut,
Guadalupe dos Santos Almeida, Mateus da Costa Luz e Viviana Thais Vargas Zorzi*

Apresentação

*Jurema Gorski Brites
Thays Almeida Monticelli*

Este Livro começa falando de um sonho. Um sonho de retratar as lutas e as maneiras de lutar de uma categoria profissional, a qual grande parte dos brasileiros sabem muito pouco sobre a história de sua organização. Muitos textos, teses, dissertações e livros analisam a trajetória dos sindicatos, associações, federações e confederações. Nós gostaríamos de fechar este livro apresentando um pouquinho desta história e resolvemos contá-la a partir de vidas concretas das lideranças sindicais, das suas vivências e das suas experiências sobre como viveram esta pandemia, mas também sobre suas trajetórias como lideranças políticas.

As trajetórias de militância da composição da Comissão Nacional das Trabalhadoras Domésticas - gestão 2016-2021, foram uma maneira de prestar homenagem à luta de cada um/a, suas histórias, assim, se apresentam vivas. Imaginamos uma galeria, onde a experiência de cada militante fosse reconhecida, mas também que o conjunto de retratos contasse sobre uma luta coletiva de superação das dores individuais por meio de uma luta emancipatória em busca da justiça social. Incluímos, também, a trajetória de Lucia Helena Conceição de Souza pelo seu papel importante na elaboração do projeto que possibilitou este livro. Aprendemos muito com estas mulheres e homem gigantes e também nos emocionamos durante a escrita.

Para escrever esta parte, seguimos o espírito colaborativo de todo o Livro. Algumas das organizadoras do Livro (Mary, Jurema, Thays e Louisa) realizaram entrevistas gravadas com as lideranças. Os estudantes do Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas da Intimidade, da UFSM (Bruna Luísa Vogt Siebeneichler, Emanoelle Bittencourt Jungblut, Guadalupe dos Santos Almeida, Mateus da Costa Luz, Viviana Thais Vargas

Zorzi), transcreveram, escreveram os textos dos perfis e trabalharam as fotos de cada perfil. A maioria das fotos é de autoria de Carolina Bruzzone, realizadas durante um encontro em Brasília; outras foram buscadas nos perfis pessoais das entrevistadas.

Foi um processo lindo observar estudantes que nunca haviam pensado antes em temas ligados à organização das trabalhadoras domésticas mergulharem em suas histórias, reconhecerem lugares comuns em suas falas, como, por exemplo, a tenridade em que a Chirlene – e a maioria das trabalhadoras – deixaram suas famílias e foram privadas de suas infâncias para cuidar de outras crianças. Outro ponto: o compartilhamento dessas histórias muito semelhantes são formas de empoderamento e reforçam a convicção da luta por justiça social.

Nos reunimos nas quintas-feiras para debater o que havia sido feito na semana anterior por mais de 6 meses. Todo o processo de construção do texto foi elaborado coletivamente, uns ajudando aos outros, sugerindo mudanças e pensando em uma estrutura de escrita para harmonizar o texto. A parte mais difícil foi aprender a cortar narrativas marcantes e ricas para caber em uma página.

Em cada um de nós ficou plantada a semente de admiração pelas trajetórias destas mulheres (e, no caso aqui, de um homem) que realizam a imprescindível e incessante tarefa de lutar pela vida, pela democracia, pela equidade de maneira solidária, aguerrida, sem deixar de sorrir.

Trajetórias e lutas das militantes

foto: Carolina BruzZone Fotografia



ANA MARIA NASCIMENTO DA SILVA, 47 ANOS.

Nascimento: Brasília – AC.

Residência atual: Rio Branco – AC.

Ano que entrou na militância: 2006.

Presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado do Acre e conselheira suplente na FENATRAD.

Ana Maria é uma mulher sonhadora e batalhadora. Entrou para a militância em 2006, à convite de sua amiga, Jane Aparecida, para construir o Sindicato no Acre. Ana Maria sempre teve o sonho de colaborar na luta, pois diversas vezes revoltava-se com a pouca valorização da sua categoria. Relata, emocionada, sobre uma vez que sua patroa lhe negou a folga em um feriado. Um dia, conversando com Jane por cima do muro que separava as casas de seus empregadores (elas subiam num banquinho para poderem falar uma com a outra), a colega sugeriu a criação do sindicato, e Ana Maria aceitou imediatamente. Receberam o apoio de Abrahim Farhat – advogado fundador do PT do Acre (já falecido) – para a construção do sindicato e foram à luta. Na primeira formação que Ana Maria participou, aprendeu que desde 2006 a folga aos feriados era direito das trabalhadoras domésticas. Desde então, tornou-se convicta da importância dos sindicatos.

No ano de 2020, durante a pandemia, Ana Maria levou o sindicato para a própria casa. Levou computador e impressora para dar continuidade a administração e, principalmente, para ajudar as trabalhadoras domésticas com distribuição de alimentos, produtos de higiene e limpeza, e muitas vezes até auxílio financeiro. Ana Maria conta que muitas companheiras de profissão batiam em seu portão pedindo alimentos, às vezes dinheiro.

Ana Maria manteve um pensamento positivo mesmo no cenário pandêmico, porque as dificuldades que apareceram serviram para o aprendizado. Ela conta que a pandemia lhe deu a oportunidade de aprender e se relacionar melhor com as tecnologias. Além da aprendizagem com as novas formas de comunicação, ela também diz: *“A pandemia trouxe outra coisa também: saber amar. A gente não sabia o tanto que a gente amava um ao outro”*.

foto: Carolina BruzZone Fotografia



CHIRLENE DOS SANTOS BRITO, 37 ANOS.

Nascimento: Campina Grande – PB.

Residência atual: Campina Grande – PB.

Ano que entrou na militância: 2006.

Secretária Geral da Associação de trabalhadoras domésticas de Campina Grande, Secretária da Mulher e da Igualdade Racial no Sindicato Estadual Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos do Estado da Paraíba, Conselho Fiscal na FENATRAD.

Nascida em Campina Grande, na Paraíba, Chirlene já sentia o peso do trabalho doméstico aos 8 anos de idade, chamado de “brincadeira” pela família a qual ela prestava serviços como babá em troca de itens de necessidade básica. Durante quatro anos, trabalhou do meio-dia às oito da noite para essa família. Este registro da infância marca a trajetória de Chirlene que, por falta de acesso ao conhecimento sobre seus direitos como mulher e trabalhadora e pela falta de alternativas, foi atravessada por diversas formas de violência. Até conhecer a militância, ela não sabia o quanto a luta poderia mudar sua vida: *“eu achava que os direitos que existiam na época eram os deputados, presidente que faziam, assim, do nada, por reconhecer a luta e não imaginava que era a luta das trabalhadoras domésticas que estavam reivindicando seus direitos há muitas e muitas décadas”*.

Aos 23 anos, em 2006, Chirlene retornou à escola para terminar seus estudos, onde Centro de Ação Cultural promoveu um curso sobre direitos trabalhistas junto à Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande. A partir desse e diversos outros cursos e oficinas sobre direitos trabalhistas, sobre violência contra a mulher e sobre o racismo, construiu a consciência sobre sua trajetória e sobre o que queria para seu futuro, e não deixou mais a luta e a defesa da sua categoria. Dialogou sobre seus direitos com seus patrões e, quando não ouvida, demitiu-se e buscou bravamente outra alternativa para sustentar sua família.

Entretanto, o acolhimento que recebeu e que passou a dar às companheiras por meio do sindicato encontrou sérios desafios durante a pandemia. Segundo Chirlene, antes da pandemia as demandas do sindicato voltavam-se mais a disponibilizar informações e acolher trabalhadoras, buscar assessoria jurídica, fazer os cálculos sobre as horas extras ou trabalho. Esse trabalho continua de forma remota, porém muitas trabalhadoras têm dificuldades com a tecnologia, o que torna o trabalho mais difícil. Novas reivindicações chegam ao sindicato, pois muitas trabalhadoras não tiveram direito à quarentena, a cuidar da própria saúde, além da sobrecarga de cuidar da própria família. *“Então, nós mulheres ficamos entre a cruz e a espada, sem entender ou entender ao mesmo tempo, né. Ou fica sem trabalhar e fica sem dar de comer aos nossos filhos ou nos arriscamos a essa doença, esse vírus, para ter o que dar de comer aos nossos filhos, né. E eu, enquanto diarista, vi isso de perto, presenciei isso de perto.”*

foto: Carolina BruzZone Fotografia



CLEIDE SILVA PEREIRA PINTO, 53 ANOS.

Nascimento: Nova Iguaçu – RJ.

Residência atual: Nova Iguaçu – RJ.

Ano que entrou na militância: 1998.

*Presidenta do Sindicato de Nova Iguaçu
e Secretária de Formação Sindical / Nova
Iguaçu – RJ.*

Nascida em 1968 na Maternidade Nossa Senhora de Fátima, Cleide Silva Pereira Pinto conta ter sido criada dentro do sindicato. Sua mãe é Maria de Lourdes Silva Pereira, uma das fundadoras do Sindicato de Nova Iguaçu. Cleide trabalha como doméstica desde os 13 anos e afirma ter fugido da militância e das atividades do sindicato por um tempo de sua vida. Foi a partir de um convite para compor a diretoria que Cleide se inseriu no sindicato antes mesmo de se filiar, ficando no setor da tesouraria. Sua filiação de fato ocorreu no dia 10 de novembro de 1998, e atualmente ela atua como diretora.

Cleide é diarista e seu trabalho lhe permite conciliar a militância com a vida pessoal. Ela entende que se não trabalhasse dessa forma não teria tempo para as atividades do sindicato. Com as mudanças e incertezas da pandemia, seus filhos propuseram que se dedicasse exclusivamente ao sindicato, suspendendo seu trabalho como diarista. Sobre isso, reflete: *“que bom que eu tenho meus filhos, e quem não tem, e quem trabalha?”*

Movida por esses questionamentos e preocupações com a categoria, Cleide entra em contato com sócias e trabalhadoras atendidas no período de dois anos pelo sindicato, abordando as diferentes situações e dificuldades. Conta também que conseguiu arrecadar dinheiro e doações de cestas básicas para as pessoas que estavam com mais necessidade.

Entre os maiores problemas enfrentados pela categoria, Cleide comenta casos em que empregadores infringiram as leis trabalhistas, outros que se aproveitaram da situação para enganar, prender e explorar trabalhadoras, além das distorções e a exploração do tempo de trabalho a mais, assim como inúmeras trabalhadoras despedidas sem respaldo legal. Sobre isso, aborda um problema central: *“a gente só sabe que estão fazendo coisa errada se a trabalhadora liga pro sindicato. Entendeu?”*

Sobre as dificuldades enfrentadas pelo sindicato no período da pandemia e as inúmeras situações enfrentadas pela categoria, Cleide reforça que: *“Nesse momento que estamos passando, queremos nossos direitos e vacinas já para a nossa categoria e para todas e todos.”*



CREUZA MARIA OLIVEIRA, 63 ANOS.

Nascimento: Salvador – BA.

Residência atual: Salvador – BA.

Ano que entrou na militância: 1983.

Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia. Foi presidenta e fundadora da FENATRAD. Hoje é Secretária Geral da FENATRAD.

Creuza iniciou sua trajetória como trabalhadora doméstica aos 10 anos de idade e, desde então, enfrentou situações de racismo e assédio no ambiente de trabalho. Para transformar sua realidade e a das colegas, em 1983 Creuza entrou para um grupo de trabalhadoras domésticas, e em 1986 elas criaram a primeira Associação das Trabalhadoras Domésticas da Bahia. Creuza participou ativamente das discussões sobre o direito das trabalhadoras na Constituição de 1988 e da fundação do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia, em 1990. Foi no Movimento Negro Unificado (MNU) que ampliou sua consciência de raça, gênero e classe. Em 1997, Creuza participou da fundação da FENATRAD. Também participou da Conferência Internacional do Trabalho (OIT) nos anos de 2010 e 2011, levando o debate sobre o trabalho doméstico a nível mundial. Participou ativamente da conquista da Convenção 189 da OIT, da Lei Complementar 150/2015 e do Trabalho Doméstico Cidadão, que foram importantes realizações para a categoria.

Sobre o período da pandemia, Creuza lamenta as milhares de trabalhadoras que foram dispensadas de seu trabalho. Não bastasse o desemprego, Creuza destaca o aumento da violência contra a categoria, que está mais exposta ao vírus e também a episódios de assédio no trabalho. Além disso, comenta dos recentes casos descobertos de trabalhadoras vivendo em situação análoga à escravidão. O Sindicato da Bahia, presidido por Creuza, fechou no início da pandemia e só reabriu no mês de agosto de 2020. No entanto, apesar de Creuza não ter contraído a Covid-19, viu companheiras de luta falecerem após o contágio do vírus.

Olhando para sua vida pessoal, apesar de ter passado por momentos mais fragilizados por causa da diabetes, Creuza diz estar bem, mas que seu emocional é afetado ao se deparar com a situação difícil que enfrenta o país. Hoje, aposentada e vivendo com sua irmã e sobrinho, Creuza não deixa que as adversidades da vida a impeçam de seguir fortemente engajada com a luta da categoria, na expectativa de vacina para todas e todos, de que o país se recupere de tudo que o atual desgoverno causou e de que as trabalhadoras domésticas sejam amparadas. *“Não podemos deixar de sonhar, não podemos! Não podemos perder a capacidade de sonhar e de acreditar que um outro mundo é possível e que a gente pode sim mudar a situação do nosso país”*, diz Creuza.



**DIANA SOLIZ SORIA
DE GARCIA, 60 ANOS.**

Nascimento: Cordillera de Santa Cruz, Bolívia.

Residência atual: São Paulo – SP.

Ano que entrou na militância: 2014.

Diretora do Departamento Migrante/Indígena do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo (STDMSP).

Diana Soliz Soria de Garcia nasceu em Camiri – Cordillera de Santa Cruz, Bolívia. Chegou ao Brasil em 1996. Em razão de problemas de saúde e negligência de sua empregadora foi motivada a procurar por instituições que garantissem seus direitos. *“E foi aí que começou tudo”*, explica Soliz.

Começou, então, a se inserir no sindicato em 2014 e, no ano de 2017, é convidada para ser diretora, considera-se “diretora imigrante indígena”. Seu trabalho no departamento imigrante é orientar imigrantes, pois seus direitos não são respeitados de forma mais contundente em comparação com as trabalhadoras brasileiras. Denuncia, também, a diferença de tratamento entre trabalhadoras imigrantes e

brasileiras; a falta de reconhecimento da trabalhadora imigrante; as dificuldades envolvendo moradia e recursos ao chegarem no país; a falta de garantia de direitos como salário mínimo, férias, horas extras, etc. "*O imigrante é tratado com uma diferença e isso é muito triste*", conta Diana.

A trajetória de Soliz tem pontos admiráveis. Obteve vitória no processo envolvendo a patroa citada anteriormente, tendo esta que assinar sua carteira referente aos 6 anos de trabalhos mal remunerados. Por outro lado, seu destaque na vida sindical se dá pelo fato de ser a primeira imigrante no Brasil a se sindicalizar, sendo referência na luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas imigrantes.

Sendo Diretora do Departamento Migrante/Indígena, ressalta a importância da fluência em espanhol como um motivo que confere confiança as mulheres imigrantes que recorrem ao sindicato. Pois não são todos que entendem o espanhol, afirma. "*Nosso trabalho é orientá-las, e como são várias que vêm com uma língua diferente, falam espanhol a maioria. E como eu falo espanhol, é mais fácil, também, para atender elas.*"

Versión en Español:

Diana Soliz Soria de Garcia nació en Camiri - Cordillera de Santa Cruz, Bolivia. Llegó a Brasil en 1996. Por razones de problemas de salud y negligencia de su patrona, fue motivada a buscar por instituciones que le garantizaran sus derechos: "*Y fue ahí que empezó todo*", explica Soliz.

Empieza su inserción al sindicato en el año 2014 y posteriormente, en 2017, es invitada a ser directora, se considera "Directora Migrante Indígena". Su trabajo en el departamento migrante consiste en guiarlas, debido a que sus derechos no son respetados. También denuncia la diferencia de trato entre trabajadoras migrantes y locales; la falta de reconocimiento de la trabajadora migrante; las dificultades de vivienda y recursos cuando llegaron al país; además de la falta de garantía de derechos como salario mínimo, vacaciones, horas extras, etc. "*El inmigrante es tratado con una diferencia y eso es muy triste*", dice Diana.

La trayectoria de Soliz tiene puntos admirables. Obtuvo la victoria en el proceso que involucró a su contratante mencionada anteriormente, debiendo ésta firmar su

registro de trabajo por los 6 años de trabajo mal remunerado. Además, el hecho de ser la primera inmigrante en Brasil en afiliarse a un sindicato, siendo una referencia en la lucha sindical por los derechos de las trabajadoras domésticas migrantes.

Siendo Directora del Departamento Migrante, ella destaca la importancia de la fluidez en español como razón que fomenta la confianza en las mujeres migrantes que recurren al sindicato. Porque no son todos los que entienden, dice.

"Nuestro trabajo es orientarlas, y como hay varias que vienen con un idioma diferente, la mayoría habla español, y como hablo español, es más fácil atenderlas."



EDILENE MENDONÇA DA SILVA, 52 ANOS.

Nascimento: Camaragibe – PE.

Residência atual: Camaragibe – PE.

Ano que entrou na militância: 2004.

*Conselho Fiscal no Sindoméstico - Pernambuco
e Suplente na FENATRAD.*

Edilene Mendonça da Silva começou sua trajetória no trabalho doméstico aos 15 anos, sendo também filha de trabalhadora doméstica, a profissão surgiu em sua vida muito cedo. Conta que, com o nascimento de seus filhos, permaneceu um tempo de sua vida cuidando da casa e das crianças. Seus filhos cresceram e ela retornou a trabalhar em diversos setores, como camareira de hotel e em fábrica de tecido. Após essas experiências, retornou ao trabalho doméstico e até o momento segue assim: *"o que eu tenho hoje na vida, o que eu conquistei, foi com trabalho doméstico"*, diz Edilene sobre a profissão.

Conheceu o sindicato a partir do convite de uma amiga, que a chamou para ir à reunião em um domingo. Conta que foi e gostou muito, se associando há 17 anos. Edilene é do grupo de risco, mas em tempos normais frequentava as reuniões

que aconteciam no segundo domingo do mês. No primeiro ano da pandemia, não trabalhou e ficou em casa, mas agora está trabalhando como diarista dois dias por semana com todos os cuidados para não se contaminar, utilizando máscara e álcool. Além do mais, sua empregadora está auxiliando com o transporte de carro de ida e de volta, sendo essa uma das reivindicações da categoria no contexto de pandemia para manter a segurança das trabalhadoras.

Sobre a importância do sindicato em sua vida, diz: *“O sindicato me ajudou quando mais eu precisei. O sindicato deu uma força pra gente.”* E ainda fala sobre as dificuldades enfrentadas pelo sindicato e as ajudas que conseguiram para as trabalhadoras mais vulneráveis, como cestas básicas. Edilene entende que o trabalho doméstico é bastante desvalorizado, que a conquista de direitos ainda não é completa e finaliza sua reflexão...”.

foto: Carolina BruzZone Fotografia



ELIETE FERREIRA DA SILVA, 57 ANOS.

Nascimento: Ivaiporã – PR.

Residência atual: Campinas – SP.

Ano que entrou na militância: 1990

Coordenadora Geral do Sindoméstico de Piracicaba e sócia do Sindoméstico de Campinas.

Com apenas 6 anos, Eliete se mudou com sua mãe e seus 6 irmãos para a cidade de São José dos Campos-SP. A mãe de Eliete conseguiu serviço para todos os filhos, e com 9 anos Eliete começou a trabalhar como cuidadora de 2 crianças, e logo 3, pois a patroa estava grávida. A proposta da patroa para a mãe de Eliete era que ela pudesse trabalhar e também estudar, mas infelizmente ela só pôde estudar depois de adulta. Nessa casa, Eliete trabalhou por 18 anos, a família se mudava de três em três anos para outras cidades, ficando por último em Campinas. Durante o tempo que esteve com essa família, a rotina de Eliete era trabalhar e ir à missa. Logo após a missa, os jovens

se reuniam para atividades das pastorais da Igreja Católica. Foi quando Eliete conheceu pessoas que puderam mudar sua visão de vida, se "reconhecer" e tomar coragem para pedir demissão do seu trabalho. A demissão ocorreu de maneira conflituosa. Hoje ela reconhece que sofreu racismo e relembra de quando pediu demissão e sua patroa debochou: *"ela me disse que eu poderia sair e procurar meus direitos, mas que iria ver se eu teria meus direitos, desde quando preto e pobre tinham direitos?"*. Eliete acabou não recebendo nada, pois não era registrada. Antes de sair dessa casa, ela terminou o ensino médio e entrou para o Grêmio Estudantil, começando sua história na militância.

Em 1990, já em Campinas, ela começou a trabalhar em outra casa, dessa vez com carteira assinada e com direitos. Nesse ano, conheceu o sindicato de trabalhadoras domésticas de Campinas e também a companheira Laudelina Campos de Melo, entrando na direção do sindicato e lá permanecendo até 2018. Durante essa trajetória, foi coordenadora geral por 4 mandatos. Em 2018, deixou a coordenação de Campinas para fazer parte do Sindicato de Piracicaba, pois o mesmo estava com planos de fechar. Um grupo de integrantes do sindicato de Campinas se organizou e migrou para o sindicato de Piracicaba, e hoje ela é coordenadora geral.

No começo da pandemia da Covid-19, Eliete recebia diversas ligações por dia de suas companheiras de profissão recorrendo a informações sobre o que deveria ser feito e o que os patrões deveriam fazer naquele momento. Eliete relembra que a primeira vítima fatal da Covid-19 no Brasil foi uma trabalhadora doméstica, e retrata a realidade de outras companheiras que ficaram desempregadas e sem moradia e não tiveram acesso ao Auxílio Emergencial. Ela defende a vacina para todos, principalmente para as trabalhadoras domésticas, para que elas possam estar seguras no seu trabalho e para que não haja mais demissões.



**ERNESTINA DOS SANTOS
PEREIRA, 64 ANOS.**

Nascimento: Pelotas – RS.

Residência atual: Pelotas – RS.

Ano que entrou na militância: 1987.

*Vice-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas e
Conselheira Fiscal da FENATRAD.*

Ernestina, que começou o trabalho doméstico aos 14 anos, tinha profunda atuação na comunidade religiosa, participando da Pastoral da Paróquia São José e dos eventos promovidos pela Igreja Católica. Foi através de uma Irmã que Ernestina teve conhecimento da Associação das Trabalhadoras Domésticas, vindo, em abril de 1987, a se tornar membra da associação. Paralelamente a sua contribuição na associação, sempre participando de encontros e congressos formativos, Ernestina cria a Pastoral das Domésticas no bairro Fragata. Foi no 6º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas em Campinas – SP em 1989 – onde conheceu Laudelina Campos de Melo –, que ela soube da oportunidade em transformar a associação em um sindicato. Assim, em 17 de junho de 1989, Ernestina e suas companheiras fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas. Além de sua ampla participação local, Ernestina destaca sua atuação nacional, como quando esteve presente na fundação da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) em maio de 1997, fazendo parte da diretoria da federação desde então. Ernestina também trilhou a vida legislativa, candidatando-se para vereadora e deputada estadual.

Após conquistar sua aposentadoria como trabalhadora doméstica, no ano 2000, Ernestina seguiu contribuindo nas atividades do sindicato e da FENATRAD. Como vice-presidenta do Sindicato de Pelotas, ela conta que apesar dos meses em que o sindicato precisou fechar devido a pandemia, os trabalhos foram ampliados, sendo feitos exclusivamente de forma on-line. A partir de julho de 2020, Ernestina e mais

duas trabalhadoras retornaram às atividades do sindicato para fazer a distribuição de cestas básicas, máscaras e produtos de limpeza.

Ernestina não contraiu ou viu seus familiares sendo contaminados pela Covid-19, mas manteve seus cuidados redobrados, principalmente pelas suas enfermidades pré-existentes, como hipertensão e diabetes. No entanto, ela positivamente pontua: *“andei sempre devagarinho e sempre. Ando até hoje devagar e sempre, né”*. E assim permanece, contribuindo fortemente na luta da categoria.

foto: Carolina BruzZone Fotografia



FRANCISCO XAVIER DE SANTANA, 55 ANOS.

Nascimento: Muritiba – BA

Residência atual: Salvador – BA.

Ano que entrou na militância: 2010.

Diretor do Sindoméstico Bahia e Tesoureiro da FENATRAD.

A trajetória de Francisco no trabalho doméstico começou cedo. Aos 12 anos, sem escolha e sem direitos, ele já trabalhava no ramo. Algum tempo depois, em 2002, enquanto fazia suas tarefas diárias, sempre acompanhado do rádio, escutou uma entrevista que chamou sua atenção. Nela, Creuza Oliveira convidava todos os trabalhadores domésticos para reuniões sindicais. Foi um momento inaugural para Francisco. A partir de então seus objetivos de vida foram alterados. Apenas em 2010 Francisco começou efetivamente a se engajar na luta sindical, aprofundar seus conhecimentos, e se dedicar cada dia mais para poder tirar as pessoas da mesma situação de exploração que ele já viveu. *“Cada situação de violação de direitos, cada situação de exploração que a gente, de alguma forma, ajuda a combater, motiva a gente a permanecer nessa luta e a tentar formar novas lideranças pra aumentar o combate a essa exploração que as nossas companheiras ainda sofrem no trabalho doméstico”*, diz Francisco.

Francisco divide sua vida em três partes: *"Antes da luta eu era uma 'folha' que o vento leva para qualquer lado, sem destino, sem projetos, sem uma noção do que quer, e depois que eu comecei a me engajar, a luta foi me educando, me transformando, hoje eu sou um homem extremamente satisfeito com o que faço. A luta é a minha vida, e eu me dedico a isso porque eu entendo que é a ferramenta de transformação não só da minha realidade, mas da realidade de pessoas que, assim como eu naquela época, vivem como a 'folha', o vento levando pra um lado e pro outro sem objetivo, ambição e projetos. O meu papel enquanto sindicalista e enquanto homem negro de movimento social é também dar pra essas pessoas uma formação, que elas passem a deixar de ser 'folha' e possam também conduzir os seus destinos e se juntar à luta pra ajudar a transformar a vida de outros e outras"*.

Em meio à crise profunda da realidade brasileira, Francisco considera que se encontra melhor que muitos. Divide a vida e a militância com Maria da Conceição, conhecida como Mãe Céu, sua esposa e companheira de sindicato. O casal tem três filhos, já acostumados com o objetivo de vida dos pais: *"cada exploração, cada situação de exploração, nos motiva a permanecer na luta e na formação de novas lideranças para combater a exploração que as nossas companheiras ainda sofrem no país."*

foto: Carolina BruzZone Fotografia



JORGINA DOS SANTOS, 65 ANOS.

Nascimento: Volta Redonda – RJ.

Residência atual: Volta Redonda – RJ.

Ano que entrou na militância: 1987.

Tesoureira da FENATRAD e Diretora do sindicato de Volta Redonda e Região.

Volta Redonda, cidade onde Jorgina nasceu e reside atualmente, possui sua história marcada por uma militância forte, grande e presente nos diferentes setores. Ao

ouvir frequentemente no rádio as programações e convites para participar dos demais sindicatos de Volta Redonda, Jorgina se questionava se existia um sindicato que pudesse lutar por ela. Em uma manhã comum de trabalho, ela ouviu a companheira Lurdes convidando pra uma reunião na Associação (que mais tarde passou a ser sindicato), e a partir disso conheceu direitos que por ela eram desconhecidos.

Sua caminhada não foi fácil, muitas pessoas se incomodavam com seus questionamentos. Foi ao lado dos companheiros da construção civil que Jorgina encontrou apoio, tirou suas dúvidas e aprendeu a dar voz a sua luta. Hoje, alcançou um sonho muito desejado: aposentar-se como trabalhadora doméstica, representando seu sindicato nos meios de comunicação e, na prática, se fazendo presente em diversos ambientes, pois acredita que o sindicato não se faz em sua sede, e sim na rua.

Mesmo com os problemas causados pela Covid-19, a militância não ficou de lado. Para que o vínculo não se apagasse, novas alternativas foram desenvolvidas de modo a atender as necessidades dos filiados aos sindicatos sem deixar de lado o cuidado necessário.

Para ela, o cuidado é de grande necessidade neste momento, tanto físico quanto mental, por isso Jorgina mantém contato com as companheiras que estão positivadas para que elas não passem por essa dificuldade sozinhas. Ela acredita na luta e no crescimento conjunto de trabalhadores e dá importância aos companheiros de outras categorias em sua fala: *"a pandemia trouxe realmente uma situação difícil pros trabalhadores"*, diz ela.

Jorgina convive agora com a saudade dos encontros sindicais, viagens e conversas com suas companheiras e familiares. Ela relata ser muito difícil ficar em casa após construir a luta junto de suas companheiras por 33 anos: *"o mais difícil é a saudade [...] a pandemia vai deixar um legado muito grande, né, de muita saudade, de muita perda, né, vai ser muito triste depois [...] temos que ter esperança"*, diz ela.

**LUCIA HELENA CONCEIÇÃO
DE SOUZA, 62 ANOS.**



Nascimento: Rio de Janeiro – RJ.

Residência atual: Pirai – RJ.

Ano que entrou na militância: 1993.

Presidenta do Sindicato de trabalhadores domésticos de Volta Redonda e Região Sul Fluminense – RJ.

Foi por meio da Pastoral Operária que Lucia Helena entrou na militância no ano de 1993. Um encontro que inicialmente era apenas um momento de confraternização de final de ano, acabou tendo uma repercussão na vida de todas as mulheres que estavam presentes. A partir da troca de experiências e partilha de vivências das participantes, foi se construindo a possibilidade de fundar o sindicato das lavadeiras. Para além das mudanças que o sindicato proporcionou no cotidiano de seu trabalho, as mudanças foram ainda mais perceptíveis em outros âmbitos da vida de Lucia Helena. Para ela, o sindicato foi uma salvação em momentos difíceis e motivo de evolução pessoal, foi no sindicato que Lucia se descobriu militante, sindicalista e feminista. Hoje, com 62 anos de idade, diz estar constantemente se descobrindo.

Durante a pandemia, além de auxiliar as trabalhadoras domésticas com o atendimento on-line, o sindicato faz parte de um projeto de ajuda comunitária, realizado pela FENATRAD, o Ministério Público, a ONG Themis e a marca de produtos de limpeza Veja. No Rio de Janeiro, 200 trabalhadores domésticos de 3 cidades (Pirai, Volta Redonda e Barra do Pirai) foram beneficiados com a distribuição de cestas básicas, kits de limpeza e qualificação profissional. O sindicato sempre manteve contato com os trabalhadores que contraíram a Covid-19. Essa foi uma relação de apoio, na qual as forças são somadas para que ninguém passe por esse momento de forma solitária: “*a nossa bandeira é 'ninguém larga a mão de ninguém', uma sobe e puxa a outra*”, diz Lucia. Além disso, conta que um número grande de trabalhadoras estava desempregada,

sendo necessário criar uma força tarefa para mapear as mais vulneráveis e alcançar cada uma de delas. *"Foi um momento histórico para a gente, né, um momento de pandemia, um momento de dificuldade, e nós conseguimos proporcionar alguma coisa de bom para as companheiras na beira do nada"*, relata Lucia.

foto: Carolina Bruzzone Fotografia



LUIZA BATISTA PEREIRA, 65 ANOS.

Nascimento: Recife – PE.

Residência atual: Recife – PE.

Ano que entrou na militância: 2009.

Presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Recife e Presidenta da FENATRAD.

Luiza Batista, atual presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, é referência na militância e luta sindical. Conta que seu primeiro choque ao enxergar as injustiças sociais se deu por meio do movimento feminista. Conheceu o sindicato a partir do convite da companheira Edicleia, indo às reuniões aos segundos domingos do mês, filiando-se no ano de 2009.

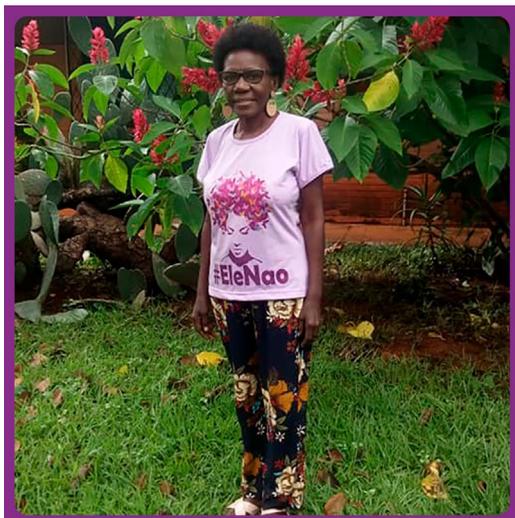
Foi após conhecer o sindicato e grupos feministas que retomou os estudos, que estavam parados na 4ª série. A retomada da escolaridade e a aproximação com a discussão política sobre o trabalho doméstico se iniciou no Programa Trabalho Doméstico Cidadão, ainda no governo Lula. Na modalidade EJA concluiu o ensino fundamental com 50 anos e fez o ensino médio seriado. Batista comenta que em 2009 a então presidenta do sindicato, Eunice (Antonia do Monte), lhe dizia *"Você vai ser presidenta do sindicato"*, enquanto Luiza levava na brincadeira. Em 2009, conhece Creuza, presidente do Sindicato da Bahia e da FENATRAD, que juntamente com as companheiras Lenira e Eunice a convencem a candidatar-se à presidência do sindicato de Recife. No mês de junho do mesmo ano, concorre à eleição e é consolidada no cargo. Desde lá, a militância no movimento tornou-se a centralidade da sua vida.

Luiza indigna-se com as situações degradantes anteriores à obrigatoriedade da carteira assinada, às quais as trabalhadoras domésticas ainda estão submetidas, a despeito da Lei. Para ela, o trabalho doméstico é importante para a organização da sociedade e não é justo que seja desvalorizado e invisibilizado.

Como presidenta da FENATRAD, durante a pandemia suas preocupações maiores são com o desemprego, a retirada de direitos e o tratamento desumano em relação às trabalhadoras domésticas que enfrentam transportes públicos e aglomerações para trabalhar, deslocando-se majoritariamente das periferias aos centros. Ainda expõe casos de trabalhadoras sem carteira assinada, outras que não tiveram interrupção durante a pandemia e situações de trabalho doméstico escravo.

Sobre a militância reflete *“que é a luta que nos motiva e nos move a continuar”, porque pensa que a luta é o caminho para diminuir as injustiças sociais e as desigualdades. Persistir na luta, saber costurar apoios para construir o enfrentamento às injustiças sociais.*

“Eu poderia hoje estar só curtindo, eu não ia ter dinheiro pra viajar, mas eu poderia estar só cuidando da minha casa, das minhas plantinhas - que eu gosto muito - e vivendo uma vida tranquila. Mas sabe o que é que acontece? A gente vira porta voz da injustiça!”



MARIA ISABEL CASTRO COSTA, 61 ANOS

Nascimento: Guimarães – MA.

Residência atual: São Luís – MA.

Ano que entrou na militância: por volta de 1987.

Diretora de finanças do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Maranhão, e Diretora da secretaria de Políticas para as Mulheres na FENATRAD.

Maria Isabel iniciou sua trajetória no trabalho doméstico ainda criança. Com apenas 8 anos de idade, foi levada a São Luís para trabalhar como babá de duas crianças gêmeas, permanecendo nesse serviço por cinco anos. Quando estava com 13 anos, seu irmão a trouxe para morar com ele no interior e Maria Isabel começou a estudar. No entanto, não demoraria para que ela retornasse ao trabalho doméstico. Anos depois, em 1987, Maria Isabel iniciou sua história na militância. Incentivada por seu empregador (que teve uma mãe trabalhadora doméstica), ela e a companheira de luta, a também trabalhadora doméstica Marinalva dos Santos, buscaram apoio de grupos como o Movimento Negro, as freiras da juventude da Pastoral e a CUT. Finalmente, em 5 de outubro de 1989, o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Maranhão é fundado. A fundação e o envolvimento de Maria Isabel na militância foram estimulados pela sua vontade de transformar a realidade das trabalhadoras. *“A gente vê tanta coisa ruim acontecer com a mulher e com as mulheres negras, que são a maioria na categoria. Nós vemos muito desrespeito e muita desvalorização no trabalho, então a gente trabalha por tudo isso: pra conseguir resistir, buscar dignidade, buscar o direito né, a igualdade”*, relata.

Sobre a pandemia, Maria Isabel acredita ter contraído a Covid-19 na primeira metade de 2020, pois apresentou alguns sintomas. Hoje ela está recuperada, mas pontua as dificuldades que já existiam e foram acentuadas com a pandemia: *“a situação financeira do momento não está bem para ninguém. Eu estou aposentada e ganho um salário mínimo, e a gente sabe que com um salário mínimo não dá pra fazer todas as despesas da casa, é complicado”*, pontua.

Fortemente engajada na luta, Maria Isabel permanece fazendo seu trabalho no Sindoméstico do Maranhão, que cumpre a restrição estabelecida pelo Estado, permanecendo de portas fechadas, mas realizando atendimento pelo telefone. Os atendimentos não são fáceis: *“Tem mulheres que chegam e deixam a gente preocupada. Chegam tão pra baixo, tão desanimadas, e parece que é com a gente aquela dor danada”*. Mas é para reverter essa realidade dolorida, que atinge muitas trabalhadoras, que Maria Isabel continua lutando. *“Eu estou na luta feminista, no movimento negro, na erradicação do trabalho infantil, no fórum de Mulheres, agora eu tô no Levante*

feminista e Conselho Municipal da Condição Feminina. E no sindicato que eu não deixo! Você tem que se levantar contra aquilo que te faz mal. Você tem que levantar e tentar combater o que te faz mal".

foto: Carolina BruzZone Fotografia



MARIA JOSÉ SILVA, 51 ANOS.

Nascimento: Mirim – MA.

Residência Atual: São Luís – MA.

Ano que entrou na militância: 1989.

Secretária de Organização Sindical - Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado do Maranhão e Suplente da FENATRAD.

Maria José nasceu numa pequena comunidade chamada Jardim. Com 8 anos, foi morar na capital com parentes para ter acesso a uma educação melhor, entretanto, a sua infância começa a se confundir com o trabalho doméstico e não sabe mais identificar onde começa um e termina outro. Seus amigos, filhos da madrinha, eram também de quem ela tinha que cuidar e cuidou até os 14 anos. A partir daí, Maria José começou a trabalhar em casas de família como trabalhadora doméstica, ganhando, na maioria das vezes, menos que um salário mínimo. Aos finais de semana, retornava para a casa de seus parentes e ajudava no trabalho doméstico e a buscar água para a comunidade.

Logo que as reuniões do sindicato começaram numa sala ao lado da Igreja do bairro de Vinhais, em 1989, ela foi convidada por uma senhora chamada "Das Dores" para participar. Está na luta desde aquele dia, aos 18 anos. Estar no sindicato pela categoria para Maria José era também uma forma de aprender, de se inteirar dos seus direitos, de novas experiências de vida, de saber se defender diante das adversidades e não abaixar a cabeça: *"a militância, o sindicato, o MNU (Movimento Negro Unificado), é... me ensina tudo isso, ou seja, você ser você, não ser pisada por pessoas, né, não achar*

que a gente não sabe de nada, que só por que a gente trabalha nessa área a gente tem que ser pisado". Para Maria, estar com suas companheiras e companheiros enriquece muito. "Se você tem uma dúvida, pode perguntar a eles, você tem acolhimento e tem atividades de lazer."

Diante da pandemia, o sindicato se faz muito importante para dar apoio às trabalhadoras. Como secretária de organização sindical do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas do Maranhão, o mais difícil está sendo lidar com a situação de muitas trabalhadoras que ficaram sem emprego ou tiveram a renda reduzida, incluindo a própria Maria José. A distância dos parentes também dificulta, seus netos também adoeceram. Mas a união das companheiras e a luta ajudam a seguir em frente, a lidar coletivamente com os problemas, tanto pessoais como da categoria: *"que a gente não desista da luta, por mais dificuldade que a gente tenha, que a gente já passou, a gente passa todos os dias, né... que... eu penso na categoria que na minha vida foi tudo, né. Tudo mesmo, em qualquer situação."*

foto: Carolina BruzZone Fotografia



MARIA NOELI DOS SANTOS, 65 ANOS.

Nascimento: Restinga Seca – RS.

Residência atual: Rio de Janeiro – RJ.

Ano que entrou na militância: 1993.

Conselheira Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro – RJ, e Secretária de Articulação Regional da FENATRAD. Representante Internacional da CONLACTRAHO.

Nascida em uma família pobre e com sete irmãos, Maria Noeli precisou trabalhar antes mesmo de completar seus 12 anos, realizando serviços domésticos na cidade de Santa Maria – RS. Sempre interessada pelos estudos, mesmo enfrentando as dificuldades de uma rotina de muito trabalho, Noeli prestou o vestibular para Direito. Infelizmente,

a aprovação não veio, afinal *"como trabalhadora doméstica a gente ganha pouco e não tem dinheiro para fazer cursinho"*, comenta. Quando foi morar em Porto Alegre, na casa de seus empregadores, Noeli viajava para o Rio de Janeiro acompanhando a patroa, que "fugia" do inverno do sul. Criando vínculos com a cidade carioca, Noeli se mudou para a cidade do do Rio, vivendo a experiência de ter o primeiro emprego com carteira assinada. *"Eu não era sindicalista. Eu não conhecia o sindicato. Na época, eles falavam que eu era da família, então eu acreditava. Eu também não conhecia os meus direitos, que eram poucos, mas a gente tinha"*, relata sobre os empregos anteriores.

Noeli iniciou sua trajetória como militante em 1993, quando ela foi convidada por uma colega sindicalista para assistir a fala de Benedita da Silva no sindicato da cidade. Naquele dia soube que aconteceria o 7º Congresso do Alto da Boa Vista, e Noeli prontamente se associou ao Sindoméstico do município do Rio de Janeiro, vindo a participar não só deste, mas de muitos congressos, atividades sindicais e cursos de formação ao longo dos anos. Com o tempo, tornou-se tesoureira do sindicato, mas também colaborando no atendimento às trabalhadoras e até no jurídico, sempre muito engajada!

Por ter contraído a Covid-19, Noeli se afastou do trabalho por um tempo, mas teve a garantia de seus direitos como férias pagas antecipadamente, que é uma demanda defendida por uma das campanhas da FENATRAD (Cuida de Quem te Cuida). Da Covid-19, Noeli e seu marido, que também adoeceu, estão recuperados. Apesar de já estar aposentada, continua dividindo seu tempo entre o trabalho como cuidadora, três vezes na semana, e seu trabalho como sindicalista. Nas atividades do sindicato, precisou aprender a realizá-las de forma on-line e, apesar de se sentir um pouco deprimida por causa das dificuldades e restrições que a pandemia impôs, Noeli prontamente se envolveu na campanha das cestas básicas, colaborando na distribuição. Grata por tudo que aprendeu enquanto sindicalista, Noeli reflete: *"Graças a eu ser uma sindicalista, uma trabalhadora doméstica, eu aprendi muito nessa vida, muito. Eu penso que se eu fosse hoje uma advogada eu não teria todo esse conhecimento e adquirido tanta experiência como eu adquiri como trabalhadora doméstica"*.



MILCA MARTINS
EVANGELISTA, 52 ANOS.

Nascimento: Mineira, mas registrada em Licínio de Almeida – BA.

Residência atual: Salvador – BA.

Ano em que entrou na militância: 1991.

*Secretária geral do Sindoméstico Bahia
 e Diretora da Federação Nacional das
 Trabalhadoras Domésticas.*

Mulher, negra e mãe de família, Milca entrou para o mundo do trabalho doméstico forçosamente aos 7 anos de idade, quando a filha de uma patroa de sua mãe levou-a para a capital da Bahia com a promessa de dar-lhe a oportunidade de continuar os estudos. Despedindo-se da família e do interior de Cruz das Almas, ela encontrou uma realidade diferente na casa dessa família de classe alta de Salvador. Dos 7 aos 12 anos, foi forçada a trabalhar nos serviços da casa com todos seus direitos negados e sofrendo diversos tipos de violência enquanto sua família recebia notícias falsas sobre seu bem-estar. Dessa forma, aos 16 anos, voltou à capital para trabalhar como trabalhadora doméstica. Por volta dos 18 anos, conheceu o pai de seu primeiro e único filho e foi morar no bairro Mata Escura, na periferia de Salvador, onde construiu sua família. Após 10 anos, veio a conhecer Creuza Oliveira, nova moradora do bairro, que todo dia a avistava pegando ônibus cedo pela manhã. Creuza apresentou a militância à Milca, então com 22 anos, por meio do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas da Bahia. Participou de cursos e oficinas a partir das quais pôde se reconhecer como parte da categoria e identificar todas as violências que sofreu como trabalhadora doméstica: *“Então, pra mim, foi como ganhar na mega-sena, né, porque dinheiro é bom, mas conhecimento é muito mais!”*.

Em 2016, fundou em Mata Escura o Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira. Na pandemia, 3 companheiras do coletivo se foram, vítimas da Covid-19. Segundo ela, a

militância encontra muitos obstáculos na pandemia, principalmenet pelo impedimento de ir às ruas protestar e de fazer atendimentos pessoalmente. Entretanto, a tecnologia as tem ajudado muito, pois é pelo celular que Milca tem buscado apoio. Dentre as atividades que o sindicato vem fazendo estão: *lives* nas redes sociais, projetos de arrecadação de cestas básicas e organização para a distribuição entre suas companheiras. A mobilização tem sido grande para que o auxílio emergencial atenda as necessidades das trabalhadoras e também para a vacinação de toda categoria, que não deixou de trabalhar em nenhum momento da pandemia. Assim, Milca continua lutando em diversos movimentos que acredita e respeita, como a rede de mulheres negras, grupo de mulheres do MNU (Movimento Negro Unificado): *“comecei a despertar e me fortalecer dentro da luta no sindicato”*.

foto: Carolina BruzZone Fotografia



QUITÉRIA DA SILVA SANTOS, 56 ANOS.

Nascimento: Belém – AL.

Residência atual: Aracaju – SE.

Ano que entrou na militância: 2006

*Vice-presidenta do Sindoméstico de Alagoas e
Suplente do Conselho Fiscal - FENATRAD.*

Em 1986, Quitéria começa a atuar como trabalhadora doméstica. Entre a década de 80 e 2006, ano em que entrou na militância, passou por diversos ambientes domésticos e públicos exercendo seu trabalho. Por muito tempo, suas condições de trabalho a mantiveram distante de seus filhos. Percorria de emprego em emprego procurando estabilidade e só conseguia ver sua família a cada 15 dias no interior de Alagoas. Assim, acabou indo para Aracaju trabalhar em um shopping, depois novamente em casas de famílias de classe alta que estavam temporariamente na cidade. Até que começou a trabalhar em uma empresa de limpeza e, por conta dos materiais químicos fortes que

tinha como instrumento de trabalho, teve uma séria seqüela pulmonar, sendo obrigada a se encostar e, posteriormente, a se aposentar.

Tudo que Quitéria viveu não adoeceu só seu pulmão, mas também sua mente. Não podendo ser tão ativa quanto era devido à seqüela, desenvolveu um quadro depressivo. Por isso, começou a frequentar a Casa da Doméstica, que hoje é o sindicato. Lá participou do curso Trabalho Doméstico Cidadão, em 2006, e teve a oportunidade de continuar os estudos e completar o ensino médio: *“Aí pronto, daí eu comecei a frequentar o sindicato, sentia esse prazer de tá enfrentando essa luta com as trabalhadoras domésticas”*. Hoje, vice-presidenta do SINDOMÉSTICO – AL e Suplente do Conselho Fiscal da FENATRAD, segue se envolvendo e pontua a importância de ajudar na luta de todos os trabalhadores: *“não faço mais lutar só com as trabalhadoras domésticas, eu luto também com outros trabalhadores que são injustiçados com a sua casa, com os seus direitos sendo renegados. Que por sinal, quando eu vejo a injustiça de que vai vender uma estatal, quando vai vender uma empresa como os Correios, quando vai vender um órgão como a ADES, a energia, a gente faz as ações, né, quando teve a reforma trabalhista a gente esteve em Brasília, quando teve a reforma da previdência, tudo isso a gente se envolve de uma forma que a gente não consegue ficar de mãos atadas [...]”*.

Quitéria nunca viu algo semelhante ao que vem acontecendo na pandemia da Covid-19. Logo de imediato, quando começou a pandemia, o sindicato já começou a arrecadar cestas básicas, pois sabiam que sua categoria seria muito afetada, principalmente as diaristas. Junto à CUT, à FENATRAD, ao SINTESE e ao Sindicato de Assistentes Sociais, muitos projetos foram feitos para ajudar as trabalhadoras com equipamentos de proteção e alimentos. A tecnologia ajuda a aproximar as companheiras em relação ao acolhimento, saber se está tudo bem, se alguém está passando alguma dificuldade ou precisando de alguma ajuda. Assim, a batalha continua, buscando viver e ajudar as companheiras a se manterem vivas. Em todos os sentidos.



**SILVIA MARIA DA SILVA
SANTOS, 51 ANOS.**

Nascimento: Vitória da Conquista – BA.

Residência atual: São Paulo – SP.

Ano que entrou na militância: 2010

*Diretora na FENATRAD (Conselho Fiscal) e
Presidenta do Sindicato das Trabalhadoras
Domésticas do Município de São Paulo.*

Silvia tomou conhecimento do sindicato quando escutou – com muita atenção, conta ela – duas mulheres no ônibus falando sobre um sindicato. Um ou dois meses depois, foi ao sindicato, pois nesse tempo morava no emprego e suas folgas eram aos domingos, coincidindo com as reuniões sindicais que aconteciam todo o 4º domingo do mês.

Em 2007, associou-se e continuou a frequentar as reuniões. Porém, sua entrada na militância aconteceu de fato em 2014, quando foi convidada para fazer parte da direção suplente. Em 2016, a presidenta da época precisou se afastar, então ela assumiu o cargo como Diretora Suplente em dezembro de 2017. As eleições ocorreram novamente, e Silvia foi eleita para o mandato de 2018-2020. Nesse pleito, a diretoria foi composta tanto por pessoas que permaneceram da diretoria antiga (como Diana Soliz no Departamento Imigrante) quanto por pessoas que "são da luta", com anos de sindicato, mas chegaram à diretoria pela primeira vez.

Na pandemia, conta que houve ajuda de diversas entidades, doações, apoios de outros sindicatos de outras categorias: Sindicato dos Químicos, Sindicato dos Servidores Públicos, Coletivo de Mulheres da CUT, FENATRAD e FITH, assim como profissionais individuais que se mobilizaram para arrecadar fundos e destinar a compra de cestas básicas.

Mas, na segunda onda, percebe que diminuíram drasticamente os apoios para as trabalhadoras. Comenta que a categoria das trabalhadoras domésticas foi

uma das mais prejudicadas. As situações que chegaram ao sindicato foram diversas: trabalhadoras sendo dispensadas sem nenhum apoio ou direito; empregadores que se aproveitaram da situação para explorar a trabalhadora doméstica; trabalhadoras que tiveram redução de jornada de trabalho (fazendo um trabalho de 16 horas em 9 horas de serviço).

Durante um período, esteve trabalhando pelo celular, em casa. Mas a procura e o desespero das trabalhadoras fez com que voltassem um pouco antes com atendimento presencial. Para Silvia, a maior dificuldade que enfrentaram é a de não poderem ir ao local de trabalho das trabalhadoras, pois não têm poder para isso, conseguindo apenas ajudar com orientação e as doações recebidas. Nas condições da pandemia, trabalharam de porta fechada. Silvia espera que quando a pandemia acabe, possa trazer as trabalhadoras que procuraram o sindicato para conhecer a luta sindical.

"A gente aguarda que quando tudo isso melhorar a gente possa tá trazendo essas trabalhadoras mais pro sindicato, para elas conhecerem o nosso trabalho, para conhecer a luta do meio sindical e tá participando, também quem sabe esperar num futuro, as diretoras, presidentes", diz ela.

foto: Carolina BruzZone Fotografia



VALDELICE DE JESUS ALMEIDA, 55 ANOS.

Nascimento: Central do Maranhão – MA.

Residência atual: São Luís – MA.

Ano que entrou na militância: 2004.

Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Maranhão e Secretária de Formação Sindical na FENATRAD.

Valdelice vem de uma família de trabalhadoras domésticas. Sua mãe e suas tias já exerciam esse trabalho quando, com apenas 12 anos de idade, ela foi levada para estudar e trabalhar sem remuneração em uma casa que sua tia já trabalhava. Nos

trabalhos que se seguiram, Valdelice ainda morava no serviço, alugando a primeira casa quando nasceu seu primeiro filho. Foi em 2004, quando recebeu um convite de Marinalva da Silva, sócia-fundadora do Sindoméstico do Maranhão, que entrou para a militância. Este momento registra a tomada de consciência dos direitos que ela não recebia e nem sabia ter como trabalhadora doméstica. *“Só depois que cheguei no sindicato é que eu fui saber que nós, trabalhadoras domésticas, tínhamos direito a férias, décimo terceiro, à folga aos finais de semana. Eu trabalhei muitos finais de semana”*.

Atualmente divide seu tempo com o trabalho doméstico em sua própria casa e com algumas diárias remuneradas, além de participar das atividades promovidas pela FENATRAD e pelo Sindoméstico do Maranhão, onde completa seu terceiro mandato como presidenta do sindicato. Valdelice afirma que as atividades no sindicato não pararam durante a pandemia. Ela destaca a distribuição de cestas básicas e kits de limpeza – que foi parte da campanha da FENATRAD e parceiros –, *lives* e o aumento de atendimentos a trabalhadoras demitidas ou que tiveram seus contratos suspensos. Devido às ações que envolveram *lives* e reuniões, a categoria das trabalhadoras domésticas recebeu maior atenção neste período, fazendo com que Valdelice desenvolvesse habilidades com o celular para dar conta dos atendimentos e atividades do sindicato – agora feitos de forma on-line. Em meio às dificuldades da pandemia, Valdelice encontra aspectos positivos que envolvem o tempo que pode desfrutar ao lado dos familiares. *“Minha sobrevivência está em algumas diárias em que trabalho, e principalmente na minha família, que me apoia e dá forças, meu marido, meus dois filhos, neto e nora, que trabalham e me ajudam nas despesas”*. Ela segue engajada na luta pelos direitos de sua categoria e diz: *“O que me motivou e que continua me motivando a continuar essa luta no sindicato é justamente para que as companheiras que começam agora a trabalhar tenham seus direitos garantidos, que não passem pelo que eu passei. Eu trabalhava sem salário, sem férias, sem décimo [terceiro]. Então é isso que me motiva: garantir o direito dessas trabalhadoras, para que elas não venham passar o que eu passei”*.

Anexo

LIVE

realizada pelo Brasil 247

Coronavírus e os direitos das trabalhadoras domésticas

LIVE: CORONAVÍRUS E OS DIREITOS DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REALIZADA PELO BRASIL 247



MEDIADORA
Gisele Federicce



PARTICIPANTES
Deputada Benedita da Silva, Presidenta Dilma Rousseff,
Preta Rara e Luiza Batista.



2,3 mil curtidas



ASSITIDA POR
16.154 pessoas (em 07.04. 2021)



<https://www.facebook.com/PTRJ13/videos/615134606011254/>

GISELE: A gente tá entrando ao vivo agora e pra começar aqui, apresentando todo mundo. É uma grande honra ter a presidenta Dilma Rousseff novamente na TV 247, é um grande prazer estar mediando essa conversa tão importante sobre os direitos das domésticas em meio a pandemia, direitos que já estavam sendo destruídos, né, deixados de lado. Depois de tantas conquistas históricas durante o governo Dilma e que agora entra numa fase super problemática e... agravante, né, ainda mais agravante. E a gente vai falar sobre isso aqui que é essa crise do coronavírus, e como as empregadas domésticas estão tentando sobreviver a essa pandemia. Presidenta, muito prazer te ter aqui, muito feliz de... tá com essa conversa aqui junto com a senhora, junto com a Luiza Batista, junto com a Preta Rara, vou apresentar todo mundo devidamente, mas cumprimentar uma de cada vez. E a Benedita que organizou toda essa conversa, como a Dilma tava dizendo agora pouco, ela vai entrar já já, ela teve um probleminha com a conexão, mas já tá entrando e a gente não queria atrasar muito, mas daqui a pouco ela

tá aí. Presidenta, muito prazer, espero que a senhora esteja bem, no seu isolamento, como é que tá aí? Em Porto Alegre, né?

DILMA: É verdade, Gisele. Primeiro, eu queria te agradecer pela oportunidade. Cumprimentar também a Luiza Batista, lá de Pernambuco, e a Preta Rara, lá em São Paulo, eu aqui no Rio Grande do Sul e você aí em São Paulo, né, Gisele? Estamos esperando Bené. Bené que é minha grande companheira...

GISELE: Grande companheira nessa conquista histórica da PEC das domésticas, inclusive, né...

DILMA: E outras também, né... a Bené, ela tem uma imensa capacidade de luta e tem, né, fortes, mas fortes convicções, a respeito da luta contra a desigualdade em todas as suas dimensões. Mas eu queria te dizer que eu estou, no momento, muito preocupada com o país. Eu encaro esse momento como um momento em que não só se aprofunda a quebra de direitos, como é o caso das empregadas domésticas, que perdem proteção no momento de tanta fragilidade, que é o fato das domésticas serem, principalmente mulheres, muito afetadas pelo fato de que a grande maioria é diarista. Apesar da PEC que nós em abril de 2013, se eu não me engano, de 2013...

GISELE: 2 de abril de 2013.

DILMA: Nós sancionamos a lei, a PEC das empregadas domésticas, então em que pese isso o direito delas continua sendo destruído. E vamos lembrar bem que essas mais de 6 milhões de trabalhadoras domésticas, naquela época eram 6 milhões, hoje eu não sei quanto que está, mas naquela época das 6 milhões de trabalhadoras domésticas, 4 milhões e pouco eram diaristas e o resto era mensalista. O que nós estávamos tentando, inclusive, era formalizar toda a relação de trabalho das empregadas domésticas. Até porque esse país é um país extremamente racista, por 300, mais de 350 anos de escravidão. E um dos maiores baluartes ainda do trabalho escravo era o trabalho das

domésticas, que não tinha proteção trabalhista, direito social e trabalhista nenhum, não tinha direito a férias, 13º, não tinha direito a seguro desemprego, não tinha direito a assistência de saúde, principalmente previdenciária, enfim, eram as trabalhadoras sem direito, predominantemente negras e mulheres. Então foi muito importante que aquela PEC, naquele momento, fosse institucionalizada, que o direito fosse claramente reconhecido, e foi desmontada uma parte pelo governo Temer, porque o governo Temer desmontou todo direito trabalhista e instituiu como forma de trabalho privilegiado o trabalho informal e precário: A precarização do trabalho no Brasil.

Nós tínhamos conquistado até o meu governo, até o final do meu governo, nós tínhamos conquistado um grau de formalização bastante grande do trabalho, que implicou que não havia um grande problema previdenciário no Brasil, porque a formalização sustentava a previdência, e a partir do governo Temer ele desmontou isso. E o governo Bolsonaro completou o desmonte. Hoje, nós estamos diante de um momento muito grave. Por quê? Porque está ameaçada a sobrevivência das pessoas e a subsistência. A sobrevivência é a proteção da vida, o fato de você ter de se proteger de uma doença em relação a qual não há vacina, nem um remédio, medicamento, que seja um medicamento que permite, né, a cura, ou permite que você contenha o desenrolar da doença e que ela não seja, não conduza, necessariamente, à morte. Então, não tendo isso, tem de ficar isolado, ao ficar isolado há que ter uma proteção, e no caso também das trabalhadoras domésticas, o PT junto com outros partidos conseguiram os R\$600 reais, que para as mulheres chefes de família seria R\$1200. Agora, nós estamos vendo que sequer a primeira parcela foi paga, sequer. O ministério da cidadania alega que nem recursos tem. Esse governo é um governo que é responsável por duas coisas: por cuidar da saúde da população e por cuidar da sobrevivência física da população e também pela subsistência, ou seja, pelo direito das pessoas de comerem, de se alimentarem decentemente e poderem ficar em casa.

O que tá acontecendo agora é que está crescendo a epidemia no Brasil. Está crescendo lá em Pernambuco, está crescendo aí em São Paulo, está crescendo no Sul e está crescendo na Amazônia. E enquanto está crescendo de uma forma assustadora também as mortes e começa a ver aquela situação trágica que nós vimos ocorrer na

Itália, decidir quem morre e quem vive, não ter lugar sequer para o enterro decente das pessoas, nós estamos vendo o governo imerso a várias e sucessivas crises que ele mesmo cria. Nós passamos um tempo assistindo a imprensa tradicional só discutir se o Ministro da Saúde caía ou não caía, depois nós vimos uma situação insólita, o Ministro da Casa Civil vai a público e lança um tal de “Plano Brasil”, dizendo que tem de investir em infraestrutura e diz que tem 30 milhões pra investir, dinheiro público, e 300 bilhões que terá de vir do dinheiro privado.

Ora, no mundo ninguém tá investindo em nada, ninguém sabe como se sairá desta, desta epidemia e aquela, aquele discurso tradicional que a gente tem que esperar o investimento privado internacional é uma lorota, é uma conversa fiada. Há pouco eu estava vendo na televisão, duas emissoras de televisão dizerem o seguinte: “A saída do Sérgio Moro vai impactar a Bovespa e o dólar”. Vamos falar a verdade, a Bovespa já foi impactada, a Bovespa, como qualquer bolsa internacional, ela está simplesmente implodida ao caos financeiro do mundo. O dólar explodiu também aqui no Brasil e não tem nada a ver com Sérgio Moro ficar ou não ficar. Isso é especulação da mais barata e que não dura dois dias... Aliás, eu acho que não dura 12 horas. O que, hoje, é a grande questão econômica, é como sobreviver a uma doença que provoca uma crise econômica, porque obriga as pessoas a ficar em casa, obriga as empresas a paralisar, e ao invés do governo tomar providências pra ampliar o número de hospitais, o número de leitos, fornecer as equipes de saúde que arriscam sua própria vida e fazer testes na sua população para poder gerir a crise, ele passa criando, gerando crise e resolvendo crise. Enquanto isso, tá as empregadas domésticas, que as patroas não respeitaram minimamente e despediram, tá, elas, elas não têm acesso aos R\$1.200 quando forem, é, chefes de família ou a R\$600 quando tiverem um parceiro, um marido ou um companheiro.

Então, veja você, nós estamos no pior dos mundos, um governo que não lidera, não tem capacidade e sensibilidade econômica de perceber que tem uma porção de pessoas que trabalhavam de dia para comer e comiam naquele dia se trabalhassem, que tem filhos, que, que integram a maioria do povo brasileiro não tem a menor proteção. E aí o presidente fala o absurdo: “eu não tenho dinheiro”. Como não tem dinheiro? Ele

tem a mesma capacidade que tem outros países, qual seja, ele pode emitir, ele tem direito de emitir o que o governador, nenhum governador dos estados, dos 27 estados tem, ele pode pegar maquininha e imprimir dinheiro e ele pode vender títulos, ele pode emitir títulos, ele tem capacidade. O governo para quebrar, o governo não é igual uma família, nenhuma família pode imprimir dinheiro e endividar ilimitadamente, o governo numa situação como esta que nós estamos vivendo pode, em outra não, mas nessa pode, tanto que pode que os Estados Unidos colocaram pra proteção da sua economia e das sua sociedade 2 trilhões, a Alemanha outro um trilhão, todos os países estão de uma forma ou de outra se endividando para enfrentar essa situação. Se a gente proteger os trabalhadores formais e informais, se a gente proteger os microempresários, se a gente proteger as empresas, quando a gente sair dessa crise nós vamos ter uma situação melhor para nos recuperar.

Esse programa chamado é, sei lá Brasil, "Programa Brasil", ele não contribui em nada, 30 bilhões é o que eles tiraram da saúde nos últimos dois anos! Eles tinham de devolver para a saúde, para a gente não ver essa situação terrível que é enfermeiro, médico e agente de saúde sendo morto por que tá atendendo a população. A gente não vê isso que nós vamos ver daqui a pouco, que é milhões de brasileiros passando fome. Então, eu te digo o seguinte, sabe, Gisele? Eu passo uma parte dos meus dias extremamente preocupada com o país porque é muito triste a gente ver o que tá acontecendo nas ruas do nosso país. Eu vejo isso pela televisão, eu vejo isso pelas redes sociais, agora, eu imagino também, eu não preciso só de ver, eu tenho capacidade, como cada brasileiro aqui tem, de pensar como é difícil ficar dentro de casa e não ter o que comer. Como é difícil. E aí a empregada doméstica, né, ela é muito fragilizada, ela é muito fragilizada porque muitas vezes ou ela não consegue ficar em casa porque ela não tem renda ou ela é obrigada a trabalhar sem ter condições de trabalhar, então é uma situação muito difícil, até porque o primeiro contaminado pelo coronavírus, público e notório, foi uma empregada doméstica, contaminada pelo patrão que tinha vindo do exterior. É algo que não deve se repetir, mas, sobretudo, eu acho escandaloso que não se mantenha o trabalho e não se reduza salário, acho que não pode nem reduzir salário e tem de garantir que ela tenha aquele emprego.

GISELE: Perfeito presidenta, é, esse final, né...

DILMA: Viram que a Bené entrou, né?

GISELE: Entrou, entrou, vou falar com ela aqui já já. Aliás, acho que tá sem câmera aqui né, Bené, a senhora nos ouve? Deputada Federal Benedita da Silva, eu tô aqui com a Luiza Batista também, e com a Preta Rara, vou apresentar todo mundo, dizer todo mundo quem é, é... só pegando esse gancho da parte final da fala da presidenta.

BENEDITA: Mas eu liguei agora...

GISELE: Ahh... tá nos ouvindo... Bené?

BENEDITA: A fala da presidenta Dilma?

GISELE: Agora ela tá ouvindo.

BENEDITA: Agora estou ouvindo, porque só agora eu consegui.

GISELE: Tá ouvindo.

BENEDITA: Caiu aqui a internet.

GISELE: Só a câmera que não, ok. Então, a gente ouve a sua voz então, já vou passar a palavra pra você... Ah, agora apareceu, apareceu. É, só lembrando aqui que essa morte da empregada doméstica, né, primeira morte no Rio de Janeiro pelo coronavírus, foi o simbolismo do que representa esse vírus no Brasil, né, a desigualdade social. Como em bairros mais ricos ele contamina mais e como em bairros mais pobres há menos, é menos infecção e mais mortes, ou seja, as pessoas se contaminam menos porque

tiveram menos contato com viagens ao exterior mas tiveram menos acesso a hospitais. Então é uma representação triste, né, melancólica, da desigualdade social que a gente vive, de como o vírus atinge todas as pessoas mas mata mais um perfil, né, que é o mais prejudicados sempre, que são os mais pobres e quem tá mais na base da pirâmide, que são as mulheres negras. Bené acabou de cair de novo, tá complicada aqui a conversa com a Bené, eu ia passar pra ela agora. Vou apresentar para vocês a Luiza Batista, que tá desde 2016 na presidência da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, a FENATRAD, e a Preta Rara, que é artista, cantora de rap, educadora e é também autora de um livro chamado “Eu, empregada doméstica”, vai trazer um pouco dessas histórias aqui para gente e... queria passar pra Luiza primeiro, já tentando conectar novamente com a Bené aqui, pra ela falar um pouco sobre o projeto de lei que ela tá apresentando, vamos ver se agora dá certo. Benedita da Silva, uma grande lutadora pelos direitos das empregadas domésticas, que foi uma grande parceira da presidenta Dilma em 2013...

BENEDITA: CONECTOU DE NOVO, FALHA NA CONEXÃO.

GISELE: E a gente tá aí, é... celebrando 7 anos dessa promulgação da PEC e dia 27 de abril é o dia da empregada doméstica, né, a gente tá no meio de um furacão onde a empregada doméstica é uma das mais prejudicadas do país. Bené, nos ouve? Dá para falar agora? Travada, tá difícil conexão com a Bené.

Luiza, eu vou passar para você enquanto a Bené tenta melhorar a conexão dela. É, eu queria que você falasse um pouco para gente da luta da FENATRAD, como é que tá sendo a mobilização pelos direitos da sobrevivência, né, como disse a presidenta Dilma: “essas pessoas tão tentando sobreviver em meio essa pandemia”. Como é que a FENATRAD tá lidando com essa dificuldade, a maior, talvez, já vivenciada entre as empregadas domésticas? Tem também o auxílio emergencial que não tá chegando no bolso dessas pessoas, que muitas estão com a renda em análise, né, com perfil em análise, sendo que elas fazem parte desse perfil ou então foram recusadas, ou então tem o CPF inválido, e como é que ela precisa ter o CPF válido se ela não consegue

pagar as dívidas? Né, ela vai ficar sem receber os R\$ 600. Não tem o menor sentido isso, eu tô vendo que tem milhares de pessoas, milhões de brasileiros que estão ainda sem esses R\$ 600, que é pra matar a fome das pessoas, né? Não é para comprar nada, é pra realmente garantir a sustentação da família delas, da comida, né? Então eu queria que você falasse um pouco sobre isso, sobre essa dificuldade que as empregadas domésticas estão vivendo, e lembrar que ontem saiu uma pesquisa divulgada pela BBC que mostrou que quase 40% dos patrões, aqui no Brasil, dispensaram suas empregadas domésticas e não estão pagando o salário. Eu achei até achei esse índice meio baixo, eu achei que seria mais alto, não sei qual a precisão dessa pesquisa, mas... eu acho que mais gente não tá pagando esses salários, essas pessoas, essas mulheres, principalmente essas mulheres negras estão sendo abandonadas, estão sem receber salário e sem poder trabalhar. Fala Luiza.

LUIZA: Bem, pegando o gancho, né, das dificuldades que nós trabalhadoras domésticas enfrentamos, os nossos passos vêm de longe, é mais de 80 anos de luta, o nosso primeiro direito em 1972, entre 72 e 73, a lei 5859 nos garantiu a carteira assinada e hoje a gente ainda tem muitas companheiras, a gente nunca conseguiu atingir o patamar de 45% de trabalhadoras formalizadas. E... como nós, mulheres trabalhadoras domésticas, mulheres negras da periferia, a gente sempre teve muitas dificuldades, a nossa vida é uma luta constante pela sobrevivência, só que neste momento que a gente está enfrentando a quarentena a gente realmente está passando por uma dificuldade maior. Aquela pesquisa que você falou que, os patrões não estão pagando, manda para casa, não está pagando aquelas que trabalham com a carteira assinada, os empregadores estão buscando a suspensão do contrato de trabalho através da medida 936. Isso tem um lado positivo, que é a trabalhadora poder ficar em casa, não está utilizando o transporte público, não está se expondo à contaminação, mas tem um lado negativo que é a retirada de direitos, e a gente sabe a luta que a gente teve para a gente ter o que temos agora, né, os nossos direitos vieram a ser ampliados nos governos do PT, a lei 11.324 em 2006 nos garantiu algo que a gente já brigava muito, que era os feriados, as férias 30 dias com salário mais um terço, a estabilidade da trabalhadora doméstica

gestante... e vedar o desconto de alimentação e moradia. É impressionante, mas até 2006 muitos empregadores ainda descontavam o alimento que dava para gente, então, era uma questão de jurisprudência.

E aí quando foi, é... tivemos sempre o apoio, né, a deputada Benedita da Silva que já tem na história de luta na sua vida, sendo que ela já foi uma trabalhadora doméstica, né, de trabalhadora doméstica a Governadora do Rio de Janeiro, é uma história impressionante, né, cumprimentar essas mulheres guerreiras, porque todas estamos nessa *live*, cada uma em seus espaços, nós temos uma história de luta. Então a deputada Benedita da Silva, sempre apoiando a nossa causa, conseguiu que a gente, lá em 2013, no governo da presidenta Dilma, ela sancionou, né, ela aprovou, a emenda constitucional 72/2013, e então entrou em vigor imediato a jornada de trabalho, que é uma das coisas que a gente acha um absurdo, a gente tinha horário para chegar nas casas e não tinha horário para sair! Isso mudou muito pouco, ultimamente a gente ainda tem muitos relatos das companheiras que diz: "eles exigem que eu chegue às seis da manhã mas, muitas vezes, eu saio às oito da noite". Por se tratar de um ambiente privado, a gente ainda tem aquela questão de não poder fiscalizar a residência, e aí muitos empregadores, eles não fornecem o livro de pontos, não tem um ponto eletrônico pra controlar esse horário e muitas trabalhadoras ficam trabalhando até mais de 12 horas por dia, e isso quando a gente leva para a justiça, infelizmente, depois de tudo que se conquistou, veio o golpe, né, que destituiu a nossa presidenta eleita democraticamente e legitimamente, e com o... propósito de retirar direitos da classe trabalhadora. A gente teve a reforma trabalhista, que eu costumo chamar de "deforma", porque se eu reformo algo, eu reformo para melhor e a reforma trabalhista retirou direitos de toda a classe trabalhadora.

Teve também, em 2015, a presidenta Dilma sancionou a lei complementar 150, isso pra gente foi muito importante, porque aí chegou também aqueles direitos que a gente já vinha reivindicando, que era o FGTS obrigatório, que até então, em 2000, no governo FHC, ficou opcional, e a gente nunca entendeu o porquê de uma lei opcional, se existe uma lei ela deve ser cumprida, se eu tenho opção de não cumprir então não vou cumprir, e isso gerou muitos problemas para todos os sindicatos e a Federação

também, porque havia o questionamento, que a imprensa dizia que a gente tinha FGTS, mas era opcional. Então, a lei complementar 150 sancionada pela presidenta Dilma veio corrigir isso aí, foram direitos conquistados com muita luta, né, a Federação nesses 23 anos, né, por que foi fundada em 1997, então nesses 23 anos de luta avançamos muito, porém, os nossos direitos conquistados com tanta luta ainda não é respeitado. E aí, chega esse momento que o país e o mundo tá vivendo, essa, eu acredito, que estamos vivendo uma terceira Guerra Mundial, não é uma guerra de tiros, de canhões, de mísseis, mas é uma guerra contra o inimigo invisível, é um inimigo invisível, que está até o momento, é... como é que eu posso dizer... está levando vantagem, porque as pessoas se contaminam e não percebem que estão contaminadas e uma única pessoa vai contaminando várias outras. Aí é nessa que nós, trabalhadoras domésticas, vêm a se fragilizar mais ainda, porque os empregadores não dispensa o nosso trabalho, né, tem aquela questão cultural de que o trabalho doméstico tem que ser desenvolvido por uma pessoa que socialmente está inferiorizada, é uma pessoa... a maioria são mulheres pobres, negras, analfabetas ou semi-alfabetizadas, muitas não tiveram sequer oportunidade na vida de cursar uma faculdade... Eu mesmo, eu tinha um sonho, eu costumo falar que eu tive a idade da infância mas eu não tive infância, eu comecei a trabalhar aos 9 anos de idade, hoje já não é permitido, né, as meninas trabalhar, as menores de 18 anos, mas a gente sabe que, infelizmente, isso ainda existe e existe e a gente não tem como chegar e buscar a reparação pra essas meninas.

Quando a gente recebe uma denúncia, que encaminha, os auditores fiscais não podem ir até lá, aí tem que mandar uma notificação pro empregador comparecer e claro, ele não vai produzir provas contra ele, então, tudo isso que eu tô falando é um resgate pra dizer que nós trabalhadoras domésticas, a gente sempre estivemos de uma forma sendo marginalizadas, né, dentro da sociedade, porque o nosso trabalho ele é uma herança da... do, do período da escravidão. Quando houve a abolição, lá atrás, também foi uma abolição que foi feito à toca de caixa, abriu-se as senzalas e botou os negros e negras pra fora... mas, deram condições pra essas pessoas ter sobrevivência? Ter uma vida digna? Deram terras? Deram algum dinheiro, a título de indenização? Não! Fomos jogados na rua, à própria sorte. E daí veio também a escravidão da gratidão,

porque muitas pessoas "voltou" para as casas, eram escravizados apenas pelo prato de comida e um teto onde pudesse botar a cabeça à noite pra descansar. E infelizmente essa luta, hoje, claro que a gente já não vive mais numa senzala, mas não naquela senzala da época da escravidão, mas os bairros de periferia onde a gente vive, ainda é uma espécie senzala moderna, a gente ainda vive uma escravidão moderna por que o nosso trabalho, mesmo ele sendo muito importante pra sociedade, ele ainda é um trabalho que ele não é valorizado, é um trabalho invisível, e aí quando chega um momento como esse que o mundo está vivendo e que o Brasil tá vivendo, a parte que a presidenta Dilma falou foi a realidade do que a gente tá vivendo, ela vê pela aquela ótica de uma presidenta, né, uma ex-presidenta da república, uma pessoa que entende de economia, e a gente, nós trabalhadoras domésticas, nós FENATRAD, a gente vê mais pelo lado humano. E a gente sabe que nós estamos nas periferias, entra também aquela questão que a gente tava falando antes de entrar no ar, que são as pessoas autônomas, então todas essas pessoas estão vivendo uma situação muito difícil, esse auxílio emergencial, ele não está sendo pago. Você passa todos os dias na frente das Agências da Caixa Econômica, são filas imensas, aglomeração de pessoas, e aquelas pessoas estão está indo ali, a imprensa diz assim: "não, tem que esperar porque vai cair na conta", não cai!!! Por isso que aquelas pessoas estão ali, se expondo à contaminação, se expondo a contaminar outras pessoas, porque tá todo mundo com fome! A gente tá com fome! A gente tá nessa situação.

A FENATRAD, agora dia 27 de abril é o dia nacional das trabalhadoras domésticas, mas a gente já vem trabalhando esse 27 de abril de uma forma antecipada que é os nossos sindicatos, né, todos estão envolvidos na arrecadação e na distribuição de cestas básicas, estamos mapeando aquelas companheiras que são diaristas, que estão desempregadas, que essas estão ainda numa situação bem pior do que aquelas que estão com os contratos suspensos, tá com contrato suspenso, tá recebendo menos, né, ou melhor, tá não, ainda vai receber... ninguém sabe quando, porque é aquela história, o auxílio emergencial está em análise, aquelas que estão com contrato suspenso total ou parcial, sabe Deus quando vai sair esse salário, e aí, o empregador não vai se sentir na obrigação de pagar essas pessoas porque elas estão amparadas, né, amparadas

entre aspas por uma medida provisória, sendo que esse dinheiro... e como é que vai viver essas pessoas? Como é que vai sobreviver? Cadê o dinheiro? Então é em nome disso aí que a FENATRAD e todos os sindicatos da FENATRAD estão envolvidos, né, que todos os sindicatos que são criados da FENATRAD estão envolvidos nessa arrecadação, nessa distribuição de cestas básicas.

No dia 27 de abril, que é o dia nacional das trabalhadoras domésticas, também vamos ter uma *live*, mas a gente está sim, é, mostrando à sociedade, que nesse momento eu acredito que o coronavírus também expõe a face real das pessoas, é, expor aqueles empregadores que tiveram consciência, que deixaram suas trabalhadoras em casa e que estão pagando o salário delas, tem alguns que mesmo tendo diarista, está pagando, mas é um número muito pequeno em relação à quantidade de trabalhadoras e trabalhadores domésticos que temos. Fora isso, ainda tem a questão que, como foi lembrado, né, pela presidenta Dilma, a trabalhadora doméstica no Rio de Janeiro, ela se contaminou, né, com os empregadores que vieram de uma viagem da Europa. Eles chegaram contaminados, eles tiveram condições de pagar o teste, de ter repouso, de se cuidar, estão curados. E ela, 63 anos, num grupo de risco, o que é que aconteceu? Quando perceberam que era o coronavírus, que chega no hospital, o que aconteceu? No dia seguinte, ela estava morta. E isso tá acontecendo, então o vírus não foi, não entrou no Brasil por pessoas que ganham menos de 3 salários mínimos, não. O vírus entrou no Brasil por pessoas de classe média alta que fizeram viagens internacionais e que também de uma certa forma não teve culpa, porque ninguém podia adivinhar que estava convivendo com esse inimigo invisível, mas que trouxeram. E aí essas pessoas estão tendo chance de se cuidar, de se apoiar, de fazer uma quarentena, mas muitas pessoas estão fazendo quarentena, mas não dispensa a trabalhadora doméstica pra ficar em quarentena. E aí, ela está perdendo direitos e arriscando a vida, então a FENATRAD tá fazendo esse trabalho de conscientização e a gente espera que as pessoas realmente mostrem a verdadeira face nesse momento, ou seja, tendo consciência, liberando as trabalhadoras.

E ainda tem uma questão que estamos recebendo denúncia de empregadores que está... é... colocando a trabalhadora com contrato em suspensão, pela medida 936, mas diz "não, você tem que ir dois dias lá em casa fazer uma limpeza geral e deixar

comida pronta". Ora... se ela está com contrato suspenso ela não precisa, ela não tem obrigação ir no local de trabalho, ela tem que se proteger, tem que ficar em casa e se ele optou pelo contrato parcial, bem, aí é outra coisa, mas que ele pelo menos ofereça condições pra que essa trabalhadora não esteja se expondo no transporte público. Então a luta é grande, a gente sabe que... nada é feito em um dia... nossa luta que já tem mais de 80 anos, tivemos conquistas sim, mas hoje com esse governo, infelizmente, né, desde que houve esse golpe, né, na democracia, esse golpe no governo da presidenta Dilma, a gente só tem colecionado, não só as trabalhadoras domésticas, como a classe trabalhadora no geral, só tem colecionado retrocessos, só tem colecionado perda de direito e isso, eu não sei onde é que nós vamos parar. O fato é que a gente tem que reagir, né, e não vamos repetir o erro de 2018, eu acho que todas as pessoas de bom senso não podem repetir esse erro em 2022... é isso.

GISELE: Obrigada Luiza, é... a verdade é que a gente tem uma tragédia pela frente que a gente não sabe o tamanho, né, porque quando milhões de casas ficam sem receber seus salários e sem receber até uma renda emergencial a gente não sabe a consequência disso... Quer dizer, a gente sabe, a gente não tem ideia do tamanho da gravidade dessa consequência, né, que são milhares de lares sem ter o que comer, dependendo dessas ajudas, é, de solidariedade. Deputada Benedita da Silva que foi, como disse a Luiza né, como lembrou: "de empregada doméstica a governadora do Rio de Janeiro" um exemplo lindo aqui para gente nesse debate...

LUIZA: Maravilhoso, maravilhoso...

GISELE: Queria que a senhora falasse aqui sobre o seu projeto de lei, sobre essa luta dos direitos das empregadas domésticas dentro do congresso, né, mas principalmente sobre essa sua proposta pra que as trabalhadoras domésticas consigam sobreviver a essa pandemia.

BENEDITA: É, pois é, primeiro eu quero cumprimentar e pedir muuuuitas desculpas, porque está caindo a internet aqui toda hora e eu não sei mais o que fazer, né, mas dar

um abraço grande na nossa preta querida também e a minha sempre, como sempre, maravilhosa, presidenta da república do Brasil Dilma Rousseff. É uma honra poder estar compartilhando aqui com vocês esse momento, mesmo de longe nós estamos muito pertinho nos ideais, nas lutas, né, e no amor também, afinal de conta, nós nos amamos. Nós temos um problema muito sério com a pandemia, é que nós estamos botando primeiro matérias que deem ao governo as condições de usar os recursos que ele tem, e a presidenta Dilma sabe muito bem disso, que tem, neste momento em que a população brasileira está morrendo. Então nós estamos tratando da vida das pessoas, então quando você determina que o melhor neste momento é ficar em casa, quando você coloca isso, é porque você se protege você protege os seus, o veículo de transmissão desse vírus. Então, essa preocupação, ela vem conjugada com o fato de que as pessoas tem que comer, por que eu vou ficar em casa, mas eu tenho conta de luz para pagar, eu tenho gás para comprar, comida, né... Eu tenho as crianças da escola e você imagine alguém que trabalha, que tem quatro filhos, que mora numa casa pequena, numa comunidade, aí ela tem que ficar em casa com esses quatro filhos, ela é diarista... Como é que ela vai viver?

Então nós nos preocupamos do lado das trabalhadoras domésticas exatamente de trabalhar um projeto para as diaristas e... trabalhar pra aquelas que tem sua carteira assinada, né, de sensibilização desses empregadores, que é uma coisa muito difícil. A presidenta Dilma, nós só conseguimos, ela só conseguiu sancionar porque ela batalhou, mas batalhou... eu nunca vi uma presidência da república, sabe, de verdade, eu digo isso de coração porque eu sou grata pela minha ex-profissão, muito grata pelo que ela fez, porque ela teve que dar duro no senado, ela teve que dar duro lá na câmara porque não é uma coisa para passar, haja visto que o Presidente da República foi o único que não votou favorável ao projeto, então, nós já entendemos. Então é... é preciso que haja essa consciência e que haja também, pra esse chamado pequeno empregador, que haja segurança de que ele vai dispensar a sua trabalhadora e o seu trabalhador, mas vai pagar, esse é o projeto que nós estamos realmente trabalhando, né, pra aqueles que não tem vínculo empregatício, mas que tem que receber essa renda mínima, e pra aqueles que já trabalham, né, para que os seus empregadores de carteira assinada

possam dispensar por esse período, né, de pandemia, por esse período. E no último caso, mas do último, do último, do último caso, precisando mesmo que essa pessoa vá trabalhar, ela tem que ter total, mas total segurança pessoal, desde sair da sua casa, no transporte, de chegar no local onde ela tá e se tiver alguém com coronavírus ou alguém com suspeita, ela não dava [folga], não, ela tem o direito de não ir trabalhar e receber o seu salário.

Mas nós sabemos que, nessa onda, enquanto nós estamos discutindo isso, muitas mandaram embora. O primeiro caso que nós tivemos foi exatamente da trabalhadora doméstica, né, que foi, é... Contaminada pelos seus empregadores, até hoje a gente não sabe no que deu, só sabe que ela morreu, mas nos despertou também a proteger esse segmento, porque na verdade ele fica muito no privado. E no privado, para você trabalhar nesse momento segurança no privado, é uma coisa extremamente difícil mas, é... nós estamos aí, já tem, já temos números de empregadas domésticas que estão com o... vírus, mas temos também, é... nós temos receio, porque não conseguiu receber a renda emergencial, né, que elas possam se contaminarem, né, na ida da sua casa. Então nós precisamos ainda de mais fiscalização, além do "fique em casa", além dos 600 reais que agora ele disse que ia antecipar e não vai antecipar mais, esse governo que a gente já não aguenta mais, então... é... é preciso que a gente também tenha mais mecanismo de fiscalização da execução dessas medidas, que a câmara tá correta, tá fazendo tudo dentro da lei, corretíssimo, nos acordos. Nós não tamos fazendo pra esse governo, nós tamos fazendo pro povo brasileiro que nesse momento tá necessitado e... e além de necessitado, precisa desse Estado que o mercado financeiro quer colocar como um pequeno Estado, quer dizer, um Estado enxuto, mas o Estado tem um papel relevante do qual a iniciativa privada não está ajudando resolver, que é essa pandemia.

Então as trabalhadoras domésticas... o projeto é... está... lá... nós estamos discutindo, debatendo esse projeto com as outras lideranças, é, ver se o... Rodrigo Maia coloca em votação aquelas medidas que atendem outros segmentos, nós colocamos os trabalhadores na cultura, colocamos as costureiras... então nós vamos também, nós tamos também fazendo esse esforço pra que essas trabalhadoras estejam também protegida. Agora, tá difícil, porque é... a exigência desse CPF também, ele parece que...

parece não, o governo tá criando instrumentos, instrumentos esses que faz com que você desacredite, você vê a impossibilidade, “Eu acho que eu não vou conseguir”, aí você vai para rua, se contamina, e ele, ele atrasa isso exatamente pra que a população se desespere. Ele tem compromisso com o mercado.

GISELE: Legal, muito obrigada, deputada.

BENEDITA: Vocês me ouviram?

GISELE: Ouvimos, ouvimos tudo, hahah.

DILMA: Perfeitamente! Um beijo pra você, Benedita.

GISELE: Perfeitamente.

BENEDITA: Minha querida.

GISELE: Essa dupla maravilhosa aqui.

BENEDITA: Muito linda?

GISELE: Obrigada, deputada, pela, por esse resgate, né, histórico dos direitos das domésticas, e essa, é... perda de direitos que vem acontecendo nos últimos anos. A Preta, a Preta faz uma arte de resistência, sempre fez, né, e é educadora também, escreveu um livro sobre empregadas domésticas, né, “Eu, empregada doméstica”. Preta, queria que você contasse um pouco da sua experiência pessoal, da sua história, que você já disse, já vi em entrevista, que você disse que ouvia que estava predestinada a ser empregada doméstica, mas você nadou contra correnteza aí para fazer cultura, né, como assim? Vai fazer arte? Vai contra tudo que te diriam que você poderia fazer, talvez, escrever um livro... Enfim, conta um pouco disso e fala o que você tá pensando

sobre esse cenário que tá acontecendo hoje, principalmente contra as empregadas domésticas.

PRETA RARA: Sim, bom, boa tarde a todas as pessoas que estão assistindo, eu fiquei muito feliz com esse convite, de tá aqui presente nessa grande *live* de mulheres que são referência para mim, né, como a Luiza Batista, a Benedita da Silva e a Dilma Rousseff, tô muito feliz de estar aqui.

Bom, em 2016 eu criei uma página na internet, no Facebook “Eu empregada”, a partir da minha experiência enquanto trabalhadora doméstica. Eu fui trabalhadora doméstica durante 7 anos, lá na cidade de Santos, né, litoral de São Paulo, no qual quando eu terminei o ensino médio eu procurei emprego e... não achei em nenhum lugar. Eu lembro que na cidade sempre é... os pedidos, né, os anúncios de empregos sempre pediam a boa aparência e essa boa aparência nunca era personificada numa pessoa igual a mim, preta, gorda, enfim, e eu não conseguia arrumar emprego em nenhum lugar, e aí eu lembro que uma amiga falou que uma tia precisava de alguém para ajudá-la porque ela tinha acabado de operar, e assim eu fui entrando na primeira experiência como trabalhadora doméstica, né. Eu lembro que quando eu consegui esse trabalho, né, que na realidade no começo era pra trabalhar três vezes na semana, seis horas por dia, que era só pra auxiliá-la. Mas, na segunda semana, eu já tinha que trabalhar oito horas por dia... Aquela questão de que você tem horário pra entrar mas não tem horário pra sair. Eu lembro que eu falei pra minha mãe que eu tinha conseguido um emprego, né, em casa de família, que é assim que a gente chama, e a minha mãe ficou muito triste porque ela também já tinha sido doméstica, na época ela ainda era doméstica, e eu lembro que ela queria... pegar mais diárias, mais é... sendo que o único dia de folga que ela tinha era domingo né, e aí eu não entendi muito bem porque minha mãe ficou dessa forma, mas daí no decorrer dos dias, no decorrer da semana, eu fui entender o porquê desse desespero com a minha mãe.

De uma profissão que é dita como uma profissão como qualquer outra, porém aqui no Brasil não é dessa forma que eu vejo, eu fui doméstica durante 7 anos e lá sim eu consegui conhecer a família tradicional brasileira, né, que hoje eu ressignifico,

pra mim a família tradicional brasileira são os indígenas, né, mas na época a família tradicional, que é, né, a família tradicional brasileira, a branquitude elitista na qual em diversos lugares que eu trabalhei eu tinha horário pra entrar mas não tinha horário pra sair, eu não podia me alimentar da própria comida que eu fazia, e aí... em uma casa específica eu fui... eu levei marmitta e aí a... a empregadora, né, a patroa viu que eu tinha levado marmitta e me mandou embora porque eu estava envergonhado ela perante as visitas. Enfim, e aí foi esse relato específico que eu postei na internet, é... em 2016, que eu já não era mais trabalhadora doméstica, meu último emprego foi em 2009. E aí eu expus isso nas minhas redes mesmo, falando o que eu tava lembrando de algumas questões que eu já tinha vivenciado que até o presente momento eu não tinha parado pra analisar as diversas violências que eu tinha sofrido dentro do trabalho doméstico.

E aí, em 2016, eu sempre falava no passado, porque, achando que isso já tinha sanado, achando que isso já tinha ido, que já tinha passado, até pelo fato de que eu fui a última da minha família a ser trabalhadora doméstica, as mulheres mais velhas do que eu foram todas, tiveram essa experiência e eu fui a última, então eu perdi o contato com outras trabalhadoras. Isso em 2016, depois desse relato referente a meu último emprego, né, que eu fui contratada para ser cozinheira, e aí ela falou que os alimentos que ela comprava, minha ex-patroa, né, os alimentos que ela comprava era pra ela e pra família dela, não era pra empregado comer, e aí eu levei marmitta, e aí nesse dia ela recebeu uma visita e essa visita não sei até hoje, não entendi porque, mas essa visita foi a cozinha e me viu comendo no pote e achou um absurdo, e aí falou pra minha patroa, e aí por isso ela me mandou embora, porque eu estava envergonhado ela perante as visitas.

E aí expus isso na internet e rapidamente viralizou... Eu lembro que em menos de 24 horas já várias trabalhadoras domésticas no Brasil inteiro me mandando relatos, né, no meu perfil pessoal e aí eu resolvi criar o Facebook, a página chamada: "Eu, empregada doméstica", porque ali era a partir das minhas histórias, né, eu sendo protagonista da minha própria história, eu contando a minha realidade, e assim começaram outras trabalhadoras domésticas também contando a realidade delas, muitas delas semianalfabetas como a Luiza Batista falou, semianalfabetas ou analfabetas, contava

suas histórias pros seus filhos e sobrinhos assim, e eles transcreviam e jogava isso na rede. E aí isso viralizou muito rápido, primeiramente viralizou pra mídia internacional, né, depois de 4 dias eu estava dando entrevista pra BBC de Londres, pra diversos lugares, e aí nesses 4 dias eu comecei a pesquisar pra saber quem eram, porque, algo que eu sabia naquele momento, que eu não era precursora de nada, que existia sim uma luta das trabalhadoras domésticas muito antes de mim, e aí eu comecei a procurar saber quem eram as mulheres, quem estava é a frente disso e... Porque quando a minha história... quando a mídia brasileira depois de 4 dias nos países do mundo estavam falando sobre essa a criação dessa hashtag que ficou aí 5 dias consecutivos no *top trends* no Twitter, né, então depois de 5 dias tava no *top trends* lá do Twitter, a mídia brasileira quis saber quem era essa menina que tava falando sobre isso e tudo mais. E aí, sempre caminhava minha história no caminho da meritocracia, né, como se todas as oportunidades das mulheres fossem iguais: "então, a Preta Rara ela era trabalhadora doméstica, agora é historiadora, agora é cantora, é rapper"... ou em algo também que eu não sei colocar na balança o que era pior, se era o caminho da meritocracia ou o caminho do apagamento das mulheres que vieram antes de mim.

Então, como se eu fosse a pioneira da luta das trabalhadoras domésticas, eu falava: "não, eu não sou pioneira de nada, eu simplesmente contei minha história, outras mulheres se identificaram, porém essa luta é muito antes, né, Laudelina de Campos Mello, Dona Creuza, Dona Luiza Batista, que tá aqui, e tanta outras mulheres", Benedita da Silva, tanta outras mulheres que lutaram para que hoje eu pudesse falar e... não deixar adormecida essa história, né, até por parte de alguns, de algumas pessoas próximas também, falando "ó Preta Rara, você não é mais trabalhadora doméstica, então porque você ainda fica falando sobre essa história?". Eu acho que eu ainda tenho uma responsabilidade social pelo fato de já ter sido trabalhadora doméstica, e também por falar que é... essa profissão ela é quase que hereditária pras mulheres pretas, né. A minha avó foi trabalhadora doméstica, minha mãe foi trabalhadora doméstica e eu também fui. Então de 7 milhões de trabalhadoras domésticas que existem no Brasil, 78,8% são de mulheres pretas, né, segundo o DIEESE, ainda lá de 2015 e tudo mais. Então é uma profissão como qualquer outra, porém ainda tem esse ranço colonial, né,

esse resquício de uma escravidão não conclusa, onde o empregador ainda acredita que as trabalhadoras domésticas são de propriedade privada deles, né? E aí é uma frase que eu lembro que quando eu era trabalhadora doméstica, eu ouvia essa frase e me fazia... travar, me fazia não querer correr atrás dos meus direitos e tudo mais, que era aquela seguinte frase de que: "você é tratada como se fosse da família", né? E aí esse "como se fosse da família" pra mim, é dilacerante, é passar por cima de todo um processo de história e de luta dessa trabalhadoras, porque a partir do momento que eu escutava essa frase eu.. abaixava minha cabeça e acreditava, então, realmente diminuía aí as questões dos direitos e tudo mais.

E aí eu coloquei em 2016, a página deu esse boom todo, a gente começou a falar muito sobre esse assunto e pesquisando redes sociais também, eu percebi que as redes sociais elas têm prazos de validade, né, nós já tivemos ICQ, MSN, Orkut e... hoje em dia o Facebook que tá aí... é... algumas pessoas migrando já para outra rede e eu enquanto historiadora percebia a importância desses relatos, né, eu na História, eu sigo uma linha que é da oralidade, que faz parte também da nossa ancestralidade, né, essas histórias orais dessas mulheres com... é... com todos os detalhes possíveis, né, de mais uma comprovação que realmente essa profissão ainda tem um ranço colonial ainda muito resistente. E aí foi com isso que eu reuni alguns relatos que eu ainda não postei na página do Facebook, né, hoje a página tem mais de 3 anos e tem mais de 5 mil relatos. Diariamente eu recebo esses relatos, agora no momento que a gente está vivendo aí, essa pandemia do novo coronavírus, eu continuo recebendo relatos de trabalhadoras domésticas morrendo de medo, é... tendo que trabalhar, não estão recebendo material de proteção, né, álcool em gel, máscara, enfim... que possa reduzir os danos, né, então elas tão tendo que trabalhar. Algumas foram dispensadas, mas sem a remuneração, sem a quarentena remunerada, né, então é muito difícil, e eu percebo também que, eu penso, que a gente está nesse momento de retrocesso e que esse pós, que essa pós-pandemia, acho que vai fazer as pessoas refletirem, e eu espero que as pessoas mudem, né, porque acompanhando as redes sociais eu tenho visto muita madame tendo que fazer aí, é... as suas tarefas domésticas, né, muitas delas nunca pegou na vassoura ou nunca pegou no aspirador de pó, que até um vídeo que

viralizou aí, duma atriz, falando como era pesado, como era cansativo ter que dar conta de tudo, né.

E aí, geralmente, as profissionais da limpeza, as trabalhadoras domésticas, quando chega nesses lugares ela tem que dar conta de tudo, né? E se for diarista, então? Muitas das vezes as famílias deixa acumular sujeira de 10, 15, 30 dias pra que a diarista limpe tudo num único dia, né. Então acho que é o momento das pessoas reverem se realmente elas gostariam de receber o que elas pagam pras domésticas, elas agora tendo que dar conta da sua sujeira dentro de casa, né. Eu acho que é o momento de... de... chamar atenção dessas questões, porque também, quando eu comecei a falar sobre os diversos empregadores que eu tive nesses 7 anos, as pessoas sempre personificavam uma mulher branca de direita, né? Mas eu não tô falando somente da patroa mulher branca de direita, eu tô falando também da patroa mulher branca de esquerda, né, a feminista, que muitas das vezes sai nas ruas e algumas pessoas achando que tá lutando pelos direitos de todas mas não, né? Então, se na época que as mulheres brancas saíram pra queimar o sutiã em busca de igualdade de direito já eram as mulheres pretas que estava dentro da casa delas limpando, cozinhando, dando assistência pra que elas pudessem estar lá lutando, e não era pelos nossos direitos, né? Então eu penso que cabe também essa reflexão e esse dedo na ferida que sacode todos, pra gente entender que essa profissão é uma profissão sim, que tem que ser sim respeitada, são mulheres... é uma profissão também que ela tem cor, ela tem gênero, ela tem classe social, então é por isso que historicamente a gente já consegue perceber porque que o trabalho doméstico não é valorizado no Brasil, né, provavelmente se essa cor não fosse preta, se esse gênero não fosse mulher e se essa classe social não fosse de mulheres pobres, provavelmente, nós já teríamos caminhado muito além da questão de direitos. E vale sempre escurecer as ideias, deixar bem escuro, como eu gosto de falar, que na época, na época da PEC das domésticas, o único que não assinou foi o atual despresidente do Brasil, né, a gente tá aí na ladeira do retrocesso, com esse despresidente, que não me representa.

E aí é isso, todas essas histórias que ficou aqui, tá aqui no livro "Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada" e o livro traz o relato de

diversas trabalhadoras domésticas pelo Brasil à fora, de forma anônima, né, porque muitas delas ainda estão no trabalho e elas denunciam o patrão estando ainda trabalhando, são mulheres de família que têm necessidade de estarem trabalhando, e o que eu prezo ainda, mesmo não sendo doméstica, é pela... humanização das relações de trabalho, né... pras pessoas entenderem que o trabalho doméstico é sim um trabalho como qualquer outro, porém ele ainda não é encarado dessa forma nem pelo Estado, né, já visto aí os nossos direitos não sendo assegurados e é muito complicado a gente vê propaganda na TV, propaganda na internet falando pras pessoas ficarem em casa sendo que tem diversas pessoas, como diversas trabalhadoras domésticas, sem o mínimo, né, porque a fome ela não espera, né, não tem como ficar em casa esperando com fome, né, então, são pessoas que estão indo aí à luta pra dar continuidade na sua profissão e pra poder se alimentar, pra poder estar de pé ai, é... dando sequência na vida.

GISELE: Preta, obrigada pelo seu relato aqui. Você trouxe um cenário do mundo ideal, né, que é ninguém tem empregada doméstica, não existir empregada doméstica, todo mundo fazer seus trabalhos domésticos, né, que é o que a quarentena de boa parte das casas tá obrigando as pessoas a fazerem, né... porque que uma mulher tem direito de ser gerente de uma empresa e crescer financeiramente, e outra vai limpar a casa dela e ela não tem tempo pra fazer isso, né?

PRETA RARA: Sim, eu acho que... eu acho que as pessoas, elas podem ser o que elas querem ser, né, deveria ser assim, então se a profissional, ela quer ser trabalhadora doméstica, sim, só que eu ainda não conheci ninguém que... que cria seus filhos, né, investe na educação pra que, realmente, eles sejam trabalhadores domésticos, né, então... é uma utopia, é uma utopia também se pensar em extinguir essa profissão, eu não acho que é, que é esse o caminho, até pelo fato das trabalhadoras domésticas que segura esse país, né, são mulheres também, que através da sua profissão digna, estão pagando universidade pros seus filhos, estão criando doutores, professores, escritores... enfim, escritoras, professoras, advogadas, mas, eu acho que esse momento, esse

momento vale a análise aí das pessoas que conseguiram dispensar as trabalhadoras domésticas, que estão limpando sua casa sozinha, pra rever se esse valor que você paga pra essa profissional é o valor que você gostaria de receber, então se tem condições de remunerar além do mínimo que já tá preestabelecido, porque não um valor ideal, né?

GISELE: Pois é, e não fazer 15 vezes a menos o salário da patroa, né.

PRETA RARA: E nem dar o valor, né, e nem dar o valor, né, porque muitas das vezes o empregador já chega dando valor pra, pra diarista, né... Não há uma negociação. Quando você vai numa consulta médica você não chega dando o valor da consulta, né, é o profissional que te passa o valor...

GISELE: Sim, é... pois é... Obrigada Preta. Eu... A gente tá com 1 hora e 10 aqui de transmissão e eu queria passar pra vocês fazerem uma última reflexão muito rápida, de 2 minutinhos cada uma, e que a Preta acabou de fazer já, que é o mundo pós pandemia, ela acabou de responder o que eu ia perguntar. Então perguntar pra vocês, presidenta Dilma, Benedita e Luiza: como é que vocês veem o Brasil depois da crise?

LUIZA: Minha internet tá caindo.

GISELE: E a... a Preta já traz uma visão de estimular a reflexão sobre o que que a gente pode fazer pra melhorar a desigualdade social e... sobre o que a gente tá sendo obrigado a fazer agora, no isolamento, e o que isso poderia mudar, então pedir realmente 2 minutinhos para cada uma, se vocês estão mais otimistas ou pessimistas... e a presidenta Dilma fala muito de economia e eu gosto muito de ouvir também... de repente se haverá uma nova ordem econômica.

DILMA: Eu acho que não tem nada garantido viu, Gisele? Acho que pra a gente ser bem realista, é fundamental que a gente aprenda e que a gente traduza isso, né, em termos sociais, não só pessoas individuais e em termos políticos, porque, que que nós temos

de aprender? Nós temos de aprender que um país que não tem rede de proteção de saúde, que destruiu a saúde pública, que acabou, expulsou 11 mil médicos daqui, 11 mil médicos cubanos, que destruiu uma parte de todo aqui tem Farmácia Popular que assegurava que as pessoas que tinham doenças crônicas como: diabetes, hipertensão e asma, as doenças respiratórias tivesse acesso a remédios gratuitos. Esse país que não ampliou hospitais, que não ampliou leitos, os últimos a ampliarem fomos nós em 2012, 13, 14, que não tomou providência baseado no fato que esse não é um país, que... seja um país, é, é... uma republiqueta de bananas... é um país que tem uma indústria, que podia tá produzindo respiradores, que podia produzir equipamentos de proteção pra seus médicos, seus enfermeiros, que fez o quê? Um país que produz avião e plataforma tem completa condição, tem um conjunto de trabalhadores industriais com condição de fazer isso. Esse país que se desmontou em nome de uma teoria absurda, que o mercado é que é o órgão responsável pelo aquilo que deve ser feito num país, esse país, agora, nesse processo tem de perceber que sem Estado, sem um Estado eficiente, sem um Estado que olhe o bem estar da população e não só a economia, que protege bancos e grandes empresários, mas que protege trabalhadores e que não informalize o trabalho, que não ache que a reação diante de uma crise é tirar direitos, é instituir o trabalho precário, é falar que as pessoas não tem de ter proteção pra trabalhar, é deixar que desempregue sem seguro desemprego, esse país tem de mudar, ele não pode repetir esta política que foi feita desde o governo Temer e agora no governo Bolsonaro, que criou o tal do "Teto do gasto", que cortou os recursos para educação, esses recursos pra educação tão essenciais.

Quando a Preta Rara estava falando, eu lembro do dia que nós fomos numa formatura e era um conjunto, eu acho que era umas seis mulheres negras, pretas, que eram, que tavam formando em medicina e muitas delas eram filhas de empregadas domésticas, mas o que eu quero dizer não é isso. Elas fizeram depoimentos importantíssimos em termos de depoimentos pessoais, e o que nós vimos foi um explodir de preconceito, muito, muuuito concentrado e reduzido a uma área, mas é esse preconceito que virou ódio, que vira essas políticas que são preconceituosas contra uma coisa que caracteriza o Brasil, ninguém diz, eu cansei de dizer, agora não

é muito conhecido, nós somos o maior país negro, o segundo maior país negro fora... não contando a África, o primeiro é Nigéria e o segundo somos nós, e o primeiro país negro fora da África! Um país que não percebe que o processo de... veja bem, eu nasci em 1947, né, a tal da libertação da escravatura foi 1888, aquela foi formal, em 1930 é que começa o processo pós Getúlio Vargas de garantia de direitos sociais mínimos. Quando eu nasci, ou seja, 17 anos depois de 1930, toda ideologia do racismo, toda prática do racismo e toda desvalorização do trabalho manual estava ainda implantada no Brasil. A minha geração viveu o processo de conscientização a respeito do que foi, né, a escravidão no Brasil e ainda hoje você tem traços da escravidão não só em como a população negra é tratada, mas como a elite brasileira enxerga o povo, essa elite olha pro povo brasileiro como se ele fosse uma coisa, porque o escravo era uma coisa, não era uma pessoa. Então o efeito pra elite brasileira também vai ter de mudar, porque o que que ela percebe e porque o vírus faz isso, mesmo considerando que ele começa nas classes que tem poder pra viajar, nos ricos, e se espalha pros pobres, nenhum rico está livre se tiver pobres contaminados, este vírus ele tem uma capacidade vertical, apesar do senhor Bolsonaro fica falando em verticalização, vertical é o vírus, que passa do pobre pro rico, do rico pra classe média e vai indo, ninguém terá segurança se não tiver saúde pública, saúde pública que só o Estado, um Estado de bem estar social, um Estado que olhe pra população e dê prioridade a ela.

Isso é interessante porque vale para os países também, os países ricos, não pensem que ficarão seguros se deixarem a mortandade comer solta na África, comer solta aqui na América Latina, não vai ficar seguro não, porque esse vírus também tem outra característica, ele é internacional, e vai exigir cooperação internacional. Então, nós temos de sair dessa pandemia sabendo que depende de nós, que depende da nossa consciência, da nossa capacidade de se organizar e de não deixar essas coisas absolutamente fajutas, que tem no país, hoje, em pleno momento em que começa a expansão das mortes, das contaminações, ficam discutindo se o Moro fica ou se o Moro sai... Se eles vão se proteger das investigações... eles quem? O presidente e os seus filhos vão se proteger das investigações tirando o diretor-geral da Polícia Federal ou não. Não há no Brasil uma política correta, não há liderança, não há visão,

não há compromisso de combate nas duas frentes, tem uma frente que é sanitária mas tem outra frente que é uma frente em defesa da sobrevivência econômica e social das pessoas. Ninguém fica em isolamento sem ter dinheiro! A Benedita falou isso, a Preta Rara falou isso, a Luiza Batista falou isso e você falou isso, nós temos essa consciência, agora, nós vamos ter de lutar por isso, nós vamos ter de lutar, essa questão está colocada diante de nós, "o que fazer depois?", ela é muito importante. Tem um economista que falou das "ideias zumbi", sabe o que é uma ideia zumbi? É uma ideia que já morreu, mas continua ameaçando os vivos. Toda política de austeridade que em nome de uma pretensa austeridade destrói os direitos dos trabalhadores, nós temos de saber que uma ideia zumbi, que de fato morreu, nós sabemos que morreu, nós vemos morrer e esse coronavírus enterra e tá assombrando ainda, porque eles ainda falam isso "ah não, quando acabar a pandemia temos de voltar à política de austeridade das reformas", todo santo dia a mídia tradicional fala isso! Então nós temos de tá muito atentos às ideias zumbis, ideia zumbi é essa que acha que trabalhadora doméstica não é trabalhador do mesmo nível, é isso que achavam, é uma visão, é uma visão do trabalho manual que era aquela da escravidão, trabalho manual não é digno. E aí óbvio que pega empregada doméstica, mas pega qualquer trabalhador que seja manual, eu acredito que um dia vai acabar a empregada doméstica no Brasil, vocês querem saber quando? Quando nós tivermos um nível de emprego e de qualidade de emprego que permita também que as pessoas tenham oportunidade de trabalho, porque ninguém vai ser empregada doméstica porque quer, é porque não tem outra oportunidade, e ao mesmo tempo que tem equipamentos sociais pra garantir onde deixar os filhos, como deixar os filhos e que haja também uma discussão a respeito das relações patriarcais dentro das nossas residências.

Então tem requisitos pra isso ocorrer, e nós vamos ter de lutar por eles, que é importante que as trabalhadoras, que aquilo que ela falou quando ela, quando as sete [mulheres negras] se formaram e viraram doutoras, elas disseram isso: "a filha da empregada doméstica pode ser doutora e a mãe da empregada doméstica pode, aliás, a empregada doméstica pode", é isso. Então nós vamos ter de saber que precisa de chegar assim, precisa! Todo mundo pode ter condições, aí depende do social, de

como é que se cria essa situação possível, por isso que tem que dar oportunidade, por isso que uma das coisas que eu tenho mais orgulho, sabe qual que era? É que 37% dos formandos em 2014 em universidades eram os primeiros de suas famílias a formar como universitários, então eu tenho muito orgulho disso, não é um grande passo se você olhar que é necessário que seja muito mais do que 37%, mas pra quem não tinha nada, é muito importante.

Eu agradeço muito a oportunidade e mando um beijo para Benedita, e quero dizer que a Benedita tem uma grande responsabilidade, ela é uma lutadora, ela é responsável pela PEC da doméstica ter ido à frente, mas agora ela é responsável por uma melhoria, o projeto de lei que a Benedita tá propondo no Congresso ele é fundamental, então eu continuo chamando ela, pra mim ela é minha princesa de ébano, um beijão Benedita, um beijo pra Preta Rara e outro beijo pra Luiza Batista e pra você um grande abraço.

GISELE: Obrigada, presidenta!

PRETA RARA: Obrigada!

GISELE: Obrigada, é acho que o... a gente espera que o dia que a profissão da empregada doméstica acaba é o dia que as cotas não sejam mais necessárias nas universidades né, porque todos terão as mesmas oportunidades, então a gente espera esse mundo ideal chegar. É... que ele é possível, né, a gente tá caminhando.

DILMA: Dá pra lutar por ele, né.

GISELE: Sim, exatamente, não é impossível. Eu preciso encerrar 18:30, então vocês têm uma missão muito árdua aí, de fazer...

DILMA: Desculpa pelo tempo.

GISELE: Imagina. Uma fala bem rápida Benedita e a Luiza, pra falar o que vocês pensam do mundo pós pandemia, rapidinho uma reflexão sobre como é que vocês estão

imaginando o Brasil pós crise do coronavírus. Começar com a Benedita, deputada, tá nos ouvindo? Acho que o seu microfone tá cortado....

PRETA RARA: Acho que o microfone dela tá desligado.

BENEDITA: Tão me ouvindo?

GISELE: Sim, sim, pode falar.

BENEDITA: Ah, então ótimo. Primeiro, a nossa Preta que é raríssima, né? Nossa Preta que é raríssima, a Luiza essa mulher maravilhosa, levando essa luta aí secular, né? A Dilma, que é minha presidenta sempre, o que ela disse a gente não tem muito a acrescentar, apenas agradecer a 247, por estar nos recebendo, assim, nesta tarde pra noite e dizer que o que nós esperamos é que muita coisa vai precisar mudar, a nossa cultura. Depois dessa pandemia vai precisar mudar essa política, vai precisar mudar das relações humanas, porque ela chega no momento em que as pessoas não estão refletindo mas ela busca uma unidade, primeiro uma unidade familiar, tamos todos em casa aziladinhos, teremos que conversar uns com os outros, porque o que esse governo tem colocado pra nós é só preocupação, é só falta de esperança e de expectativa. Mas nós somos um povo maravilhoso e, se tratando de mulheres, mais ainda! E de empregada doméstica, pelo amor de Deus, né?! Vamos realmente bater palmas porque numa cultura de, já colocado aí pela Dilma, e também que a gente tem no Brasil, essa cultura da alguma classe média que é necessário ter uma trabalhadora doméstica na sua casa, nós precisamos começar a ver essa coisa das relações humanas, mas da relação de trabalhos, por que fazer uma boa comida, lavar uma boa roupa, passar uma boa roupa tudo isso não é ruim, isso é bom, é uma coisa que todo dia o ser humano tem que fazer, olha a importância disso! Mas, nós precisamos é valorizar essas mulheres e esses homens que fazem esse trabalho, e que dê a eles o que nós buscamos quando colocamos uma empregada em nossa casa. Tempo pra que a gente possa estudar, pra que a gente possa passear, pra que a gente possa estar no meio de nossa família.

Depois dessa pandemia as coisas vão mudar, não por conta desse governo, mas pelo aprendizado que este momento está nos trazendo.

GISELE: Esperamos né, Bené. Luiza, o que você tá achando aí desse futuro próximo?

LUIZA: Bem, eu tô com uma dificuldade danada aqui da internet.

GISELE: Mas a gente tá te ouvindo.

LUIZA: Minha internet tá fraca, tá oscilando, eu perdi quase toda a fala da Preta Rara mas eu entendi quando você falou, Gisele, do quê que a gente espera do Brasil pós pandemia.

GISELE: Exato.

LUIZA: A deputada Benedita da Silva, ela já falou bem...

GISELE: Luiza, deixa eu só te pedir pra você ficar um pouco distante do celular, fica um pouquinho mais longe do celular, porque a gente tá vendo só um pedaço do seu rosto, tá muito próximo.

LUIZA: É porque eu tô quase sem som.

GISELE: Ata, é porque a gente tá te ouvindo.

LUIZA: Ah, então tá.

BENEDITA: Isso, ótimo.

LUIZA: Nesse mundo, nesse país pós pandemia (ininteligível).

GISELE: Não, ficou baixo mesmo, tem razão, Luiza não estamos te ouvindo, pode voltar a falar do jeito que tava.

LUIZA: Eu que não tô ouvindo.

GISELE: Pode falar mais próximo, porque a gente não tá ouvindo, realmente tá difícil.

LUIZA: Pois é, meu som tá ruim, é isso que eu tô falando.

GISELE: Tá bom. Então pode voltar do jeito que tava, desculpa.

LUIZA: Então é... o que nós FENATRAD e o que eu espero também desse mundo, desse país pós-pandemia, é como a deputada Benedita da Silva falou que é o aprendizado, e o aprendizado é que a gente veja que as pessoas podem ter dinheiro, podem ser brancas, olhos azuis, podem ter posicionamento social, pode ter uma patente altíssima nas forças armadas, mas diante desse vírus, eu acho que ele veio pra fazer as pessoas refletir e que a gente pode sim construir um mundo melhor, que a gente pode viver de uma forma mais civilizada e que relações de trabalho, seja ele no trabalho doméstico, seja ele em qualquer outra categoria, que as relações de trabalho elas precisam ser mais humanizadas, porque o que a Preta Rara, eu ainda consegui ouvir parte do que a Preta Rara falou, é... algo impressionante, e é algo que a gente tá todo os dias nos sindicatos, ouvindo as companheiras que chegam, são relatos de pessoas, de amigas nossas, de companheiras que chegam, que são xingadas pelos empregadores, que são negras, que são gordas, é... toda forma de humilhação, de xingação.

Então, eu acho, a economia, é como a presidenta Dilma falou... a economia o governo tem condições sim de (ininteligível)... e a gente não tinha, inclusive condições de estar, (ininteligível)... todos os equipamentos necessário para proteção, é... dos profissionais da saúde, e investir em quem está nos envolvendo, tantos equipamentos para os profissionais da saúde, que estão nesse momento, aí, adoecidos. Mas, com

certeza, depois dessa quarentena muita gente vai ter que refletir. A gente pode construir um país melhor, que as pessoas podem se respeitar, e aquelas pessoas que tem dinheiro, posição social, patente pode e deve sim respeitar aquelas pessoas também mais humildes. Porque tem aquela cultura do: “eu tô pagando eu posso humilhar, posso xingar”. Então, acho que essa quarentena vai sim... fazer as pessoas refletirem, e a FENATRAD vai continuar essa luta de 80 e tantos anos, 83 anos, e a gente vai continuar essa luta contando com o apoio, aí, da nossa querida Benedita da Silva, que tá conosco já há tantos anos, foi graças a ela que a nossa PEC, graças a ela e à presidenta Dilma, né, que sancionou a PEC... o congresso aprovou mas quem sancionou foi a nossa presidenta Dilma, então, agora a deputada tem um projeto de lei que é pra garantir que a gente tenha o mínimo, né, de... de... perca de direitos possíveis, e é isso.

Agradecer também a oportunidade de estar aqui com essas mulheres maravilhosas... Preta Rara, meu Deus, fiquei encantada em te conhecer! E a presidenta Dilma, né, a primeira vez que eu a vi pessoalmente foi em um congresso da CUT em agosto de 2019, lá na Praia Grande, eu nunca tinha tirado uma foto com ela, foi interessante... eu cheguei ali e ela saiu me arrastando, na hora de tirar a foto eu chorava igual uma louca, mas chorava de emoção... o áudio aos 1:26:00 ficou ininteligível.

GISELE: Luiza, seu áudio tá ficando cada vez mais distante.

LUIZA: Porque o que ela fez pela nossa categoria, nós seremos eternamente gratas, um beijo no coração de todas.

GISELE: Obrigada Luiza, um beijo no seu coração também, um beijo no coração de todo mundo. Gente, queria agradecer demais, foi fantástica essa conversa aqui, a história da Preta Rara, as análises sempre... incríveis da presidenta Dilma, a contribuição da Benedita, da Luiza... Muito obrigada a todas vocês, e espero que o público tenha gostado, tenha recebido bastante informação, aí, nesse debate. Agradecer o pessoal que trouxe vários super chats aqui, vários apoios a Sílvia Furtado, Adrielle Duarte, César Lima dos Santos, Flávia Melo, Lizabete Muniz, Vitor Duarte, Vitor Hugo Duarte, dois

assinantes que chegaram aqui, Floco e Bárbara Lula Monteiro, agradecer todo mundo. Não vou conseguir ler todos os comentários... preciso realmente encerrar... tem um programa começando agora com Sérgio Amadeu, que é o Leo ao Quadrado, então vocês ficam aí na programação e obrigada a todo mundo gente, valeu, um abraço, continuem se cuidando.

LIVE

realizada pela FENATRAD

**Dia nacional da trabalhadora doméstica,
27 de abril**

LIVE: "DIA NACIONAL DA TRABALHADORA DOMÉSTICA", REALIZADA PELA FENATRAD, 27 DE ABRIL DE 2020



MEDIADOR
Pedro Castro (jornalista)



PARTICIPANTES
Mylena Callasans de Matos, Creuza de Oliveira, Luiza Batista Pereira e Julimar Roberto (Diretor da Contracs-CUT) e José Ribeiro (OIT)



76 curtidas



ASSITIDA POR
73 pessoas (em 24.05. 2021)



<https://www.facebook.com/617502362004425/videos/685161602234526>

PEDRO: Boa tarde, internautas, meu nome é Pedro Castro, eu sou jornalista, assessor de comunicação da FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, e estamos nesse momento começando a *live* que é alusiva ao Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica. Gostaríamos, em primeiro lugar, agradecer aos seguintes parceiros: Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas - FITH, Fundação Ford, ONU Mulheres, OIT, CONTRACS, um abraço especial para Jana Silverman diretora de programa do Solidarity Center AFL-CIO no Brasil e Paraguai. As trabalhadoras domésticas representam milhões de brasileiras, elas são a força na economia do país e cuidam dos lares de milhões de brasileiros. Eu, em nome e com autorização da Federação Nacional dos Jornalistas e do Sindicato de Jornalistas do Estado da Bahia e do Sindicatos de Jornalistas de todo o Brasil, gostaria, em nome dos jornalistas do nosso país, parabenizar todas as trabalhadoras domésticas pelo seu dia. Estão participando dessa *live* Creuza de Oliveira, secretária geral da FENATRAD. Por favor, fala aí, Creuzinha.

CREUZA: Boa tarde a todos e todas que estão aí nessa *live*. É um prazer estar aqui.

PEDRO: Gostaríamos... é... chamar também para uma saudação inicial José Ribeiro, Oficial de Geração de Conhecimento para promoção do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho e a saudação do representante da OIT. E desde já a FENATRAD se sente muito lisonjeada com a sua presença.

JOSÉ: Boa tarde a todas as pessoas, a todos os trabalhadores e trabalhadoras domésticas do Brasil, e agradecer pelo convite, em nome da OIT, é uma honra participar desse evento.

PEDRO: Gostaríamos de pedir também a saudação da assessora técnica, assessora jurídica da FENATRAD, e gostaríamos também que as companheiras da categoria fiquem muito atentas, porque ela vai fazer de muitas orientações técnicas, neste momento que nós temos de auxílio emergencial e outros temas muito pertinentes à categoria. Olá, Myllena.

MYLLENA: Olá, Pedro, boa tarde a todos e todas. É um prazer enorme estar aqui, né, estar na *live* promovida pela FENATRAD com a ajuda de todos esses parceiros. Esperamos que a gente tenha uma boa... um bom momento de discussão e de reflexão nesse dia que é significativo pra luta das trabalhadoras domésticas do Brasil.

PEDRO: Essa *live* aqui com vários companheiros e companheiras acompanhando, como já li alguns comentários, a Thaís Magalhães Rosa do Instituto Trabalho Decente, muito obrigado; a Quitéria Santos também, dirigente sindical das domésticas e a Erle Martins, a Tatiana Silva, muito obrigado pelo carinho, a audiência de vocês nos honra muito. E vamos começar a nossa *live* com a saudação inicial do presidente da Contracs CUT. É com você, Julimar Roberto.

JULIMAR: Bom, boa tarde aí a todos e a todas, em especial aí a todas as doméstica aí que... e... todo mundo que nos assiste nesse momento, né. Um abraço especial aí aos outros palestrantes, a Dra. Myllena, Dr. Ribeiro da OIT, nossa querida Creusa, né, eterna padroeira da questão das domésticas e... tô assim, um abraço especial, assim, à presidenta da FENATRAD, a Luíza. Não sei se ela conseguiu entrar, parece que tá aí como palestrante aqui, hoje. Pedro, parabéns aí por estar mediando essa *live*, e claro, não podia deixar de citar o, parece que ta aí nos bastidores ajudando, jornalista aí da Contracs, nosso companheiro Leon. Mas é... se... as domésticas, é... são trabalhadoras que aqui no Brasil por muito tempo, aliás, até hoje sofre uma discriminação muito grande, certo? Por parte da sociedade, eu digo, uma parte da sociedade (ininteligível). Tinha direitos, tem ainda direitos menores do que os demais, que os demais trabalhadores, né? Mas, é... com a luta aí da FENATRAD nós conseguimos aprovar uma lei complementar, lei complementar, se não me engano, 150/2015, né, que melhorou um pouco os direitos dos trabalhadores. Claro que não ficou do jeito que a Contracs e a FENATRAD e as trabalhadoras desejavam. Nós queremos os direitos iguais para as trabalhadoras domésticas, os mesmos direitos que os demais trabalhadores têm, as domésticas também deveriam ter.

Infelizmente, a gente não avançou muito, mas ainda são trabalhadoras muito discriminadas aqui no Brasil, né. Recentemente, a gente pode citar como exemplo uma fala infeliz do ministro da Economia, o senhor Paulo Guedes, que acha que a empregada doméstica não tem o direito de ir à Disneylândia. Fez um comentário horrível e discriminatório em relação às domésticas. Naquele momento, a gente fez uma crítica, a gente tava no debate no senado, né, e fiz uma crítica em relação à fala do Paulo Guedes naquele momento, porque isso é o mínimo que a gente tem que, as domésticas passam é... você imagina o ministro, né, do governo, falando essas coisas, o que ela não passa no seu dia a dia, né, no seu trabalho, na sua vida profissional. É claro que passamos por um momento muito difícil, momento de pandemia, infelizmente, a gente sabe como funciona, né, ainda mais aqui no Brasil, com um governo e com um Estado que nós temos que não se responsabiliza por nada, entendeu?

Então, nesse momento de coronavírus, as empregadas domésticas estão sofrendo bastante com demissões, e obviamente os trabalhadores com esse isolamento muitos estão em casa, entendeu. Não estão chamando as diaristas aí pra fazer seu serviço e estão passando dificuldades. E o que a gente tem visto com esse pacote emergencial do governo é a dificuldade que o governo tá colocando pra se pagar os trabalhadores, não só para empregadas domésticas, mas todos os trabalhadores de um modo geral, lógico que as domésticas estão incluídas nisso. A gente tá vendo aí pessoa que tá há 20, 25 dias tentando receber o seu o seu 600 ou 1200 reais, eu acho que a maioria das domésticas, e quando é aprovado sai a aprovação ainda fica mais... até hoje, várias pessoas eu estou vendo através de uma (ininteligível) que nunca sai, entendeu? Então tá todo mundo passando por um momento difícil, e as domésticas são muito penalizadas nesse ponto. Mas, assim, eu já me alonguei muito na abertura inicial, eu queria, em nome da direção e toda a diretoria da Contracs, entendeu? Parabenizar todas as domésticas por esse dia, entendeu? Sabe que vocês são (ininteligível) um sentimento muito importante dentro da nossa confederação, a gente temos um respeito muito profundo por cada trabalhadora doméstica, entendeu? Então, em nome da Diretoria da Contracs - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços da CUT, dar um parabéns especial para todas as domésticas do Brasil, tá certo? Essas trabalhadoras guerreiras que merecem o respeito, mais do que o respeito de qualquer pessoa aqui do nosso país, então parabéns aí à doméstica pelo seu dia. Luiza entrou agora, querida.

PEDRO: Ok, Julimar. Muito obrigado. Nós gostaríamos de agradecer, em nome de toda a categoria das domésticas do Brasil, nossa presidenta, Luiza Batista, com sua luxuosa e honrosa presença. Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas estava com um problema de conexão. Luiza, por favor, dá um salve aí pros internautas do mundo todo, mas antes eu gostaria de falar... tá chovendo... tá bombando os comentários... nosso querido Diretor Chico Xavier, a nossa querida Jana Silverman, a Flávia Verçosa, o (ininteligível), que nos lisonjeia com sua participação desde Washington DC, o Gilmar, a Vera Lúcia, o Cleiton Pereira, a Ana Goldani. Muito obrigada a todos, e agora, com vocês, nossa presidenta, Luiza Batista.

LUÍZA: Olá, boa tarde a todos e todas, é uma alegria estar nessa *live*, né, dia 27 de abril que é o Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, é um dia que a gente tem pra resgatar a nossa luta histórica, é um dia que a gente tem pra comemorar, mas dizer que a luta, agora mais do que nunca, é uma luta que... ela se ampliou, né, porque hoje com essa pandemia que está existindo no mundo e com essa quarentena, então, a luta pra garantir o que conquistamos com tanto sacrifício né, e com tanta dedicação daquelas companheiras que deram início lá na década de 30, hoje é para ser comemorado, pra ser lembrada e pra dizer que a gente tem que continuar mantendo a nossa luta.

PEDRO: É... Querida Luiza, nós vamos começar agora, queridos internautas, o debate em si, uma série de perguntas para os entrevistados, que estão aqui abrilhantando essa *live* e já vamos conversar com você, presidenta. A Lei 150/2015 regulamentou a PEC das Domésticas, vamos recordar quais os direitos foram garantidos e gostaria que você opinasse... Qual a realidade da categoria depois de cinco anos desse marco legal conhecido em todo o Brasil como "PEC das Domésticas"?

LUÍZA: Bem, pra falar da PEC das Domésticas, a gente não pode falar só da PEC. Eu acho que a gente tem que fazer um pouco... o resgate da história, porque muitas pessoas acreditam que os direitos das trabalhadoras domésticas vieram com a aprovação da PEC, e não é. É mais de 80 anos de luta e nesses 80 anos nós temos o nosso primeiro direito conquistado, que é o direito que garante os demais e que é a carteira assinada. A lei 5859 foi aprovada em 8 dezembro de 1972 e entrou em vigor em 8 de abril de 1973, e... resgatar isso é importante pra dizer pra as pessoas que esse direito não é uma coisa nova, ele não é um negócio que aconteceu agora no século XXI, é uma luta que já vem desde o início do século XX, né, quando a Laudelina fundou a primeira associação. E... mais de 30 anos depois é quando conseguimos o primeiro direito, e ao longo de todo esse período a gente vem lutando pra ampliar os nossos direitos... tivemos o FGTS opcional. Na Constituição de 1988, a gente conseguiu o salário mínimo na carteira, né, porque até então a lei garantia a assinatura, mas o salário era a combinar

entre as partes, não tinha a obrigatoriedade de assinar com o salário mínimo. Então a Constituição de 1988 trouxe essa obrigatoriedade, garantiu 20 dias de férias e... o décimo terceiro e aviso prévio.

Ao longo desse período, eu reconheço que eu não participei dessa luta, de todo esse tempo, né, porque eu não conhecia o sindicato, eu vim me inserir no sindicato das Trabalhadoras Domésticas aqui de Pernambuco em 1000... em 2006, quando eu voltei a estudar através de um projeto TDC [Trabalho Doméstico Cidadão – Programa de formação feito em parceria com a OIT e o Governo Federal], foi ainda na gestão da companheira Creuza Oliveira, que é a grande, na realidade, ela é uma grande mentora de tudo o que a gente conquistou, porque foi na gestão dela que a luta ganhou o mundo, né. Levou a nível internacional, quando teve a luta para a fundação da CONLACTRAHO (Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar). Aí depois veio a OIT - Organização Internacional do Trabalho, que abraçou a luta do trabalho doméstico, não só no Brasil como no mundo todo, e dentro dessa luta vieram também as conquistas: veio a Convenção 189, né, em 2011, na 100ª Conferência Internacional do Trabalho, a companheira Creuza mais cinco companheiras estavam em Genebra, eu não fui, mas já estava também nessa luta, né, nesse período eu estava inserida já nos sindicatos, já estava na luta. E hoje a gente tem a Ementa Constitucional, que foi aprovada em 2013, depois teve a regulamentação da lei complementar 150. Mas mesmo com todas essas conquistas, as trabalhadoras domésticas, infelizmente, né, tem só no momento, a gente tem esses direitos, que a gente conquistou com todos esses sacrifícios, mas também, a gente tem esse resgate histórico pra fazer e também dizer que nesse momento, com esse golpe que houve em 2016, com a retirada de direitos de toda a classe trabalhadora, e nesse momento de pandemia a gente realmente está vivendo uma quarentena a nível mundial, e com certeza não seria diferente para as trabalhadoras domésticas que sempre lutou para garantir algum direito. Hoje, a luta é para garantir o pouco que conquistamos, e com essas medidas que o governo vem tomando, com certeza pra gente não é uma coisa boa, né, pra categoria das trabalhadoras domésticas não é uma coisa boa, mas, também, pra toda a classe

trabalhadora, a gente hoje está... digamos que, em nível de lutar pra garantir o que tem, eu acho é que toda a classe trabalhadora, não só a categoria das trabalhadoras domésticas.

PEDRO: Muito obrigado, presidenta, a gente gostaria também de agradecer a participação, os comentários da Isabel Freitas, da Louisa Acciari, da Luiza Dantas, Joana Pereira, a Jane Santana e Jair de Jesus. Creuza Oliveira, desde o início da pandemia, dessa horrorosa pandemia do coronavírus, esse acontecimento sem precedentes na história da humanidade, a FENATRAD lançou a campanha "Cuida de Quem te Cuida" que teve uma grande repercussão inclusive nacional. Em que consiste a campanha "Cuida de Quem te Cuida", Creuza?

CREUZA: Boa tarde a todas e todos que estão aí nessa *live*. É muito importante esse debate com pessoas tão parceiras como a OIT, como a Contracs, como a Myllena, que é nossa parceira, o Pedro, também, na comunicação... O Leon que tá fazendo, que tá ajudando aí, obrigado. E dizer, assim, que a campanha que a FENATRAD lançou é uma campanha pra que conscientizasse e sensibilizasse os empregadores e empregadoras da importância de liberar suas trabalhadoras de irem ao trabalho, porque se ela se desloca para ir trabalhar, de casa pra o trabalho pegando ônibus e metrô, ela corre o risco de se contaminar e contaminar também as pessoas da casa que ela trabalha. Então a FENATRAD fez essa campanha, "cuida de quem cuida de você", ou seja, que a trabalhadora doméstica, ela é cuidadora por natureza... o tempo todo cuidando das crianças e cuidando de todos da casa. E é importante que nesse momento de coronavírus, que essas trabalhadoras também tivessem liberada e não fossem ao trabalho para que ela não se contamine e não contaminasse as pessoas que ela está trabalhando, vem sendo feito em parte, porém a gente sabe que a sociedade ainda precisa muito de mudança de mentalidade. Nem todos os patrões e patroas liberaram suas trabalhadoras, mesmo com a campanha que a gente fez, com apoio de várias instituições que aderiram à campanha, é... também divulgando, mas, infelizmente, a gente sabe que não foi o geral, não houve, assim, uma adesão maciça porque nós sabemos como é a questão de quando se fala de liberar.

Então, inclusive, algumas patroas até obrigando as trabalhadoras a irem trabalhar e ficar em... como é que diz.. o tempo todo no local de trabalho. Inclusive, tinha algumas que ia de segunda a sexta no trabalho, de segunda a sábado e tá ficando a semana toda... longe de sua família, longe de sua casa, então a ideia da campanha era que os patrões e patroas liberassem suas trabalhadoras pra não ir trabalhar e garantisse o salário dela, principalmente as diaristas que são as principais dependente dessa diária, porque ela é que trabalha e com essa diária que ela mantém a família dela e ela própria, né, então, é... a campanha era pra isso, inclusive pra que os patrões liberassem as diaristas e pagassem a diária dela sem ela estar indo ao trabalho, para não correr o risco da contaminação, né, nós sabemos, inclusive, a gente tá recebendo muita reclamação, muitas queixas das trabalhadoras diaristas e das trabalhadora fixas que os patrões estão mandando embora sem pagar nenhum direito, e aquelas que estão ficando no trabalho tão ficando o tempo todo, né, e os patrões não dão luva, máscara, não dão os equipamentos que essa trabalhadora precisa para se cuidar, é, ter o cuidado da não contaminação, né, álcool gel... nada disso tá sendo fornecido para a trabalhadora né.

PEDRO: Muito obrigado pelas suas elucidações. Gostaria de também agradecer a participação aqui nos nossos comentários, é... que estão sendo muitos comentários... Infelizmente eu só estou citando as pessoas e não está sendo possível, é... a gente ler os comentários, mas a gente faz questão de citar as pessoas que estão citando aqui, geralmente as citações são parabenizando a Luíza, parabenizando a história de Creuza Oliveira, que é um dos ícones mundiais da luta das trabalhadoras domésticas e parabenizando a Organização das Trabalhadoras Domésticas. Então a gente gostaria de agradecer a participação da Judite Cavalcante, da Marta Souto Maior, da Maria (ininteligível) da Alicia Pereira e da Joana Santos Pereira. E, agora, nós gostaríamos de falar para os internautas que há alguns marcos regulatórios em nível internacional, relações de trabalho que envolve a categoria das trabalhadoras domésticas, então nós vamos falar isso aqui, eu vou falar agora com um especialista no tema, é o José Ribeiro da OIT. Querido, explique para os internautas o que é a Convenção 189 da OIT e como funciona a sua implementação e sua regulamentação no Brasil.

JOSÉ RIBEIRO: Boa tarde, Pedro. É... inicialmente, gostaria de cumprimentar de novo e parabenizar tanto a FENATRAD como a Contracs pela excelência e oportunidade desse evento, também mandar, em nome da OIT, uma saudação especial ao expressivo contingente de 6 milhões e 300 mil trabalhadoras e trabalhadores domésticos existentes no país, e também saudar, obviamente, os internautas. Só pra nivelar um pouquinho o conhecimento antes, é... só deixar claro, né, que a Organização Internacional do Trabalho, ela foi fundada em 1919, ou seja, no ano passado, ela completou um centenário de existência, tem como mandato promover a justiça social e reconhecimento internacional dos Direitos Humanos e Trabalhistas e é a única agência do sistema ONU que tem uma conformação e estrutura tripartite, no qual ela é composta por trabalhadores, empregadores e governo. Ela formula as normas internacionais do trabalho, que nós vamos falar um pouquinho daqui a pouco, e atualmente conta com 187 estados membros. Bom, as Normas Internacionais do Trabalho são um instrumento jurídico elaborado pelos constituintes da OIT, conforme eu já mencionei, as representações e governos de empregadores e de trabalhadores, e essas normas, elas definem os princípios e os direitos mínimos no trabalho. As suas Convenções, que são os tratados internacionais, quando um Estado membro as ratifica, tornam-se juridicamente vinculantes, e as recomendações servem como princípios norteadores, elas possuem um caráter não vinculativo.

Durante a 100ª Conferência Internacional do Trabalho, até a Luiza já mencionou... ela foi realizada em junho de 2011, foi adotada de forma tripartite, esse instrumento internacional de proteção ao trabalhador... ao trabalho doméstico na forma de uma convenção intitulada "Trabalho Decente para os Trabalhadores Domésticos", que é de número 189, e ela foi acompanhada de uma recomendação com o mesmo título, de número 201. É... nesse contexto vale a pena ressaltar que o Brasil ratificou essa convenção em janeiro de 2018 e a mesma entrou em vigor imediatamente um ano após. Ao longo desse processo de implementação, é muito importante... normal que haja diálogos e debates propositivos sobre a forma pela qual essa Convenção vai ser implementada, e é muito recomendável um amplo processo de diálogo social entre os constituintes

sobre o que está sendo implementado, em concordância com a Convenção 189. Vale... é muito importante ressaltar que essa Convenção, ela apresenta um escopo composto por um grande número de artigos com diversos conteúdos exatamente voltados para a promoção do trabalho decente, conforme ela mesma preconiza. Então nós vamos ter diversos temas, exemplo: de Direitos Humanos, direitos fundamentais do trabalho, tem um artigo vinculado ao trabalho infantil doméstico, outro vinculado à remuneração, equiparação de direitos, toda a questão da proteção social, a jornada de trabalho e também um artigo específico sobre a proteção ao trabalho imigrante, que no caso do Brasil, vale a pena recordar que, pela nossa Legislação, as trabalhadoras e trabalhadores domésticos têm os mesmo direitos que os trabalhadores nacionais, com nacionalidade brasileira, então é um escopo bem amplo, que exatamente trabalha com esse aspecto do trabalho decente. Outra informação muito importante a ser mencionada é que, até o presente momento, até o dia de hoje, 29 países, né, daqueles 187 Estados membros da OIT, ratificaram a Convenção 189. Temos diversos países vizinhos aqui da nossa região, da América Latina e Caribe, ao exemplo do Uruguai, que foi o primeiro, ainda em 2012, foi o primeiro país a ratificar a Convenção, mas temos Argentina, Chile, Peru, Panamá, Costa Rica e também temos diversos países desenvolvidos que já ratificaram a Convenção 189, a exemplo da Suécia, Suíça e Bélgica. Ok, Pedro.

PEDRO: Ok, querido. Muito obrigado... A gente gostaria, também, de ressaltar aqui que estão atentos, estão antenados, né, a luxuosa audiência da professora doutora socióloga Mary Castro, e também de diversos dirigentes sindicais e a categoria, Luiza, tá parada vendo aqui, aqui tem muitos comentários, eu gostaria de lê-los todos, mas o tempo é exíguo... a nossa querida Creuza vai dar uma entrevista na televisão daqui a pouco, os dirigentes sindicais todos estão com muitos compromissos porque hoje é dia 27 de abril, o Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica. Esse é o termo correto, trabalhadora doméstica, é o termo de vanguarda, não anacrônico, termo empregada doméstica, tá bom, gente. Então, a gente gostaria de parabenizar, e assim... ficar agradecido pela... audiência das dirigentes sindicais e companheiras da categoria Eliete Ferreira, nossa querida Milca do Sindicato da Bahia, a Silvia Maria, a Marcelina Martins, a Chirlene dos

Santos e a Luísa Augusta. E agora vamos falar da parte técnica. Há sempre uma grande preocupação e tá dando uma grande confusão essa questão dos auxílios emergenciais, nós conversamos com pessoas de diversas categorias que... Não, não estão tendo muito acesso a esse benefício. Nós estamos aqui com Myllena Calasans. Myllena, objetivamente, quais os auxílios emergenciais do Governo Federal que a categoria das domésticas têm direito e como se informar e se cadastrar para ter acesso a esse direito? Muita atenção da categoria para a nossa querida Myllena Calasans, assessora jurídica da FENATRAD.

MYLLENA: Oi, Pedro, novamente um olá pra todos, um olá pra Luíza que não estava, é... por problemas de conexão, não tava no início, né, quando se iniciou a *live*. Infelizmente, as trabalhadoras domésticas ainda não tem um auxílio, né, específico, para além daqueles que foram apresentados para todos os trabalhadores e trabalhadoras, e diga-se de passagem, que o governo federal, né, na pessoa de seu presidente, quer dizer que esse auxílio de 600 reais foi uma benfeitoria dele, mas isso não corresponde à realidade. A medida provisória que o governo encaminhou para o Congresso Nacional previa apenas uma ajuda de 200 reais, e graças ao trabalho dos parlamentares, principalmente da oposição, é que se conseguiu chegar a esse valor de 600 reais, que não é satisfatório, porque está abaixo do salário mínimo, né. Nós estamos numa situação muito calamitosa, com pessoas, como já foi falado aqui, né, do desemprego que tá atingindo as trabalhadoras domésticas e várias outras categorias. Já estávamos, já contávamos com um quadro de 12 milhões de pessoas desempregadas, e 40% dessas pessoas, ou seja, mais... de mais, de 6 mil, quase 6 milhões de pessoas em situação de trabalho informal. Então a grande contribuição que as trabalhadoras domésticas tem hoje, né, em termos de auxílio, é a renda básica emergencial ou o auxílio emergencial nesse valor de 600 reais, que não tem sido fácil, né, para as pessoas que estão necessitadas acessar esse benefício, seja por conta de não estar com a situação, o CPF... regularizado, seja porque muitos milhões de pessoas não existiam, né, pro Estado brasileiro, e somente agora que passaram a existir porque foram atrás pra se cadastrar e sem conseguir, né.

Então é... essa... situação é calamitosa, ainda temos o problema, né, da lei ter sido aprovada, ter sido demorada na sanção do sistema, do sistema a fazer o pagamento, ter demorado também a ser criado, e agora todos esses problemas de acesso, né, mesmo as pessoas que conseguem cumprir os requisitos que a lei determina, que é ser maior de 18 anos, tá numa situação de trabalho informal, ser desempregado, tá inscrito... licença gente, que minha filha agora deu pra dar risada aqui... é... tá numa situação de trabalho, de trabalho informal, não é, ter a renda familiar total no valor de três salários mínimos, ou então a renda por pessoa daqueles membros da família no valor de meio salário mínimo, de 522 reais e... cinquenta... e cinquenta centavos, né, não tá recebendo nenhum benefício previdenciário ou assistencial, com exceção da bolsa família, benefício previdencial, é... o auxílio doença, aposentadoria, aposentadoria por invalidez, seguro... o seguro desemprego... o benefício de prestação continuada. Então se as pessoas conseguirem cumprir esses requisitos, né. E mais uma questão, né, daquela questão, um requisito que está afastando muita gente de receber o benefício, que é em 2018 ter tido renda não tributável até 28.882 reais. E isso vem prejudicando muita gente, porque em 2018 as pessoas podiam tá numa situação melhor, mas em 2019, todos nós sabemos que o índice aumentou significativamente o número de pessoas desempregadas e em 2020 mais ainda. Então essas pessoas também não estão podendo receber. O Congresso aprovou uma lei para retirar, vamos ver se o presidente que está para sancionar vai deixar isso passar, então essas pessoas têm que cumprir esses requisitos, né, tem que entrar no site da Caixa, da Caixa Econômica, não é o, www.auxilio.caixa.gov.br, para poder fazer inscrição, se elas não estiverem inscritas no cadastro único.

Então são muitas coisas, assim, pra uma boa parte dessa população, que são quase 50 milhões de brasileiros que já se inscreveram, e não deve nem ser a totalidade de todos que estão presenciando, ainda tem que lidar com a dificuldade de ter acesso a internet, de saber manusear, de baixar aplicativo, nós tivemos casos, até, Pedro, de denúncias, de que tinha advogado cobrando pra fazer a inscrição no auxílio emergencial. Fora, no início, todo o número de sites, que foram sites falsos, que foram criados pra poder, muitos, né, pra poder roubar dados das pessoas ou então simplesmente

pra tá enganando as pessoas, então há uma necessidade grande. As trabalhadoras domésticas vão ter direito a esse auxílio, né, e quem são essas trabalhadoras? São as trabalhadoras domésticas que estão na condição de diaristas, sejam aquelas diaristas que têm inscrição no INSS, que não tem inscrição no INSS, que, pra ter a proteção previdenciária, tiveram que fazer inscrição no MEI, no Sistema de Microempreendedor Individual que é totalmente errado, colocar as trabalhadoras domésticas como... como MEI, porque trabalhadora doméstica não é empresária, não é, sua força de trabalho é limitada. Então, isso, todas essas trabalhadoras estão protegidas. Além também de um quadro que é danoso, ainda, que nós temos na realidade brasileira, que são as trabalhadoras mensalistas, que nós chamamos, ou seja, que trabalham o mês todos mas que os empregadores, os patrões, não assinam a carteira, então essas trabalhadoras também vão ter direito, né, as trabalhadoras que foram demitidas vão ter direito desde que não estejam recebendo o seguro desemprego.

PEDRO: Tá bom, querida... Myllena, estão chegando aqui muitas perguntas que a gente realmente, é... internautas, a gente não vai ter condição de responder a vocês, é... assim, ao vivo, pela dinâmica do debate, mas são de interesse da categoria. Myllena, eu gostaria de disponibilizar algum meio, nós temos aqui dirigentes sindicais, a categoria, muitas pessoas que estão com problemas pra receber os benefícios, que perguntam se tem direito ao BEM. Então vamos fazer uma coisa, pra organizar um pouco e pra não deixar nenhum deles sem resposta, você pode disponibilizar... agora eu vou pedir, agora, pra vocês internautas que estão com dúvidas com relação ao auxílio emergencial ou quais os auxílios que a categoria tem direito nessa época de pandemia do coronavírus, eu vou pedir que você fique bem atento, que agora a Myllena vai disponibilizar, enquanto assessora jurídica da FENATRAD, um canal de comunicação e vou pedir pra minha colega Myllena, é.. se comprometer a responder a todos, é um varejo, é um trabalho que leva tempo, mas é muito difícil, sabe por quê? Eu, como formador de opinião, como profissional da comunicação, estou vendo que a comunicação governamental não está funcionando, não está funcionando porque eu estou vendo em diversas cidades filas na Caixa, as pessoas, meus amigos que são de diversas categorias, que

às vezes realmente não chega... Myllena, por favor, divulgue algum canal. Eu vejo aqui, por exemplo, o site da Caixa dizem que não funciona, aqui um colega, um amigo está dizendo, o aplicativo também não funciona. Então a Myllena, ela vai ser um facilitador pra vocês, né, vai fazer o papel que devia ser do Governo Federal. Mas a categoria, nós, como FENATRAD, estamos aqui pra representá-los. Myllena, por favor, disponibilize, amiga, um canal de comunicação direta com a assessoria jurídica da FENATRAD.

MYLLENA: Pedro, essas informações que eu passei, elas têm... estão disponíveis no site da FENATRAD, www.fenatrad.org.br, além disso, pra tirar essas dúvidas que pode ser muito mais específicas, né, e até diferentes das que nós temos, porque são tantas... são tantas situações, são muitas situações né, pode, é... também encaminhar perguntas para o telefone *WhatsApp* da FENATRAD, e aí eu gostaria que a Luiza pudesse fornecer, porque eu não tenho o número de cabeça, né, e também complementar a informação, é... em relação ao auxílio emergencial, que as mulheres que são mães, né, ou então responsáveis pela chefia da casa e que têm uma pessoa dependente, elas vão poder tá recebendo um auxílio em dobro, ou seja, 1200 reais. E isso, é... muitas trabalhadoras domésticas vão tá recebendo nesse valor, os 1200 reais, porque é uma realidade das trabalhadoras, né, são muitas, é... a maioria é mulheres, né, mulheres negras e mulheres chefes de família que sustentam até sozinhas suas famílias, que criam seus filhos sozinhas.

PEDRO: Muito obrigado. Olha, a Julia Macedo colocou aqui uma informação de interesse público e eu vou, eu vou divulgar... as informações sobre os benefícios estão no site desenvolvimentosocial.gov.br, aí tem lá o Portal Imprensa, não encaminhou link aqui, é muito grande. Juliana, não vai dar realmente pra eu encaminhar o link todo. Mas é só entrar no desenvolvimentosocial.gov.br, lá vocês vão achar o link específico. A próxima pergunta é pra nossa presidenta Luiza Batista eu vou pedir pra você, presidenta, antes de você responder a pergunta, você já diga qual é o canal de *WhatsApp* direto para a categoria que está com muitas dúvidas sobre esses auxílios do Governo Federal. Luiza Batista, como está a receptividade da sociedade brasileira à campanha "Cuida

de Quem te Cuida”? Quando a gente começou a divulgar essa campanha, a direção da FENATRAD, vocês foram muito rápidas e já lançaram essa campanha, e teve a imprensa que divulgou ela maciçamente, né, e tinha sempre aquela dúvida, o empregador, ele vai deixar em casa com salário, não vai deixar em casa... alguns aderiram, né, e muitos também, infelizmente, não aderiram, mas o tempo foi passando, nós já temos quase 3 semanas, ou um mês, quase, com essa pandemia, já com confinamento, né, e é claro também que aquela grande visibilidade que teve no começo, da imprensa, já não tem mais, entendeu, mas as pessoas precisam ter a consciência, né, de... então vamos... por favor, Luiza nos explique como está, nesse momento, a receptividade da sociedade brasileira a campanha “Cuida de Quem te Cuida”.

LUIZA: Bem, primeiro divulgar o canal, né, o telefone institucional, celular da FENATRAD: DDD 81, 91519449, é o DDD da FENATRAD, aliás, o celular da FENATRAD. Segundo, essa campanha “Cuida de Quem te Cuida”, logo de início, como você disse, ficou bem presente nas redes sociais e também a imprensa aberta, algumas divulgou e teve casos de empregadores que realmente aderiu essa campanha, inclusive tem uma menina que é sócia do sindicato, que ela fez um vídeo, jogou na internet, porque a patroa dela viu a campanha, chegou, chamou ela e disse “você fique em casa porque isso não dá certo, você está se expondo no transporte público, você se arrisca, arrisca tua família e arrisca a minha família, então você vai ficar em casa”, ela sabe o número da conta dela e a patroa está pagando. Também teve outros casos, também de diretoras, diretoras não, sócias do sindicato de Pernambuco também, a empregadora fez a mesma coisa com os vencimentos pagos, só que, depois que houve essa questão da medida 936, então os empregadores estão mais, é... querendo o afastamento pelo governo, porque aí eles ficam sem ter que pagar o salário da trabalhadora ou buscando também o... o contrato parcial. O e-mail do sindicato, todos os dias, recebe, no mínimo, 40 contratos desse pra analisar e validar, alguns a gente pede que sejam refeitos porque, infelizmente, tem casos até de contratos que o patrão não especifica que a trabalhadora fez um empréstimo com ele será descontado, é... a gente pede que o contrato seja refeito e depois ele manda com as correções que a gente solicita, então essa campanha, de início, teve... foi bem forte, bem presente.

Então, agora a gente tenta, é... orientar as trabalhadoras nessa questão do auxílio emergencial, né, como a Dra. Myllena falou, que tem essa questão do auxílio emergencial, as trabalhadoras que tem direito, as diaristas, tudinho. Mas a gente não deixa, de vez em quando, estar repostando essa, esse vídeo, né, com essa campanha "Cuida de Quem te Cuida", deixa as trabalhadoras domésticas em casa com os vencimentos, também os sindicatos da FENATRAD têm feito campanhas pra arrecadar alimentos, cestas básicas, né, pra passar pra essas companheiras que nesse momento estão em situação de vulnerabilidade, tem companheiras que estão adoecidas, não estavam trabalhando de maneira nenhuma e está dependendo desse auxílio, e, pra essas, os sindicatos faz o mapeamento daquelas que estão mais vulneráveis pra, através da campanha de arrecadação de cestas básicas, conseguir ajudar essas companheiras. Está difícil a receptividade, não é o que a gente espera pra atender a demanda, mas é um trabalho de formiguinha que a gente vem procurando fazer pra ajudar as companheiras nesse momento, né, de quarentena, que a gente sabe que o mundo todo tá vivendo mas que tem algumas categorias que têm especificidades, e as trabalhadoras domésticas é uma dessas categorias que precisam de um apoio maior nesse momento.

PEDRO: Bem, é, não estava no roteiro mas a gente está aqui com...

LUIZA: Vocês me ouviram?

PEDRO: Com a luxuosa presença...

LUIZA: Não me ouviram?

PEDRO: Sim, ouvimos sim, ouvimos tudo, muito obrigado, presidenta.

LUIZA: Ouviu... (RISADA) é por que o som de vocês, aqui não tá chegando até mim, então eu ouvi só a pergunta do Pedro e cortou parte da pergunta. Então baseado nas primeiras palavras dele é que eu fiz a resposta, né. Então... mas é isso, a FENATRAD vem fazendo

esse trabalho junto com os sindicatos que são filiados a nós, né, a federação... e vamos continuar até que essa quarentena seja menos rigorosa, aqui o estado de Pernambuco está num pico muito elevado, num pico muito elevado de contaminação. O sistema público de saúde já está, praticamente, todos os leitos de UTI estão, é... ocupados, e com isso é que a gente precisa cada vez mais fazer essa campanha de quarentena e dizer para os empregadores deixar as trabalhadoras domésticas em casa, buscar o apoio dessa medida do governo, né, a 936, de uma forma que essas trabalhadoras não estejam se expondo no transporte público. Porque a nossa vida importa, não é a gente ficar só pensando que está de quarentena, mas a trabalhadora tem que estar se expondo no transporte público, e também conscientizar esses empregadores, que as trabalhadoras não têm que ficar na casa do empregador, elas não pode, elas tem família também, então essas trabalhadoras, elas têm que está cuidando da suas famílias em quarentena. Se existe alguma forma que a gente possa orientar e que possa possibilitar dos empregadores deixar essas trabalhadoras em casa, então vamos buscar isso... Me ouviram?

PEDRO: Sim, Luiza, a gente ouviu, ok...

LUIZA: Porque, olha, aqui a internet está péssima, tá péssima... Eu estou falando as coisas assim, mais no chutômetro mesmo.

PEDRO: Luiza, todos estamos te ouvindo... eu que te peço desculpas porque eu te interrompi.

LUIZA: Ok, Pedro.

PEDRO: Ok, ok...

LUIZA: Não tô ouvindo você.

PEDRO: Não dá pra entender. Eu vou... ok, estamos te ouvindo.

LUIZA: É *live* da mímica (RISADA) a *live* da mímica... tô sendo muito prejudicada porque estou sem ouvir vocês.

PEDRO: Nós te ouvimos. O companheiro Francisco Xavier, diretor da FENATRAD, e mandamos de novo um abraço pra ele, está aqui divulgando de novo o número do zap para toda a categoria que quiser qualquer informação sobre o trabalho doméstico, sobre o auxílio emergencial ou sobre qualquer tema que envolve a categoria. O zap é: 81 991517994.

Julimar Roberto, meu querido, qual é o posicionamento da CONTRACS, hoje, é... está uma grande discussão, né, já algumas cidades flexibilizando a abertura do comércio. Nós passamos por uma situação, aqui em Salvador, uma luta que teve, grande, inclusive do sindicato dos bancários, já... já aqui dando um abraço no nosso amigo Augusto Vasconcelos, presidente do sindicato dos bancários da Bahia, que momento algum, não sei como tá agora, os bancos foram fechados e uma preocupação com a saúde dos bancários. Qual é o posicionamento da CONTRACS com relação à abertura, fechamento, flexibilização do comércio? É importante, nesse momento, a gente aproveitar a presença do Julimar para a gente poder ampliar este que é um debate, né, querida Creuza, é... alusivo ao dia da trabalhadora doméstica, mas temos aqui muitos companheiros que trabalham com comércio e serviço que estão nos prestigiando com a sua audiência. Por favor, presidente.

JULIMAR: Bom, Carlos [aqui ele quis dizer Castro] é... o posicionamento da CONTRACS... lógico, nós somos a favor do fechamento, entendemos que tem que continuar mantendo o isolamento social, né, tendo em vista que se a gente basear inclusive nos demais, é... no mundo inteiro, entendeu? A flexibilização da abertura, ela só se inicia após... após a, quando está baixando, ou seja, aquela curvatura que eles tanto falam, né, a curva, aquela curva acentuada tá em queda, e não é caso aqui do Brasil, entendeu? Nós ainda não chegamos no pico, né, os especialistas estão dizendo que vai chegar nesse

pico só lá pelo mês que vem, 15, dia 20 do mês... do mês de maio. Nós temos visto, aí, as mortes, os óbitos, estão aumentando muito, né, já chegou a ser em 24 horas na semana passada 400 e poucos óbitos por dia. E isso sem considerar que... que esses óbitos, é... muitos deles estão... tem a questão da subnotificação. Eu estava vendo esses dias em Manaus, pra ser um exemplo mais claro pra vocês... diariamente eram feito 30 sepultamentos, em média, por dia. Depois da pandemia, na semana passada, hoje já deve estar mais, estava em torno de 100 sepultamentos por dia. Imagine, pô, então 70 já é por conta do coronavírus, aí você vai ver o número oficial apresentado, eles apresentam 8 óbitos. Ou seja, tinha em torno de 60 óbitos lá que provavelmente, muito provável, foi da questão do Covid-19, mas por conta da subnotificação, entendeu? Não chega... Então esses números são bem maiores do que está apresentado. Então não é o momento de tá ocorrendo flexibilização.

O problema que tem é o seguinte: isso na nossa avaliação tá tudo interligado, os comerciantes são muito gananciosos, principalmente os grandes, muitos deles que bancaram uma... a campanha e as *fake news*, né, que estão sendo investigadas agora, do presidente seu Jair Bolsonaro, entendeu? Tão forçando a barra lá pra ele abrir o comércio. Esses cara que fazem nesses manifestos, seu carrões aí, é isso, eles querem, eles manifestam pra eles ficarem em casa e o trabalhador ir lá se expor... então... pressionam o governo, o governo dificulta os pagamentos dos benefícios pra forçar o trabalhador a voltar a trabalhar, forçar o prefeito e o Estado a... a... também ceder nessa flexibilização, porque eles não aprovam nunca o incentivo que vai para os estados e municípios, entendeu, e... tentando jogar as pessoas nessa situação, as pessoas se arriscando. Que a gente tem visto, eu tô falando dos que não são comércios essenciais, porque se a gente for falar dos comércios essenciais, eles estão funcionando, muitos deles, alguns têm, mas muitas pessoas não têm nenhum tipo de EPI, não têm máscara, não têm álcool, não têm nenhum tipo de distanciamento, não têm número de pessoas dentro do estabelecimento comercial, entendeu, e isso tudo é um risco muito grande porque a maioria das pessoas do Covid-19 são assintomáticas, elas nem sabem que têm o vírus e tá ali disseminando, entendeu?

Então é realmente é muito complicado, e mesmo nos locais onde, os países onde se abre e começa a flexibilizar, as pessoas fazem exames rápidos de 14 em 14 dias, ali os trabalhadores, entendeu, e aqui no Brasil não tem a menor condição de fazer isso. Então a flexibilização é errada, vai tá colocando as pessoas em risco, riscos de vida, riscos de tá contaminando outras pessoas, né, o que é muito perigoso e, com isso, vai aumentar muito, né, a questão da disseminação do vírus no Brasil. Então não tem... não tem essa história, o governo tem que assumir a sua responsabilidade, entendeu, cumprir a sua obrigação como Estado, entendeu, e manter... manter o direito, manter o salário e manter os empregos dos trabalhadores. Isso tem que fazer sem burocracia, o que eles ficam dizendo que vão fazer, mas há uma burocracia tão grande pra apagar qualquer coisa, entendeu, que acaba forçando, indiretamente, as pessoas a voltar ao trabalho porque as pessoas precisam comer. Então o Estado tem que assumir responsabilidade, é isso que nós estamos cobrando, estamos pedindo para os trabalhadores nessa MP, essa 936, que eles não assinem acordos individuais. Embora teve essa decisão no STF, mais continuando a ter que incondicional. Lá tá muito claro isso, entendeu, é inconstitucional, então que o trabalhador procure o sindicato, entendeu, pra obter as orientações pra tá assinando qualquer tipo de acordo aí com o seu empregador.

PEDRO: Muito obrigado, querido. É... a gente queria mandar um grande abraço pra dirigente Isabel... Isabel de São Luís do Maranhão, presente dirigente sindical, uma companheira querida das trabalhadoras domésticas, a Lisiane, a Vera Lúcia, a Carina Rocha, a Patrícia Almeida, a Isabel Freitas. E agora vamos com o nosso técnico da OIT, né, José Ribeiro, meu querido. Uma das grandes lutas do movimento sindical é contra a precarização das relações de trabalho, mas, infelizmente, a informalidade é uma realidade, né? Há um grande índice de trabalhadoras domésticas que trabalham na informalidade. Quais os dados da OIT sobre esta informalidade? E como fica a situação dessas cidadãs, das diaristas, que trabalham na informalidade, nas outras trabalhadoras domésticas, que numa situação, é... que a bala da lei que também estão trabalhando na informalidade? Como fica a situação delas? Primeiro, quais são as estatísticas, né,

que você tem quanto a isso, e como fica a situação delas com essa pandemia do novo coronavírus, meu querido.

JOSÉ RIBEIRO: Perfeito, Pedro, excelente pergunta! É, em primeiro lugar, só traçar um breve perfil, né, já falei desse contingente de 6 milhões e 300 mil trabalhadoras e trabalhadores domésticos, mas chama a atenção que 92% são mulheres e, sobretudo, que 62% são mulheres negras, então é uma... é uma ocupação predominantemente ocupada por mulheres e sobretudo por mulheres negras. É... uma coisa muito importante de a gente chamar atenção nesse contexto, e aí já passando pra sua pergunta mais específica da informalidade, é que utilizando os dados do IBGE e da PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - referente ao quarto trimestre de 2019, a gente observa que 72% das trabalhadoras domésticas não possuíam carteira de trabalho assinada, chamando atenção que, em muitas unidades federativas, sobretudo no Norte e Nordeste, essa proporção é ainda mais elevada em decorrência da desigualdade social e territorial que a gente sabe que existe no país. Então, em alguns estados, facilmente chegam a 80, 85%, e vamos ter uma situação um pouco melhor do que é média nacional em alguns lugares como eu vou citar, é... algumas realidades federativas, a exemplo de São Paulo, o Distrito Federal, e Santa Catarina.

É... pegando uma segunda camada além da carteira de trabalho assinada, aquelas trabalhadoras diaristas que contribuem como autônomas, a gente também melhora um pouquinho a situação, mas a gente vai chegar à conclusão de 61%, quase 62%, não contribuem para a previdência social, ou seja, praticamente de cada 3 trabalhadoras domésticas, 2 não tem acesso à proteção social, que é indispensável. É... um outro dado que é muito importante, também, se a gente considera exclusivamente, é... uma pergunta que tem na PNAD contínua, se a... se as trabalhadoras trabalhavam em mais de um domicílio, que seria uma próxima, uma aproximação das diaristas, é que a gente vai ver que 30%, ou seja, quase 1 milhão e 900 mil, trabalhavam em mais de um domicílio, só que, desse contingente, 70% não contribuem para a previdência social. É exatamente o fato de você não ter uma relação de trabalho amparada na legislação, ou na proteção social, faz com que o rendimento seja muito baixo, ou seja, uma em

cada quatro trabalhadoras domésticas, por exemplo, tem um rendimento mensal até meio salário mínimo mensal. Então isso tudo faz com que o desafio das condições de vida das trabalhadoras domésticas sejam bastante precários, né. E daí a necessidade de... de promoção do trabalho decente.

É nesse contexto, isso já foi mencionado tanto pela Creuza, ao falar da campanha, e também da Luíza, é... as trabalhadoras domésticas são bastante expostas à contaminação, primeiro, já foi mencionada, a dependência de transporte público para ir ao trabalho, e a gente sabe que em muitas situações a moradia da trabalhadora doméstica está muito distante do seu local de trabalho, aumenta o tempo de deslocamento da casa ao trabalho, e por conseguinte também a exposição ao risco. Outro aspecto muito importante, que também já foi mencionado, é que além das próprias trabalhadoras estarem em risco, o contato também com seus locais de trabalho põem em risco, também, como em qualquer ocupação, as próprias empregadoras e empregadores e membros da família. Então, como já foi mencionado, é de suma importância que realmente as trabalhadoras domésticas sejam preservadas nesse momento de isolamento social. E um outro dado muito importante que nós também estudamos para trazer pra essa *live*: 10% das trabalhadoras domésticas possuem 60 anos ou mais de idade, que a gente sabe que é exatamente entre os idosos que a gente tem um risco maior de complicações decorrentes da contaminação pelo Covid-19, inclusive um percentual de letalidade muito maior entre o segmento idoso, então é muito importante nesse aspecto, é... pensar muito na questão do... de preservar a segurança e saúde no trabalho desse importante grupo de trabalhadoras do Brasil.

Nesse sentido, gostaria de também fazer uma pequena sugestão, no dia 17 de março de 2020, o Ministério Público do Trabalho - MPT é... disponibilizou, tá disponível no site do MPT, uma nota recomendatória no qual orienta todos os procedimentos vinculados ao trabalho doméstico e a outras categorias também, procurando exatamente a proteção da segurança e saúde. Então a nota de recomendação, que seria muito importante que fosse lida, então, nesse sentido todo, todo o apelo que já foi feito pela Creuza, a Myllena também reforçou, a própria Luíza, é... de que se usa os dispositivos existentes no país atualmente para preservar a saúde e segurança no trabalho dessa

importantíssima categoria, que em função da sua vulnerabilidade, das suas condições de vida e de trabalho, como um grupo de muito risco nesse, nesse contexto da Covid-19, obrigado.

PEDRO: É... muito obrigado, meu querido, mandar um grande abraço pro Jair, um dos dirigentes do Sindoméstico Bahia, aí, meu querido, ele está aqui disponibilizando um telefone de *WhatsApp* para a categoria das trabalhadoras domésticas do estado da Bahia que queiram qualquer esclarecimento, é o: 71988451777. É... Luiza, a querida Ana Correa está dizendo que o seu som está perfeito, então fique tranquila, o seu som está perfeito. A nossa amiga Creuza, nossa companheira Creuza, essa que é um dos ícones do movimento sindical a nível de América Latina, em nível mundial... uma mulher com uma história exemplar de vida, que admiramos muito, ela teve que sair aqui, que ela vai estar nesse momento ao vivo na TV. A nossa pergunta agora, antes, aqui, gostaria de dizer, aqui, estou também elogiando a audiência da Nai Nery e da Aparecida Oliveira. Querida Myllena Calasans, por favor, explique aos internautas o teor da medida provisória 936, como funciona para categorias das domésticas e qual a sua orientação? Myllena, você ouviu a pergunta? Você desapareceu aqui da minha tela, você ouviu minha pergunta ou você quer que eu repita, minha querida?

MYLLENA: Eu não ouvi porque eu cliquei no lugar errado, aí desapareci.

PEDRO: Tranquilo, mas você já apareceu, está aqui.

MYLLENA: Pode repetir?

PEDRO: Está aqui sorridente e presente. Vamos lá, por favor, explique aos internautas qual o teor da medida provisória 936, como funciona para a categoria das domésticas e qual a sua orientação técnica.

MYLLENA: Então, a medida provisória 936, ela vem com a intenção de instituir um auxílio emergencial, né, pra proteção do... do trabalho e do emprego e trata também de outras medidas. Digo na intenção porque na verdade Julimar já se adiantou, né, nessa resposta, sim, que ela não consegue alcançar isso porque ela tem medidas inconstitucionais, medidas que violam também a CLT, a legislação, a... legislação específica das trabalhadoras domésticas, que é uma lei complementar... tá dando eco aqui, vocês estão conseguindo ouvir?

PEDRO: Estamos te ouvindo, sim.

MYLLENA: Tá, é porque deu eco, então, é... me atrapalhou um pouco... Então ela contém essas medidas, né. Também tem um entendimento no Supremo Tribunal de que teria... que o acordo teria que passar pela homologação do sindicato. O plenário, o plenário do Supremo Tribunal Federal, derrubou esse entendimento do Ministro Levandowski, né, mas a orientação continua sendo aquela que o Julimar colocou. Importante que as trabalhadoras domésticas acione e procure o sindicato antes de assinar esses... o acordo, né, o acordo individual da suspensão do trabalho doméstico e da redução da jornada de trabalho, porque é o sindicato que vai poder dá uma orientação melhor na forma de buscar preservar os direitos daquelas trabalhadoras... das trabalhadoras domésticas, né. Então essa medida provisória, ela vem pra proteção do trabalho formal e nesse caso, nós só pegamos, é... só uma parte ou um terço, como o Ribeiro já colocou, que alcança as trabalhadoras domésticas, né, cerca de 1.600 trabalha... de 1 milhão e 600 mil trabalhadoras domésticas é que tem carteira assinada, então a medida provisória viria a proteger essas trabalhadoras domésticas, de que forma? Podendo suspender o contrato, né, temporariamente, pelo prazo de 60 dias, ou então reduzindo a jornada de trabalho com redução de jornada salarial, uma grande maldade, né, e até inconstitucionalidade da MP 936, porque vai permitir a redução do... do salário. Ela institui faixas, né, por faixa salarial, tem regras diferentes para os trabalhadores e trabalhadoras, como no caso as trabalhadoras domésticas, né, elas ganham, na sua grande maioria, está ganhando um salário mínimo ou entre um salário mínimo

ou até dois salários mínimos, elas se encaixam na primeira faixa de trabalhadores e trabalhadoras que até três salários mínimos, ou seja, até 3.135 reais. Nesse caso, é... o contra... o acordo poderá ser feito de forma individual, né, sem necessariamente ter que passar pelo... por acordo coletivo dos sindicatos, o que é uma, é um grande problema na questão das trabalhadoras domésticas, porque somente São Paulo é que consegue, até hoje, fazer convenção coletiva, porque lá tem um sindicato, tem um Sindicato dos Empregadores, então, é... na maior parte das trabalhadoras, o contrato vai ser individual, né, das trabalhadoras domésticas, se dar de forma individual, e é um grande esforço do sindicato pra tá divulgando as informações pra que as trabalhadoras procurem a orientação devida, né.

E o que é que a trabalhadora vai receber durante esse período que o contrato foi suspenso ou a jornada for reduzida? No caso da suspensão do trabalho, ela vai receber um benefício emergencial que é calculado a partir do valor das parcelas do seguro desemprego, né, então, de forma geral, ganhou mais do que um salário mínimo, as trabalhadoras vão estar prejudicadas, todos os trabalhadores do Brasil que assinaram a suspensão de contrato, jornada de trabalho, que ganham acima de um salário mínimo, vão correr o risco, né, de receber menos e também não vão ter, é... não vão ter por exemplo a contribuição do INSS, os descontos do FGTS... Então é muita perda, muita perda salarial, e a trabalhadora doméstica tem regras diferenciadas ainda pra o recebimento do seguro desemprego porque a parcela dela é somente de um salário mínimo, não chega a parcela de outros trabalhadores, que é até 1800 reais. Então é muita perda, né, aí preocupados.

E outra, que na redução da jornada do trabalho, os percentuais de redução, e aí tem que se atentar, são fixo, né, porque se dá por acordo individual segundo a regra da MP, então é de 25%, 50% e 70%, se o trabalhador que ganha um salário mínimo tiver uma redução de trabalho em 50%, o patrão vai pagar uns... vai continuar pagando 50% e o governo vai pagar a parcela, o que falta de 50% em cima do valor do seguro desemprego, né, mas essa trabalhadora, ela fica prejudicada, e a gente pode ter uma situação muito grave no país ocorrendo agora, porque ela vai ficar prejudicada, porque há... pra todos os trabalhadores, porque a MP permite que o empregador não recolhe

e nem pague o INSS da trabalhadora, né, nem faça depósito do FGTS, então pra ela continuar tendo a proteção nesses meses de suspensão de trabalho, que são por, pelo período de 60 dias, ela vai ter que pagar do próprio bolso. E pior, ela vai ter que pagar como, é... trabalhadora facultativa, que o desconto é de 20, chega a 20%. Então se ela antes pagava em torno de 70 reais, 90 reais, ela vai ter que desembolsar 120 pra não ficar sem a cobertura nesse período. Então isso tudo foi de muita preocupação pra FENATRAD, né, e... sim, requereu muita discussão pra FENATRAD chegar às orientações de quê? Mesmo reconhecendo que a MP tem dispositivos inconstitucionais que viola a Lei Complementar 150, a CLT, a orientação foi pedir a solidariedade dos empregadores, pra seguir com o lema da campanha "Cuida de Quem te Cuida", que é fazer dispensas das trabalhadoras com remuneração integral, né. Não podendo fazer isso, dado que o momento de pico da pandemia seria o mês de abril e o mês de maio, é o que nós temos de desenho, é que pudesse utilizar pra aquelas trabalhadoras a antecipação das férias, dos feriados, como forma de estar protegendo esse contrato anterior que elas têm.

Em terceiro lugar, fazer uso da suspensão temporária do contrato de trabalho, por quê? Porque isso permitiria às trabalhadoras ficarem em casa e dá uma certa estabilidade a elas, né, pelo período de 60 dias que vai vigorar o contrato de trabalho, né, esse acordo e pelos 60 dias seguintes, né, que isso é permitido, então ela teria, mais ou menos, quatro meses de estabilidade sem poder ser demitida se não focar, é... demissão por justa causa. Em último lugar, fazer o uso da redução da jornada de trabalho, sendo que nessa redução da jornada de trabalho, ela se concentrasse no menor número de dias possíveis, justamente pra proteger as trabalhadoras de estarem se locomovendo mais, de estarem colocando a sua vida em risco e até, também, dos próprios empregadores. Então essas foram as orientações gerais que a FENATRAD trouxe pra a categoria, né, essas informações estão disponíveis em nota, né, existe uma nota, uma nota técnica onde se explica os... os... os malefícios, digamos assim, que é tanta coisa ruim na MP 936 e na MP 9... 927 também. E tem as explicações dos direitos, cada contrato, e também da posição da FENATRAD com a orientação para os seus sindicatos. É importante dizer, Pedro, para fechar aqui, que essas medidas não

atende a categoria, pra FENATRAD, né, o que atende, em termo de... as demandas, as reivindicações das trabalhadoras, que inclusive foi encaminhada para o Ministério da Economia por meio de ofício, é o que está previsto no projeto de lei apresentado pela deputada Bené... Benedita da Silva, 99, é... 9936, e também por outros parlamentares, como por exemplo o deputado Valmir Assunção. Ali sim tem uma proposta que ouviu a categoria, que contempla a situação das trabalhadoras domésticas com carteira, das trabalhadoras diaristas, que infelizmente, né, a Lei Complementar 150 fez essa diferença, e nós temos que dar um passo à frente, que é derrubar essa diferença por meio da Convenção 189, que diz que independente do número de dias trabalhados, as trabalhadoras, né, diaristas, mensalistas, têm direito à proteção de emprego e à proteção previdenciária.

PEDRO: Tá bom. Muito obrigado, querida. É... O Washington Neves, meu presidente Julimar Roberto, Washington Neves da CUT de Brasília, te saúda como um dos grandes líderes sindicais do Brasil e estão mandando um grande abraço pro nosso querido Julimar Roberto. Washington Neves da CUT de Brasília. É... e... eu gostaria de falar agora pro nosso amigo José Ribeiro, por favor, para suas considerações finais e agradecer pela presença, é... já tinham me dito, Ribeiro, que ia ser muito rico em dados, o nosso debate, com a... com a sua presença, e agora eu pude conferir ao vivo e a cores. Muito obrigado, mesmo, em nome da FENATRAD, pela sua participação, agora, por favor, suas considerações finais, querido. Você está sem áudio...

JOSÉ RIBEIRO: Desculpem. Perfeito, é... Bom, em primeiro lugar em nome da OIT, agradecer muito ao convite pra participar desse importante evento e parabenizar Pedro pelo jeito leve, descontraído e muito profícuo de conduzir essa *live*. Agradecer mais uma vez à FENATRAD e à CONTRACS pelo convite. E continuar colocando a OIT à disposição, colaborando sempre dentro do possível para a promoção do trabalho decente dessa importante categoria que honra o nosso país.

PEDRO: Muito obrigado, José Ribeiro. Saudar o meu grande amigo comunicador da Bahia, diretor da AW4 comunicação, Robson Wagner, meu querido, um grande abraço para você. Também a Jéssica Santos. Agora, por favor, Julimar Roberto para suas considerações finais.

JULIMAR: Bom... é... Claro, e parabenizar Pedro, né, pela mediação, foi excelente, a explicação da Dra. Myllena, também muito boa, companheira Luiza, como sempre, grande liderança aí das domésticas, né, e falar que a CONTRACS, é... continua e está sempre à disposição, aí de vocês, né, uma entidade filiada aqui a nossa confederação, uma entidade muito importante, entendeu, e mais uma vez parabenizar a direção da FENATRAD pelas iniciativas positivas que tem feito aí... em defesa da... das domésticas aí de todo o Brasil. Queria agradecer publicamente o apoio que *Solidarity Center*, em nome da Jane... a Jane Silverman tem sempre proporcionado, ajudado bastante nesses anos aí na luta das domésticas, então não podia deixar de estar agradecendo aqui em nome da CONTRACS essas entidades, né. E mais uma vez reiterar, de novo, aí, em nome da direção, de toda a diretoria da CONTRACS, um parabéns enorme aí para todas as domésticas por esse dia, é... um dia importante, entendeu, é um dia das empregadas domésticas, aqui, e assim... esperar que mais pra frente a gente tenha um motivo especial pra tá comemorando esse dia, sei que esse ano, diante das complicações, nós temos passado por uma pandemia, né, tá difícil, a gente vem aqui para lamentar e demonstrar as dificuldades que todos os trabalhadores têm tido, mas eu tenho certeza que no futuro próximo vamos tá aí comemorando e cada vez mais comemoramos vitórias, né, que nós vamos tá conseguindo avançar em torno dos direitos das trabalhadoras domésticas. Então, parabéns domésticas do Brasil, um grande abraço em nome de toda a direção da Confederação Nacional de Trabalhadores do Comércio da CUT, a CONTRACS. E muito obrigado aí pelo convite, claro.

PEDRO: Em nome da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, nós agradecemos a luxuosa presença do companheiro de Julimar Roberto, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviço - CUT. Tem aqui

uma companheira, Juliana Macedo, ela, ao longo de todo o debate, ela vem divulgando uma série de artigos acadêmicos sobre a questão das trabalhadoras domésticas, e um dos trabalhos analisa a situação das trabalhadoras domésticas remuneradas, que frequentam nossas casas diariamente e estarão entre aquelas pessoas que vivem... vivenciam a crise do coronavírus com mais dificuldade e precisarão ter maior apoio do poder público e da sociedade. Querida Juliana, não dá para divulgar aqui o link, eu peço pra você que mande pro meu *WhatsApp* 71992383045, que nós vamos, através das redes sociais e do site da FENATRAD, divulgar esse artigo acadêmico, que é da maior importância. Nós vamos agora pedir as considerações finais da nossa presidenta Luiza Batista.

LUIZA: Bem, primeiro agradecer a você, Pedro, você realmente foi fantástico, né, a gente estava tudo apreensiva, mas no final deu tudo certo! Agradecer ao nosso presidente da Confederação dos Trabalhadores Nacional do Comércio e Serviço, na qual estamos filiadas pelo ramo do serviço, né, pelo apoio, agradecer ao José Ribeiro da OIT, que é como se fosse uma pessoa que está, é... dentro da FENATRAD, e a quem a gente sabe que pode recorrer sempre que a gente necessita de um apoio para fazer um evento como esse. Agradeço à Dra. Myllena Calasans, nossa advogada, muito boa a explicação da senhora, doutora, e agradeço imensamente, pena que a companheira Creuza não pode participar, né, e eu também, no início fiquei um pouco prejudicada no som. E agradecer a todas as pessoas que assistiram a nossa *live*, participou, que mandou perguntas... e eu gostaria de fazer uma correção no número que eu falei, porque o último número eu falei errado, então eu vou repetir, o DDD 81, e o telefone é o 991517994, né, a gente tá tirando dúvidas através desse *WhatsApp*, que é institucional da federação. Agradecer a oportunidade também e os nossos parceiros, né, *Solidarity Center*, à FITH - a Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas - a qual nós também somos filiados, agradecer à Fundação FORD, também tem apoiado muito a Federação Nacional, né, apoiado muito a FENATRAD, enfim, agradecer a todos os parceiros, à Central Única dos Trabalhadores, somos, é... filiadas e já nascemos CUTistas. O sindicato aqui em Pernambuco foi o primeiro a se filiar na CUT, então agradecer a todos os parceiros que nos fortalece na nossa luta no dia a dia, e vamos seguir em

frente, e esperamos sair dessa quarentena com a menor baixa de companheiros possíveis, tanto na vida humana quanto também na baixa da perda de direitos e de postos de trabalho. Um grande abraço a todos e todas, Leon, parabéns também por ter nos apoiado. Beijo no coração de todas, a luta continua e a vida de trabalhadoras domésticas importa sim!

PEDRO: Gostaríamos de agradecer a todos os internautas. A Juliana, ela não conseguiu fixar o número do meu celular, eu vou falar pausadamente 71992383045. Pedro Castro, assessor de comunicação da FENATRAD, nós teremos o maior prazer de divulgar seus artigos acadêmicos, principalmente esse sobre o novo coronavírus. Agradecer à audiência da Terezinha de Gonzaga, agradecer à audiência da Marlene Miranda, da Luíza Augusta... Augusta Costa. E dar um recado aos jornalistas, aos formadores de opinião, aos advogados, aos empresários, aos funcionários públicos, se vocês podem trabalhar em *home office*, como eu estou trabalhando, se você e suas famílias querem preservar suas famílias, as trabalhadoras domésticas também têm suas famílias, não arrisquem as vidas das pessoas que dão suas vidas para cuidar de vocês. Se é imprescindível a vinda delas, pelo menos tenham a decência de mandar elas virem de Uber. Que o coronavírus sirva, pelo menos, para dar uma lição de solidariedade a todos, no coronavírus não há preto, não há branco, não há pobre e não há rico, e nenhum de nós estamos acima de algo muito maior, que são as leis divinas. Nós divulgamos todas as ações da FENATRAD através do site fenatrad.org.br. Encerra-se, nesse momento, a rede FENATRAD - CONTRACS, muito obrigado. Fiquem com Deus.

LUIZA: Ah... e que a quarentena não continue mantendo só as pessoas que sempre foram privilegiadas, quarentena é para todos e todas, é para todos os seres humanos, não pode ter privilégios!

PEDRO: Muito obrigado, minha presidenta.

JULIMAR: É isso mesmo Luiza, um abraço aí pro representante José Ribeiro, importante participação, José Ribeiro.

LIVE

**Saúde da trabalhadora doméstica durante
a pandemia**

LIVE: SAÚDE DA TRABALHADORA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA



MEDIADORA
Cleide Pereira Pinto



PARTICIPANTES
Chirlene dos Santos Brito, Jô Oliveira (Assistente Social)
e Gleicy Souza (Psicóloga)



39 curtidas



ASSITIDA POR
372 pessoas (em 24.05. 2021)



<https://www.facebook.com/louisa.acciari/videos/10157731438729506>

CLEIDE: Boa noite! Sejam todos bem-vindos a nossa *live* de hoje, né. Falar sobre saúde das trabalhadoras domésticas, uma iniciativa, né, de nós, dirigentes, de estar de frente a essa *live* e contar com colaboradoras, com parceiras, e falar da saúde da trabalhadora doméstica. Nós temos a Chirlene, que vai nos apoiar, vai me apoiar. E as participantes, que é a Gleicy e a Jô. Vou deixar a Chirlene apresentar elas, falar do currículo das meninas e depois eu volto, pra mim não ficar falando sozinha. Chirlene.

CHIRLENE: Então, boa noite a todas que estão nos ouvindo, e a todos, né. Boa noite às companheiras de luta. Boa noite, Cleide. Boa noite, Jô Oliveira. Boa noite, Gleicy. Sejam todas bem-vindas, né, nessa *live* que é uma *live* específica pra nós trabalhadoras domésticas, que nesse momento pra gente é muito importante tá participando de uma *live* como essa, né. Então, a gente tem hoje uma *live* diferenciada das outras *lives* que a gente vem participando, né. Enquanto diretoras, enquanto trabalhadoras

domésticas, a gente sempre vem participando como entrevistada, né, entrevistada ou participando dessas *live*. E hoje a gente vai fazer ao inverso, a gente vai, é... não entrevistar, mas a gente vai fazer um bate-papo, vai conversar um pouco sobre a saúde da trabalhadora doméstica, a saúde mental nesse período de pandemia, o que é que a gente tá passando, o que é que a gente vem vivendo. E a gente tem a participação da companheira Jô Oliveira, que é assistente social, tem um currículo de militância junto com a gente na luta aqui em Campina Grande, né, na Paraíba. E também a gente temos a companheira Gleicy, que é psicóloga também e tem um trabalho muito bom, bacana, com as mulheres trabalhadoras domésticas aí no Rio, no seu estado, né. Um trabalho muito importante que essas mulheres vêm fazendo com a categoria de trabalhadoras domésticas, né, dando esse apoio, sendo essa parceira nossa, então hoje a gente vai tá conversando um pouco com elas, é... dialogando, batendo um papo bem bacana pra saber o que é que elas acham, o que é que elas têm que pode tá nos ajudando, nos oferecendo nesse momento de pandemia que estamos passando que não tá fácil pra todos e pra nós, trabalhadoras domésticas, também. Então, meu nome, como foi falado aí, né, meu nome é Chirlene, eu sou diretora do Sindicato Estadual das Trabalhadoras Domésticas na Paraíba. Também sou diretora da Associação das Trabalhadoras Domésticas aqui de Campina Grande e também faço parte da direção da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e sou trabalhadora doméstica com o maior orgulho. Estamos aqui pra conversar um pouquinho.

CLEIDE: Muito bem, Chirlene. É... Chirlene falou muito bem, né. Foi uma iniciativa que a gente tava pensando há muito tempo, de tomarmos a frente desse trabalho porque temos necessidade de falar e falar a nossa língua, né. E falar pra nossas companheiras. E foi assim que começou essa vontade de fazer essa *live*. O tema, escolhemos esse tema porque nos preocupamos muito com as trabalhadoras domésticas, né, nessa quarentena, nessa pandemia, porque tudo que acontece, sempre quem tem, é mais prejudicado, é a trabalhadora doméstica, e principalmente na saúde da trabalhadora doméstica, né. Eu vou pedir às meninas pra fazer uns cinco minutinhos de fala livre. Gleicy e Jô, e depois a gente volta. É, primeiro Gleicy.

GLEICY: Boa noite! Fico muito honrada com o convite. Não é a primeira vez que a gente se encontra, né, estive duas vezes falando com as trabalhadoras domés... é, com, com, com o representante da categoria. E me sinto muito honrada, né, em poder participar dessa luta, desse trabalho de vocês, eu acho importantíssimo, belíssimo. E falar um pouco dessa questão da saúde, né... Na minha, na minha área... Eu sou psicóloga, trabalho na área clínica, e a gente vai falar um pouco de como fica a saúde mental da categoria nesse período que é muito conturbado. E eu acho que é muito importante se atentar para a questão da saúde mental, né. A gente já esteve falando no sindicato de Nova Iguaçu, numa primeira oportunidade. Já estivemos também no sindicato aqui do Rio que fica ali no Rio Comprido. Falamos sobre essas questões. Eu acho que quanto mais a gente puder falar pra mais pessoas, poder ampliar essa voz é muito importante, dar voz às trabalhadoras domésticas, né, pra gente entender. Eu acho que é importante a gente saber quais são as demandas, lidar com essas demandas, entender como a gente pode minimizar os problemas e os danos que a pandemia causa. Não só pandemia, eu acho que é importante falar também da saúde e saúde mental da categoria, das trabalhadoras, também num cenário sem a pandemia, porque é uma... um fator muito importante. A gente costuma não dar muita importância para a questão da saúde mental, quando a gente fala de saúde a gente lembra muito da saúde do corpo, né. Problemas que geralmente as trabalhadoras encontram como problemas de... problemas respiratórios, problemas alérgicos por causa de diversos contatos com materiais de limpeza. Problemas de anatomia, problema de ergonomia, né. A gente vê muita reclamação de dores no corpo e aí a gente se atenta muito a esses problemas que também são importantes para serem vistos, e a gente esquece da saúde mental, que também é um fator crucial, porque sem a saúde mental talvez a pessoa não consiga nem observar esses outros problemas, essas outras questões.

E, nesse período específico da pandemia, a gente entende que houve um agravamento tanto de uma questão quanto da outra. E poder falar sobre isso, poder alertar, poder conscientizar, poder mostrar pras pessoas que saúde mental não é um luxo, que saúde mental não é uma coisa exclusiva de pessoas que têm muito dinheiro.

Que saúde mental não é, não é... não é algo que se possa deixar em segundo plano, eu acho de extrema importância. Porque a gente vê um cenário hoje onde a ansiedade, depressão, crises de pânico, inclusive, estão se alastrando por causa da pandemia, do isolamento. A gente se depara com várias categorias de trabalhadores que têm, é, são serviços essenciais que não puderam parar durante a pandemia e a gente entra nessa questão, que é uma reflexão muito importante: a escolha entre se arriscar, ter que trabalhar para garantir seu sustento, se arriscar, arriscar a própria saúde ou cumprir o isolamento. E o isolamento também não é fácil, ficar isolado em casa sem contato com algumas pessoas, é, tendo... preocupações que crescem durante esse período mexe muito com a saúde psicológica, né, tem um agravante muito grande, e a gente vai falar um pouquinho disso hoje. Espero poder contribuir com o projeto, com a ação de vocês, que eu acho é, maravilhoso... maravilhosa, sim. Eu venho vendo algumas *lives*, fui convidada pra algumas, umas eu pude participar, outras eu não pude participar, mas essa eu fiz questão de aceitar o convite das meninas porque eu achei, eu acho, que é um tema que não pode ficar pra depois. É uma categoria que é invisibilizada e a gente não pode deixar esse tema pra depois. Foi um convite que eu fiz questão de aceitar, porque eu acho que é um tema fundamental.

CLEIDE: Obrigada, Gleicy. É, Jô. Falar um pouquinho.

JÔ OLIVEIRA: Liguei o microfone, cês me ouvem? Ótimo. Então, boa noite né, a todas as pessoas que estão acompanhando esse momento com a gente, em especial a Cleide Pinto, a Chirlene Brito e a Gleicy Souza por estarmos nessa noite, nesse sábado partilhando, né, é... das nossas preocupações a partir da temática sobre a saúde da trabalhadora doméstica ou das trabalhadoras. A gente fala de uma categoria bem ampla. É uma satisfação poder contribuir com esse debate, né, principalmente por... (pigarro) Perdão. Já reconhecer essa luta, me reconhecer nas companheiras que estão à frente desse processo, então é sempre gratificante ter possibilidade de contribuir, né. E falar sobre saúde das trabalhadoras domésticas, a gente tá falando num contexto bem específico de pandemia que, infelizmente, acaba, é... mostrando, colocando pra gente

do quanto o nosso dia a dia já é difícil e que agora está mais agravado. Os problemas têm ficado muito mais explícitos diante desse cenário de pandemia. E aí pensar no quanto esse momento que todo mundo tem vivenciado, todas nós têm vivenciado, é também um problema pra nós enquanto mulheres. E aí, falando de modo geral, o quanto nós fomos as mais afetadas nesse cenário quando a gente avalia quem são as pessoas que estão à frente né, por exemplo, nos serviços de saúde, sejam como técnicas de enfermagem, como médicas, como pessoas que têm contribuído na limpeza e tal, e que estão na linha de frente, né. Maioria dessas pessoas, desses profissionais, são mulheres.

Quando a gente pensa, por exemplo, do que significa nesse cenário de pandemia o aumento da violência doméstica, e aí o relatório da ONU aponta por mais 40% que aumentou isso. O fato de estarmos em casa muitas vezes sujeitas a esse ambiente já de violência acaba agravando tudo isso, a sobrecarga de trabalho, aquilo que a gente já faz no dia a dia muitas vezes acaba sendo somado, né, com cuidado, inclusive de pessoas que estejam contaminadas com coronavírus. É, de termos ainda que cuidar das crianças, da casa, muitas vezes em ambientes pequenos, essa coisa toda é o universo de muita gente pra gente dar conta. Isso obviamente também afetaria essa vivência, essa realidade que envolve o trabalho doméstico, que envolve as trabalhadoras domésticas, né. Que muitas, inclusive, não conseguiram ou não tiveram direito a essa coisa que a gente tem colocado como isolamento social, distanciamento social. Que muitas vezes a gente reforça nas nossas falas aquela questão do fique em casa, mas a gente tem que colocar o pé no chão e saber que muita gente não pode, principalmente trabalhadoras domésticas, né. E ainda do quanto isso acarreta, por exemplo, das diaristas, daquelas que perderam, inclusive, a regularidade das suas diárias. Enfim, do que todo esse cenário que a gente tem vivido de pandemia, do quanto isso traz pro conjunto da sociedade, pras mulheres, em especial, e mais ainda para as trabalhadoras domésticas, né. Então a nossa ideia é poder contribuir um pouco nesse debate, falar um pouco de como estamos todas, estamos todos nesse cenário e... já, desde já, agradeço por podermos construir esse momento e fazer esse diálogo com pessoas, assim, que são particularmente do meu círculo de admiração.

CLEIDE: Obrigada, Jô. É, é muito gratificante, né, ver duas mulheres, né... Conheci Gleicy através de Louisa, e também aproveitar e agradecer Louisa pelo apoio que ela tá dando, técnico, pra gente, né. Louisa sempre tá aí quebrando nossos galhos, não, quebrando nossas árvores. Voltando aqui. Conheci Gleicy através de Louisa e ela foi lá no sindicato, num seminário, e eu fiquei, assim, encantada com o trabalho dela, né, o modo que ela, que ela envolve, né, as trab... as mulheres, e passa o trabalho dela duma maneira tão normal, tão gratificante. E Chirlene também tava lá, né, nesse seminário. E Gleicy deu o recado dela e as meninas ficaram encantadas. É muito gratificante a gente ver, né... uma mulher assim fazendo o seu trabalho com gosto. E Jô eu conheci lá em Campina Grande e também fiquei muito encantada, o modo que ela apoia, né, lá o Sindicato de Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande. O trabalho, também, dela é excepcional, né. É muito bom ver pessoas assim que apoia o trabalho doméstico, né. Apoia a nossa luta. Cada um com a sua profissão, mas mesmo assim está disposta a nos ajudar e a colaborar conosco. É muito gratificante. Gratidão, meninas!

É, eu vou, assim, passar para o próximo bloco, né, que é perguntas. Vou dividir com a Chirlene pra não ficar sozinha falando. Eu vou fazer as perguntas pra Gleicy e Chirlene faz pra Jô. Tudo bem, meninas? Eu vou pegar aqui minha colinha. Gleicy, antes da pandemia... Antes, durante e depois, o trabalho doméstico já tinha uma saúde frágil, né, as trabalhadoras domésticas já tinha tripla função, é explorada, não tem hora pra entrar, não tem hora pra sair. Antes da pandemia. Agora praticamente piorou. Elas, algumas tão ficando no serviço, não tão podendo ir pra casa. A patroa manda ficar 15 dias pra não se contaminar. Coisas assim absurdas, parece que somos robôs. Sendo assim, elas são expostas a várias doenças, né. E às vezes essas doenças silenciosas como pressão alta, como, é... estresse, diabetes, essas coisas assim. E doenças ocupacionais. Estudos mostram que as domésticas têm uma pior condição de saúde mental do que mulheres de outras categorias. É, elas não têm segurança no trabalho. Elas não têm, é... São humilhadas, essas coisas todas que eu te falei... Estresse e vamos embora. Você poderia nos ajudar um pouco a gente entender como podemos ajudar as trabalhadoras domésticas na sua saúde, nesse momento de pandemia, Gleicy?

GLEICY: Sim, perfeito! Então, é... a condição de trabalho que é considerado trabalho essencial, mas ao mesmo tempo não é reconhecido enquanto essencial. Como assim? É um trabalho que é tido como essencial, mas não é valorizado pela sociedade enquanto isso. Então, os dados que você apresentou são muito graves no sentido de que mulheres que têm essa condição de trabalho né, que são ligadas à área da limpeza, as trabalhadoras domésticas, elas são expostas a agentes químicos, elas estão expostas a condições físicas que afetam diretamente a sua saúde e ao mesmo tempo elas não têm, às vezes, condições de cuidar dessa saúde. Por quê? Porque o trabalho doméstico, ele é historicamente um trabalho hierarquizado, ou seja, a pessoa que é considerado o patrão ou a patroa ela entende que ela tem um domínio, né, um certo mando sobre aquela pessoa, e isso é muito adoecedor para uma empregada doméstica. É aquela coisa, você citou muito bem, na pandemia, por exemplo, as trabalhadoras domésticas, muitas delas não tiveram nem a opção de fazer isolamento social. Eu, enquanto pessoa que trabalha, sou autônoma, eu pude escolher estar em casa durante a pandemia, foi uma opção minha. Muitas não tiveram essa opção, elas não puderam escolher. Então a gente tem aí o primeiro fator: é uma pessoa que provavelmente pode tá preocupada com a sua saúde, ela pode ser do grupo de risco e ela não pôde escolher se proteger do coronavírus durante a pandemia, porque a penalidade sobre isso seria pelo desemprego, e a gente sabe que, no Brasil, perder o emprego e ficar numa condição de subalternidade é um fator de muito risco, né... de risco social e econômico. Isso afeta muito a saúde, porque são pessoas que, no geral, não podem parar, né. Essa sensação de você não poder parar pra se cuidar é por si só adoecedora.

Me passaram uns dados, vocês me passaram problemas que são comuns as trabalhadoras domésticas. Asma, diabete, sobrepeso, são problemas que quando a gente analisa ao fundo eles estão ligeiramente, intimamente, aliás, ligados ao exercício da profissão, né. Vocês às vezes não têm como se alimentar direito porque a patroa exige que você ou leve sua própria comida, às vezes você não consegue levar porque o caminho é distante. Você pega muito peso, você se abaixa. Você levanta muito

peso. Você fica em posições durante o dia inteiro, incômodas. Trabalha em pé o dia inteiro e não tem tempo de cuidar-se e de cuidar da própria saúde. E num contexto de pandemia, eu acredito que houve um agravante, que foi essa hierarquização. As pessoas que contratam esses serviços, elas entenderam que elas não poderiam ficar sem esse serviço. Elas estão em casa em isolamento social e elas convenceram, entre aspas, as trabalhadoras a ficarem nas casas isoladas junto com essas pessoas... Aí eu fico pensando como é que fica essa situação, o psicológico de uma pessoa que tem a sua família, tem sua casa, tem as suas responsabilidades, gostaria de estar com os seus e é coagida, né, a estar trabalhando em um lugar que ela não gostaria de estar. Então, esse tipo de pressão psicológica, ela pode gerar ansiedade, depressão, né. Ela pode gerar sintomas psicológicos que a gente entende como alguns traumas, é, alguns traumas podem gerar estresse pós-traumático.

E qual é a nossa função nesse momento para ajudar essas pessoas? Eu acho que principalmente alertando desses perigos, né. Alertando das coisas que podem acontecer, né... A gente... "Ah, mas é alarmista. A gente vai assustar as pessoas". Não, eu acho que o conhecimento de que aquilo que ela tá passando não é uma coisa aceitável, que ela pode e deve falar sobre isso, é muito importante. Na ausência dela poder denunciar ou falar ou se negar, ela saber que ela tem uma estrutura, e essa estrutura é a nossa união em prol dessas mulheres, para que ela possa ter meios e contatos e caminhos para cuidar essa saúde mental dela. Que ela possa entender que ela tem aonde procurar ajuda e também algumas dicas, assim, que a gente pode dar. Ter o seu momento de distração, não abrir mão de ter momentos para si. Não abrir mão de ter momentos para se cuidar, não abrir mão de desabafar. Às vezes, pegar um telefone e ligar pra uma amiga e contar, e tentar desabafar, é muito importante. E também procurar ajuda se for preciso, ajuda profissional. A gente tem uma ideia no Brasil de que apoio psicológico é muito caro, e é verdade, né. Terapia é um processo ainda muito caro mas a gente tá tentando mudar isso, a gente tá tentando...

CLEIDE: Desculpa. Oi. Não, desculpa, pode continuar. Desculpa, hehe.

GLEICY: Ah, sim, tudo bem. Sim... estão isoladas, né. E às vezes não têm esse acesso. Mas eu acho que é importante a conscientização né, e comunicar às trabalhadoras que elas podem ter acesso a esse serviço. Hoje a gente já conta com uma assistência psicológica nas clínicas da família. A gente já conta com o serviço de psicólogo e atendimentos de terapia em algumas UPAs, nos CAPSis. A gente já conta com esse serviço em alguns lugares que são de mais fácil acesso, mais psicólogos e psicólogas que fazem atendimento social. É uma coisa que pra mim também foi um trabalho muito importante, não é porque a pessoa é uma trabalhadora doméstica, é uma trabalhadora do serviço doméstico, que ela não tem condições de pagar terapia, né. Isso é um preconceito que as pessoas têm e que às vezes a gente também carrega, de achar que a pessoa não pode pagar, às vezes ela tem condição, né, e às vezes não tem o acesso, né. E mesmo que não tenha a condição financeira, há possibilidade de se procurar, há possibilidade de encontrar serviços sociais nesse sentido.

E também entender que o trabalho da, da... o trabalho doméstico no Brasil é muito ligado a um histórico de escravização, de subserviência, e eu acho que é muito importante conscientizar as nossas trabalhadoras, as nossas amigas trabalhadoras domésticas, da importância da sua função, do seu trabalho, desse histórico, pra que elas possam entender que aquilo que às vezes acontece no seu trabalho não é normal, não é legal, não é comum um patrão, uma patroa ou o empregador, é... obrigar uma pessoa a ficar em isolamento porque ele quer, porque ele não quer abrir mão de certos privilégios dele, né. Mesmo que ela não possa negar esse pedido, eu acho muito importante que ela tenha consciência para não normalizar esse pedido, pra que isso não se torne uma norma, pra que isso não se torne uma obrigação. Ela pode... ela precisaria entender esse histórico todo. Então eu acho muito importante esse diálogo que a gente tá tendo aqui pra dizer pras pessoas: "você podem procurar um serviço de terapia, sim, é mais acessível, sim". Desmistificar que nem todas podem porque, sim, tem muitas pessoas que trabalham, que trabalham nesse setor e podem arcar com os custos de uma terapia, que é um preconceito da sociedade, né. E... tem uma gama de pessoas e a gente tá tentando criar essa estrutura pra que a psicologia, pra que a terapia, para que a psicoterapia seja cada vez mais acessível. A gente tem, inclusive,

tava tentando fazer um projeto, né, pra esse tipo de acolhimento, mas aí a pandemia atrasou um pouco as coisas. Eu tava tentando conversar com as meninas do sindicato lá do Rio, em Rio Comprido, pra gente fazer um... A gente tava tentando montar um projeto que fosse um serviço de acolhimento pra trabalhadoras domésticas que tivessem com algum tipo de trauma, estresse, algum tipo de questão ligadas a esse trabalho, e isso seria um primeiro acolhimento, e dependendo do processo a gente encaminharia para a psicoterapia. A pandemia não possibilitou que a gente levasse esse projeto adiante, mas é um projeto que eu acho que pode ser estendido até pra outros locais onde a gente precisa trabalhar, e a gente precisa, é... desmistificar o processo terapêutico, é. E aí entender, por exemplo, que dentro de um período como nós estamos vivendo, da pandemia, esses assuntos podem ser discutidos nesse sentido. É muito, é agravante sim, período de pandemia é um agravamento. E dizer pras pessoas que elas não estão sozinhas nesse momento.

Eu acho muito importante, também, a gente pensar que se você, por exemplo, tá tendo insônia, né. É um período que muita gente tá apresentando esse sintoma de insônia, por exemplo. E muitas vezes a gente tem essa sensação de que a gente tá sendo fraco, que a gente tá enlouquecendo, que a gente não tá conseguindo dar conta da pandemia. Saber que isso é um sintoma desse período, que muitas pessoas estão passando por esse sintoma, por exemplo, eu acho que pode ser reconfortante, pode ser alentador saber que você não está só, né. Que a gente tem uma questão psicológica envolvendo a pandemia, que gera estresse, que gera ansiedade, que gera perturbação de sono, que gera aumento de alguns sintomas da ansiedade e que isso não é uma coisa que esteja acontecendo só com você. E que você pode procurar ajuda pra isso também. A pandemia, ela veio agravar muita coisa, e a gente vê muitas coisas cruéis acontecendo com as trabalhadoras domésticas no período da pandemia, e isso também é uma coisa que mexe muito com a subjetividade. Ver notícias... dos abusos. Saber desses abusos, isso pode gerar um aumento de estresse.

Então, uma outra questão é, se estiver muito pesado, se estiver muito difícil pra você, se estiver muito desgastante, evita ler certos comentários, evita ler certas notícias. A gente não pode se alienar, mas também não pode se expor a um estresse

maior. Então, às vezes, muitas notícias deixam a gente muito abalada, deixam a gente muito mal. Notícias ligadas à nossa categoria, às vezes a gente toma aquilo pra si. Então, eu acho que é um momento de se unir, criar uma rede de contato pra poder trocar experiências, pra falar sobre isso, mas na medida do possível, também, se tiver muito... Muito doloroso tomar conhecimento de certas notícias, principalmente pela internet, né, hoje em dia a gente tá muito ligada na internet, nas redes sociais, chegam muitas notícias. E aí, se for necessário, dar um tempo também das redes sociais, né. Eu acho que fazer uma higiene mental. Relaxar um pouco dessas redes sociais. Entender que a gente pode se informar sem se sufocar com a informação é muito importante porque é muito pesado né, é... não poder escolher se cuidar nesse momento, porque tá... A Cleide muito bem falou, muitas não tiveram essa opção. A Jô falou muito bem disso, né, que muitas não puderam escolher, né. E são mulheres e tem seus próprios filhos que provavelmente estão em casa sendo cuidados por outras pessoas. E isso causa uma sensação de solidão muito grande. Então eu acho que se unir em categoria nesse momento é fundamental.

CLEIDE: Muito obrigada, Gleicy. É, você respondeu as duas perguntas, é, no montante de toda a sua fala. Deixar um relato aqui que a Federação, Gleicy, já tá com um projeto assim de falar sobre a saúde das trabalhadoras domésticas, tava até comentando que a gente ia até chamar você né pra nos ajudar nesse projeto, e já tá assim mais ou menos em andamento, né. Essa iniciativa da Federação de... de cuidar das trabalhadoras. A gente tem até um projeto de, é, no momento é um projeto pra ajudar as trabalhadoras domésticas no termo de alimentação né, que é "Cuida de Quem te Cuida". Foi até, assim, meio questionado quando a gente botou esse nome, mas foi tipo provocante mesmo porque sempre a gente cuida do outro né, e quem cuida da gente? Foi nessa intenção que a Federação botou esse nome nesse projeto e ampliar esse projeto pós-pandemia, ou mesmo on-line, é... Tanto que já tô começando aqui com o Sindicato de Nova Iguaçu, de cuidar mesmo da saúde. A nossa preocupação é mesmo como as trabalhadoras domésticas estão sofrendo, né. Tanta violência sexual, violência psicológica, quer dizer, é muita coisa. E por fim elas terminam adoecendo, né. E até

o assédio também, o assédio moral que as trabalhadoras domésticas sofrem e nem sabem que isso é um assédio moral, né. Um dos principais é: "Ah, você é da família". Não somos da família de ninguém, nós temos nossa família. E isso é um assédio moral e elas não sabem. Aproveitam o coração né, a sensibilidade, porque você trabalhar dentro de uma casa é complicado você não ter afinidade, né. Você criar o filho da outra pessoa, não tem como você não ter carinho. Você é um ser humano, você tem coração. E a gente se preocupa muito de, é, mostrar a trabalhadora doméstica, não é que ela não vai gostar, mas é ela saber separar pra depois não sofrer decepção de quando o patrão falar assim: "vai, vou te mandar embora" e ela levar aquele susto porque ela tem esse sentimento que é da família. É, eu sempre em tudo, em todo lugar que eu estou, falo sempre para as trabalhadoras: "vocês não são da família de ninguém, porque vocês têm a sua família, é patrão e empregado, entendeu?". É uma das preocupações né, da saúde da trabalhadora doméstica.

GLEICY: Se você me permite, eu gostaria até de acrescentar à sua fala. Eu acho que isso é fundamental. Eu acho que a gente tem, como né, citei um pedacinho, o histórico do surgimento da categoria de trabalhadoras domésticas no Brasil é diretamente ligado ao período de escravização. Tanto é que não é por acaso que a maioria das trabalhadoras domésticas e trabalhadores domésticos no Brasil são pessoas negras, né. Isso é inegável. Então, tem também o fator racial que agrava ainda mais esse contexto, essa dinâmica de trabalho. Então você tem a opressão do empregador para o trabalhador, né. E você tem opressão geralmente das pessoas brancas que geralmente são maioria dos empregadores para essas pessoas negras que são maioria desses trabalhadores. Mas a trabalhadora doméstica ela sofre... a opressão sexual, a opressão de gênero, a opressão racial e a opressão de classe, né. Então, assim, a saúde desta pessoa, ela tá realmente exposta a quatro opressões, é uma interseccionalidade de opressões que a gente precisa falar. Então se usa muito esse subterfúgio de "ah, você é da família". Por que você é da família? Porque você sendo da família você não vai cobrar aumento. Você sendo da família, você vai trabalhar até 11 horas da noite se eu te pedir porque você vai cuidar do meu filho, você não vai negar cuidar de alguém que você

ama. Você é da família. E por que esse "você é da família"? Porque, é, esse "você é da família" vem de um processo onde essas mulheres é... lá antes né, da abolição, eram pessoas que trabalhavam naquelas casas sem receber, eram escravizadas e ficavam 24 horas naquele lugar. O Brasil tem um espírito escravocrata né, os empregadores são escravocratas até hoje. Então eles ainda tem esse sentimento da posse, dos 24 horas ao meu dispor. E como você não pode mais obrigar a pessoa a estar a seu dispor 24 horas, você é da família, então "você vai ficar porque você quer ficar, você gosta de ficar, é por amor, é por carinho". E isso é manipulação emocional.

Então esclarecer as nossas trabalhadoras domésticas que, sim, você pode ficar se você escolher ficar, mas você não é obrigada, porque você não é da família. É estabelecer pra... estabelecer essa posição dessa separação entre trabalho e afeto. Eu acho que é muito importante. Não é preciso tirar o afeto do trabalho, mas você não pode trabalhar só por afeto. Tem uma relação ali de poder e essa relação de poder precisa ser entendida e respeitada, né. "Ah, mas se eu perder meu emprego por causa disso", e isso também é uma dor muito grande, né. Mas eu acho muito importante esse trabalho de esclarecer que esses termos "você é da família" vêm de um... não vêm do afeto do empregador, não vêm do afeto do patrão. Vêm desse histórico onde ele tá acostumado com uma sociedade racista, entender que aquela pessoa está ao dispor dele 24 horas por dia. E se eu tenho uma pessoa que é uma mulher, em sua grande maioria negra, que sofre todas essas opressões, eu preciso cuidar do psicológico, do emocional dessa mulher. E como você bem citou, não é só a questão do trabalho, das demandas, do cansaço físico, da sobrecarga. É o assédio sexual, é a violência doméstica. Ainda hoje, por incrível que pareça, nós temos histórico de trabalhadoras domésticas que sofrem violência física dentro dos seus serviços. Então, assim, são muitas opressões... e aí os sintomas vão desde pressão alta até uma síndrome do pânico, porque o físico também responde a esse sofrimento psicológico. Então eu queria muito pegar essa sua fala de não deixar que esse jargão "você é da família" tire a potência dessas mulheres de poder tomar conta de si mesmas, de poder ter a sua autonomia no momento de negociar o seu trabalho.

CLEIDE: Obrigada, Gleicy. Muito importante, né, esse bate-papo. As trabalhadoras domésticas que estão nos assistindo, espero que elas tenham absorvido muito essa sua fala. Eu vou passar um pouquinho pra Chirlene pra ela conversar com Jô, e aí vou beber uma água.

CHIRLENE: É... Então, vamos dar continuidade, né... nesse bate-papo tão importante com a fala da companheira Gleicy, né. Que... é muito importante trazer pra nós esse bate-papo porque deixa a gente, nós trabalhadoras domésticas, mais cientes e conscientizar, e consciente do que passamos e do que podemos ter, fazer, tá buscando apoio, é, nesses locais, é, que foi mencionado aí pela companheira, né. É muito importante de verdade que as trabalhadoras domésticas que estão nos ouvindo preste bem atenção, procure seu sindicato. Ou aquelas pessoas que estão nos ouvindo também possa tá passando para as suas companheira, pras suas empregadas, suas trabalhadoras, aquelas pessoas amigas sua que você conhece, que têm uma trabalhadora doméstica naquela casa, possa tá passando pra ela também essas informações. Mas como bem foi mencionado, né, a gente viu aí na fala de Gleicy, é... as questões que a trabalhadora doméstica sofrem, as situações passadas não só nesse período de pandemia, mas a gente já passa antes dessa pandemia e com a pandemia as coisas têm se agravado né, também com a questão de que muitas trabalhadoras domésticas que foram demitidas, muitas, é, foram obrigadas a tá trabalhando, muitas o patrão não teve, não pagou, não tá em dias com os... com as previdência, com as guias delas. E foram submetidas a ficar no trabalho e, por medo de perder o emprego e não ter com o que pagar seu aluguel, cuidar, pagar, comprar as coisas de alimentação para seus filhos, as trabalhadoras domésticas vêm passando um perrengue muito grande com essa coisa de ter que ir trabalhar, de não ter direito ao isolamento. Diz que é pra ser, pra ter o isolamento, pra que fique em casa, mas, enfim, nós trabalhadoras domésticas não temos essa opção de escolher ficar em casa. A gente ou vai trabalhar com essas condições, com algumas condições oferecidas ou não, mas não deixa a nós diretoras, e enquanto diretoras de sindicato e enquanto FENATRAD, e também a Federação Internacional vem com campanha, vem fazendo uma campanha né, para nós trabalhadoras domésticas nos apoiando

nessa campanha. Como foi mencionado a campanha "Cuida de Quem te Cuida". A gente vem falando também sobre a questão da proteção, é, dos equipamentos que as trabalhadoras domésticas use, que peça ao empregador, que ele tem que fornecer. Enfim, são tantas as campanhas que nós viemos fazendo que a gente, mesmo nesse período de isolamento a gente não para, né.

Então não é fácil pra nós sermos trabalhadora doméstica, ser mãe, ser mulher, ser negra, ser pobre, enfim, são várias coisas que nós somos ao mesmo tempo. E a cabeça da gente realmente fica transt... aquela jornada, a gente tá numa jornada sem limite agora, porque não é fácil a situação. A nossa cabeça, nossa mente, nosso psicológico, né. Com tanta violência que vem acontecendo, é, com as mulheres e muitas violências também, várias formas de violência vem acontecendo com nós trabalhadoras domésticas. A gente viu aí que recentemente a gente teve o caso do menino Miguel... que morreu. E daí, nada a se... Como é que tá a cabeça dessa mãe? Como é que tá a mente dessa mãe? A gente tem trabalhadora doméstica também que sofre essa violência e a mente dela fica a mil. E a gente, enquanto sindicato, a gente vem acompanhando algumas trabalhadoras domésticas, informando pra ela, mostrando nossas campanhas, dizendo pra ela que elas não se deixem levar pelo que o patrão tá dizendo, que, infelizmente, a gente tem que ser, tem que se conscientizar. A gente faz esse trabalho de conscientização, que não é fácil.

Então, Jô, eu vou colar aqui como diz o ditado, né. Jô... Nós trabalhadoras domésticas já sabemos que essas condições que temos, as condições sociais, né, é muito grave essas situações que a gente passa. E os impactos é muito forte em cima de tudo isso, né, nas nossas condições de trabalho. É, nós trabalhadoras domésticas, né, por sermos uma categoria que muitos não reconhecem o nosso trabalho, não quer reconhecer nosso trabalho, não foi tanto que alguns, é, colocaram que o trabalho doméstico é essencial. Eu agradeço né, eles dizer que o trabalho é essencial. A gente tem que ser reconhecida não só num período desse, não só num momento como esse. O nosso trabalho, ele tem que ser reconhecido em todos os momentos, em todas as, hum, em tudo que aconteceu, o nosso trabalho, ele tem que ser reconhecido, né. Então esse impacto, ele, por sermos quase 8 milhões de trabalhadoras domésticas, a maioria

negra, pobre, e as condições sociais pra gente é muito precária ainda. Por sermos numa categoria também que muitos acham ainda estar na sociedade, aquilo engravado na mente deles, que é um trabalho escravocrata, por mais que a gente venha trabalhando, mostrando que o trabalho doméstico é um trabalho de valor, é um trabalho digno como uma outra categoria qualquer. E o que a gente busca é só a igualdade, é só o que a gente quer, é a igualdade de direitos e de reconhecimento da nossa luta, do nosso trabalho. Então, Jô, como é que você analisa todas essas consequências que a gente vem passando, porque, é... a gente viu aí muitos fatos, muitos fatos de violência que foram relatados, né. Teve companheiras nossas que foi resgatada em cárcere privado. Teve uma companheira... a primeira morte que aconteceu no Brasil foi de uma companheira nossa também, a companheira trabalhadora doméstica. A gente viu aí o caso Miguel também, como eu mencionei agora há pouco. Também foi um caso que nos deixa à mercê, e nós enquanto sindicato, enquanto associação também, FENATRAD, e o apoio também da Federação Internacional, a gente vem fazendo esse trabalho. E o que é que você diz sobre isso, Jô? Fala aí um pouco, nos ajuda aí um pouco com a sua experiência que você tem de tá nos, de nos ajudar sempre, de tá mostrando pra gente o que que você pode nos oferecer. Fique à vontade.

JÔ OLIVEIRA: Ok. É, primeiro, obrigada. Obrigada pela questão, Chirlene. Primeiro, a gente tem que pensar o seguinte: a gente tá falando de uma categoria essencial. Reconhecida, infelizmente, agora nesse período de pandemia, como você mesmo colocou. Porque se tem uma coisa que eu sempre lembro, disso que você faz questão de colocar nas nossas atividades, nos ambientes que você interage, que você fala a partir da categoria com a propriedade que você tem, é de que se o trabalho doméstico parar, a sociedade também para, né. Que se o médico, a médica, o professor, a categoria profissional que for que está no seu ambiente de trabalho, é porque tem essa categoria que dá suporte e garante que a sua casa, os seus filhos, enfim, esteja em funcionamento pra que essas pessoas tenham a tranquilidade do trabalho, então. E isso tem que ser dito não só no período de pandemia, mas também tem que ser posto nos outros momentos e tem que ser reforçado também fora desse período, né. Pra

que não seja somente mais uma ferramenta pra exploração do trabalho que já passa por grandes questões também de exploração no seu dia a dia. Então a pandemia traz esse desafio pra gente, e principalmente pra vocês que estão na ponta e que estão todo dia reforçando e colocando da necessidade da valorização do trabalho doméstico, né. Então fica também como, como uma referência.

E é, assim, falando especificamente desse nosso lugar que nós tamos enquanto assistentes sociais, enquanto mobilizadoras, né, que a gente tem acompanhado também muitos destes debates, dessas questões envoltas no trabalho doméstico. É importante colocar até um parênteses aqui. Que quando eu tava pensando um pouco desse contexto, né, pensando na saúde da trabalhadora doméstica, pensando no que, da forma como isso se expressa no corpo, dos impactos que isso tem na saúde. Eu fiquei pensando muito na minha casa, no meu ambiente familiar, com a minha mãe, com minhas tias, como todas as pessoas que estão no meu círculo familiar mais próximo que são ou que foram trabalhadoras domésticas, e eu fiquei pensando de como eu não entendia que isso era um processo de adoecimento muitas vezes por conta do trabalho, por conta dessas violências, por conta disso tudo que a própria Gleicy falou do impacto psicológico para a saúde mental que isso traz, e como isso, como isso se traduz no corpo a partir dessas manifestações de doenças e outras coisas que eu particularmente não tinha raciocinado. Então, essa atividade de hoje trouxe pra mim essa lição, esse aprendizado de olhar a minha trajetória familiar e de perceber que aquilo eram manifestações a partir dessa relação de trabalho muitas vezes, é... de exploração, de humilhação, de preocupações mesmo geradas a partir desse ambiente de trabalho. Então, foi uma coisa importante e significativa.

Falando assim, de um modo geral, do que significa essa questão do trabalho doméstico, e aí trazendo desde já como referência a questão da Cleonice, que vocês colocaram na questão que está sempre apontando aqui. Eu acho que a Cleonice, o caso da Cleonice, é o retrato fiel do que é essa sociedade brasileira no que diz respeito ao trabalho doméstico. Cleonice foi uma das primeiras vítimas da covid. Uma das primeiras vítimas fatais da Covid-19 aqui no Brasil. E ela foi contaminada no seu ambiente de trabalho, cuidando da patroa que vinha, que chegou de uma viagem de

férias na Itália, e ela foi contaminada, e morreu, inclusive, sem saber que estava com coronavírus. Inclusive, não recebeu atendimento médico adequado, não recebeu as orientações e muito menos a sua família, né. Então isso mostra o descaso inicial com que ela foi tratada, e principalmente pela relação de trabalho que ela tinha nesse local que ela desenvolveu suas relações, porque a empregadora não avisou, inclusive, que estava contaminada, e somente no dia em que ela deu a alta é que a família veio a saber que ela estava contaminada. Então, assim, essa relação ainda passa muito, infelizmente, mesmo que a gente não queira reforçar, mesmo que a gente não queira trazer isso, ainda passa mesmo por essa relação escravocrata, ainda, de ter a Casa Grande, de ter aquela pessoa que é responsável por cuidar dessa casa, das pessoas que lá estão, independente de como elas estejam e como isso vai é se reverberar no seu corpo, né.

Então, assim, uma outra coisa também que a gente pode pensar nesse cenário: do quanto que a gente viu artista, do quanto a gente viu nas redes sociais as pessoas falando sobre a importância de ficar em casa. E aí a gente pode até dar um exemplo, nominar, porque isso, inclusive, foi debate nas redes sociais e principalmente em páginas na internet que se dedicam a fazer essa discussão sobre mulheres negras, sobre a questão da classe também. Que tinha uma artista aí global que tava falando da importância de ficar em casa, gravando vídeos dizendo que era muito bom poder ficar em casa, cuidar do seu filho, estar nesse ambiente, de fortalecer seus vínculos familiares, mas ao mesmo tempo estava lá, ao fundo, enquanto ela gravava e fazia essa mensagem de apoio e incentivo aos seus seguidores, estava lá a sua trabalhadora doméstica negra junto com ela nesse processo de isolamento, cuidando da sua casa, cuidando do seu filho. Então, assim, até nesse momento em que as pessoas estão se colocando como exemplo e colocando essa importância, desvalorizam as pessoas que estão em casa mantendo e fazendo com que ela tenha essa tranquilidade de viver esse momento familiar. Então a gente precisa sim rever muito dessa situação. E aí, até assim, é, conversando com amigas, conversando com pessoas que estão na ponta, que estão também nessa condição de não poder se afastar do seu ambiente de trabalho.

Uma amiga relatou que no seu... que enquanto assistente social no seu local de trabalho, ela atendeu uma mulher que era trabalhadora doméstica. Ela precisava passar uma situação, uma demanda sobre seu filho, e essa mulher disse que não podia atender o telefone antes das 19 horas porque ela estava no local de trabalho e a patroa não permitia. Então a gente tá falando ainda dessas experiências, dessas vivências, ainda neste período de pandemia. Então é uma coisa que acontece agora, né. E por que que eu tô colocando esses fatos? É pra gente entender que a gente tem a possibilidade de fazer esse momento de reflexão. E eu, desde já, parablenizo a FENATRAD. Parablenizo os sindicatos que estão envoltos nisso, porque a gente ainda tem um trabalho muito grande, e eu digo a gente, também como pessoa que pode somar e contribuir nesse processo de, é... ajudar a espalhar mais sobre a questão dos direitos da trabalhadora doméstica, falar sobre a importância que é estar organizada, sindicalizada, porque nós temos ainda muita gente a alcançar nesse processo. Infelizmente, a gente ainda tem um número muito grande de trabalhadoras domésticas que não têm acesso a essas informações.

E outro caso que ficou emblemático pra gente, também nesse processo de pandemia, foi a situação que aconteceu com o Miguel, né, infelizmente. Chirlene até trouxe do que significa os impactos, inclusive psicológico, pra família, mas em especial pra Mirtes, mãe dele, que perdeu seu filho no momento em que ela cuidava do cachorro da família. Então, assim, isso me afeta de uma forma muito diferente porque durante muito tempo eu também era a criança que ia para o trabalho com a mãe porque não tinha com quem ficar. Então você fica refletindo que de algum modo isso poderia ter acontecido comigo, que de algum modo poderia ter acontecido com alguns netos dos meus primos, dos meus parentes, porque também faz parte do nosso ambiente, da nossa relação de vivência. E outra coisa também que me deixou extremamente, é... chateada e afetada neste momento, foi com as coisas em volta, em torno da Sari. E depois acho que a Gleicy pode falar um pouco melhor que eu sobre isso. É, de todo o circo que foi montado em torno daquela mulher no momento em que ela foi fazer a entrevista pra que tirasse dela, daquela mulher que estava lá, né, com uma roupa

bem clara, com toda uma mística foi criada em torno dela, uma mística entre aspas, pra tirar dela a responsabilidade pela morte do filho negro da sua trabalhadora doméstica negra, que inclusive estava numa condição de trabalho completamente irregular, porque ela trabalhava na casa da Sari como trabalhadora doméstica e a sua relação de trabalho, o seu contrato, era a partir da prefeitura do marido da mulher que basicamente abandonou o filho da Mirtes. Ela prestava serviço à prefeitura. Então essa relação, ela passa por uma série de violações. Desde a ausência de cuidado com Miguel, desde a relação trabalhista mesmo e a forma como essa mulher era, é... como ela era tratada a partir da sua relação de trabalho. Então é impossível a gente não remeter sempre, ainda, essa história, sua origem, principalmente essa questão da desvalorização com relação ao trabalho doméstico. E de novo quero parabenizar vocês por essa, por essa relação, né, que a gente vem construindo e vem contribuindo pra que a gente tenha a possibilidade de fazer uma sociedade diferente.

CHIRLENE: Obrigada, Jô. Obrigada pelas suas contribuições aí, né. Como a gente mencionou, é muito importante tá participando deste bate-papo e ter vocês aqui conosco, né. Você, Jô e Gleicy, né. Que eu também tive o prazer de conhecer a Gleicy, também, quando eu fui pro seminário no Rio, conheci ela, né. E ela deu umas aulas pra mim, não me esqueço das aulas que ela deu nos bastidores. Mas é muito bom e muito importante tá falando desse tema que é a saúde da trabalhadora doméstica, e principalmente da saúde mental. Porque esse tema, ele é pouco falado, né. Esse tema de saúde mental da trabalhadora doméstica, eu, particularmente, eu nunca vi falando, não. Mas que bom que a iniciativa fomos nós. E como diz a nossa companheira né, é, Creuza: "Nada pra nós sem nós". Então que bom nós darmos essa iniciativa pra que a gente possa, né, mostrar às trabalhadoras domésticas, às companheiras nossas que estão nos ouvindo, que o trabalho do sindicato não é aquele que muitos dizem, que é tá gritando, que é tá na rua, que é tá isso. A gente tá ali gritando, a gente tá na rua, mas a gente tá buscando a igualdade de direito. A gente tá se mobilizando com alguma ação que seja voltada pra nós trabalhadoras domésticas e somando com os outros, com as outras categorias. É muito importante esse momento. É um momento muito

rico, né, pra mim, tá participando com vocês e ter vocês na nossa *live*, nos apoiando, nos ajudando aqui no que a gente precisa nesse momento, é, que não está fácil, que não tá fácil. E deixa a gente muito preocupada mesmo. Deixa a gente com a mente muito estúpida. Nossa mente fica a mil. A gente ou perde o emprego, ou a gente sai do emprego e morre de fome. O que é que a gente faz? Escuta, o patrão xinga. Escuta um falar, dizer que... que se voltar pra casa contamina as famílias. A gente sabe dos riscos. Então a mente da gente fica realmente, é... Isso é muito preocupante! Então eu agradeço, né, aí, a fala. Vou passar para a companheira Cleide. E a gente, a gente vai dando continuidade, aí, tem as companheiras dos nossos sindicatos, companheiras de luta, parceiros também estão nos assistindo, né. A gente quer agradecer a presença de Patrícia. A gente quer agradecer a presença de nossa presidenta Luiza Batista. A Maria do Socorro Silva, que ela sempre diz que é pra dizer o nome todo. E agradecer a Silvia, a Quitéria. Enfim, tem muitas. Se a gente for mencionar o nome, a gente vai passar a noite falando, é que somos muitas e precisamos estar sempre ligadas, conectadas umas com as outras. Isso que nos fortalece nesse período, sempre a gente tá conversando uma com a outra e perguntando o que elas estão precisando, né.

CLEIDE: Muito bem, Chirlene. É, a nossa intenção dessa *live* era uma *live* mesmo bem livre, bem *light*. Não maçante, né. Falar temas importantes, mas, é... bem específicos. E não demorar muito pra não ficar cansativo. E... é... A intenção também é a cada *live* chamar mais uma companheira de outro estado, né. Dependendo do... do que vai adiantar de chamar uma companheira, outra companheira de outro sindicato. Nós temos alguns temas pras próximas *lives*, né. É, Direito... deixa eu pegar minha cola. Direito, é... ai, Jesus, cadê a cola? Movimento internacional, a união entre o Legislativo e a gente, tem nos, quem nos apoia, quem está com a gente, né, lá na ALERJ. E, hum, as nossas federações internacionais, junto com a FENATRAD, vai ter esse movimento também, em outras *lives*. E sempre assim, uma *live* não muito longa pra não ser cansativa e com um conteúdo que nos representa, né, nos faz crescer. Agradecer já à Gleicy, à Jô, por ter aceitado o convite né. Gratidão. Chirlene, parceirona, que também aceitou esse desafio, né, tremendo na base eu e ela, mas encaramos isso que... como é que é a música, Chirlene? Paraíba feminina... Como é que é? Chirlene, canta um pouquinho.

CHIRLENE: Mulher forte de valor.

CLEIDE: É isso aí!

CHIRLENE: Paraíba feminina, mulher forte de valor.

CLEIDE: Muito bem!

CHIRLENE: Tirando o machismo, né?

CLEIDE: É isso aí! Então a gente vai, assim, pras considerações finais. Vou dar cinco minutinhos pra cada uma agradecer, falar livre e aí a gente já vai dando o finalzinho da nossa *live*. É, vamos começar por Gleicy, né, que Jô acabou de falar.

GLEICY: Vocês foram magníficas. Vocês: “ah, tava nervosa”. Foi muito bom participar dessa *live* com vocês, eu tô muito, muito feliz, né. E, assim, agradecer muito a presença de todos que estão nos assistindo e sabem da importância, né, do trabalho, da questão da trabalhadora doméstica. É um serviço essencial em qualquer época, né. E como a Chirlene falou, é, essa... a luta por esse reconhecimento, ela não pode parar. A gente vem aí de um histórico de desvalorização desse trabalho, mas eu acho que a luta por reconhecimento vem dessas atitudes, dessa mobilização, dessa rede que a gente tá formando em volta desse assunto. É botar a boca no mundo, sim, quando for preciso, acho muito importante. E respondendo um pouco, né, a colocação da Jô, é... É isso. É importante essa mobilização e essa valorização justamente pra que a gente não corra o risco dessa desumanização, dessa desvalorização. O que aconteceu no caso do Miguel reverbera muito na questão racial. Aquela criança, pra Sari, que era a patroa né, e eu gosto muito disso que a Jô fez, pra mim é muito essencial: dar nomes. Miguel tem nome, não era só um corpo ou o filho da empregada. Miguel. Mirtes, a mãe de Miguel. A gente precisa nomear as pessoas para que elas tomem corpo, para que esses corpos não sejam só números. Sejam pessoas que têm uma história, uma vida,

que têm um contexto familiar em torno daquela criança que foi assassinada, né. E é isso. Que que acontece, por que é que eu falei de racismo? “Mas, Gleicy, o que que aconteceu ali?” É uma questão também racial, porque geralmente crianças pretas, como a maioria das filhas das empregadas domésticas, das trabalhadoras domésticas, são crianças pretas. Ela não é vista como uma criança que merece cuidados, que precisa de cuidados. Ela é vista como o garoto que fica na rua ou o garoto que é esperto, se vira sozinho. A atitude da Sari foi exatamente de deixar sozinha uma criança preta de cinco anos dentro do elevador. Na mente embranquecida, racista, daquela mulher, aquela criança não precisava de cuidado. Ela queria se livrar do problema.

E isso bate diretamente com aquelas interseções que a gente tava falando das opressões que as trabalhadoras domésticas sofrem, dentre elas o racismo. E o que foi feito pra tentar amenizar a culpa da Sari? A docilidade. A calma, uma pessoa ali com uma roupa branca muito bem colocada. O cabelo liso comprido. Compor um cenário angelical de uma figura que a sociedade aceita, que a sociedade entende como bonita pra desculpabilizar, pra tirar a culpa de cima dela. E isso, na psicologia, a gente chama de pacto narcísico da branquitude. É quando pessoas brancas, mesmo sem saber e mesmo sem sentir, elas se unem pra defender seus interesses. A Sari foi defendida como uma pessoa: “nossa, mas ela não teve... ela não teve intenção. Foi sem querer. Ela não sabia o que tava fazendo”, e não. Foi uma desvalorização. Foi uma desvalorização do Miguel, que representava ali várias outras crianças filhas de trabalhadoras domésticas, várias outras crianças pretas que diuturnamente são desmerecidas, desumanizadas e desqualificadas. E por isso que eu acho que, pegando esse gancho para a minha consideração final, eu queria dizer isso. Se tem pacto entre eles pra tirar a culpa, para desvalorizar e desmerecer, tem que ter um pacto entre a gente pra mostrar o nosso valor, pra mostrar a nossa força, pra mostrar a nossa inteligência, pra mostrar nossa beleza, porque a autoestima também tá diretamente ligada à saúde mental. Pra mostrar que a gente sabe de nossos direitos. E eu tô falando da gente porque eu não sou hoje uma trabalhadora doméstica, mas eu venho de uma família de trabalhadoras domésticas. Não reconhecidas, sem carteira assinada. Eu já fui babá. Então, assim, precisamos nos unir pra poder enfrentar essas injustiças, pra poder enfrentar essa desumanização,

pra poder enfrentar essa naturalização, né, do abuso, da violência. Teve também, recentemente, o caso de uma outra trabalhadora doméstica, uma mulher de mais de 60 anos. Me fugiu o nome dela agora, infelizmente. Que ela foi resgatada de cárcere privado. A Jô falou, né, o nome dela, mas eu realmente não me recordo. E era uma mulher que era alta funcionária, né, de uma empresa de cosméticos. E também teve a mesma coisa, que foi naturalizado, foi pintada como um ser angelical, e é esse pacto que a gente tem que quebrar. E só consegue quebrar essa atitude das pessoas que tentam desumanizar quando a gente se humaniza. Então a gente tem que se humanizar, olhar para nossas dores, curar as nossas dores, cuidar da nossa saúde, cuidar da nossa autoestima, cuidar da nossa potência, cuidar da nossa força. Não deixar que ninguém desmereça a nossa inteligência, o nosso valor, pra que a gente possa não provar nossa humanidade, porque isso não é preciso, mas pra que essa união fortaleça cada uma de nós pra que não nos deixemos mais desumanizar.

Queria muito agradecer o convite. É muito, é sempre muito especial estar com vocês. Espero por mais convites, por favor me chamem sempre.

CLEIDE: Obrigada, Gleicy. Chirlene, quer falar?

CHIRLENE: Muito obrigada.

CLEIDE: Fala, Chirlene.

CHIRLENE: Então, é... Então, nós, nós que agradecemos, né, também a esse momento, né. Um momento muito rico pra gente ter vocês, né, como nossas entrevistadas né. A gente entrevistando vocês nesse bate-papo aí. Então eu agradeço muito, de coração, a você, Gleicy, à companheira Jô, que teve que sair, né, mas ela deixou aqui pra gente que também agradece a participação de estar aqui conosco, de tá nos apoiando. Que o apoio dela vai continuar no que vocês precisar, no que nós precisarmos também aqui em Campina Grande na Paraíba. E que ela puder ficar contribuindo com o entendimento dela, com os estudos dela, com as vivências dela, né. Apesar que temos

duas universitárias aqui também, a gente tem duas universitárias acadêmicas da vida, que somos nós trabalhadoras domésticas, eu e a Cleide, que somos graduada, pós-graduada. Aí que imagina, aí... Vocês têm aí na caneta, a gente tem na vivência e tem na continui... Então, eu quero agradecer e quero deixar, né, para as companhias, né. A companheira, e avisar que a companheira Jô Oliveira não pode continuar com a gente até o final porque ela tinha um compromisso, né. Teve um probleminha e teve que resolver, mas tá tudo bem graças a Deus.

Então, dizer para as trabalhadoras domésticas e às companheiras de, do movimento... do Movimento de Mulheres, dos grupos que a gente participa, se conhecê alguma trabalhadora doméstica, vê, tenha alguma trabalhadora doméstica, comunique a ela, avise a ela sobre o sindicato. Mostra a ela que existe o sindicato. Você que tá conosco na luta, vamos começar esse trabalho de conscientização da nossa própria militância, que participamos de vários grupos, de várias organizações. Estamos sempre juntas e podemos sim passar pras trabalhadoras domésticas que a gente conhece que existe sindicato, que procure o sindicato, que temos uma Federação Nacional que luta pelos nossos direitos, que luta, é, pelo nosso bem-estar e bem-viver na nossa categoria, né. Esse é o trabalho da Federação Nacional, da Federação Internacional, de trabalhadoras domésticas, dos sindicatos, das associações que existem em busca de melhorias, de igualdade de direitos e reconhecimento. Então eu agradeço, né, a todas que estão nos ouvindo e a todos. Agradeço também à Cleide pela iniciativa de tá participando como, sendo uma pessoa que vai entrevistar. Que se já é difícil pra mim ser entrevistada imagina eu entrevistar, né. Mas como já falei, eu sou uma universitária da vida, sou uma graduada. E dar continuidade a essa luta, esse trabalho, é muito importante, é muito rico pra mim. Agradecer à Louisa também, que tá lá nos bastidores, ali, nos dando aquele apoio, nos ajudando, nos avisando que é. Então, que a gente possa sempre estar juntas, somando uma com a outra, e obrigada mais uma vez a vocês. Uma boa noite, um bom descanso. Bom final de semana. E as *lives* continuam, viu? Beijo pra todas. Um abraço pra todas. E que a gente possa tá se encontrando futuramente.

CLEIDE: Muito bem, Chirlene. É, a intenção dessa *live* é mostrar mesmo que nós podemos. Tudo que a gente quer fazer a gente pode fazer, é só querer. É só botar, né, Gleicy? ... pensamento positivo, encarar o medo, encarar o desafio. Com medo, nervosa? Sim! Mas a intenção dessa *live* é isso.

GLEICY: Vai com medo mesmo! Se tá com medo vai com medo mesmo.

CLEIDE: Isso, isso. É isso aí, entendeu. Foi proposital esse tema, né, porque é preocupante nessa pandemia às trabalhadoras domésticas. Eu vi muito Gleicy e Jô falar sobre o trabalho essencial. A trabalhadora doméstica só é trabalho essencial quando quer nos explorar. Quando quer nos dar benefícios não é trabalho essencial, não dá valor. E a gente bate muito na tecla, entendeu, que tem que começar pela gente. É, eu, eu tava numa... não sei se é numa reunião ou uma coisa assim, não foi numa *live*, que eu comentei, que eu sempre comento, que a gente pode. Que se você quer ser trabalhadora doméstica não é vergonha você ser trabalhadora doméstica. Eu mesmo, eu fui pra duas categorias e não me adaptei e voltei pro trabalho doméstico, que é o que eu gosto de fazer. Então não é vergonha você ser trabalhadora doméstica. Você só tem que se empoderar, né, Gleicy? Você só tem que fazer o seu trabalho e mostrar que seu trabalho tem valor.

GLEICY: E eu acho também que é legal a gente pensar, eu acho que pensar no seguinte: é um trabalho primordial, essencial. É por isso que não pode se permitir ser explorado, e... é o sentido de que é assim, quando a gente imagina que o mundo se movimenta por causa de pessoas como vocês, né. Se tem alguém que pode sair pra trabalhar, se dedicar, estudar, pegar diploma, porque diploma é um pedaço de papel, né. Diploma é um pedaço de papel! Mas se a pessoa consegue sair de casa pra fazer coisas que ela considera importante, ela só consegue fazer isso porque tem alguém cuidando das coisas dela. Porque vocês estão lá. O mundo só se movimenta porque tem a pessoa que acorda às 4 horas da manhã, pega três conduções pra chegar às 8 na casa de alguém pra que essa pessoa possa também ir para a rua. Então, assim, não é só um trabalho

que é essencial no sentido do cuidado, essencial no sentido do movimento econômico da nossa sociedade. Sem pessoas que estão ali nos bastidores... Que vocês não estão mais nos bastidores, porque estrelas, né? E ocupem, ocupem da melhor forma possível. Acho que no momento que a gente entende o nosso próprio valor, ninguém consegue tirar esse valor da gente, né. Eu escutei uma vez uma frase que: "quem conhece a sua história nunca mais vai aceitar a história mentirosa do outro". Então se você sabe seu valor, você conhece sua história, você sabe o quanto seu trabalho vale, ninguém vai poder dizer que ele não vale. Ninguém vai poder tirar o valor que você reconhece como seu. Então por isso que eu acho que é muito importante a saúde mental. Porque quando você tá ciente do que que você representa pra sociedade, ninguém mais vai poder te dizer o contrário, ninguém mais vai poder te tomar isso.

CLEIDE: Quando você se valoriza ninguém vai se desvalorizar. Né?

GLEICY: Exatamente! Exatamente!

CHIRLENE: É verdade, né. Então, eu quero falar, quero falar um pouquinho mais dizendo que... tem uma música quando a gente... Uma musicazinha quando a gente tá na luta, nos movimentos, quando a gente tá aí nas ruas, é (cantando): Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher. Eu digo, assim, pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer é participando e lutando sem medo de ser doméstica. E pra fechar posso dizer, né, que quando as domésticas se junta, o poder se espalha.

CLEIDE: Muito bem. Axé!

CHIRLENE: Muito mais forte, né?

CLEIDE: Eu recebo.

CHIRLENE: Oi?

CLEIDE: Eu recebo isso?

CHIRLENE: Eu também recebo. E nós seguimos forte, firme e ser resistente nessa luta que é de todas nós.

GLEICY: Verdade.

CLEIDE: Muito bem. Agradecer a participação, também, do povo aqui. É, anotei alguns nomes que Chirlene não falou, que foi Marlene, Quitéria, Milca. Se eu esquecer... A Maria do Socorro, tu falou, ô Chirlene?

CHIRLENE: Silva.

CLEIDE: Silva, você falou, né. Agradecer a todos...

CHIRLENE: Falei. Maria do Socorro Silva, né. Maria do Socorro Silva. A Cleusa da Bahia.

CLEIDE: Muito bem. Muito bem. Agradecer a todos e todas que tirou um tempinho pra nos ouvir, né, não somos profissionais. Somos trabalhadoras domésticas e temos orgulho de ser trabalhadora doméstica, mas também podemos estar em qualquer espaço que queremos, né. Gratidão, Gleicy. Gratidão, Jô, que não pôde ficar até o final.

GLEICY: Eu que agradeço muito. Gratidão.

CLEIDE: Chirlene, obrigada por... por ter aceitado. Louisa, você, como sempre, é, decidi ser o nosso anjo da guarda, né, e que você continue mesmo nos apoiando. E você é uma pessoa muito muito legal nas nossas vidas. Sempre quando a gente precisa você tá ali pra somar junto com a gente. Muito obrigado. Gratidão! Gratidão mesmo! Não

esquecendo, meu povo, que vai ter mais *lives*, né, mais temas muito importantes. Então fiquem de olho no Face, que eu vou botar no Face, nas redes sociais, a próxima *live* e o próximo tema. E as próximas convidadas e a próxima que vai estar junto comigo pra entrevistar, né. A próxima entrevistadora que vai ficar tremendo assim como eu Chirlene tremeu, mas demos o nosso recado. Gratidão, gratidão, gratidão.

CHIRLENE: Gratidão. Gratidão.

CLEIDE: Boa noite!

CHIRLENE: Gratidão às companheiras internacional também, que estão nos assistindo.

CLEIDE: Muito bem!

CHIRLENE: Que tão nos ouvindo também, as companheiras internacional, a Jana, a... eu não sei o nome delas por que é muito, é inglês alguns e eu não sei falar, mas eu lembro da Jana, o nome dela, né. Mas também a Adriana e outras companheiras que estão nos assistindo, que mandou a mensagem falando que está conosco. Pra ver né a nossa dimensão, o nosso trabalho ele vai além do que a gente imagina. Então vamos lá. Muito obrigada a todas. Um cheiro e um abraço. E tamos juntas.

CLEIDE: Boa noite. Bom final de semana...

GLEICY: Boa noite!

CLEIDE: ... e até a próxima. Muito obrigado! Gratidão!

SOBRE AS AUTORAS

Um pouquinho sobre as autoras e colaboradoras deste livro

BRUNA LUÍSA VOGT SIEBENEICHLER

Estudante do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas da Intimidade (GEPPi).

CLEIDE PEREIRA PINTO

Trabalhadora doméstica, Presidenta do Sindoméstico de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro) e diretora da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD).

CHIRLENE DOS SANTOS BRITO

Trabalhadora doméstica, Secretária Geral da Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande (Paraíba), Diretora do Sindoméstico Paraíba e da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD).

DENISE MANTOVANI

Jornalista, doutora e pós-doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Dedicou-se aos estudos feministas no campo da Teoria Política, é ativista feminista, antirracista e anticapitalista.

EMANOELLE BITTENCOURT JUNGBLUT

Estudante do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas da Intimidade (GEPPi).

GUADALUPE DOS SANTOS ALMEIDA

Estudante do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas da Intimidade (GEPTI)

ISABEL FREITAS

Assistente Social, especialista em saúde mental coletiva, colaboradora em ações de cuidado e autocuidado coletivo entre grupos feministas, é ativista feminista, antirracista e anticapitalista.

JUREMA GORSKI BRITES

Professora de Antropologia nos Cursos de Graduação e Pós Graduação em Ciências Sociais e na Especialização em Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas da Intimidade (GEPTI).

LOUISA ACCIARI

Pesquisadora e co-diretora do Centro sobre Gênero e Desastre na University College London, pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos em Sexualidade e Gênero (NESEG) do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

LUIZA BATISTA PEREIRA

Trabalhadora doméstica aposentada, Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), e diretora do Sindoméstico de Pernambuco.

MATEUS DA COSTA LUZ

Estudante do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas da Intimidade (GEPTI).

MARY GARCIA CASTRO

Professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisadora na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-Brasil). Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (NESEG) da UFRJ.

MYLLENA CALASANS DE MATOS

Advogada, assessora jurídica da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e integrante do Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres (Cladem-Brasil).

THAYS ALMEIDA MONTICELLI

Pós-doutoranda em sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); pesquisadora do Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (NESEG).

VIVIANA THAIS VARGAS ZORZI

Estudante do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas da Intimidade (GEPPi).

ISBN: 978-65-5773-029-4

CBL



9 786557 730294